

J. C. MELO

***A Incrível  
Política Nacional  
de Informática - 2***

MIAMI - FLORIDA  
2017

# Table of Contents

## Desconhecido

### Importante:

Como este livro foi parte copiado do livro impresso escrito em 1968

“A Incrível Política Nacional de Informática”,  
seus padrões epub e mobi e pdf não são os convencionais.  
Mas esta foi a forma de conservá-lo para o futuro.



J. C. MELO

***A Incrível  
Política Nacional  
de Informática - 2***

MIAMI - FLORIDA  
2017

**ESTE LIVRO É DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguar,  
Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

## **INDEXES**

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

### **INTRODUCAO**

#### **Capitulos:**

- CAP01. Perseguições incluídas no livro de 1982
- CAP02. Por que volto a este assunto após 40 anos?
- CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
- CAP04. A fábrica STRATUS
- CAP05. Tentativa de minha desmoralização
- CAP06. A proibição do livro ser publicado
- CAP07. Meu apelo público ao Presidente Geisel
- CAP08. Quem me perseguiu?
- CAP09. Perseguições adicionais
- CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
- CAP11. Transferências de concorrências ganhas para COBRA
- CAP12. Eu denunciei as ações de COBRA ao CADE
- CAP13. A pressão fiscal
- CAP14. O suicídio de uma empregada
- CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
- CAP16. O computador médio MC-9700
- CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
- CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que já fabricava
- CAP19. A proibição da instalação da minha fábrica em Curitiba
- CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fábricas de alta tecnologia
- CAP21. O Crime de Lesa Pátria

## INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrive! Politca Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluidos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e também de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Política Nacional de Informatica PNI.

### book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrive! Política Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Política Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

### book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contrária a Política Nacional de Informática do Governo, e somente agora, após longo exílio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis políticas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa política nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationale francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgástico para quem começou nessa área (controle de processos por computadores em tempo real) há mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analógicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dólares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e científicos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notável transição do computador analógico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analógicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matemática quer na ídeme conceitual, matéria imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu país de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vingança o que aliás não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruíram um sonho, além de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informática, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipses da informática que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuamente pois há uns 8 anos eles eram somente 15. Aliás essa perda do status de Nação atingirá aproximadamente 180 países e não somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017  
J.C. Melo

**CAP01**  
**PERSEGUIÇÕES INCLUIDAS**  
**NO LIVRO DE 1982**

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porém este livro narra fatos ocorridos há 40 anos atrás, dentro dos regimes militares de então e antes do meu exílio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentáveis. E ambos nos anos que comandavam a então Política Nacional de Informática PNI através das agências governamentais. Resumindo, foi outra época com outros operadores e métodos, e não a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela época são os responsáveis pelas perseguições e torturas mentais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois períodos completamente diferentes, com métodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiência destes 2 livros será propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua matéria (política de informática, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 línguas, portanto devo evitar interpretações duvidas e resultantes de distâncias.

Nem todas as 104 torturas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluídas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na época não foi possível incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das sérias ameaças recebidas. Além disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameaças por telefone, na classificação de tortura mental.



Neste book 2:

a. Neste Capítulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, sao as antigas perseguições.

b. Em capitulos especificos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluídas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluídas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fabrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porem inclui no Capitulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capitulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torna-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J.C.MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inumeras perseguições nesse período 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa especifica,



mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrenca".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

## Industrial critica a concorrência estatal

Da sucursal de  
RIO

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itai para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

### NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas

para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e ~~se tem~~ ~~começa a~~ ~~aprovação do~~ ~~projeto~~ ~~do~~ ~~Modelo~~, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US\$ 200 a US\$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

### "MODELO JAPONÊS"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

### IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico". O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".



tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Segurança Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na área de informática então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itaotec, porém ninguém conhecia o seu conteúdo. E não estou sugerindo um acordo ilícito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provável acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possível criar a Itaotec sem as suas críticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel através de uma carta aberta publicada em jornais de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inúmeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autêntico e não estou com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo e não sou político ou comunista. Não vejo a mínima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido público ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho até ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capítulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovação, que está narrado no Capítulo CAP07 deste book 2.

**CAP02**  
**POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO**  
**APOS 40 ANOS?**

Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,

1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",
2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Política Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".

Na França "torture mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".

Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.

Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Política Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa desconstrução foi o



início do completo desastre que foi a futura Política Nacional de Informática PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o início dessa página 24 do livro de 1982:

-----  
"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências número 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigor a Lei porém auxiliada por algum órgão técnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso específico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Providências número 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua proteção a não ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

-----  
A continuação deste texto está na página 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vítima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

**abinee**

l  
Página 146  
Anexo 1.1.1.A

Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentil e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

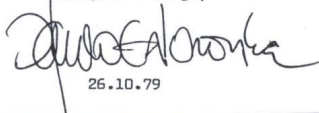
Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,



26.10.79



principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,
2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,
3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de política nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e cientifico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação política perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa pátria.

E ninguém da área de informática (mas ninguém mesmo) teve a coragem e o civismo de continuamente dizer publicamente "Tudo isso está errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inúmeros prejuízos (familiares, profissionais, financeiros, psicológicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismável pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu início, de todas as pressões/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele já faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, também tinha conhecimento dessas mesmas pressões/perseguições.

Uma prova disso é que no seu admirável livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e está na sua página 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador...". Veja essa página no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas páginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Técnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porém pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na área comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razões: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a única empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novíssimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os básicos do controle em tempo

## Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computadores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasião, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baía da Ilha Grande, que recebia até 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos contínuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações técnicas para a concorrência internacional, a referida concorrência e a sua análise e decisão, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil até então, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de válvulas, e um sofisticado (e único) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Brasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de óleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema já havia preparado toda a descarga, o que diminuía o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e válvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) foi pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista árabe sobre petróleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petróleo da Arábia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no país, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e não voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Também a vida na Arábia Saudita não era fácil, para beber um simples copo de cerveja você teria que fazê-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analógica que existiam então há uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudência a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpriu.

Simultaneamente já se começava a difundir, no Brasil,



a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressões/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressões/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos técnico e público por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronômicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador médio MC-9700 (1979), equivalente ao computador médio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavorável (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a mídia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejável oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer técnica quer politicamente, era inviável por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providências, mentalmente eu não conseguia evitar vê-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inúmeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiência no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem estrangeira e com a especialização em controle de processos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricações, e por causa dessa experiência técnica me foi muito fácil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militar e ao arpejo das Leis "humanas" e também das "tecnológicas") a fabricação

de computadores no Brasil, através da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrível Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e



nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então ícones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viáveis aceitáveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou não) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercado. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendedorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueço a moeda da época) e COBRA investiu 300 milhões, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossível.

Diante de minhas críticas (sempre publicadas pelas mídias impressas) e sem poderem responder-las, os Governos militares adotaram, durante vários anos, a estratégia de me desconstruir através de pressões/peregrinações de vários tipos, sempre subterrâneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denúncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim através das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto está narrado nos capítulos deste livro 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informática pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

**CAP03**  
**A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO**  
**COM A AJUDA DO GOVERNO**

Este capitulo narra

1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.

2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".

A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".

Mas como poudo ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?

Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da política nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.

E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construídos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu pude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, através dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

## Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta

Inbox

x

sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

São Paulo, 28 Abril 1980

Recibido 197  
Anexo J.C.MELO

A Diretoria da  
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA  
Setor de Autarquias Norte  
Lote A Quadra 2, 1º andar  
Edifício DNRE  
Brasília - DF

1. OFICIO  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
POSSUI ARQUIVADA SOB O Nº 15002  
SUSP. 1.

Presados senhores -

Júlio Carlos Melo, Brasileiro, maior, ca-

saído industrial,

(Endereço retirado por motivos  
de segurança) 11 Setembro 1980

vem expor a V. Sas. o que se segue:

# HISTÓRICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatário, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE sabendo o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrência, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confir-

ma e completa o "Termo de Intenções e Compromissos".

1. "TERMO DE INTENÇÕES E COMPROMISSOS"  
Nos termos da legislação em vigor,  
entreguei, hoje, via desta carta  
a seu destinatário.

Brasília-DF, 07/05/80

Ed. Melo







## Anexo C03-c

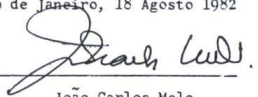
JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.
2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.
3. Em caso negativo, quais as providências tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denúncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

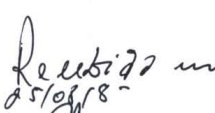
P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

  
João Carlos Melo

Endereço provisório: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS - ED. Ant.  
V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF  
Registrado sob nº 17802 Livro 811 - 3  
Protocolado sob nº 5167 Livro 2  
Brasília, 23/08/82

  
5/08/82  
mu 019d



21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiência ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exército. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiência nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não só não decidir a respeito do processo mas também ao fato de que ela nunca sequer me dava explicações. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicações.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a própria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a única fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das ações. Disse que o Governo não iria entrar no mérito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faço uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licenças" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrário, o General Medeiros nem me receberia como é óbvio, pois não teria por que fazê-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheço a personalidade do Sr. Maksoud e ele não irá aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nós sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretário Especial de Informática da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua família morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido sócio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco "não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licença para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US\$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esqueçamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

## INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação de  
1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Makasoul publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desqualificação da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e

outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr\$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação trazida ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

#### 1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua família (5 pessoas), residência num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua família no melhor clube de São Paulo. Na cabeça do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiência do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informática como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituída corretamente, com um técnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiência do Sr. Drees era somente de direção de chão de fábrica de eletrônica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o mínimo. Foi um óbvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu sócio e não um seu empregado. E isso era frequente, diário.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o líder nacional da área, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações espontâneas dos empresários, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, então, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um único cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas finanças da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou várias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demonstrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o início da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 sócios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidráulica porém inexperiente como empresário, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalício na Hidroservice, com um pequeno salário porém suficiente para eles se sustentarem, para as



# **Fórum** GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

\* líder nacional  
\*\* líder setorial  
\*\*\* líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80\*\*  
02 — Abílio dos Santos 81\*\*  
03 — Abílio dos Santos Diniz  
78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\*/81\*\* — \*\*  
04 — Abrahão Kazinski  
77\*\*/79\*\*/80\*\*  
05 — Adhemar Alves Bebianio 77\*\*  
06 — Adhemar de Barros Filho 77\*\*  
07 — Adolpho Lindenberg 77\*\*  
08 — Adolfo Neves Martins da Costa  
77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
09 — Alberto Alves Filho 78\*\*/79\*\*  
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares  
80\*\*  
11 — Aldo Lorenzetti 79\*\*  
12 — Aldo Sani 81\*\*  
13 — Alex Periscinoto  
78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
14 — Alexandre Braune 80\*\*  
15 — Alfredo Júlio Resende 81\*\*  
16 — Aloisio Andrade de Faria 77\*\*  
17 — Altair Zaniolo 78\*\*  
18 — Alvaro Britto Bezerra de Mello  
78\*\*/79\*\*/80\*\*  
19 — Alvaro Luis B. Catão 81\*\*  
20 — Amador Aguiar  
77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77\*\*  
22 — André La Sagne de Botton 79\*\*  
23 — Angelo Calmon de Sá  
79\*\*/80\*\* — \*\*/81\*\*  
24 — Antero Botelho Leite Castro 81\*\*  
25 — Antônio Carlos de Almeida  
Braga 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna  
81\*\*  
27 — Antônio Ermirio de Moraes  
77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* —  
\*\*\*80\*\* — \*\*\*81\*\* — \*\* — \*\*\*  
28 — Antônio Gallotti — 77\*\*/78\*\*  
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares  
77\*\*  
30 — Armando Carneiro 81\*\*  
31 — Armando Moraes Sarmiento 77\*\*  
32 — Arthur João Donato 80\*\*/81\*\*  
33 — Arthur Sendas 78\*\*/80\*\*/81\*\*  
34 — Atílio Fontana  
77\*\*/78\*\* — \*\*/79\*\* — \*\*/81\*\*  
35 — Augusto Trajano A. Antunes  
77\*\* — \*\*/78\*\*/79\*\*  
36 — Aureliano Albuquerque  
77\*\*/81\*\*  
37 — Bernardo Geisel 77\*\*  
38 — Bruno Nardini 77\*\*  
39 — Caio Aurélio Domingues  
79\*\*/80\*\*  
40 — Camilo Cola 81\*\*  
41 — Caribé da Rocha 81\*\*  
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira  
78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
43 — Carlos Aniche 79\*\*  
44 — Carlos Antônio Rocca 77\*\*  
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho  
79\*\*  
46 — Carlos Chiti 77\*\*  
47 — Carlos Frederico Lopes Motta  
77\*\*

48 — Carlos Mariani Bittencourt  
80\*\*/81\*\*  
49 — Carlos Paiva Lopes 81\*\*  
50 — Carlos Renaux 78\*\*  
51 — Carlos Villares 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
52 — Celso Albano 81\*\*  
53 — Celso Rocha Miranda  
77\*\*/80\*\*/81\*\*  
54 — Cláudio Bardella  
77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\*\*  
/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\*\*  
55 — Cláudio Regina 78\*\*  
56 — Cláudio Strassburger  
80\*\*/81\*\*  
57 — Cletio Campello Meirelles 81\*\*  
58 — Clóvis Elói Battistella 80\*\*  
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81\*\*  
60 — David Saul Moskowitz 77\*\*  
61 — Delson Siffert 81\*\*  
62 — Denisar Almeida Arneiro  
77\*\*/78\*\*  
63 — Derek H. Lowell-Parker  
78\*\*/79\*\* — \*\*\*80\*\*  
64 — Dilson Funaro  
78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
65 — Edes Landin 77\*\*  
66 — Edgar Arp 78\*\*/79\*\*/81\*\*  
67 — Edison Fregni 81\*\*  
68 — Edmund Van Parys 80\*\*  
69 — Edson Queiroz 79\*\*/80\*\*  
70 — Edson Rodrigues Ferreira  
78\*\*/79\*\*  
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães  
79\*\*/81\*\*  
72 — Eduardo Celestino Rodrigues  
77\*\*/78\*\*/79\*\*  
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81\*\*  
74 — Einar Kok 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
75 — Eliezer Batista da Silva 80\*\*/81\*\*  
76 — Emílio Battistella 77\*\*  
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho  
77\*\*/78\*\*/79\*\* — \*\*\*  
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa  
77\*\*/78\*\*/79\*\*  
79 — Ernane Galvêas 78\*\*/79\*\*  
80 — Eugênio Staub 77\*\*/78\*\*/80\*\*/81\*\*  
81 — Fabrisio Fasano 78\*\*  
82 — Fernando A. Souza Camargo  
81\*\*  
83 — Fernando Garcia Cid 80\*\*  
84 — Fernando Pentado Cardoso 80\*\*  
85 — Fernando Roquete Reis 77\*\*/78\*\*  
86 — Fernando S. Gama Frota 79\*\*  
87 — Firmino Rocha de Freitas 80\*\*/81\*\*  
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães  
77\*\*  
89 — Francisco Lima Souza Dias 79\*\*  
90 — Francisco Stedille 77\*\*/80\*\*  
91 — Fritz Weismann 79\*\*  
92 — Gabriel Donato Andrade 79\*\*  
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal  
78\*\*/79\*\*/80\*\*

94 — Geraldo Alonso 77\*\*  
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima  
77\*\*  
96 — Geraldo M. Bordon 77\*\*/79\*\*/81\*\*  
97 — Gérson Dias 80\*\*  
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79\*\*  
99 — Giordano Romi 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
100 — Giorgio Padovano 77\*\*  
101 — Glycon de Paiva 77\*\*  
102 — Helder Parente 77\*\*  
103 — Hélio Beltrão 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*\*/79\*\* — \*\* — \*\*\*  
104 — Hélio Moreira Salles 78\*\*  
105 — Hélio Pentagna Guimarães  
77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*  
106 — Helvício Gilson 81\*\*  
107 — Henrique N. Coube 81\*\*  
108 — Henrique De Botton 77\*\*/78\*\*  
109 — Henrique Guatimosin 79\*\*  
110 — Henrique Sérgio Gregori 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
111 — Henry Maksoud 78\*\*/80\*\*  
112 — Henry Victor Eichler 77\*\*  
113 — Herbert Victor Levy 77\*\*/78\*\*/81\*\*  
114 — Hercílio Luis Colação 81\*\*  
115 — Hermes F. Macedo 77\*\*  
116 — Hermínio Ometto 77\*\*/78\*\*  
117 — Horácio Cherkassky 77\*\*  
/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
118 — Horácio S. Coimbra 77\*\*/80\*\*  
119 — Horst J. Happel 80\*\*  
120 — Hugo Crespi 77\*\*  
121 — Israel Klabin 78\*\*/80\*\*  
122 — Ivan Barreto Carvalho 77\*\*  
123 — Ivan Müller Botelho 79\*\*  
124 — Ivan Zarif 77\*\*  
125 — J. Murilo Valle Mendes 77\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\*\*/81\*\* — \*\*\*  
126 — Jaime Canet Jr. 80\*\*  
127 — Jaime Faria 78\*\*  
128 — Jaks Rabinovich 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
129 — Jamil Nicolau Aun 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
130 — João Alves Verissimo 78\*\*  
131 — João Carlos Mello 79\*\*  
132 — João Carlos Paes Mendonça  
78\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\*\*/81\*\*  
133 — João Hansen Neto 79\*\*  
134 — João Havelange 77\*\*  
135 — João Machado Fortes  
79\*\* — \*\*\*/80\*\* — \*\*\*/81\*\*  
136 — João Pereira dos Santos  
79\*\*/80\*\*/81\*\* — \*\*\*  
137 — João S. Marinho Nunes 81\*\*  
138 — John Russel Warren 80\*\*  
139 — Jorge Franke Geyer 77\*\*  
140 — Jorge Gerda Johannpeter  
77\*\*/78\*\* — \*\*\*/79\*\* — \*\* — \*\*\*  
/80\*\* — \*\* — \*\*\*81\*\* — \*\* — \*\*\*  
141 — Jorge Wolney Atalla 77\*\*  
/78\*\*/79\*\*  
142 — José Antônio Alencastro Silva  
77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*

escolas das crianças, etc, em troca dos 40% que ela possuía, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porém mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio também economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opinião. Que pela sua longa amizade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidências, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram típicos do sr. Maksoud. Mas as evidências eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salários e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "serviços prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "técnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anúncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua própria revista Visão e nas várias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmão.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de férias (aliás, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

## 2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das férias, já preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretária assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra você. Mas você está tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que você seja o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretária ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente fictícia, pois as decisões



mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Fevereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

### 3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saída, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhosos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletrônica. Na cabeça dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees estranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheço ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do

Anexo C03-f

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980

*Will.*  
Página 148  
Arquivo 1.2.A02

Ao

Dr. Henry Maksoud

São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos, fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feito.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei, tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entrando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido, foi demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor.

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr\$ 25 milhões, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr\$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr\$ 500 milhões preço de mercado. Por isso, e pela óbvia pressão que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito - o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr\$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que obviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgência da sua resposta é resultante do seu próprio ato, pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violência contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar res postas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

  
J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira jurídica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposita baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saída. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US\$ 300.000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na difícel posição de "se virar" com os computadores sem as suas peças sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram êxito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

## Anexo C03-g

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisório à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expor a Vossa Excelência o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o indivíduo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apoio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. Que extranha a interferência desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e além disso toda a comunidade de informática sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juízo no momento oportuno.
3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitui crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleitear em Juízo uma decisão saneadora e a punição dos responsáveis.
4. Que adverte a esse CONSELHO de que a concordância e/ou aval político e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da República, constituirão ilícitos penais e contra eles ingressará em Juízo, se e quando ocorrerem.
5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informática sabe estar, no mínimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um erro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelência,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio de Janeiro, 18 Abril 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiências sobre como deveria ser dirigida uma "indústria de software e hardware", além disso era um presidente extremamente antipático e tomando decisões psicologicamente inaceitáveis transformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos após, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo periféricos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensável futuro da histórica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma indústria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindível GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missão conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fábrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japonês chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de página inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasília informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador médio MC-9700. Primeiro e único médio brasileiro, e o próximo, uns 4 anos após, certamente seria um grande 360 no seu nível inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reúna todo o pessoal no pátio da fábrica às 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei até nas montadoras do chão de fábrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento histórico. **NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL.** Leia no capítulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um benefício para a J.C. MELO/SISCO como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa indústria de hardware e software, você obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silício) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem você encontra esse tipo de empresários-técnicos, gente que chora quando algo não dá certo e não por eventuais prejuízos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas você precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interações, e entender



profundamente como deveria ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual você somente aplica suas "boas" técnicas gerenciais e experiências de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salários dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se você dirigir uma indústria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durará muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais características desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Além da sua personalidade irascível, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso após algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco após algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militar e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 páginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implícito recado "É isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militar, acima das Leis.

Me "tomaram" US\$ 25 milhões, porém ironicamente eles fecharam a única fábrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrário.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em várias páginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forças Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuía toda a estrutura necessária (uma indústria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de indústrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguiram.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periódico Data News sob o título "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.



Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.

## Melo quer Cr\$25 milhões pelos 40 % da Sisco

— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud voltou com circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuições. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia 1 de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, e elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud; à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares

e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que lá me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque está violando e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud; portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse interim eu ia à empresa meia hora por dia e não

participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Havia várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia arguir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomadas várias providências: ação trabalhista, civil, inclusive ação criminal por violências e presões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mande uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando

na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicada na íntegra, na outra página).

— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais poderiam acrescentar. O que o senhor acha disso?

— Isso é impossível. Primeiro que sai de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mudar-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília,

operava por espasmos de direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a

Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre rejeitei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese é que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Drees. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

— O que você pretende fazer agora?

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a I.C. Melo Informatica Ltda, que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei comente com periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos.

**Q**uais as providências que agora pretende adotar?

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, consequentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nesta tentativa pretendo provar que a intervenção da SEI é uma condição sine qua non para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, consequentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas consequências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a

principal finalidade da representação. Se em porventura não conseguir essa intervenção terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua consequente volta à Sisco?

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitará a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido

na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

Como vê a situação de secretário especial de Informáticas de que ele não interviria na questão Sisco?

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Genari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, e que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobr, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamentos prontos da Data General. Isso é mal.

Melo — Existiam as duas opções. O Dr. Maksoud, mal informado, como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, eu sei que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. Escontei o que eu previ. Os elementos jubelando, por falta de algumas condições, não conseguiram que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa de prejudicamento do Dr. Gennari em paralelo. O Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, uma decisão ilegal e amorai. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da

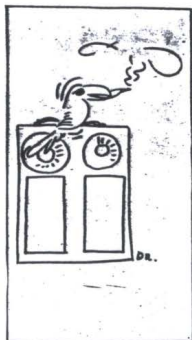
empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreu num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começariam a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?

Melo — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco

Segue





tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

Está também havendo falta de recursos financeiros?

Melo — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita frequência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?

Melo — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreojas seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?

Melo — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararelli e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud deveria confiar mais, vamos dizer, nos seus indios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para surpresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

Após sua saída você sofreu algum tipo de pressão?

Melo — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não leva muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?

Melo — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível; pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista, remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

## Carta aos empregados da Sisco

São Paulo, 10 março 1980

Meus amigos da SISCO

No dia 29 de fevereiro eu fit uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.

Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...

Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com violência e as pressões com pressões, sou obrigado a re-meter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.

Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (já vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.

Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.

Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.

não voltasse mais para a Sisco (sic). Quería até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.

Explicou-me a Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e por isso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.

E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).

Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedi-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escrevi-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso; — Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr\$ 25 milhões, extremamente razoável porque o backlog da Sisco para 1980 é de Cr\$ 750 milhões; — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura; — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.

Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desapareceu a semana com pressões menores. Considerei-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente. Isso era o que desejava explicar-lhes, assim de que todos compreendam a tola mentira que abandonei a Sisco. Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebi de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma

ELAS

est. ficando com o foi  
feito de 11/2/80, de  
com o Dr. Maksoud  
e o fato de vocês  
estarem em peso ao  
meu lado, vocês que  
construíram essa  
empresa-padrão comigo, é uma

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr. Maksoud era o proprietário (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais



responsabilidades sobre o uso do Bliss-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmática, realista e lógica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

## **CAP04**

### **A FABRICA STRATUS**

Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes electronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição também possui uma prova juridica.

Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Esse texto também relata como foi o meu pedido de asilo político aos Estados Unidos e as suas consequencias.

Esse texto também narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.

Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo político aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasio, como veremos a seguir.

Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo político, e eles me fizeram entrar e sentar.

Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitei ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.

Haroldo de Barros Collares Chaves Rio, 24/10/77

Meu querido amigo Dello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17. último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza de seu permanente sucesso.

Abraço do amigo Carl

Haroldo Chaves

para uns 30 Presidentes de indústrias eletroeletrônicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos já as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos): "Melo, você não irá para os Estados Unidos, não vamos deixar você fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronic, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a técnica usada antes do advento dos satélites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (também um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fábrica do setor e você será o seu Diretor Técnico e lhe daremos 25% das ações."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas você bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura indústria irá sofrer-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a Diretoria do Sindicato irá a Brasília falar diretamente com o Presidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a indústria Stratus Informática, sendo o seu primeiro produto um telex eletrônico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecânicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura técnica da fábrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (já fabricado) à imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e também o Jornal do Brasil o testou com êxito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a indústria Stratus Informática.

Sua comprovação (inclusive jurídica) é muito fácil, sendo suficiente comparar (nos arquivos do Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,
2. a data da sua aprovação pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua análise e aprovação ou não.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Além disso, temos uma segunda comprovação jurídica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no início do projeto, os detalhes técnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porém durante esse período de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porém com alguns circuitos eletrônicos e softwares diferentes para outras finalidades), até o de número 309 se não me falha a memória. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acréscimos não teriam sentido.

O "por que" e "para que":

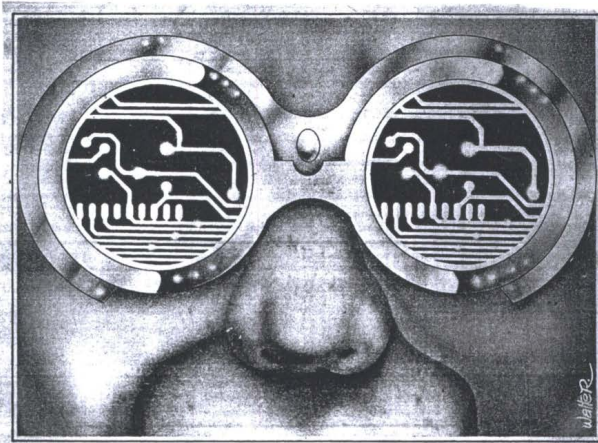
Durante esse longo período de "congelamento" meus três sócios mencionados neste Capítulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva já era insana, caso de tratamento médico.

E fizemos três reuniões da Diretoria, no início das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrível Política Nacional de Informática" (o book 1), com críticas técnicas e políticas ao modelo da reserva de mercado. E de vez em quando, as mídias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira página do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministério das Comunicações. E me solicitou uma cópia (antecipada) do livro. Como era do



pesquisa em sem  
Com um orçame  
milhões de dóla  
10 a 15 milhões p  
1983, universida  
nizações de pes  
trabalhando em  
integrados "cont  
petição japonesa".

## O que mud na reserva mercado

Rio de Janeiro  
mentar os efeitos  
tecnológica na ár  
cado reservada  
nacional desde  
empresário Edst  
diretor da Scopu  
em exercício da  
introduziu um d  
mais polêmicos  
Seminário de Polít  
de Informática,  
pelo Clube de En  
ocupação da faixa  
micro, preocupa  
nacionais. Página

**Exclusivo:**  
**trechos do livro de J.C. Melo**



tenho somente datilografado e ainda sem revisão."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois eu soube que o MC fizera 400 cópias xerox desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministério, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteúdo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsão") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as três anteriores, eu liberava o meu cargo porém os sócios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer soluções", a essa altura eu só desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros métodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena gráfica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 técnicos de sua confiança. Foi a Gráfica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agência responsável, quer pelas cópias xerox distribuídas pelo MC mas também porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira página



"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datilografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas especificações, para que mercado, índices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estar no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Vejam o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "aprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c

-93 Resposta - backup... <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/e-Sic+telex/142c90fd74f33a17>

e-Sic telex



Move to Inbox

More

### Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Resposta

Inbox x

sic <[sic@mct.gov.br](mailto:sic@mct.gov.br)>  
to me

1

Prezado Senhor João Carlos Melo,  
Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização ( autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocês."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

## **CAP05**

### **TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO**

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressao digital.

A Aeronautica entao tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita conviccao do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da deteccao e navegacao automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta e uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu nao estou participando de um campeonato de tecnólogos. Minha finalidade e somente narrar as perseguicoes que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso e um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participacao seria somente no seu projeto no que se referia a sua



computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matemática Teoria Geral de Controle (uma matéria até hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse míssil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronáutica em São José dos Campos. Seria somente isso, pois para começar eu não conheço aerodinâmica, a qual deve ser uma das matérias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porém também disponível para quaisquer outras aplicações em tempo real com altíssimas velocidades, o qual eu já havia programado em outro projeto também crítico, e era essa característica que me faria programa-lo para a rapidíssima função de transferência do míssil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então já há uns 25 anos, alias hoje há 65 anos contínuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as mídias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esquecendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasília para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia às 14 horas, no seu gabinete no Palácio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais alvos, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na matéria) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agências responsáveis, os maus empresários, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasília, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scène" dos Governos militares em Brasília. No almoço inteiro ele tentou me convencer a não ir a essa reunião. Porém eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porém é o mais perigoso do sistema."(sic)

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porém a cada tema técnico/político discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reunião, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estávamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitáveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Ótimo", se despediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer consenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas mídias, só traz prejuízos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões públicas sobre as suas discordâncias técnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoável, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, já eu ia me despedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic). Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasília para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostaríamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato técnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programável, chamado MIC-1000, porém especial para um projeto que exigia altíssima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais rápidos chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num míssil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma notícia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficiais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

-----  
"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidade de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos computadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."  
-----

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnológico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautica de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factível, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computação de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do escape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em fazê-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

## Anexo C05-a

### JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistiram hoje, em Washington, a uma palestra da presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MICO-1/00, alcançaram resultados considerados excelentes naquela país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de draw-back, para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factível, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei muito entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua cópia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Brasiliense numa data da qual não me lembro, porém poderá ser facilmente encontrada numa busca eletrônica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronáutica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente técnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionário da SEI: "Como diretor de uma associação de informáticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Política Nacional de Informática, na nossa sede em Brasília, palestra essa confidencial e sem a presença das mídias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda-feira seguinte, no Rio, de manhã, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longínquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidência criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agências do Governo. Não existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um técnico experiente (essa a razão do convite) e não como um político. Esse fato está narrado no livro de 1982, na sua página 30.

O Senador disse: "Um repórter do Correio Brasiliense me telefonou. Você o leu hoje?"(sic) Respondi "Não, não leio jornais de Brasília."

"O General Venturini o está acusando de ser uma fraude, pois você lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca você não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis conseqüencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvolvimento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das mídias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que órgãos que lhes eram subordinados (já acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto



complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião  
nao o havia finalizado) e muito provavelmente  
perdendo tempo e dinheiro.

Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de  
desmoralização perante as midias impressas.

## **CAP06**

### **PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO**

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrível Política Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o período do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueci, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continui autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:

**"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.**

**Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o que estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.**

**CAP07**  
**MEU APELO PUBLICO AO**  
**PRESIDENTE GEISEL**

Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.

Abaixo incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Geisel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.

O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real."(sic)

E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasília e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".

Observem este paragrafo da referida carta:

-----  
"Justifico-me a esse modo quase insolito de  
dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a  
impossibilidade de pessoalmente levar ao  
conhecimento das autoridades do vosso primeiro  
escalão estes meus reclamos, quer antes do advento  
dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)  
-----

No dia seguinte (2a. feira) as 9 horas da manha a  
minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um  
General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala  
de reunioes. E de cara feia."(sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o  
General Mariath, General-Diretor de Processamento de  
Dados do Exercito, junto com dois de meus  
assessores, Coronels "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao  
Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O  
Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o  
Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera  
preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não  
ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer  
esee investigação, mas sim escolheu uma pessoa da  
sua maior confiança, o General Mariath. Como eu  
soube depois, os dois eram amigos intimos, e o  
Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e  
nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao  
resto do Governo que estava sendo por mim  
denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena  
fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu  
continuadamente notava, pelas suas feições,  
aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles  
não viram uma grande fabrica como talvez  
esperassem, mas sim uma pequena porem  
efetivamente fabricando computadores em todas as  
suas etapas (computadores, e não os atuais simples  
PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos  
impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas despedidas, eu  
falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase  
sobre uma minha possivel prisão. O que posso  
esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido,  
fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de  
terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação há mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porém quando tentou fazê-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fábrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forças Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exército) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso já diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então já era impossível criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nítida impressão de que eu estaria discutindo um "empréstimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E então o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo



"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E também "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades saíram nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasília" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeça sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longa vida.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faça a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que também não aceitei, o

agradei porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrível porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m<sup>2</sup>". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coronéis que o acompanhavam. Mas de vez enquanto eles se olhavam e eram visíveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m<sup>2</sup> e com somente um engenheiro auxiliar mais dois tecnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiram. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

pedir-lhe para me convencer a aceitar o empréstimo do BNDE ou no mínimo associar-me somente com um dos outros interessados, porém não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasília) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.

## **CAP08**

### **QUEM ME PERSEGUIU?**

Neste capítulo, faço uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porém não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agências do Governo. Porém as minhas denúncias públicas eram contínuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agências foram narradas no livro de 1982 portanto públicas, além de amplamente publicadas pelas mídias. Foram críticas públicas e dirigidas às agências governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Além disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos indivíduos responsáveis, com exceção da narrada no capítulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agências e seus dirigentes, como é óbvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas mídias, ou na Justiça, ou com uma minha prisão pois estávamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agências não pode ser responsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem públicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se vê nestes 2 livros, muitas têm provas jurídicas.

O melhor será dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capítulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e também no livro de 1982 nas suas páginas 44 e 45.

Nos Capítulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capítulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretária Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.
2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabilidades da Política Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.
3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabilidades tecnicas e industriais da Política Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.
4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capítulo CAP07.
5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.
6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Política Nacional de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capítulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,
7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado



# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA  
IMPRENSA

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que “é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional”, concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista estatizado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque “não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade”.

## INVIALIBILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática, bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês e seus 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

## DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a esta-

tal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acervo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções as vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou seja, a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resolução, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de uma definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxito a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relação preço/performance de software, idem de hardware, etc., é totalmente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

## MONOPOLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio aborrecido política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenciam-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.



# 

que país em desenvolvimento, só desenvolver-se e sobreviver. Depois, veio ensinar eles, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de hardware e software em real-time, na qual já treinou mais de 1.500 alunos alienados e centenas de empresas, entre as quais a Gemil, Purmas, Light, Ialiminas, OVID, Talcobrás, Unilab, Cospar, CSN, CIA, Alcominas, Eletrobrás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

— Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computers e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo mesmo, então, preferia importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abineae.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

“Companhias que me acatavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante” o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento”.

Continua mais abaixo:

“A Cacex deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando, finalmente, foi oficialmente numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebeu carta que embora perigosa do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line”.

Ediz mais adiante:

“O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Abineae, quer na Cacex, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como imperioso”.

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de esculpir uma régua a essa pechinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitores de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projetado pela Cobra: “um terço a um quarto mais barato”, diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, deram origem às pressões do grupo Digibrás.

### As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um voto, controle para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Bader para a instalação de sua fábrica em Itaipava a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens finan-

ceiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Baderp, a quem caberia o financiamento das obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após oitiva da Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o On-Line 5 005 “está sendo vendido normalmente”.

— O novo modelo 8 000 será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do 5 005. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender 5 005 e 8 000 em lote, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmistificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmistificado, por uma simplificação do problema já custou 90 milhões de cruzadas ao Governo.

### Conclusão

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a anoral. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A anoral é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguido a miúdo, firma e outras que pretendiam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlada todas as compras através da Cacex, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas críticas publicas na época da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justiça ou não me responderam nas mídias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a época da politica nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exército) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas mídias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos níveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto índice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exército) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exército da politica nacional de informatica do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro

computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como já narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da política nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

#### Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais gerais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da política nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

#### Militar 3:

Desde o inicio da política nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cibra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindíveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o ótimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da política nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuamente sofria. Uma publica

Anexo C16-a

*Caro amigo...*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente não de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*João Carlos Melo*

BSB, Out 79

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS  
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS  
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.S<sup>a</sup>.

Atenciosamente

2º GPT ENG CONST  
Est PONTA NEGRA Km5  
69000 - MANAUS - AM

*João Carlos Melo*  
(TEL - (092) 234-3325)

## **Chefe do EMFA recebe J. C. Melo**

Brasil — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores, no Brasil, encontrou-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Fogaça.

Por considerar que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, dadas que contém com participação acionária nacional — o Sr. João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Fogaça e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-abieta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr. Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo as tomadas de medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Distinto em parte e da forma como isto vem sendo feito".



discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emocao que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tao equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercicio, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguicoes tambem não foram na gestao do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguicoes a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especializacao.

Na agencia SEI,, na gestao do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma peticao oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricacao dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informacoes da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informacoes da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informacoes, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,



política e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## **CAP09**

### **PERSEGUIÇOES ADICIONAIS**

Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capítulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capítulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.

Na realidade esses perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas páginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capítulo CAP01 deste book 2.

A minha secretaria também não registrou dezenas de telefonemas típicos das "investigações" do Governo, facilmente identificáveis por causa do seu ruído de fundo típico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)

Eles tinham por mim um ódio inexplicável e eu nunca inspirei ódio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.

Esse ÓDIO ESTA VISÍVEL, por exemplo, no Capítulo CAP04, quando pressionaram meus 3 sócios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto político ou técnico, mas comprovadamente um ódio.

Também esse ÓDIO ESTA VISÍVEL no próximo Capítulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicidou no Viaduto do Cha e naturalmente a Polícia abriu um inquérito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa própria a Polícia de São Paulo pressioná-la por um indiciamento.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exército para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

**CAP10**  
**COBRA DIFUNDIA QUE**  
**EU ERA UM CONTRABANDISTA**

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletrónico, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

### 1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões políticas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

### 2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

### 3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasio) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele flizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

#### 4. O QUARTO EVENTO

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exército e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

-----  
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."  
-----

#### 5. O QUINTO EVENTO

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..



**CAP11**  
**TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS**  
**GANHAS PARA COBRA**

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrência pública porém posteriormente a repartição (a agência do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu militare, ao arripio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diario Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

-----  
"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrência e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

-----  
" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feita de contratos sem concorrência publicas mas inteiramente politicos."(sic)  
-----

## Cobra é acusada de monopólio

BRASILIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasileiros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compra nos quais não se incluem avanço tecnológico e preço baixo como itens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Nello, presidente, segundo afirma, da "única companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores" que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleto e de difícil comercialização."

**CAP12**  
**EU DENUNCIEI AS ACOES**  
**DE COBRA AO CADE**

A situação chegou a um ponto tão insuportável que resolvi dar uma longa entrevista de página inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica por causa dessa e das outras práticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de página inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala por si. O seu cabecalho tinha a dimensão da página inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possível o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,
2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,
3. sempre escondendo o problema,
4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

# Empresa de computador

O Grupo J.C. Melo Ltda., único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

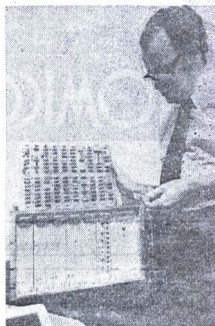
"Esta organização tem sido

vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Consequentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado

Há 20 anos trabalhando com computadores há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

Tem sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou invável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois sub-setores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários à atividades de empresas e particulares.

Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro subsector, mais conhecido pelo seu nome inglês de real-time, é em-

presarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o hardware do software. Explica João Carlos Melo que o hardware refere-se ao computador "propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O software trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o hardware pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o software é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma joint-venture com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr\$ 50 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal do computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizada. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, o uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em real-time. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o hardware e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em contatos com industrial. Antes trabalhara em hardware no Brasil e no exterior. Depois deu lá fora pois, no Brasil, como em qu-

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeiros a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criação da PNI não poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o órgão exatamente adequado para esse tipo de denúncias.

## **CAP13**

### **A PRESSAO FISCAL**

Um dia, minha secretaria Edna me informou:  
"Chegaram um Coronel do Exército (fardado) e mais 5  
fiscais. Estão na sala de reuniões."(sic)

Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um  
inacreditável "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal  
na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)

Diante dessa inacreditável pergunta eu logo percebi a  
finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos  
os acessos necessários, não necessitando me  
perguntar isso."(sic)

Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram  
embora dizendo que "Voltariam na próxima semana  
para examinar todos os impostos da empresa."(sic)  
O que aliás não aconteceu

Como é óbvio, o objetivo era uma tortura mental com  
um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais.  
O que mais me impressionou foi a audácia do Coronel.

Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma  
audiência ao General Moacyr Potiguar (Ministro Chefe  
do Estado Maior das Forças Armadas), em Brasília, o  
que está narrado no Capítulo CAP08 subtítulo Militar 2.

E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu  
fui visitado por um Coronel do Exército, acompanhado  
de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não  
sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).

E o Ministro Potiguar respondeu, rindo: "Nos também  
não, Dr. Melo".(sic) E todos riram.

Referiam-se ao poder ilimitado das agências  
controladoras da PNI.

Certamente esses fiscais decidiram não voltar por  
causa dessa visita ao General Potiguar que foi



publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma atuação do próprio EMFA para desmascara-lo.

Perda decorrente desta perseguição: Psicológica, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressões/perseguições que eu continuamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possíveis repercussões publicas dessa visita.

## **CAP14**

### **O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA**

Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memória (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.

Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido muito penosa, porem obrigatoria.

Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.

Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.

Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultoria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.

Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir

artigos técnicos em inglês para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o inglês porém sem ter uma formação acadêmica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nível para as necessárias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anúncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquanto ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relacionada a uma gravidez. Era uma suposição, porém creio que ela era uma verdade porém nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Além disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que também estava envolvida com drogas. Mas no início era somente outra suposição. Porém um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepam de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Polícia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a despedi. Ela me implorou para continuar, porém não concordei pelas possíveis consequências, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviária, "despachando-a" num ônibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso foi feito.

Nunca mais soubemos dela, o que aliás não teria sentido pois todos estávamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Dois a três semanas depois, de surpresa um policial apareceu no meu escritório e me levou a Polícia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilômetros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porém não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicídio.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importante, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".(sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos íntimos do diretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idônea e respeitável, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das mídias impressas.

Alguns dias depois voltei espontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr. tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasília investigar o caso e que ele informou que também teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasília (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguém do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasília?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicidio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrível "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasília, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depois uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cúmplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquivar-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou já encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Maio 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidência" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.



Anexo C23-a




PODER JUDICIÁRIO  
SÃO PAULO

FABIO BASAGLIA

Diretor(a) da Divisão de Processamento  
de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca  
da Capital do Estado de São Paulo, na  
forma da lei, etc.

MENTO DE INQUÉRITOS E  
DA JUDICIA  
O DE PROCESSAMENTO DE  
ATOS JUDICIAIS  
DO SALGADO TRECCALLI  
TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A .

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo  
os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou  
constar a distribuição de um inquérito policial em 14/11/86, re  
gistrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS  
DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco  
brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filha de Carlos Rodri  
gues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como  
vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que,  
referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime -  
contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM. Juiz,  
datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou-  
fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu,  Milton de Al  
meida Filho, escrevente, datilografei e assino. ---.---.---.---

FABIO BASAGLIA

DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO

## **CAP15**

### **A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES**

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietaria) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licenças de importações para os seus equipamentos." (sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele também não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluíram que "os argumentos do Melo seriam irresponsáveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## **CAP16**

### **O COMPUTADOR MEDIO MC-9700**

Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.

MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.

Voltando ao meu computador medio MC-9700:

Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.

A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.

**EVENTO 1:** Novembro 1978, a minha promessa:

No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)

**EVENTO 2:** Maio 1979, a pressão da CAPRE:

Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de

## Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 119 CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — “não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional”. Segundo ele, “quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande”.

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: “Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pletearsem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica”.

Fábrica. Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

Elite. A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir “uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil”. São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Feirão Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como “a grande universidade” de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

Software. A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

## **Sisco afirma que a Capre fez pressões**

*COMUNICAÇÃO*  
O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria. A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atribui as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Suceasi, já com 59% nacionalizado.



26 oficiais do II Exército que fez uma visita coletiva a minha fábrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida notícia bem explica a principal razão dessa não-fabricação:

-----  
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançará no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)  
-----

O outro lado (CAPRE, COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denúncias públicas, ficou totalmente calado pois não poderia respondê-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existência de qualquer problema no plano físico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema técnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 já então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informática, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porém o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador médio. Aliás, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um médio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do médio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador médio MC-9700, veja no anexo C25-c uma notícia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa técnica" e não aprovassem o grande "perigo", o médio da IBM, portanto decidindo que "já existindo um brasileiro não podemos aprovar um estrangeiro."

## Médios: Capre aprova projeto

BRÁSILIA (EBCursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C. Melio — Henry Maksud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

### MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr\$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr\$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr\$ 30 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovação do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que também não teria importância pois nessa ocasião da provável minha "não-fabricação" o meio da IBM já teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o meio MC-9700 já fabricado

Vejam no anexo C25-d uma notícia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses após da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fábrica, e as suas extraordinárias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, características estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom técnico da área.

Conclusão:

Essa cronologia mostra inequivocadamente como agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeito pela opinião pública, pelas mídias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informática. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais gerais que mais acompanhavam a Política Nacional de Informática PNI.

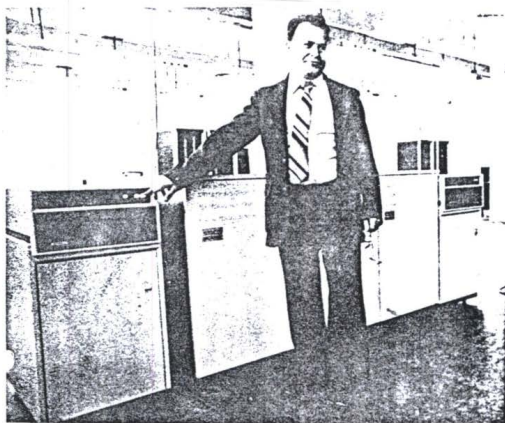
Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porém foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agências controladoras da PNI terminaram por mata-la.

As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,
2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nível de um IBM 360 básico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns países desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu já tinha um "360" na cabeça, ou seja fiz o microprogramado com o código de instruções do 360 modelo básico da IBM, o que seria válido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou até demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (básicos e outros) pois

## Anexo C25-d



Na fábrica da Sisco, *de Melo* mostra o MC-9700

MÉDIOS

## Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para o próximo ano.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr\$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware*; *floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB (2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test*; *Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na sé-

rie MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o homogeneamento do multiprocessamento (quer em *hardware* ou *software*) e um poderoso código de instruções (Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, os responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais — características *standard* do modelo MC-9700/2xx — que permitem o uso de técnicas avançadas de *data recovery*, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB.

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanço. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

**CAP17**  
**PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME**  
**COMO SEU PRESIDENTE**

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronic Data System EDS era, na ocasio, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasília, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".



E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estados Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

**CAP18**  
**A NAO ACEITACAO DA SEL e da**  
**J.C. MELO QUE JA FABRICAVA**

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima ( $R(t)=x$ ). E essa clausula era incluída em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguém comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolph tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US\$ 100,000.00.

E Mr. Randolph e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL já havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Havíamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (financeiro, técnico, etc.) já haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guarany, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviável pois ninguém iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos êxito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro sócio estrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatório das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissão" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e instalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informática, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intuí que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fábricas.

Um país sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e estrangeira para instalarem-se no país.

**CAP19**  
**A PROIBICAO DA INSTALACAO**  
**DA MINHA FABRICA EM CURITIBA**

Narremos agora sobre a proibição (através de um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitiba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante de satélites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus próprios computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Controla) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potência tecnológica. Além de uma empresa líder em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu já conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Há uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justiça de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dólares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Você me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu só cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisaríamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automático para um metro, então o mais avançado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuía na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrência, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnológica e que já tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justiça. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora caríssimo, e ademais para uma área de altíssimo padrão de vida (a Bay Area, o também chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automático (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de vários minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso já público, a Municipalidade resolveu contratar 3 técnicos todos estrangeiros pois seria complicado contratar técnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem prévias relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um inglês e um alemão. Não para entrarmos no mérito da questão e acharmos o responsável, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possíveis causas. Trabalhamos um mês nos escritórios do Bart, juntos com os técnicos das 3 partes, e entregamos o relatório final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocávamos impressões entre todas as partes, e todos concordávamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido à justiça, pois não existia a mínima hipótese da justiça (e com sua "perícia" em software) definir as responsabilidades. Já fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, já naquela época eu pensava num sócio norte-americano da área.

E tempos depois indo à sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus próprios computadores não o faria no Brasil até por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantástica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NÍVEL, e



com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica estrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

**CAP20**  
**O KAFKA BRASILEIRO:**  
**AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA**  
**TECNOLOGIA**

Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.

Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria estrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convença-la" do quanto isso seria importante, repito convença-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco esplendido.

**Responsabilidade social:**

Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.

A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em beneficio da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etc.

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informática neste milênio digital o Governo militar brasileiro através das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Política Nacional de Informatica PNI.

A Política Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas estrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,

2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

## Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário **João Carlos Melo**.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política, decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da

estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explica que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assíncronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Bürosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

## Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução lançada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o

primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Büromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

10 - 10/10/74 - 10/10

## **CAP21**

### **O CRIME DE LESA PATRIA**

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compatíveis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fizesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores



anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como também sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incríveis Política Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existiam centenas de empresas em todo o mundo especializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Até do sistema operacional do 360 já existiam dois softwares disponíveis.

## 2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu início. Antes de fabricá-lo, eu passei duas semanas na Califórnia para adquirir essa tecnologia. E por isso, como era do conhecimento de toda a classe de informática do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuário executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E também no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, através da sua agência "controladora" da informática nacional não sabia o que era microprogramação, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu sou responsável por minhas ignorâncias e não as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a área de informática do Brasil que ele não sabia o que era microprogramação e por extensão o que estava "controlando". Mais um tiro no pé.

E os MB-8000 e meio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidência, o IBM 360 também, uma microprogramação nominada por ela de "microcode".

Para compreender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossível" fabricar um 360 e portanto muito provável terminá-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 microprogramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos não usam microprogramação. Todos eles têm um circuito eletrônico específico para performar uma função específica, por exemplo se a função é um AND esse AND tem o seu hardware específico, se é DELETE idem, se é COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funções específicas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que você deseje combinando essas instruções, você cria a função de transferência desejada. Como se esse

código fosse a língua na qual você está escrevendo.

A microprogramação é completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memória especial (ROM, read only memory) que você não vê ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma espécie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante é o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo ao código de instruções de outro computador, é mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois você projetista será obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não terá a liberdade de criar as instruções que você quiser. E se você criar instruções de máquina diferentes, não usará quaisquer softwares disponíveis e terá que desenvolvê-los, o que em tempo lhe custará não sei quantos milhares de vezes mais. Neste caso você criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Aliás, foi isso que tentou fazer a incrível Política Nacional de Informática há 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de São Paulo.

Bem, como eu já disse adquirir essa tecnologia da microprogramação na Califórnia e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o código de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessário projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a três para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em três a quatro anos já estaria lançando o seu 360 na sua versão mínima.

E o brasileiro 360 já existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro país do terceiro mundo a fazê-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresário com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US\$ 25 milhões e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas é impensável estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportável, por causa do óbvio preço menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a preços altos por causa do seu altíssimo overhead resultante dos seus serviços técnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou estrangeiras, fariam os seus cálculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de serviços técnicos e administração e alguns problemas técnicos mais fáceis, como os I/O para os periféricos de vários fabricantes, etc. Porém nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor dúvida, pelas suas consequências em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Pátria. Num regime mais "duro", como na China ou na Rússia, seus responsáveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem irá ressarcir o Brasil, por este crime de lesa pátria?

J. C. MELO

***A Incrível  
Política Nacional  
de Informática - 2***

MIAMI - FLORIDA  
2017

**ESTE LIVRO É DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguar,  
Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**



## **INDEXES**

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

### **INTRODUCAO**

#### **Capitulos:**

- CAP01. Perseguições incluídas no livro de 1982
- CAP02. Por que volto a este assunto apos 40 anos?
- CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
- CAP04. A fabrica STRATUS
- CAP05. Tentativa de minha desmoralização
- CAP06. A proibição do livro ser publicado
- CAP07. Meu apelo publico ao Presidente Geisel
- CAP08. Quem me perseguiu?
- CAP09. Perseguições adicionais
- CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
- CAP11. Transferencias de concorrências ganhas para COBRA
- CAP12. Eu denunciei as ações de COBRA ao CADE
- CAP13. A pressão fiscal
- CAP14. O suicídio de uma empregada
- CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
- CAP16. O computador medio MC-9700
- CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
- CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que ja fabricava
- CAP19. A proibição da instalação da minha fabrica em Curitiba
- CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fabricas de alta tecnologia
- CAP21 O Crime de Lesa Patria

## INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrível Política Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluídos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e também de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Política Nacional de Informatica PNI.

### book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrível Política Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Política Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

### book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contrária a Política Nacional de Informática do Governo, e somente agora, após longo exílio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis políticas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa política nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationale francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgástico para quem começou nessa área (controle de processos por computadores em tempo real) há mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analógicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dólares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e científicos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notável transição do computador analógico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analógicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matemática quer na ídeme conceitual, matéria imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu país de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vingança o que aliás não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruíram um sonho, além de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informática, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipses da informática que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuamente pois há uns 8 anos eles eram somente 15. Aliás essa perda do status de Nação atingirá aproximadamente 180 países e não somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017  
J.C. Melo

**CAP01**  
**PERSEGUIÇOES INCLUIDAS**  
**NO LIVRO DE 1982**

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porem este livro narra fatos ocorridos ha 40 anos atras, dentro dos regimes militares de entao e antes do meu exilio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentaveis. E ambos nos anos que comandavam a entao Política Nacional de Informatica PNI através das agencias governamentais. Resumindo, foi outra epoca com outros operadores e metodos, e nao a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela epoca sao os responsaveis pelas perseguições e torturas mensais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois periodos completamente diferentes, com metodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiencia destes 2 livros sera propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua materia (politica de informatica, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 linguas, portanto devo evitar interpretações dubias e resultantes de distancias.

Nem todas as 104 torturas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluidas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na epoca não foi possivel incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das serias ameacas recebidas. Alem disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameacas por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capítulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, são as antigas perseguições.

b. Em capítulos específicos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluídas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluídas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fábrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porém inclui no Capítulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C. MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capítulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torná-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J.C. MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inúmeras perseguições nesse período 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa específica,



mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrenca".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

## Industrial critica a concorrência estatal

Da sucursal de  
RIO

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itat para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

### NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas

para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e ~~se tem~~ ~~começa a aprovação do projeto~~ ~~do Modelo~~, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US\$ 200 a US\$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

### "MODELO JAPONÊS"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

### IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico". O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".



tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Segurança Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na área de informática então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itautec, porém ninguém conhecia o seu conteúdo. E não estou sugerindo um acordo ilícito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provável acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possível criar a Itautec sem as suas críticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel através de uma carta aberta publicada em jornais de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inúmeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autêntico e não estou com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo e não sou político ou comunista. Não vejo a mínima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido público ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho até ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capítulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovação, que está narrado no Capítulo CAP07 deste book 2.

**CAP02**  
**POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO**  
**APOS 40 ANOS?**

Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,

1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",
2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Política Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".

Na França "torture mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".

Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.

Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Política Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa desconstrução foi o



início do completo desastre que foi a futura Política Nacional de Informática PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o início dessa página 24 do livro de 1982:

-----  
"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências número 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigor a Lei porém auxiliada por algum órgão técnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso específico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Providências número 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua proteção a não ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

-----  
A continuação deste texto está na página 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":



1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vítima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

**abinee**

Página 146  
Anexo 1.1.1.A

Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentil e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

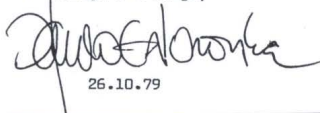
Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,



26.10.79

principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,
2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,
3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de política nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar países surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande país continental porem com tudo ainda a ser feito. Após a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a família real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saúde, segurança, desenvolvimentos empresarial, industrial e científico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação política perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta política nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossível) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Política Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa pátria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa pátria.

E ninguém da área de informática (mas ninguém mesmo) teve a coragem e o civismo de continuamente dizer publicamente "Tudo isso está errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inúmeros prejuízos (familiares, profissionais, financeiros, psicológicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismável pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu início, de todas as pressões/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele já faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, também tinha conhecimento dessas mesmas pressões/perseguições.

Uma prova disso é que no seu admirável livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e está na sua página 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador...". Veja essa página no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas páginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Técnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porém pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na área comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razões: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a única empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novíssimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os básicos do controle em tempo

## Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa



real por computadores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasião, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baía da Ilha Grande, que recebia até 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos contínuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações técnicas para a concorrência internacional, a referida concorrência e a sua análise e decisão, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil até então, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de válvulas, e um sofisticado (e único) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Brasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de óleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema já havia preparado toda a descarga, o que diminuía o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e válvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) foi pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista árabe sobre petróleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petróleo da Arábia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no país, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e não voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Também a vida na Arábia Saudita não era fácil, para beber um simples copo de cerveja você teria que fazê-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analógica que existiam então há uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudência a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpriu.

Simultaneamente já se começava a difundir, no Brasil,

a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressões/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressões/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos técnico e público por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronômicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador médio MC-9700 (1979), equivalente ao computador médio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavorável (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a mídia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejável oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer técnica quer politicamente, era inviável por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providências, mentalmente eu não conseguia evitar vê-los como "Aprendizes de Friticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inúmeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiência no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem estrangeira e com a especialização em controle de processos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricações, e por causa dessa experiência técnica me foi muito fácil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militar e ao arpejo das Leis "humanas" e também das "tecnológicas") a fabricação

de computadores no Brasil, através da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrível Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opiniao de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e

nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então ícones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viáveis aceitáveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou não) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercado. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendedorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueço a moeda da época) e COBRA investiu 300 milhões, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossível.

Diante de minhas críticas (sempre publicadas pelas mídias impressas) e sem poderem responder-las, os Governos militares adotaram, durante vários anos, a estratégia de me desconstruir através de pressões/peregrinações de vários tipos, sempre subterrâneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denúncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim através das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto está narrado nos capítulos deste livro 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informática pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.



**CAP03**  
**A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO**  
**COM A AJUDA DO GOVERNO**

Este capitulo narra

1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.

2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".

A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".

Mas como poudo ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?

Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da política nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.

E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito



apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construídos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu pude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, através dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

## Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta

Inbox

x

sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

São Paulo, 28 Abril 1980

Recibido 197  
Anexo J.C.MELO

A Diretoria da  
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA  
Setor de Autarquias Norte  
Lote A Quadra 2, 1º andar  
Edifício DNRE  
Brasília - DF

1. OFICIO  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
POSSUI ARQUIVADA SOB Nº 15002  
SUSP. Nº

Presados senhores -

José Carlos Melo, Brasileiro, maior, ca-

saído industrial,

(Endereço retirado por motivos  
de segurança) 11 Setembro 1980

vem expor a V. Sas. o que se segue:

# HISTORICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatário, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE sabendo o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrência, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confir-

ma e completa o "Termo de Intenções e Compromissos".

1. "OBRIGADO DE RESERVA DE TÍTULOS E DOCUMENTOS"  
Nos termos da legislação em vigor,  
entreguei, hoje, via desta carta  
a seu destinatário.

Brasília-DF

de 15.80







## Anexo C03-c

JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.

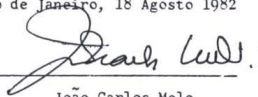
2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

3. Em caso negativo, quais as providências tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denúncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

  
João Carlos Melo

Endereço provisório: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS - ED. Ant.  
V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF  
Registrado sob nº 17802 Livro 811 - 3  
Protocolado sob nº 5167 Livro 2  
Brasília, 23/08/82

Recebido em  
5/08/82  
mu 019d



21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiência ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exército. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiência nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não só não decidir a respeito do processo mas também ao fato de que ela nunca sequer me dava explicações. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicações.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a própria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a única fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das ações. Disse que o Governo não iria entrar no mérito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faço uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licenças" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrário, o General Medeiros nem me receberia como é óbvio, pois não teria por que fazê-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheço a personalidade do Sr. Maksoud e ele não iria aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nós sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretário Especial de Informática da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua família morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido sócio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco "não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licença para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US\$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esqueçamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

## INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação de  
1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Makasoul publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desqualificação da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e

outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr\$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação traseira ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

#### 1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua família (5 pessoas), residência num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua família no melhor clube de São Paulo. Na cabeça do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiência do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informática como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituída corretamente, com um técnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiência do Sr. Drees era somente de direção de chão de fábrica de eletrônica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o mínimo. Foi um óbvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu sócio e não um seu empregado. E isso era frequente, diário.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o líder nacional da área, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações espontâneas dos empresários, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, então, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um único cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas finanças da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou várias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demonstrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o início da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 sócios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidráulica porém inexperiente como empresário, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalício na Hidroservice, com um pequeno salário porém suficiente para eles se sustentarem, para as



# Fórum

GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

\* líder nacional  
\*\* líder setorial  
\*\*\* líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80\*\*  
02 — Abílio dos Santos 81\*\*  
03 — Abílio dos Santos Diniz 78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\*/81\*\* — \*\*  
04 — Abrahão Kazinski 77\*\*/79\*\*/80\*\*  
05 — Adhemar Alves Bebian 77\*\*  
06 — Adhemar de Barros Filho 77\*\*  
07 — Adolpho Lindenberg 77\*\*  
08 — Adolfo Neves Martins da Costa 77\*\*/79\*\*/79\*\*/80\*\*  
09 — Alberto Alves Filho 78\*\*/79\*\*  
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares 80\*\*  
11 — Aldo Lorenzetti 79\*\*  
12 — Aldo Sani 81\*\*  
13 — Alex Pericinato 78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
14 — Alexandre Braune 80\*\*  
15 — Alfredo Júlio Resende 81\*\*  
16 — Aloisio Andrade de Faria 77\*\*  
17 — Altair Zaniolo 78\*\*  
18 — Alvaro Brito Bezerra de Mello 78\*\*/79\*\*/80\*\*  
19 — Alvaro Luis B. Catão 81\*\*  
20 — Amador Aguiar 77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77\*\*  
22 — André La Sagne de Botton 79\*\*  
23 — Angelo Calmon de Sá 79\*\*/80\*\* — \*\*/81\*\*  
24 — Antero Botelho Leite Castro 81\*\*  
25 — Antônio Carlos de Almeida Braga 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna 81\*\*  
27 — Antônio Ermirio de Moraes 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
28 — Antônio Gallotti — 77\*\*/78\*\*  
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares 77\*\*  
30 — Armando Carneiro 81\*\*  
31 — Armando Moraes Sarmiento 77\*\*  
32 — Arthur João Donato 80\*\*/81\*\*  
33 — Arthur Sendas 78\*\*/80\*\*/81\*\*  
34 — Atílio Fontana 77\*\*/78\*\* — \*\*/79\*\* — \*\*/81\*\*  
35 — Augusto Trajano A. Antunes 77\*\* — \*\*/78\*\*/79\*\*  
36 — Aureliano Albuquerque 77\*\*/81\*\*  
37 — Bernardo Geisel 77\*\*  
38 — Bruno Nardini 77\*\*  
39 — Caio Aurélio Domingues 79\*\*/80\*\*  
40 — Camilo Cola 81\*\*  
41 — Caribé da Rocha 81\*\*  
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira 78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
43 — Carlos Aníbal 79\*\*  
44 — Carlos Antônio Rocca 77\*\*  
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho 79\*\*  
46 — Carlos Chiti 77\*\*  
47 — Carlos Frederico Lopes Motta 77\*\*

48 — Carlos Mariani Bittencourt 80\*\*/81\*\*  
49 — Carlos Paiva Lopes 81\*\*  
50 — Carlos Renaux 78\*\*  
51 — Carlos Villares 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
52 — Celso Albano 81\*\*  
53 — Celso Rocha Miranda 77\*\*/80\*\*/81\*\*  
54 — Cláudio Bardella 77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
55 — Cláudio Regina 78\*\*  
56 — Cláudio Strassburger 80\*\*/81\*\*  
57 — Cletio Campello Meirelles 81\*\*  
58 — Clóvis Elói Battistella 80\*\*  
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81\*\*  
60 — David Saul Moskowitz 77\*\*  
61 — Delson Siffert 81\*\*  
62 — Denisar Almeida Arneiro 77\*\*/78\*\*  
63 — Derek H. Lowell-Parker 78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\*  
64 — Dilson Funaro 78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
65 — Edes Landin 77\*\*  
66 — Edgar Arp 78\*\*/79\*\*/81\*\*  
67 — Edison Fregni 81\*\*  
68 — Edmund Van Parys 80\*\*  
69 — Edson Queiroz 79\*\*/80\*\*  
70 — Edson Rodrigues Ferreira 78\*\*/79\*\*  
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães 79\*\*/81\*\*  
72 — Eduardo Celestino Rodrigues 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81\*\*  
74 — Einar Kok 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
75 — Eliezer Batista da Silva 80\*\*  
76 — Emílio Battistella 77\*\*  
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho 77\*\*/78\*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
79 — Ernane Galvêas 78\*\*/79\*\*  
80 — Eugênio Staub 77\*\*/78\*\*/80\*\*/81\*\*  
81 — Fabrisio Fasano 78\*\*  
82 — Fernando A. Souza Camargo 81\*\*  
83 — Fernando Garcia Cid 80\*\*  
84 — Fernando Pentado Cardoso 80\*\*  
85 — Fernando Roquete Reis 77\*\*/78\*\*  
86 — Fernando S. Gama Frota 79\*\*  
87 — Firmino Rocha de Freitas 80\*\*/81\*\*  
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães 77\*\*  
89 — Francisco Lima Souza Dias 79\*\*  
90 — Francisco Stedille 77\*\*/80\*\*  
91 — Fritz Weismann 79\*\*  
92 — Gabriel Donato Andrade 79\*\*  
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal 78\*\*/79\*\*/80\*\*

94 — Geraldo Alonso 77\*\*  
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima 77\*\*  
96 — Geraldo M. Bordon 77\*\*/79\*\*/81\*\*  
97 — Gérson Dias 80\*\*  
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79\*\*  
99 — Giordano Romi 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
100 — Giorgio Padovano 77\*\*  
101 — Glycon de Paiva 77\*\*  
102 — Helder Parente 77\*\*  
103 — Hélio Beltrão 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
104 — Hélio Moreira Salles 78\*\*  
105 — Hélio Pentagna Guimarães 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*  
106 — Helvício Gilson 81\*\*  
107 — Henrique N. Coube 81\*\*  
108 — Henrique De Botton 77\*\*/78\*\*  
109 — Henrique Guatimosin 79\*\*  
110 — Henrique Sérgio Gregori 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
111 — Henry Maksoud 78\*\*/80\*\*  
112 — Henry Victor Eichler 77\*\*  
113 — Herbert Victor Levy 77\*\*/78\*\*/81\*\*  
114 — Hercílio Luis Colação 81\*\*  
115 — Hermes F. Macedo 77\*\*  
116 — Hermínio Ometto 77\*\*/78\*\*  
117 — Horácio Cherkassky 77\*\*  
118 — Horácio S. Coimbra 77\*\*/80\*\*  
119 — Horst J. Happel 80\*\*  
120 — Hugo Crespi 77\*\*  
121 — Israel Klabin 78\*\*/80\*\*  
122 — Ivan Barreto Carvalho 77\*\*  
123 — Ivan Müller Botelho 79\*\*  
124 — Ivan Zarif 77\*\*  
125 — J. Murilo Valle Mendes 77\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
126 — Jaime Canet Jr. 80\*\*  
127 — Jaime Faria 78\*\*  
128 — Jaks Rabinovich 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
129 — Jamil Nicolau Aun 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
130 — João Alves Verissimo 78\*\*  
131 — João Carlos Mello 79\*\*  
132 — João Carlos Paes Mendonça 78\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\*  
133 — João Hansen Neto 79\*\*  
134 — João Havelange 77\*\*  
135 — João Machado Fortes 79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\*  
136 — João Pereira dos Santos 79\*\*/80\*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
137 — João S. Marinho Nunes 81\*\*  
138 — John Russel Warren 80\*\*  
139 — Jorge Franke Geyer 77\*\*  
140 — Jorge Gerda Johannpeter 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
141 — Jorge Wolney Atalla 77\*\*  
142 — José Antônio Alencastro Silva 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*



escolas das crianças, etc, em troca dos 40% que ela possuía, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porém mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio também economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opinião. Que pela sua longa amizade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidências, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram típicos do sr. Maksoud. Mas as evidências eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salários e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "serviços prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "técnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anúncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua própria revista Visão e nas várias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmão.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de férias (aliás, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

## 2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das férias, já preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretária assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra você. Mas você está tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que você seja o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretária ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente fictícia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Fevereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

### 3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saída, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhosos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletrônica. Na cabeça dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees estranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheço ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do

Anexo C03-f

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980

*Will.*  
Página 148  
Arquivo 1.2.A02

Ao

Dr. Henry Maksoud

São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos, fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feito.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei, tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entrando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido, foi demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor.

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr\$ 25 milhões, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr\$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr\$ 500 milhões preço de mercado. Por isso, e pela óbvia pressão que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito - o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr\$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que obviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgência da sua resposta é resultante do seu próprio ato, pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violência contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

  
J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira jurídica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposita baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saída. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US\$ 300.000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na difícel posição de "se virar" com os computadores sem as suas peças sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram êxito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

## Anexo C03-g

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisório à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expor a Vossa Excelência o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o indivíduo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apoio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Que extranha a interferência desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e além disso toda a comunidade de informática sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juízo no momento oportuno.

3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitui crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleitear em Juízo uma decisão saneadora e a punição dos responsáveis.

4. Que adverte a esse CONSELHO de que a concordância e/ou aval político e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da República, constituirão ilícitos penais e contra eles ingressará em Juízo, se e quando ocorrerem.

5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informática sabe estar, no mínimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um erro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelência,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio de Janeiro, 18 de Abril de 1982



empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiências sobre como deveria ser dirigida uma "indústria de software e hardware", além disso era um presidente extremamente antipático e tomando decisões psicologicamente inaceitáveis transformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos após, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo periféricos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensável futuro da histórica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma indústria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindível GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missão conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fábrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japonês chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de página inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasília informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador médio MC-9700. Primeiro e único médio brasileiro, e o próximo, uns 4 anos após, certamente seria um grande 360 no seu nível inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reúna todo o pessoal no pátio da fábrica às 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei até nas montadoras do chão de fábrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento histórico. **NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL.** Leia no capítulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um benefício para a J.C. MELO/SISCO como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa indústria de hardware e software, você obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silício) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem você encontra esse tipo de empresários-técnicos, gente que chora quando algo não dá certo e não por eventuais prejuízos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas você precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interações, e entender

profundamente como deveria ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual você somente aplica suas "boas" técnicas gerenciais e experiências de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salários dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se você dirigir uma indústria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durará muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais características desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Além da sua personalidade irascível, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso após algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco após algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militar e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 páginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implícito recado "É isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militar, acima das Leis.

Me "tomaram" US\$ 25 milhões, porém ironicamente eles fecharam a única fábrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrário.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em várias páginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forças Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuía toda a estrutura necessária (uma indústria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de indústrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguiram.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periódico Data News sob o título "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.

Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.

## Melo quer Cr\$25 milhões pelos 40 % da Sisco

— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud voltou com circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuições. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia 1 de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, e elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud; à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares

e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que ia me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque está violando e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud; portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse interim eu ia à empresa meia hora por dia e não

participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Havia várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia arguir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomadas várias providências: ação trabalhista, civil, inclusive ação criminal por violências e prisões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mande uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando

na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicada na íntegra, na outra página).

— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais poderiam acrescentar. O que o senhor acha disso?

— Isso é impossível. Primeiro que sai de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mudar-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília,

operava por espasmos de direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a

Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre reivei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese é que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Drees. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

— O que você pretende fazer agora?

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a I.C. Melo Informatica Ltda, que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei com dois periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos.



**Q**uais as providências que agora pretende adotar?

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, consequentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nesta tentativa pretendo provar que a intervenção da SEI é uma condição sine qua non para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, consequentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas consequências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a

principal finalidade da representação. Se em porventura não conseguir essa intervenção terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua consequente volta à Sisco?

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitará a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido

na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

Como vê a situação de secretário especial de Informáticas de que ele não interviria na questão Sisco?

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Genari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, e que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobr, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamentos prontos da Data General. Isso é mal.

Melo — Existiam as duas opções. O Dr. Maksoud, mal informado, como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, eu sei que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. Escontei o que eu previ. Os elementos jubelando, por falta de algumas condições, não conseguiram que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa de prejudicamento do Dr. Gennari em paralelo. O Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, uma decisão ilegal e amorosa. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da

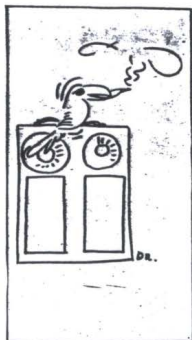
empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreu num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começariam a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?

Melo — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco

Segue





tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

Está também havendo falta de recursos financeiros?

Melo — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita frequência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?

Melo — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreojas seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?

Melo — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud deveria confiar mais, vamos dizer, nos seus indios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para surpresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

Após sua saída você sofreu algum tipo de pressão?

Melo — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não leva muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?

Melo — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível; pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista, remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

## Carta aos empregados da Sisco

São Paulo, 10 março 1980

Meus amigos da SISCO

No dia 29 de fevereiro eu fiz uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.

Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...

Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com violência e as pressões com pressões, sou obrigado a re-meter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.

Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (já vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.

Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.

Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.

não voltasse mais para a Sisco (sic). Quería até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.

Explicou-me o Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e por isso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.

E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).

Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedi-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escrevi-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso; — Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr\$ 25 milhões, extremamente razoável porque o backlog da Sisco para 1980 é de Cr\$ 750 milhões; — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura; — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.

Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desapareceu a semana com pressões menores. Considerei-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente. Isso era o que desejava explicar-lhes, assim de que todos compreendam a tola mentira que abandonei a Sisco. Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebi de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma

ELAS

est. ficando com o foi  
feito de 11/2/80, de  
com o Dr. Maksoud  
e o fato de vocês  
estarem em peso ao  
meu lado, vocês que  
construíram essa  
empresa-padrão comigo, é uma

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr. Maksoud era o proprietário (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais

responsabilidades sobre o uso do Bliss-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmática, realista e lógica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

## **CAP04**

### **A FABRICA STRATUS**

Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes electronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição também possui uma prova juridica.

Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Esse texto também relata como foi o meu pedido de asilo político aos Estados Unidos e as suas consequencias.

Esse texto também narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.

Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo político aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasio, como veremos a seguir.

Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo político, e eles me fizeram entrar e sentar.

Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitei ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.

Haroldo de Barros Collares Chaves

Rec., 24/10/77

Meu querido amigo Dello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17. últimos.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza de seu permanente sucesso.

Abraço do amigo Carlos

Haroldo Collares



para uns 30 Presidentes de indústrias eletroeletrônicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos já as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos): "Melo, você não irá para os Estados Unidos, não vamos deixar você fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronic, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a técnica usada antes do advento dos satélites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (também um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fábrica do setor e você será o seu Diretor Técnico e lhe daremos 25% das ações."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas você bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura indústria irá sofrer-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a Diretoria do Sindicato irá a Brasília falar diretamente com o Presidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a indústria Stratus Informática, sendo o seu primeiro produto um telex eletrônico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecânicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura técnica da fábrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (já fabricado) à imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e também o Jornal do Brasil o testou com êxito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a indústria Stratus Informática.

Sua comprovação (inclusive jurídica) é muito fácil, sendo suficiente comparar (nos arquivos do Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,
2. a data da sua aprovação pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua análise e aprovação ou não.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Além disso, temos uma segunda comprovação jurídica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no início do projeto, os detalhes técnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porém durante esse período de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porém com alguns circuitos eletrônicos e softwares diferentes para outras finalidades), até o de número 309 se não me falha a memória. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acréscimos não teriam sentido.

O "por que" e "para que":

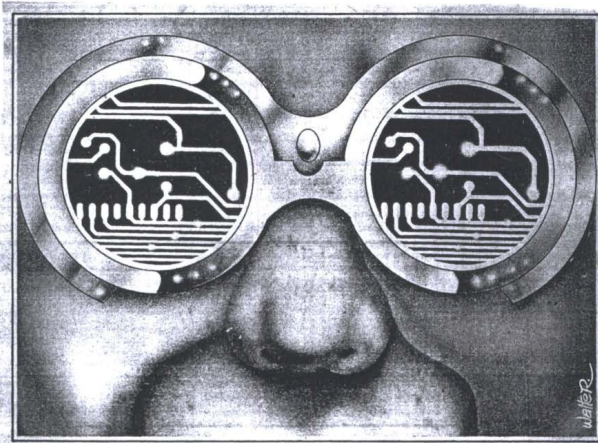
Durante esse longo período de "congelamento" meus três sócios mencionados neste Capítulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva já era insana, caso de tratamento médico.

E fizemos três reuniões da Diretoria, no início das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrível Política Nacional de Informática" (o book 1), com críticas técnicas e políticas ao modelo da reserva de mercado. E de vez em quando, as mídias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira página do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministério das Comunicações. E me solicitou uma cópia (antecipada) do livro. Como era do



pesquisa em sem  
Com um orçame  
milhões de dóla  
10 a 15 milhões p  
1983, universida  
nizações de pes  
trabalhando em  
integrados "cont  
petição japonesa".

## O que mud na reserva mercado

Rio de Janeiro  
mentar os efeitos  
tecnológica na ár  
cado reservada  
nacional desde  
empresário Edst  
diretor da Scopu  
em exercício da  
introduziu um d  
mais polêmicos  
Seminário de Polít  
de Informática,  
pelo Clube de En  
ocupação da faixa  
micro, preocupa  
nacionais. Página

**Exclusivo:**  
**trechos do livro de J.C. Melo**

tenho somente datilografado e ainda sem revisão."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois eu soube que o MC fizera 400 cópias xerox desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministério, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteúdo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsão") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as três anteriores, eu liberava o meu cargo porém os sócios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer soluções", a essa altura eu só desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros métodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena gráfica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 técnicos de sua confiança. Foi a Gráfica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agência responsável, quer pelas cópias xerox distribuídas pelo MC mas também porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira página

"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),



conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datilografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e



era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou:  
Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas especificações, para que mercado, índices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estar no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Vejam o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "aprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c

-93 Resposta - backup... <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/e-Sic+telex/142c90fd74f33a17>

e-Sic telex



Move to Inbox

More

### Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Resposta

Inbox x

sic <[sic@mct.gov.br](mailto:sic@mct.gov.br)>  
to me

1

Prezado Senhor João Carlos Melo,  
Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização ( autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocês."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

## **CAP05**

### **TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO**

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressao digital.

A Aeronautica entao tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita conviccao do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da deteccao e navegacao automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta e uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu nao estou participando de um campeonato de tecnólogos. Minha finalidade e somente narrar as perseguições que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso e um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participacao seria somente no seu projeto no que se referia a sua

computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matemática Teoria Geral de Controle (uma matéria até hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse míssil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronáutica em São José dos Campos. Seria somente isso, pois para começar eu não conheço aerodinâmica, a qual deve ser uma das matérias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porém também disponível para quaisquer outras aplicações em tempo real com altíssimas velocidades, o qual eu já havia programado em outro projeto também crítico, e era essa característica que me faria programa-lo para a rapidíssima função de transferência do míssil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então já há uns 25 anos, alias hoje há 65 anos contínuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas à Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as mídias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esquecendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasília para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia às 14 horas, no seu gabinete no Palácio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais alvos, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na matéria) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agências responsáveis, os maus empresários, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasília, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scène" dos Governos militares em Brasília. No almoço inteiro ele tentou me convencer a não ir a essa reunião. Porém eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porém é o mais perigoso do sistema."(sic)

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porém a cada tema técnico/político discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reunião, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estávamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitáveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Ótimo", se despediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer consenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas mídias, só traz prejuízos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões públicas sobre as suas discordâncias técnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoável, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, já eu ia me despedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic). Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasília para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostaríamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato técnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programável, chamado MIC-1000, porém especial para um projeto que exigia altíssima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais rápidos chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num míssil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo



C05-a uma notícia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficiais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

-----  
"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidade de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos computadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."  
-----

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnológico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautica de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factível, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computação de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do escape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em fazê-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

## Anexo C05-a

### JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistiram hoje, em Washington, a uma palestra da presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MICO-1000, alcançaram resultados considerados excelentes naquela país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de draw-back, para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factível, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei muito entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua cópia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Brasiliense numa data da qual não me lembro, porém poderá ser facilmente encontrada numa busca eletrônica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronáutica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente técnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionário da SEI: "Como diretor de uma associação de informáticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Política Nacional de Informática, na nossa sede em Brasília, palestra essa confidencial e sem a presença das mídias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda-feira seguinte, no Rio, de manhã, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longínquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidência criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agências do Governo. Não existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um técnico experiente (essa a razão do convite) e não como um político. Esse fato está narrado no livro de 1982, na sua página 30.

O Senador disse: "Um repórter do Correio Brasiliense me telefonou. Você o leu hoje?"(sic) Respondi "Não, não leio jornais de Brasília."

"O General Venturini o está acusando de ser uma fraude, pois você lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca você não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis conseqüencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvolvimento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das mídias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que órgãos que lhes eram subordinados (já acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto

complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião  
nao o havia finalizado) e muito provavelmente  
perdendo tempo e dinheiro.

Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de  
desmoralização perante as midias impressas.

## **CAP06**

### **PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO**

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrível Política Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o período do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueci, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continui autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:



**"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.**

**Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o que estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.**

**CAP07**  
**MEU APELO PUBLICO AO**  
**PRESIDENTE GEISEL**

Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.

Abaixo incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Geisel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.

O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real." (sic)

E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasília e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".

Observem este paragrafo da referida carta:

-----  
"Justifico-me a esse modo quase insolito de  
dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a  
impossibilidade de pessoalmente levar ao  
conhecimento das autoridades do vosso primeiro  
escalão estes meus reclamos, quer antes do advento  
dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)  
-----

No dia seguinte (2a. feira) as 9 horas da manha a  
minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um  
General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala  
de reunioes. E de cara feia."(sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o  
General Mariath, General-Diretor de Processamento de  
Dados do Exercito, junto com dois de meus  
assessores, Coronels "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao  
Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O  
Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o  
Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera  
preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não  
ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer  
esee investigação, mas sim escolheu uma pessoa da  
sua maior confiança, o General Mariath. Como eu  
soube depois, os dois eram amigos intimos, e o  
Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e  
nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao  
resto do Governo que estava sendo por mim  
denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena  
fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu  
continuadamente notava, pelas suas feições,  
aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles  
não viram uma grande fabrica como talvez  
esperassem, mas sim uma pequena porem  
efetivamente fabricando computadores em todas as  
suas etapas (computadores, e não os atuais simples  
PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos  
impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas despedidas, eu  
falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase  
sobre uma minha possivel prisão. O que posso  
esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido,  
fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de  
terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação há mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porém quando tentou fazê-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fábrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forças Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exército) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso já diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então já era impossível criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nítida impressão de que eu estaria discutindo um "empréstimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E então o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo

"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E também "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades saíram nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasília" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeça sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faça a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que também não aceitei, o



agradei porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrível porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m<sup>2</sup>". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coronéis que o acompanhavam. Mas de vez enquanto eles se olhavam e eram visíveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m<sup>2</sup> e com somente um engenheiro auxiliar mais dois técnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiram. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento



pedir-lhe para me convencer a aceitar o empréstimo do BNDE ou no mínimo associar-me somente com um dos outros interessados, porém não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasília) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.

## **CAP08**

### **QUEM ME PERSEGUIU?**

Neste capítulo, faço uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porém não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agências do Governo. Porém as minhas denúncias públicas eram contínuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agências foram narradas no livro de 1982 portanto públicas, além de amplamente publicadas pelas mídias. Foram críticas públicas e dirigidas às agências governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Além disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos indivíduos responsáveis, com exceção da narrada no capítulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agências e seus dirigentes, como é óbvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas mídias, ou na Justiça, ou com uma minha prisão pois estávamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agências não pode ser responsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem públicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se vê nestes 2 livros, muitas têm provas jurídicas.

O melhor será dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capítulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e também no livro de 1982 nas suas páginas 44 e 45.

Nos Capítulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capítulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretária Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.
2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabilidades da Política Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.
3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabilidades tecnicas e industriais da Política Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.
4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasilia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capítulo CAP07.
5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.
6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Política Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capítulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,
7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado

# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA  
IMPRENSA

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que “é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional”, concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista estatizado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque “não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade”.

## INVIALIBILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática, bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês e seus 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

## DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a esta-

tal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acervo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções às vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou seja, a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resolução, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de uma definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxito a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relação preço/performance de software, idem de hardware, etc., é totalmente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

## MONOPOLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio aborrecido política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenciam-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.





de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas críticas publicas na época da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justica ou não me responderam nas mídias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a época da política nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exército) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas mídias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos níveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto índice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exército) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exército da política nacional de informatica do proprio Governo.

Lembre-se que foi ele que apoiou o meu primeiro



computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como já narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da política nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

#### Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais gerais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da política nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

#### Militar 3:

Desde o inicio da política nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cobra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindíveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o ótimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da política nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuamente sofria. Uma publica

Anexo C16-a

*Caro amigo...*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente não de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*João Carneiro Moura Moura*

BSB, Out 79

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS  
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS  
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.S<sup>a</sup>.

Atenciosamente

2º GPT ENG CONST  
Est PONTA NEGRA Km5  
69000 - MANAUS - AM

*João Carneiro Moura Moura*  
(TEL - (092) 234-3325)

## Chefe do EMFA recebe J. C. Melo

Brasil — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores, no Brasil, encontrou-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Fogaça.

Por considerar que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, dadas que contém com participação acionária nacional — o Sr. João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Fogaça e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-aberta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr. Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo as tomadas de medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Distinto em parte e da forma como isto vem sendo feito".

discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emocao que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tao equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercicio, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguicoes tambem não foram na gestao do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguicoes a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especializacao.

Na agencia SEI,, na gestao do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma peticao oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricacao dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informacoes da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informacoes da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informacoes, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,

política e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## **CAP09**

### **PERSEGUIÇOES ADICIONAIS**

Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capítulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capítulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.

Na realidade esses perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas paginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capítulo CAP01 deste book 2.

A minha secretaria também não registrou dezenas de telefonemas típicos das "investigações" do Governo, facilmente identificáveis por causa do seu ruído de fundo típico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)

Eles tinham por mim um ódio inexplicável e eu nunca inspirei ódio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.

Esse ÓDIO ESTA VISÍVEL, por exemplo, no Capítulo CAP04, quando pressionaram meus 3 sócios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto político ou técnico, mas comprovadamente um ódio.

Também esse ÓDIO ESTA VISÍVEL no próximo Capítulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicidou no Viaduto do Cha e naturalmente a Polícia abriu um inquérito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa própria a Polícia de São Paulo pressioná-la por um indiciamento.



Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exército para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

**CAP10**  
**COBRA DIFUNDIA QUE**  
**EU ERA UM CONTRABANDISTA**

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletrónico, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

### 1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões políticas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

### 2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

### 3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasio) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele flizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

#### 4. O QUARTO EVENTO

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exército e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

-----  
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."  
-----

#### 5. O QUINTO EVENTO

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..

**CAP11**  
**TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS**  
**GANHAS PARA COBRA**

E surgiu outro fato amoral, eu vencida uma concorrência pública porém posteriormente a repartição (a agência do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu militare, ao arripio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diario Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

-----  
"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrência e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

-----  
" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feita de contratos sem concorrência publicas mas inteiramente politicos."(sic)  
-----

## Cobra é acusada de monopólio

BRASILIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasileiros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compra nos quais não se incluem avanço tecnológico e preço baixo como itens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Nello, presidente, segundo afirma, da "única companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores" que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleto e de difícil comercialização."



**CAP12**  
**EU DENUNCIEI AS ACOES**  
**DE COBRA AO CADE**

A situação chegou a um ponto tão insuportável que resolvi dar uma longa entrevista de página inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica por causa dessa e das outras práticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de página inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala por si. O seu cabecalho tinha a dimensão da página inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possível o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,
2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,
3. sempre escondendo o problema,
4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

# Empresa de computador

O Grupo J.C. Melo Ltda., único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

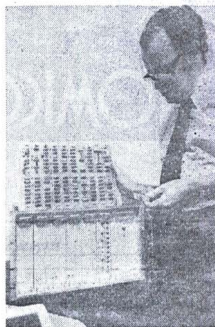
"Esta organização tem sido

vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Consequentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado

Há 20 anos trabalhando com computadores há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

Tem sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou invável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois sub-setores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários às atividades de empresas e particulares.

Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro sub-setor, mais conhecido pelo seu nome inglês de real-time, é em-

presarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o hardware do software. Explica João Carlos Melo que o hardware refere-se ao computador "propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O software trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o hardware pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o software é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma joint-venture com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr\$ 50 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal do computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizada. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, o uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em real-time. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o hardware e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em hardware no Brasil e no exterior. Depois deu lá fora pois, no Brasil, como em qu-

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeiros a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criação do PNI não poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o órgão exatamente adequado para esse tipo de denúncias.

## **CAP13**

### **A PRESSAO FISCAL**

Um dia, minha secretaria Edna me informou:  
"Chegaram um Coronel do Exército (fardado) e mais 5  
fiscais. Estão na sala de reuniões."(sic)

Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um  
inacreditável "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal  
na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)

Diante dessa inacreditável pergunta eu logo percebi a  
finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos  
os acessos necessários, não necessitando me  
perguntar isso."(sic)

Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram  
embora dizendo que "Voltariam na próxima semana  
para examinar todos os impostos da empresa."(sic)  
O que aliás não aconteceu

Como é óbvio, o objetivo era uma tortura mental com  
um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais.  
O que mais me impressionou foi a audácia do Coronel.

Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma  
audiência ao General Moacyr Potiguar (Ministro Chefe  
do Estado Maior das Forças Armadas), em Brasília, o  
que está narrado no Capítulo CAP08 subtítulo Militar 2.

E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu  
fui visitado por um Coronel do Exército, acompanhado  
de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não  
sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).

E o Ministro Potiguar respondeu, rindo: "Nos também  
não, Dr. Melo".(sic) E todos riram.

Referiam-se ao poder ilimitado das agências  
controladoras da PNI.

Certamente esses fiscais decidiram não voltar por  
causa dessa visita ao General Potiguar que foi

publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma autuação do proprio EMFA para desmacara-lo.

Perda decorrente desta perseguição: Psicologica, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressões/perseguições que eu continuadamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possivels repercussões publicas dessa visita.

## **CAP14**

### **O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA**

Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memoria (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.

Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido muito penosa, porem obrigatoria.

Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.

Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.

Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultaria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.

Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir



artigos técnicos em inglês para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o inglês porém sem ter uma formação acadêmica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nível para as necessárias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anúncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquanto ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relacionada a uma gravidez. Era uma suposição, porém creio que ela era uma verdade porém nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Além disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que também estava envolvida com drogas. Mas no início era somente outra suposição. Porém um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepam de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Polícia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a despedi. Ela me implorou para continuar, porém não concordei pelas possíveis consequências, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviária, "despachando-a" num ônibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso fora feito.

Nunca mais soubemos dela, o que aliás não teria sentido pois todos estávamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Dois a três semanas depois, de surpresa um policial apareceu no meu escritório e me levou a Polícia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilômetros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porém não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicídio.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importante, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".(sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos íntimos do diretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idônea e respeitável, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das mídias impressas.

Alguns dias depois voltei espontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr. tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasília investigar o caso e que ele informou que também teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasília (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguém do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasília?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicidio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrível "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasília, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depois uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cúmplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquivar-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou já encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Maio 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidência" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.

Anexo C23-a




PODER JUDICIÁRIO  
SÃO PAULO

FABIO BASAGLIA

Diretor(a) da Divisão de Processamento  
de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca  
da Capital do Estado de São Paulo, na  
forma da lei, etc.

MENTO DE INQUÉRITOS E  
DA JUDICIA  
O DE PROCESSAMENTO DE  
ATOS JUDICIAIS  
DO SALGADO TRECCALLI  
TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A .

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo  
os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou  
constar a distribuição de um inquérito policial em 14/11/86, re  
gistrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS  
DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco  
brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filha de Carlos Rodri  
gues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como  
vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que,  
referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime -  
contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM. Juiz,  
datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou-  
fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu,  Milton de Al  
meida Filho, escrevente, datilografei e assino. ---.---.---.---

FABIO BASAGLIA

DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO

## **CAP15**

### **A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES**

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietaria) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licenças de importações para os seus equipamentos." (sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele também não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.



Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluíram que "os argumentos do Melo seriam irresponsáveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## **CAP16**

### **O COMPUTADOR MEDIO MC-9700**

Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.

MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.

Voltando ao meu computador medio MC-9700:

Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.

A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.

**EVENTO 1:** Novembro 1978, a minha promessa:

No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)

**EVENTO 2:** Maio 1979, a pressão da CAPRE:

Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de

## Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 119 CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — “não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional”. Segundo ele, “quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande”.

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: “Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pletearsem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica”.

Fábrica. Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

Elite. A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir “uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil”. São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Feiço*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como “a grande universidade” de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

Software. A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

## **Sisco afirma que a Capre fez pressões**

*COMUNICAÇÃO*  
O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria. A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atribui as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Suceasi, já com 59% nacionalizado.

26 oficiais do II Exército que fez uma visita coletiva a minha fábrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida notícia bem explica a principal razão dessa não-fabricação:

-----  
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançará no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)  
-----

O outro lado (CAPRE, COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denúncias públicas, ficou totalmente calado pois não poderia respondê-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existência de qualquer problema no plano físico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema técnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 já então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informática, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porém o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador médio. Aliás, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um médio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do médio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador médio MC-9700, veja no anexo C25-c uma notícia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa técnica" e não aprovassem o grande "perigo", o médio da IBM, portanto decidindo que "já existindo um brasileiro não podemos aprovar um estrangeiro."

## Médios: Capre aprova projeto

BRÁSILIA (EBCursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C. Melio — Henry Maksud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

### MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr\$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr\$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr\$ 30 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.



Dizendo-o de outra maneira, a aprovação do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que também não teria importância pois nessa ocasião da provável minha "não-fabricação" o meio da IBM já teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o meio MC-9700 já fabricado

Veja no anexo C25-d uma notícia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses após da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fábrica, e as suas extraordinárias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, características estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom técnico da área.

Conclusão:

Essa cronologia mostra inequivocadamente como agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeito pela opinião pública, pelas mídias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informática. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais gerais que mais acompanhavam a Política Nacional de Informática PNI.

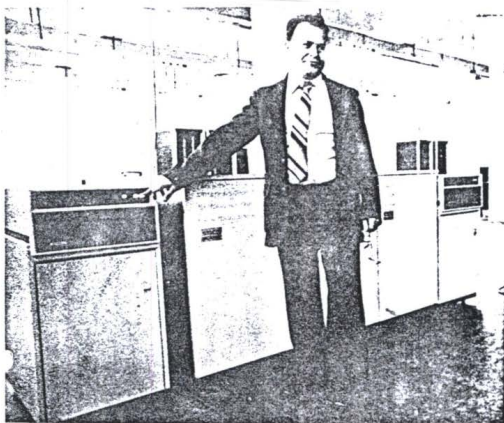
Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porém foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agências controladoras da PNI terminaram por mata-la.

As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,
2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nível de um IBM 360 básico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns países desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu já tinha um "360" na cabeça, ou seja fiz o microprogramado com o código de instruções do 360 modelo básico da IBM, o que seria válido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou até demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (básicos e outros) pois

## Anexo C25-d



Na fábrica da Sisco, *de Melo* mostra o MC-9700

MÉDIOS

## Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para o próximo ano.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr\$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware*; *floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB (2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test*; *Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na sé-

rie MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o homogeneamento do multiprocessamento (quer em *hardware* ou *software*) e um poderoso código de instruções (Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, os responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais — características *standard* do modelo MC-9700/2xx — que permitem o uso de técnicas avançadas de *data recovery*, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB.

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

**CAP17**  
**PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME**  
**COMO SEU PRESIDENTE**

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronic Data System EDS era, na ocasio, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasília, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".

E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estados Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

**CAP18**  
**A NAO ACEITACAO DA SEL e da**  
**J.C. MELO QUE JA FABRICAVA**

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima ( $R(t)=x$ ). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.



O seu presidente Mr. Gus Randolph tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US\$ 100,000.00.

E Mr. Randolph e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL já havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Havíamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (financeiro, técnico, etc.) já haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guarany, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviável pois ninguém iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio estrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatório das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e instalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intuí que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um país sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e estrangeira para instalarem-se no país.

**CAP19**  
**A PROIBICAO DA INSTALACAO**  
**DA MINHA FABRICA EM CURITIBA**

Narremos agora sobre a proibição (através de um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitiba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante de satélites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus próprios computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Control) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potência tecnológica. Além de uma empresa líder em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu já conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Há uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justiça de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dólares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Você me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu só cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisaríamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automático para um metro, então o mais avançado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuía na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrência, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnológica e que já tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justiça. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora caríssimo, e ademais para uma área de altíssimo padrão de vida (a Bay Area, o também chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automático (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de vários minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso já público, a Municipalidade resolveu contratar 3 técnicos todos estrangeiros pois seria complicado contratar técnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem prévias relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um inglês e um alemão. Não para entrarmos no mérito da questão e acharmos o responsável, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possíveis causas. Trabalhamos um mês nos escritórios do Bart, juntos com os técnicos das 3 partes, e entregamos o relatório final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocávamos impressões entre todas as partes, e todos concordávamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido à justiça, pois não existia a mínima hipótese da justiça (e com sua "perícia" em software) definir as responsabilidades. Já fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, já naquela época eu pensava num sócio norte-americano da área.

E tempos depois indo à sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus próprios computadores não o faria no Brasil até por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantástica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NÍVEL, e

com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica estrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.



**CAP20**  
**O KAFKA BRASILEIRO:**  
**AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA**  
**TECNOLOGIA**

Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.

Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria estrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convença-la" do quanto isso seria importante, repito convença-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco esplendido.

**Responsabilidade social:**

Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.

A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em beneficio da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etc.



Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informática neste milênio digital o Governo militar brasileiro através das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Política Nacional de Informatica PNI.

A Política Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um país sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas estrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o país, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" também proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,

2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, também fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

## Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário **João Carlos Melo**.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política, decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da

estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explica que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assíncronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Bürosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

## Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução lançada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o

primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Büromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

por Roberto Costa

## **CAP21**

### **O CRIME DE LESA PATRIA**

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compatíveis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fizesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores

anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como também sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incríveis Política Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existiam centenas de empresas em todo o mundo especializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Até do sistema operacional do 360 já existiam dois softwares disponíveis.

## 2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu início. Antes de fabricá-lo, eu passei duas semanas na Califórnia para adquirir essa tecnologia. E por isso, como era do conhecimento de toda a classe de informática do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuário executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E também no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, através da sua agência "controladora" da informática nacional não sabia o que era microprogramação, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu sou responsável por minhas ignorâncias e não as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a área de informática do Brasil que ele não sabia o que era microprogramação e por extensão o que estava "controlando". Mais um tiro no pé.

E os MB-8000 e meio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidência, o IBM 360 também, uma microprogramação nominada por ela de "microcode".

Para compreender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossível" fabricar um 360 e portanto muito provável terminá-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 microprogramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos não usam microprogramação. Todos eles têm um circuito eletrônico específico para performar uma função específica, por exemplo se a função é um AND esse AND tem o seu hardware específico, se é DELETE idem, se é COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funções específicas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que você deseje combinando essas instruções, você cria a função de transferência desejada. Como se esse



código fosse a língua na qual você está escrevendo.

A microprogramação é completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memória especial (ROM, read only memory) que você não vê ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma espécie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante é o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo ao código de instruções de outro computador, é mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois você projetista será obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não terá a liberdade de criar as instruções que você quiser. E se você criar instruções de máquina diferentes, não usará quaisquer softwares disponíveis e terá que desenvolvê-los, o que em tempo lhe custará não sei quantas milhares de vezes mais. Neste caso você criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Aliás, foi isso que tentou fazer a incrível Política Nacional de Informática há 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de São Paulo.

Bem, como eu já disse adquirir essa tecnologia da microprogramação na Califórnia e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o código de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessário projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a três para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em três a quatro anos já estaria lançando o seu 360 na sua versão mínima.

E o brasileiro 360 já existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro país do terceiro mundo a fazê-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresário com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US\$ 25 milhões e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas é impensável estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportável, por causa do óbvio preço menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a preços altos por causa do seu altíssimo overhead resultante dos seus serviços técnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou estrangeiras, fariam os seus cálculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de serviços técnicos e administração e alguns problemas técnicos mais fáceis, como os I/O para os periféricos de vários fabricantes, etc. Porém nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor dúvida, pelas suas consequências em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Pátria. Num regime mais "duro", como na China ou na Rússia, seus responsáveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem irá ressarcir o Brasil, por este crime de lesa pátria?

J. C. MELO

***A Incrível  
Política Nacional  
de Informática - 2***

MIAMI - FLORIDA  
2017

**ESTE LIVRO É DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguar,  
Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

## **INDEXES**

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

### **INTRODUCAO**

#### **Capitulos:**

- CAP01. Perseguições incluídas no livro de 1982
- CAP02. Por que volto a este assunto após 40 anos?
- CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
- CAP04. A fábrica STRATUS
- CAP05. Tentativa de minha desmoralização
- CAP06. A proibição do livro ser publicado
- CAP07. Meu apelo público ao Presidente Geisel
- CAP08. Quem me perseguiu?
- CAP09. Perseguições adicionais
- CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
- CAP11. Transferências de concorrências ganhas para COBRA
- CAP12. Eu denunciei as ações de COBRA ao CADE
- CAP13. A pressão fiscal
- CAP14. O suicídio de uma empregada
- CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
- CAP16. O computador médio MC-9700
- CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
- CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que já fabricava
- CAP19. A proibição da instalação da minha fábrica em Curitiba
- CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fábricas de alta tecnologia
- CAP21. O Crime de Lesa Pátria

## INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrível Política Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluídos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e também de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Política Nacional de Informatica PNI.

### book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrível Política Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Política Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

### book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos



exclusivamente por minha opinião contrária a Política Nacional de Informática do Governo, e somente agora, após longo exílio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis políticas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa política nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationale francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgástico para quem começou nessa área (controle de processos por computadores em tempo real) há mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analógicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dólares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e científicos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notável transição do computador analógico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analógicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matemática quer na ídeme conceitual, matéria imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu país de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vingança o que aliás não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruíram um sonho, além de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informática, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipses da informática que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuamente pois há uns 8 anos eles eram somente 15. Aliás essa perda do status de Nação atingirá aproximadamente 180 países e não somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017  
J.C. Melo

**CAP01**  
**PERSEGUIÇOES INCLUIDAS**  
**NO LIVRO DE 1982**

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porem este livro narra fatos ocorridos ha 40 anos atras, dentro dos regimes militares de entao e antes do meu exilio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentaveis. E ambos nos anos que comandavam a entao Política Nacional de Informatica PNI através das agencias governamentais. Resumindo, foi outra epoca com outros operadores e metodos, e nao a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela epoca sao os responsaveis pelas perseguições e torturas mensais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois periodos completamente diferentes, com metodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiencia destes 2 livros sera propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua materia (politica de informatica, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 linguas, portanto devo evitar interpretações dubias e resultantes de distancias.

Nem todas as 104 torturas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluidas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na epoca não foi possivel incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das serias ameacas recebidas. Alem disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameacas por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capítulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, são as antigas perseguições.

b. Em capítulos específicos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluídas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluídas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fábrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porém inclui no Capítulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C. MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capítulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torná-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J.C. MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inúmeras perseguições nesse período 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa específica,

mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrenca".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu



## Industrial critica a concorrência estatal

Da sucursal de  
RIO

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da 'Cobra' ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itai para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

### NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas

para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e ~~se tem~~ ~~começa a~~ ~~aprovação do~~ ~~projeto~~ ~~do~~ ~~Modelo~~, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US\$ 200 a US\$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

### "MODELO JAPONÊS"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

### IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico". O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".





tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Segurança Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na área de informática então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itaotec, porém ninguém conhecia o seu conteúdo. E não estou sugerindo um acordo ilícito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provável acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possível criar a Itaotec sem as suas críticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel através de uma carta aberta publicada em jornais de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inúmeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autêntico e não estou com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo e não sou político ou comunista. Não vejo a mínima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido público ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho até ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capítulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovação, que está narrado no Capítulo CAP07 deste book 2.

**CAP02**  
**POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO**  
**APOS 40 ANOS?**

Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,

1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",
2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Política Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".

Na França "torture mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".

Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.

Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Política Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa desconstrução foi o

início do completo desastre que foi a futura Política Nacional de Informática PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o início dessa página 24 do livro de 1982:

-----  
"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências número 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigor a Lei porém auxiliada por algum órgão técnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso específico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Providências número 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua proteção a não ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

-----  
A continuação deste texto está na página 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vítima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada política nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

**abinee**

Página 146  
Anexo 1.1.1.A

Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentili e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

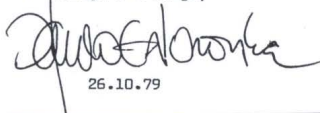
Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,



26.10.79



principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,
2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,
3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de política nacional de

informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e científico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação política perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio

digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa pátria.

E ninguém da área de informática (mas ninguém mesmo) teve a coragem e o civismo de continuamente dizer publicamente "Tudo isso está errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inúmeros prejuízos (familiares, profissionais, financeiros, psicológicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismável pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu início, de todas as pressões/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele já faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, também tinha conhecimento dessas mesmas pressões/perseguições.

Uma prova disso é que no seu admirável livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e está na sua página 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador...". Veja essa página no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas páginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Técnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porém pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na área comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razões: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a única empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novíssimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os básicos do controle em tempo

## Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computadores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasião, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baía da Ilha Grande, que recebia até 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos contínuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações técnicas para a concorrência internacional, a referida concorrência e a sua análise e decisão, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil até então, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de válvulas, e um sofisticado (e único) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Brasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de óleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema já havia preparado toda a descarga, o que diminuía o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e válvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) foi pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista árabe sobre petróleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petróleo da Arábia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no país, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e não voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Também a vida na Arábia Saudita não era fácil, para beber um simples copo de cerveja você teria que fazê-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analógica que existiam então há uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudência a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpriu.

Simultaneamente já se começava a difundir, no Brasil,



a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressões/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressões/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.



1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos técnico e público por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronômicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador médio MC-9700 (1979), equivalente ao computador médio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criara a oportunidade de uma comparação altamente desfavorável (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a mídia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejável oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer técnica quer politicamente, era inviável por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providências, mentalmente eu não conseguia evitar vê-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inúmeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiência no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem estrangeira e com a especialização em controle de processos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricações, e por causa dessa experiência técnica me foi muito fácil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militar e ao arpejo das Leis "humanas" e também das "tecnológicas") a fabricação

de computadores no Brasil, através da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrível Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e

nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então ícones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viáveis aceitáveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou não) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercado. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendedorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueço a moeda da época) e COBRA investiu 300 milhões, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossível.

Diante de minhas críticas (sempre publicadas pelas mídias impressas) e sem poderem responder-las, os Governos militares adotaram, durante vários anos, a estratégia de me desconstruir através de pressões/peregrinações de vários tipos, sempre subterrâneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denúncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim através das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto está narrado nos capítulos deste livro 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informática pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

**CAP03**  
**A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO**  
**COM A AJUDA DO GOVERNO**

Este capitulo narra

1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.

2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".

A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".

Mas como poudo ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?

Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da política nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.

E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construídos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu pude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, através dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

## Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta

Inbox

x

sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



São Paulo, 28 Abril 1980

Recibido 197  
Anexo J.C.MELO

A Diretoria da  
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA  
Setor de Autarquias Norte  
Lote A Quadra 2, 1º andar  
Edifício DNRE  
Brasília - DF

1. OFICIO  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
POSSUI ARQUIVADA SOB Nº 15002  
SUSP. Nº

Presados senhores -

Júlio Carlos Melo, Brasileiro, maior, ca-

saído industrial,

(Endereço retirado por motivos  
de segurança) 11 Setembro 1980

vem expor a V. Sas. o que se segue:

# HISTÓRICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatário, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE sabendo o projeto-conjunto J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrência, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confor-

ma e completa o "Termo de Intenções e Compromissos".

Nos termos da legislação em vigor, entreguei, hoje, via desta carta, a seu destinatário.

Brasília-DF, 07/05/80

Ed. Melo







## Anexo C03-c

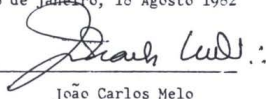
JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.
2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.
3. Em caso negativo, quais as providências tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denúncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

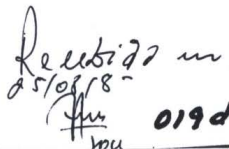
P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

  
João Carlos Melo

Endereço provisório: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS - ED. Ant.  
V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF  
Registrado sob nº 17802 Livro 811 - 3  
Protocolado sob nº 5167 Livro 2  
Brasília, 23/08/82

  
5/08/82  
mu 019d

21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiência ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exército. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiência nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não só não decidir a respeito do processo mas também ao fato de que ela nunca sequer me dava explicações. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicações.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a própria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a única fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das ações. Disse que o Governo não iria entrar no mérito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faço uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licenças" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrário, o General Medeiros nem me receberia como é óbvio, pois não teria por que fazê-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheço a personalidade do Sr. Maksoud e ele não iria aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nós sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretário Especial de Informática da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua família morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido sócio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco "não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licença para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US\$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esqueçamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.



## INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação de  
1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Makasoul publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desqualificação da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e

outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr\$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação trazida ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

#### 1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados

Unidos 2 vezes por ano para sua família (5 pessoas), residência num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua família no melhor clube de São Paulo. Na cabeça do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiência do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informática como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituída corretamente, com um técnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiência do Sr. Drees era somente de direção de chão de fábrica de eletrônica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o mínimo. Foi um óbvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu sócio e não um seu empregado. E isso era frequente, diário.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o líder nacional da área, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações espontâneas dos empresários, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, então, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um único cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas finanças da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou várias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demonstrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o início da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 sócios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidráulica porém inexperiente como empresário, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalício na Hidroservice, com um pequeno salário porém suficiente para eles se sustentarem, para as

# **Fórum** GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

\* líder nacional  
\*\* líder setorial  
\*\*\* líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80\*\*  
02 — Abílio dos Santos 81\*\*  
03 — Abílio dos Santos Diniz  
78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\*/81\*\* — \*\*  
04 — Abrahão Kazinski  
77\*\*/79\*\*/80\*\*  
05 — Adhemar Alves Bebianio 77\*\*  
06 — Adhemar de Barros Filho 77\*\*  
07 — Adolpho Lindenberg 77\*\*  
08 — Adolfo Neves Martins da Costa  
77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
09 — Alberto Alves Filho 78\*\*/79\*\*  
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares  
80\*\*  
11 — Aldo Lorenzetti 79\*\*  
12 — Aldo Sani 81\*\*  
13 — Alex Periscinoto  
78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
14 — Alexandre Braune 80\*\*  
15 — Alfredo Júlio Resende 81\*\*  
16 — Aloisio Andrade de Faria 77\*\*  
17 — Altair Zaniolo 78\*\*  
18 — Alvaro Britto Bezerra de Mello  
78\*\*/79\*\*/80\*\*  
19 — Alvaro Luis B. Catão 81\*\*  
20 — Amador Aguiar  
77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77\*\*  
22 — André La Sagne de Botton 79\*\*  
23 — Angelo Calmon de Sá  
79\*\*/80\*\* — \*\*/81\*\*  
24 — Antero Botelho Leite Castro 81\*\*  
25 — Antônio Carlos de Almeida  
Braga 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna  
81\*\*  
27 — Antônio Ermirio de Moraes  
77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* —  
\*\*\*80\*\* — \*\*\*81\*\* — \*\* — \*\*\*  
28 — Antônio Gallotti — 77\*\*/78\*\*  
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares  
77\*\*  
30 — Armando Carneiro 81\*\*  
31 — Armando Moraes Sarmiento 77\*\*  
32 — Arthur João Donato 80\*\*/81\*\*  
33 — Arthur Sendas 78\*\*/80\*\*/81\*\*  
34 — Atílio Fontana  
77\*\*/78\*\* — \*\*/79\*\* — \*\*/81\*\*  
35 — Augusto Trajano A. Antunes  
77\*\* — \*\*/78\*\*/79\*\*  
36 — Aureliano Albuquerque  
77\*\*/81\*\*  
37 — Bernardo Geisel 77\*\*  
38 — Bruno Nardini 77\*\*  
39 — Caio Aurélio Domingues  
79\*\*/80\*\*  
40 — Camilo Cola 81\*\*  
41 — Caribé da Rocha 81\*\*  
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira  
78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
43 — Carlos Aniche 79\*\*  
44 — Carlos Antônio Rocca 77\*\*  
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho  
79\*\*  
46 — Carlos Chiti 77\*\*  
47 — Carlos Frederico Lopes Motta  
77\*\*

48 — Carlos Mariani Bittencourt  
80\*\*/81\*\*  
49 — Carlos Paiva Lopes 81\*\*  
50 — Carlos Renaux 78\*\*  
51 — Carlos Villares 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
52 — Celso Albano 81\*\*  
53 — Celso Rocha Miranda  
77\*\*/80\*\*/81\*\*  
54 — Cláudio Bardella  
77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\*\*  
/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\*\*  
55 — Cláudio Regina 78\*\*  
56 — Cláudio Strassburger  
80\*\*/81\*\*  
57 — Cletio Campello Meirelles 81\*\*  
58 — Clóvis Elói Battistella 80\*\*  
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81\*\*  
60 — David Saul Moskowitz 77\*\*  
61 — Delson Siffert 81\*\*  
62 — Denisar Almeida Arneiro  
77\*\*/78\*\*  
63 — Derek H. Lowell-Parker  
78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\*  
64 — Dilson Funaro  
78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
65 — Edes Landin 77\*\*  
66 — Edgar Arp 78\*\*/79\*\*/81\*\*  
67 — Edison Fregni 81\*\*  
68 — Edmund Van Parys 80\*\*  
69 — Edson Queiroz 79\*\*/80\*\*  
70 — Edson Rodrigues Ferreira  
78\*\*/79\*\*  
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães  
79\*\*/81\*\*  
72 — Eduardo Celestino Rodrigues  
77\*\*/78\*\*/79\*\*  
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81\*\*  
74 — Einar Kok 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
75 — Eliezer Batista da Silva 80\*\*/81\*\*  
76 — Emílio Battistella 77\*\*  
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho  
77\*\*/78\*\*/79\*\* — \*\*\*  
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa  
77\*\*/78\*\*/79\*\*  
79 — Ernane Galvêas 78\*\*/79\*\*  
80 — Eugênio Staub 77\*\*/78\*\*/80\*\*/81\*\*  
81 — Fabrisio Fasano 78\*\*  
82 — Fernando A. Souza Camargo  
81\*\*  
83 — Fernando Garcia Cid 80\*\*  
84 — Fernando Pentado Cardoso 80\*\*  
85 — Fernando Roquete Reis 77\*\*/78\*\*  
86 — Fernando S. Gama Frota 79\*\*  
87 — Firmino Rocha de Freitas 80\*\*/81\*\*  
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães  
77\*\*  
89 — Francisco Lima Souza Dias 79\*\*  
90 — Francisco Stedille 77\*\*/80\*\*  
91 — Fritz Weismann 79\*\*  
92 — Gabriel Donato Andrade 79\*\*  
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal  
78\*\*/79\*\*/80\*\*

94 — Geraldo Alonso 77\*\*  
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima  
77\*\*  
96 — Geraldo M. Bordon 77\*\*/79\*\*/81\*\*  
97 — Gérson Dias 80\*\*  
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79\*\*  
99 — Giordano Romi 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
100 — Giorgio Padovano 77\*\*  
101 — Glycon de Paiva 77\*\*  
102 — Helder Parente 77\*\*  
103 — Hélio Beltrão 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*\*/79\*\* — \*\* — \*\*\*  
104 — Hélio Moreira Salles 78\*\*  
105 — Hélio Pentagna Guimarães  
77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*  
106 — Helvício Gilson 81\*\*  
107 — Henrique N. Coube 81\*\*  
108 — Henrique De Botton 77\*\*/78\*\*  
109 — Henrique Guatimosin 79\*\*  
110 — Henrique Sérgio Gregori 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
111 — Henry Maksoud 78\*\*/80\*\*  
112 — Henry Victor Eichler 77\*\*  
113 — Herbert Victor Levy 77\*\*/78\*\*/81\*\*  
114 — Hercílio Luis Colação 81\*\*  
115 — Hermes F. Macedo 77\*\*  
116 — Hermínio Ometto 77\*\*/78\*\*  
117 — Horácio Cherkassky 77\*\*  
/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
118 — Horácio S. Coimbra 77\*\*/80\*\*  
119 — Horst J. Happel 80\*\*  
120 — Hugo Crespi 77\*\*  
121 — Israel Klabin 78\*\*/80\*\*  
122 — Ivan Barreto Carvalho 77\*\*  
123 — Ivan Müller Botelho 79\*\*  
124 — Ivan Zarif 77\*\*  
125 — J. Murilo Valle Mendes 77\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\*\*  
126 — Jaime Canet Jr. 80\*\*  
127 — Jaime Faria 78\*\*  
128 — Jaks Rabinovich 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
129 — Jamil Nicolau Aun 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
130 — João Alves Verissimo 78\*\*  
131 — João Carlos Mello 79\*\*  
132 — João Carlos Paes Mendonça  
78\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\*  
133 — João Hansen Neto 79\*\*  
134 — João Havelange 77\*\*  
135 — João Machado Fortes  
79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\*  
136 — João Pereira dos Santos  
79\*\*/80\*\*/81\*\* — \*\*\*  
137 — João S. Marinho Nunes 81\*\*  
138 — John Russel Warren 80\*\*  
139 — Jorge Franke Geyer 77\*\*  
140 — Jorge Gerda Johannpeter  
77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\*\*  
/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\*\*  
141 — Jorge Wolney Atalla 77\*\*  
/78\*\*/79\*\*  
142 — José Antônio Alencastro Silva  
77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*



escolas das crianças, etc, em troca dos 40% que ela possuía, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porém mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio também economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opinião. Que pela sua longa amizade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidências, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram típicos do sr. Maksoud. Mas as evidências eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salários e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "serviços prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "técnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anúncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua própria revista Visão e nas várias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmão.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de férias (aliás, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

## 2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das férias, já preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretária assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra você. Mas você está tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que você seja o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretária ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente fictícia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Fevereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

### 3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saída, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhosos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletrônica. Na cabeça dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees estranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheço ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do



Anexo C03-f

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980

*Will.*  
Página 148  
Arquivo 1.2.A02

Ao

Dr. Henry Maksoud

São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos, fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feito.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei, tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entrando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido, foi demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor.

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr\$ 25 milhões, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr\$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr\$ 500 milhões preço de mercado. Por isso, e pela óbvia pressão que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito - o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr\$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que obviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgência da sua resposta é resultante do seu próprio ato, pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violência contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

  
J.C. Melo

novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira jurídica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposita baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saída. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US\$ 300.000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na difícel posição de "se virar" com os computadores sem as suas peças sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram êxito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

## Anexo C03-g

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisório à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expor a Vossa Excelência o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o indivíduo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apoio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
2. Que extranha a interferência desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e além disso toda a comunidade de informática sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juízo no momento oportuno.
3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitui crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleitear em Juízo uma decisão saneadora e a punição dos responsáveis.
4. Que adverte a esse CONSELHO de que a concordância e/ou aval político e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da República, constituirão ilícitos penais e contra eles ingressará em Juízo, se e quando ocorrerem.
5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informática sabe estar, no mínimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um erro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelência,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio de Janeiro, 18 Abril 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiências sobre como deveria ser dirigida uma "indústria de software e hardware", além disso era um presidente extremamente antipático e tomando decisões psicologicamente inaceitáveis transformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos após, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo periféricos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensável futuro da histórica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma indústria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindível GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missão conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fábrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japonês chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de página inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasília informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador médio MC-9700. Primeiro e único médio brasileiro, e o próximo, uns 4 anos após, certamente seria um grande 360 no seu nível inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reúna todo o pessoal no pátio da fábrica às 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei até nas montadoras do chão de fábrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento histórico. **NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL.** Leia no capítulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um benefício para a J.C. MELO/SISCO como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa indústria de hardware e software, você obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silício) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem você encontra esse tipo de empresários-técnicos, gente que chora quando algo não dá certo e não por eventuais prejuízos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas você precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interações, e entender

profundamente como deveria ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual você somente aplica suas "boas" técnicas gerenciais e experiências de direção e o resto naturalmente aconteceria. Ou que paga os salários dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se você dirigir uma indústria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durará muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais características desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Além da sua personalidade irascível, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso após algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco após algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militar e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 páginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implícito recado "É isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militar, acima das Leis.

Me "tomaram" US\$ 25 milhões, porém ironicamente eles fecharam a única fábrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrário.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em várias páginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forças Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuía toda a estrutura necessária (uma indústria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de indústrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguiram.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periódico Data News sob o título "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.



Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.

## Melo quer Cr\$25 milhões pelos 40 % da Sisco

— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud soltou as circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuições. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia 1 de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, e elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud; à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares

e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que lá me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque está violando e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud; portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse interim eu ia à empresa meia hora por dia e não

participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Havia várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia

ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia arguir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomadas várias providências: ação trabalhista, civil, inclusive ação criminal por violências e presões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mande uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando

na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicada na íntegra, na outra página).

— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais poderiam acrescentar. O que o senhor acha disso?

— Isso é impossível. Primeiro que sai de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mudem-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília,

operava por espasmos de direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a

Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre rejeitei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese é que não pode ser descartada é a estranha interferência do Michael Drees. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

— O que você pretende fazer agora?

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a I.C. Melo Informatica Ltda, que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei com dois periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos.

**Q**uais as providências que agora pretende adotar?

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, consequentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nesta tentativa pretendo provar que a intervenção da SEI é uma condição sine qua non para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, consequentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas consequências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a

principal finalidade da representação. Se em porventura não conseguir essa intervenção terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua consequente volta à Sisco?

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitará a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido

na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

Como vê a situação de secretário especial de Informáticas de que ele não interviria na questão Sisco?

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Genari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, e que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobr, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamentos prontos da Data General. Isso é mal.

Melo — Existiam as duas opções. O Dr. Maksoud, mal informado, como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, ou eu, que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. E aconteceu o que eu preveí. Os elementos jubelistas, por falta de algumas condições, não conseguiram que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa de prejudicamento do Dr. Gennari em paralelo. O Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, uma decisão ilegal e amorai. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da

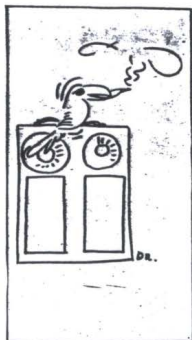
empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreu num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começariam a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?

Melo — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco

Segue





tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

Está também havendo falta de recursos financeiros?

Melo — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita frequência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?

Melo — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreojas seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?

Melo — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud deveria confiar mais, vamos dizer, nos seus indios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para surpresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

Após sua saída você sofreu algum tipo de pressão?

Melo — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não leva muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?

Melo — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível; pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista, remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

## Carta aos empregados da Sisco

São Paulo, 10 março 1980

Meus amigos da SISCO

No dia 29 de fevereiro eu fit uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.

Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...

Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com violência e as pressões com pressões, sou obrigado a re-meter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.

Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (já vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.

Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.

Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.

não voltasse mais para a Sisco (sic). Quería até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.

Explicou-me a Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e por isso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.

E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).

Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedi-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escrevi-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso;

— Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr\$ 25 milhões, extremamente razoável porque o backlog da Sisco para 1980 é de Cr\$ 750 milhões; — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura; — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.

Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desapareceu a semana com pressões menores. Considerei-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente. Isso era o que desejava explicar-lhes, assim de que todos compreendam a tola mentira que abandonei a Sisco.

Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebi de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma

ELAS

est. ficando com o foi  
feito de 11/2/80, de  
com o Dr. Maksoud  
e o fato de vocês  
estarem em peso ao  
meu lado, vocês que  
construíram essa  
empresa-padrão comigo, é uma



A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr. Maksoud era o proprietário (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais

responsabilidades sobre o uso do Bliss-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmática, realista e lógica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)

## **CAP04**

### **A FABRICA STRATUS**

Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes electronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição também possui uma prova juridica.

Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Esse texto também relata como foi o meu pedido de asilo político aos Estados Unidos e as suas consequencias.

Esse texto também narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.

Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo político aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasio, como veremos a seguir.

Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo político, e eles me fizeram entrar e sentar.

Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitei ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.

Haroldo de Barros Collares Chaves Rio, 24/10/77

Meu querido amigo Dello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17. último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza de seu permanente sucesso.

Abraço do amigo Carlos

Haroldo Collares

para uns 30 Presidentes de indústrias eletroeletrônicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos já as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos): "Melo, você não irá para os Estados Unidos, não vamos deixar você fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronic, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a técnica usada antes do advento dos satélites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (também um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fábrica do setor e você será o seu Diretor Técnico e lhe daremos 25% das ações."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas você bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura indústria irá sofrer-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a Diretoria do Sindicato irá a Brasília falar diretamente com o Presidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a indústria Stratus Informática, sendo o seu primeiro produto um telex eletrônico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecânicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura técnica da fábrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (já fabricado) à imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e também o Jornal do Brasil o testou com êxito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a indústria Stratus Informática.

Sua comprovação (inclusive jurídica) é muito fácil, sendo suficiente comparar (nos arquivos do Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,
2. a data da sua aprovação pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua análise e aprovação ou não.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Além disso, temos uma segunda comprovação jurídica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no início do projeto, os detalhes técnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porém durante esse período de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porém com alguns circuitos eletrônicos e softwares diferentes para outras finalidades), até o de número 309 se não me falha a memória. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acréscimos não teriam sentido.

O "por que" e "para que":

Durante esse longo período de "congelamento" meus três sócios mencionados neste Capítulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva já era insana, caso de tratamento médico.

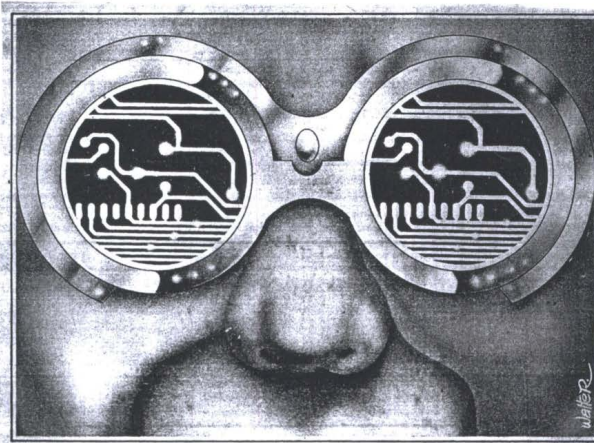
E fizemos três reuniões da Diretoria, no início das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrível Política Nacional de Informática" (o book 1), com críticas técnicas e políticas ao modelo da reserva de mercado. E de vez em quando, as mídias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira página do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministério das Comunicações. E me solicitou uma cópia (antecipada) do livro. Como era do





pesquisa em sem  
Com um orçame  
milhões de dóla  
10 a 15 milhões p  
1983, universida  
nizações de pes  
trabalhando em  
integrados "cont  
petição japonesa".

## O que mud na reserva mercado

Rio de Janeiro  
mentar os efeitos  
tecnológica na ár  
cado reservada  
nacional desde  
empresário Edst  
diretor da Scopu  
em exercício da  
introduziu um d  
mais polêmicos  
Seminário de Polít  
de Informática,  
pelo Clube de En  
ocupação da faixa  
micro, preocupa  
nacionais. Página

**Exclusivo:**  
**trechos do livro de J.C. Melo**

tenho somente datilografado e ainda sem revisão."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois eu soube que o MC fizera 400 cópias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministério, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteúdo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsão") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as três anteriores, eu liberava o meu cargo porém os sócios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer soluções", a essa altura eu só desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros métodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena gráfica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 técnicos de sua confiança. Foi a Gráfica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agência responsável, quer pelas cópias xeroxs distribuídas pelo MC mas também porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira página

"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datilografado e ainda sem revisao." (sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema." (sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado." (sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas especificações, para que mercado, índices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estar no seu arquivo e no Diario Oficial correspondante. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Vejam o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "aprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c

-93 Resposta - backup... <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/e-Sic+telex/142c90fd74f33a17>

e-Sic telex



Move to Inbox

More

### Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Resposta

Inbox x

sic <[sic@mct.gov.br](mailto:sic@mct.gov.br)>  
to me

1

Prezado Senhor João Carlos Melo,  
Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização ( autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado



decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocês."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

## **CAP05**

### **TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO**

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressao digital.

A Aeronautica entao tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita conviccao do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da deteccao e navegacao automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta e uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu nao estou participando de um campeonato de tecnólogos. Minha finalidade e somente narrar as perseguições que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso e um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participacao seria somente no seu projeto no que se referia a sua

computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matemática Teoria Geral de Controle (uma matéria até hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse míssil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronáutica em São José dos Campos. Seria somente isso, pois para começar eu não conheço aerodinâmica, a qual deve ser uma das matérias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porém também disponível para quaisquer outras aplicações em tempo real com altíssimas velocidades, o qual eu já havia programado em outro projeto também crítico, e era essa característica que me faria programa-lo para a rapidíssima função de transferência do míssil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então já há uns 25 anos, alias hoje há 65 anos contínuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as mídias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esquecendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasília para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia às 14 horas, no seu gabinete no Palácio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais alvos, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na matéria) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agências responsáveis, os maus empresários, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasília, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scène" dos Governos militares em Brasília. No almoço inteiro ele tentou me convencer a não ir a essa reunião. Porém eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porém é o mais perigoso do sistema."(sic)

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porém a cada tema técnico/político discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reunião, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estávamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitáveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Ótimo", se despediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer consenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas mídias, só traz prejuízos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões públicas sobre as suas discordâncias técnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoável, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, já eu ia me despedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic). Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasília para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostaríamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato técnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programável, chamado MIC-1000, porém especial para um projeto que exigia altíssima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais rápidos chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num míssil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma notícia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficiais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

-----  
"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidade de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos computadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."  
-----

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnológico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautica de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factível, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computação de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do escape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em fazê-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

## Anexo C05-a

### JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistiram hoje, em Washington, a uma palestra da presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MICO-1/00, alcançaram resultados considerados excelentes naquela país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de draw-back, para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.



tecnicamente factível, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei muito entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua cópia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Brasiliense numa data da qual não me lembro, porém poderá ser facilmente encontrada numa busca eletrônica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronáutica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente técnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionário da SEI: "Como diretor de uma associação de informáticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Política Nacional de Informática, na nossa sede em Brasília, palestra essa confidencial e sem a presença das mídias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda-feira seguinte, no Rio, de manhã, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longínquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidência criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agências do Governo. Não existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um técnico experiente (essa a razão do convite) e não como um político. Esse fato está narrado no livro de 1982, na sua página 30.

O Senador disse: "Um repórter do Correio Brasiliense me telefonou. Você o leu hoje?"(sic) Respondi "Não, não leio jornais de Brasília."

"O General Venturini o está acusando de ser uma fraude, pois você lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca você não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis conseqüencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvolvimento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das mídias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que órgãos que lhes eram subordinados (já acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto

complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião  
nao o havia finalizado) e muito provavelmente  
perdendo tempo e dinheiro.

Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de  
desmoralização perante as midias impressas.

## **CAP06**

### **PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO**

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrível Política Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o período do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cúpula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueci, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continui autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:

**"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.**

**Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o que estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.**

**CAP07**  
**MEU APELO PUBLICO AO**  
**PRESIDENTE GEISEL**

Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.

Abaixo incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Geisel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.

O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real." (sic)

E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasília e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".

Observem este paragrafo da referida carta:



-----  
"Justifico-me a esse modo quase insolito de  
dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a  
impossibilidade de pessoalmente levar ao  
conhecimento das autoridades do vosso primeiro  
escalão estes meus reclamos, quer antes do advento  
dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)  
-----

No dia seguinte (2a. feira) as 9 horas da manha a  
minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um  
General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala  
de reunioes. E de cara feia."(sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o  
General Mariath, General-Diretor de Processamento de  
Dados do Exercito, junto com dois de meus  
assessores, Coronels "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao  
Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O  
Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o  
Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera  
preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não  
ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer  
esee investigação, mas sim escolheu uma pessoa da  
sua maior confiança, o General Mariath. Como eu  
soube depois, os dois eram amigos intimos, e o  
Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e  
nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao  
resto do Governo que estava sendo por mim  
denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena  
fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu  
continuadamente notava, pelas suas feições,  
aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles  
não viram uma grande fabrica como talvez  
esperassem, mas sim uma pequena porem  
efetivamente fabricando computadores em todas as  
suas etapas (computadores, e não os atuais simples  
PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos  
impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas despedidas, eu  
falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase  
sobre uma minha possivel prisão. O que posso  
esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido,  
fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de  
terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação há mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porém quando tentou fazê-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fábrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forças Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exército) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso já diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então já era impossível criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nítida impressão de que eu estaria discutindo um "empréstimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E então o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo

"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E também "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades saíram nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasília" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeça sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faça a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que também não aceitei, o

agradei porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrível porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m<sup>2</sup>". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coronéis que o acompanhavam. Mas de vez enquanto eles se olhavam e eram visíveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m<sup>2</sup> e com somente um engenheiro auxiliar mais dois técnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiram. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

pedir-lhe para me convencer a aceitar o empréstimo do BNDE ou no mínimo associar-me somente com um dos outros interessados, porém não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasília) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.



## **CAP08**

### **QUEM ME PERSEGUIU?**

Neste capítulo, faço uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porém não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agências do Governo. Porém as minhas denúncias públicas eram contínuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agências foram narradas no livro de 1982 portanto públicas, além de amplamente publicadas pelas mídias. Foram críticas públicas e dirigidas às agências governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Além disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos indivíduos responsáveis, com exceção da narrada no capítulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agências e seus dirigentes, como é óbvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas mídias, ou na Justiça, ou com uma minha prisão pois estávamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agências não pode ser responsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem públicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se vê nestes 2 livros, muitas têm provas jurídicas.

O melhor será dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.



No Capítulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e também no livro de 1982 nas suas páginas 44 e 45.

Nos Capítulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capítulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretária Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.
2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabilidades da Política Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.
3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabilidades tecnicas e industriais da Política Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.
4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasília, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capítulo CAP07.
5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.
6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Política Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capítulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,
7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado

# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA  
IMPRENSA

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que “é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional”, concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista estatizado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque “não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade”.

## INVIALIBILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática, bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês e seus 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

## DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a esta-

tal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acervo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções às vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou seja, a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resolução, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de uma definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxito a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relação preço/performance de software, idem de hardware, etc., é totalmente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

## MONOPOLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio aborrecido política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenciam-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.

# 

que país em desenvolvimento, só desenvolver-se e sobreviver. Depois, veio ensinar aos, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de hardware e software em real-time, na qual já treinou mais de 1.500 alunos alienados e centenas de empresas, entre as quais a Camig, Purmas, Light, Ialiminas, OVID, Tascodra, Unilab, Cospar, CSN, CIA, Alcominas, Eletrobás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

— Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computers e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo mesmo, então, preferia importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abineae.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

“Companhias que me acatavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante” o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento”.

Continua mais abaixo:

“A Cacex deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando, finalmente, foi oficialmente numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebeu carta que embora perigosa do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line”.

Ediz mais adiante:

“O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Abineae, quer na Cacex, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como imperioso”.

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de esculpir uma régua a essa pechinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitores de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projeto pela Cobra: “um terço a um quarto mais barato”, diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, devem originar as pressões do grupo Digibrás.

### As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um voto, controle para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Bader para a instalação de sua fábrica em Itaipava a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens finan-

ceiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Baderp, a quem caberia o financiamento das obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após oitiva da Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o On-Line 5 005 “está sendo vendido normalmente”.

— O novo modelo 8 000 será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do 5 005. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender 5 005 e 8 000 em lote, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmistificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmistificado, por uma simplificação do problema já custou 90 milhões de cruzados ao Governo.

### Conclusão

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a anormal. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A anormal é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguida a miúdo, firma e outras que pretendam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlada todas as compras através da Cacex, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas críticas publicas na época da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justica ou não me responderam nas mídias, preferindo ações amoraes e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga politica nacional de informatica. Não vou citar a ascendencia militar da familia de minha mãe, vou me restringir a época da política nacional de informatica. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrarios a academica e irreal politica nacional de informatica do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exército) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas mídias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos níveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto índice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Pocessamento de Dados do Exército) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exército da política nacional de informatica do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro



computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como já narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da política nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

#### Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais gerais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da política nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

#### Militar 3:

Desde o inicio da política nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cibra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindíveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o ótimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da política nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuamente sofria. Uma publica

Anexo C16-a

*Caro amigo...*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente não de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*João Carneiro Moura Moura*

BSB, Out 79

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS  
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS  
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.S<sup>a</sup>.

Atenciosamente

2º GPT ENG CONST  
Est PONTA NEGRA Km5  
69000 - MANAUS - AM

*João Carneiro Moura Moura*  
(TEL - (092) 234-3325)



## **Chefe do EMFA recebe J. C. Melo**

Brasil — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores, no Brasil, encontrou-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Fogaça.

Por considerar que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, dadas que contém com participação acionária nacional — o Sr. João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Fogaça e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-aberta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr. Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo as tomadas de medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Distinto em parte e da forma como isto vem sendo feito".

discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emocao que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tao equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercicio, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguicoes tambem não foram na gestao do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguicoes a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especializacao.

Na agencia SEI,, na gestao do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma peticao oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricacao dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informacoes da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informacoes da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informacoes, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,

política e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## **CAP09**

### **PERSEGUIÇOES ADICIONAIS**

Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capítulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capítulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.

Na realidade esses perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas páginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capítulo CAP01 deste book 2.

A minha secretaria também não registrou dezenas de telefonemas típicos das "investigações" do Governo, facilmente identificáveis por causa do seu ruído de fundo típico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)

Eles tinham por mim um ódio inexplicável e eu nunca inspirei ódio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.

Esse ÓDIO ESTA VISÍVEL, por exemplo, no Capítulo CAP04, quando pressionaram meus 3 sócios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto político ou técnico, mas comprovadamente um ódio.

Também esse ÓDIO ESTA VISÍVEL no próximo Capítulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicidou no Viaduto do Cha e naturalmente a Polícia abriu um inquérito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa própria a Polícia de São Paulo pressioná-la por um indiciamento.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exército para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

## **CAP10 COBRA DIFUNDIA QUE EU ERA UM CONTRABANDISTA**

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletrónico, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta



de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

### 1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões políticas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

### 2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

### 3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasio) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele flizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

#### 4. O QUARTO EVENTO

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exército e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

-----  
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."  
-----

#### 5. O QUINTO EVENTO

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..

**CAP11**  
**TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS**  
**GANHAS PARA COBRA**

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrência pública porém posteriormente a repartição (a agência do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu militare, ao arripio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diario Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

-----  
"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrência e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

-----  
" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feita de contratos sem concorrência publicas mas inteiramente politicos."(sic)  
-----

## Cobra é acusada de monopólio

BRASILIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasileiros S/A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de compra nos quais não se incluem avanço tecnológico e preço baixo como itens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Nello, presidente, segundo afirma, da "única companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores" que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleto e de difícil comercialização."

**CAP12**  
**EU DENUNCIEI AS ACOES**  
**DE COBRA AO CADE**

A situação chegou a um ponto tão insuportável que resolvi dar uma longa entrevista de página inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica por causa dessa e das outras práticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de página inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala por si. O seu cabecalho tinha a dimensão da página inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possível o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,
2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,
3. sempre escondendo o problema,
4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

# Empresa de computador

O Grupo J.C. Melo Ltda., único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

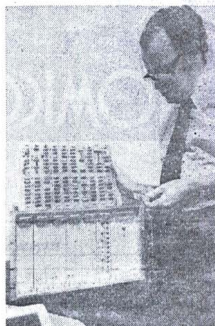
"Esta organização tem sido

vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Consequentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado

Há 20 anos trabalhando com computadores há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

Tem sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou invável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois sub-setores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários às atividades de empresas e particulares.

Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro sub-setor, mais conhecido pelo seu nome inglês de real-time, é em-

presarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o hardware do software. Explica João Carlos Melo que o hardware refere-se ao computador "propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O software trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o hardware pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o software é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma joint-venture com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr\$ 50 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal do computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizada. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, o uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em real-time. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o hardware e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em hardware no Brasil e no exterior. Depois deu lá fora pois, no Brasil, como em qu-



expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeiros a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criação da PNI não poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o órgão exatamente adequado para esse tipo de denúncias.

## **CAP13**

### **A PRESSAO FISCAL**

Um dia, minha secretaria Edna me informou:  
"Chegaram um Coronel do Exército (fardado) e mais 5  
fiscais. Estão na sala de reuniões."(sic)

Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um  
inacreditável "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal  
na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)

Diante dessa inacreditável pergunta eu logo percebi a  
finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos  
os acessos necessários, não necessitando me  
perguntar isso."(sic)

Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram  
embora dizendo que "Voltariam na próxima semana  
para examinarem todos os impostos da empresa."(sic)  
O que aliás não aconteceu

Como é óbvio, o objetivo era uma tortura mental com  
um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais.  
O que mais me impressionou foi a audácia do Coronel.

Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma  
audiência ao General Moacyr Potiguar (Ministro Chefe  
do Estado Maior das Forças Armadas), em Brasília, o  
que está narrado no Capítulo CAP08 subtítulo Militar 2.

E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu  
fui visitado por um Coronel do Exército, acompanhado  
de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não  
sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).

E o Ministro Potiguar respondeu, rindo: "Nos também  
não, Dr. Melo".(sic) E todos riram.

Referiam-se ao poder ilimitado das agências  
controladoras da PNI.

Certamente esses fiscais decidiram não voltar por  
causa dessa visita ao General Potiguar que foi

publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma autuação do proprio EMFA para desmacara-lo.

Perda decorrente desta perseguição: Psicologica, porem ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressões/perseguições que eu continuadamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possivels repercussões publicas dessa visita.

## **CAP14**

### **O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA**

Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memória (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.

Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido muito penosa, porem obrigatoria.

Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.

Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.

Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultoria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.

Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir

artigos técnicos em inglês para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o inglês porém sem ter uma formação acadêmica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nível para as necessárias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anúncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquanto ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relacionada a uma gravidez. Era uma suposição, porém creio que ela era uma verdade porém nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Além disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que também estava envolvida com drogas. Mas no início era somente outra suposição. Porém um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepam de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Polícia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a despedi. Ela me implorou para continuar, porém não concordei pelas possíveis consequências, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviária, "despachando-a" num ônibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso foi feito.

Nunca mais soubemos dela, o que aliás não teria sentido pois todos estávamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Dois a três semanas depois, de surpresa um policial apareceu no meu escritório e me levou a Polícia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilômetros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porém não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicídio.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importante, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".(sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos íntimos do diretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idônea e respeitável, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das mídias impressas.

Alguns dias depois voltei espontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr. tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasília investigar o caso e que ele informou que também teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasília (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguém do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasília?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando



esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicidio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrível "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasília, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depois uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cúmplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquivar-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou já encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Maio 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidência" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.

Anexo C23-a




PODER JUDICIÁRIO  
SÃO PAULO

FABIO BASAGLIA

Diretor(a) da Divisão de Processamento  
de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca  
da Capital do Estado de São Paulo, na  
forma da lei, etc.

MENTO DE INQUÉRITOS E  
DA JUDICIA  
O DE PROCESSAMENTO DE  
ATOS JUDICIAIS  
DO SALGADO TRECCALLI  
TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A .

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo  
os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou  
constar a distribuição de um inquérito policial em 14/11/86, re-  
gistrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS  
DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco  
brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filha de Carlos Rodri-  
gues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como  
vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que,  
referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime -  
contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM. Juiz,  
datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou-  
fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu,  Milton de Al-  
meida Filho, escrevente, datilografei e assino. ---.---.---.---

FABIO BASAGLIA

DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO

## **CAP15**

### **A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES**

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietaria) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licenças de importações para os seus equipamentos." (sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele também não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluíram que "os argumentos do Melo seriam irresponsáveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## **CAP16**

### **O COMPUTADOR MEDIO MC-9700**

Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.

MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.

Voltando ao meu computador medio MC-9700:

Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.

A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.

**EVENTO 1: Novembro 1978, a minha promessa:**

No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)

**EVENTO 2: Maio 1979, a pressão da CAPRE:**

Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de



## Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 119 CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — “não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional”. Segundo ele, “quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande”.

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: “Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pletearsem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica”.

Fábrica. Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

Elite. A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir “uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil”. São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Feirão Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como “a grande universidade” de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

Software. A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

## **Sisco afirma que a Capre fez pressões**

*COMUNICAÇÃO*  
O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria. A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atribui as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Suceasi, já com 59% nacionalizado.

26 oficiais do II Exército que fez uma visita coletiva a minha fábrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida notícia bem explica a principal razão dessa não-fabricação:

-----  
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançará no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)  
-----

O outro lado (CAPRE, COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denúncias públicas, ficou totalmente calado pois não poderia respondê-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existência de qualquer problema no plano físico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema técnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 já então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informática, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porém o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador médio. Aliás, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um médio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do médio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador médio MC-9700, veja no anexo C25-c uma notícia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa técnica" e não aprovassem o grande "perigo", o médio da IBM, portanto decidindo que "já existindo um brasileiro não podemos aprovar um estrangeiro."

## Médios: Capre aprova projeto

BRÁSILIA (EBCursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C. Mello — Henry Maksud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

### MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr\$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr\$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr\$ 30 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovação do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que também não teria importância pois nessa ocasião da provável minha "não-fabricação" o meio da IBM já teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o meio MC-9700 já fabricado

Veja no anexo C25-d uma notícia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses após da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fábrica, e as suas extraordinárias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, características estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom técnico da área.

Conclusão:

Essa cronologia mostra inequivocadamente como agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeito pela opinião pública, pelas mídias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informática. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais gerais que mais acompanhavam a Política Nacional de Informática PNI.

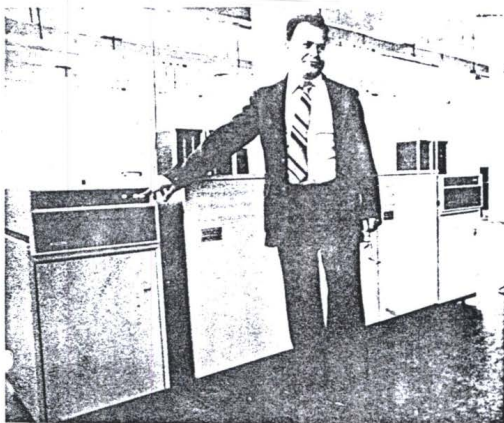
Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porém foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agências controladoras da PNI terminaram por mata-la.

As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,
2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nível de um IBM 360 básico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns países desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu já tinha um "360" na cabeça, ou seja fiz o microprogramado com o código de instruções do 360 modelo básico da IBM, o que seria válido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou até demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (básicos e outros) pois

## Anexo C25-d



Na fábrica da Sisco, *de Melo* mostra o MC-9700

MÉDIOS

## Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para o próximo ano.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr\$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware*; *floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB (2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test*; *Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na sé-

rie MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o homogeneamento do multiprocessamento (quer em *hardware* ou *software*) e um poderoso código de instruções (Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, os responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais — características *standard* do modelo MC-9700/2xx — que permitem o uso de técnicas avançadas de *data recovery*, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB.



existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

**CAP17**  
**PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME**  
**COMO SEU PRESIDENTE**

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronic Data System EDS era, na ocasio, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasília, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".

E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estados Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

**CAP18**  
**A NAO ACEITACAO DA SEL e da**  
**J.C. MELO QUE JA FABRICAVA**

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima ( $R(t)=x$ ). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolph tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US\$ 100,000.00.

E Mr. Randolph e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fabrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL já havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Havíamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (financeiro, técnico, etc.) já haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guarany, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviável pois ninguém iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio estrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatório das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e instalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intuí que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um país sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e estrangeira para instalarem-se no país.



**CAP19**  
**A PROIBICAO DA INSTALACAO**  
**DA MINHA FABRICA EM CURITIBA**

Narremos agora sobre a proibição (através de um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitiba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante de satélites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus próprios computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Control) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potência tecnológica. Além de uma empresa líder em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu já conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Há uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justiça de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dólares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Você me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu só cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisaríamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automático para um metro, então o mais avançado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuía na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrência, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnológica e que já tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justiça. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora caríssimo, e ademais para uma área de altíssimo padrão de vida (a Bay Area, o também chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automático (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de vários minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso já público, a Municipalidade resolveu contratar 3 técnicos todos estrangeiros pois seria complicado contratar técnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem prévias relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um inglês e um alemão. Não para entrarmos no mérito da questão e acharmos o responsável, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possíveis causas. Trabalhamos um mês nos escritórios do Bart, juntos com os técnicos das 3 partes, e entregamos o relatório final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocávamos impressões entre todas as partes, e todos concordávamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido à justiça, pois não existia a mínima hipótese da justiça (e com sua "perícia" em software) definir as responsabilidades. Já fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, já naquela época eu pensava num sócio norte-americano da área.

E tempos depois indo à sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus próprios computadores não o faria no Brasil até por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantástica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NÍVEL, e

com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica estrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

**CAP20**  
**O KAFKA BRASILEIRO:**  
**AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA**  
**TECNOLOGIA**

Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.

Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria estrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convença-la" do quanto isso seria importante, repito convença-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco esplendido.

**Responsabilidade social:**

Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.

A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em beneficio da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etc's.

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informatica neste milenio digital o Governo militar brasileiro atraves das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Política Nacional de Informatica PNI.

A Política Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas estrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,
2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

## Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário **João Carlos Melo**.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política, decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da

estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explica que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assíncronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Bürosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.



## Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução lançada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o

primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Büromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

10 - 10/10/74 - 10/10

## **CAP21**

### **O CRIME DE LESA PATRIA**

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compatíveis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fizesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores

anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como também sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incríveis Política Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existiam centenas de empresas em todo o mundo especializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Até do sistema operacional do 360 já existiam dois softwares disponíveis.

## 2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu início. Antes de fabricá-lo, eu passei duas semanas na Califórnia para adquirir essa tecnologia. E por isso, como era do conhecimento de toda a classe de informática do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuário executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E também no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, através da sua agência "controladora" da informática nacional não sabia o que era microprogramação, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu sou responsável por minhas ignorâncias e não as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a área de informática do Brasil que ele não sabia o que era microprogramação e por extensão o que estava "controlando". Mais um tiro no pé.

E os MB-8000 e meio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidência, o IBM 360 também, uma microprogramação nominada por ela de "microcode".

Para compreender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossível" fabricar um 360 e portanto muito provável terminá-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 microprogramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos não usam microprogramação. Todos eles têm um circuito eletrônico específico para performar uma função específica, por exemplo se a função é um AND esse AND tem o seu hardware específico, se é DELETE idem, se é COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funções específicas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que você deseje combinando essas instruções, você cria a função de transferência desejada. Como se esse

código fosse a língua na qual você está escrevendo.

A microprogramação é completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memória especial (ROM, read only memory) que você não vê ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma espécie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante é o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo ao código de instruções de outro computador, é mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois você projetista será obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não terá a liberdade de criar as instruções que você quiser. E se você criar instruções de máquina diferentes, não usará quaisquer softwares disponíveis e terá que desenvolvê-los, o que em tempo lhe custará não sei quantos milhares de vezes mais. Neste caso você criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Aliás, foi isso que tentou fazer a incrível Política Nacional de Informática há 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de São Paulo.

Bem, como eu já disse adquirir essa tecnologia da microprogramação na Califórnia e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o código de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessário projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a três para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em três a quatro anos já estaria lançando o seu 360 na sua versão mínima.

E o brasileiro 360 já existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro país do terceiro mundo a fazê-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresário com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US\$ 25 milhões e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas é impensável estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportável, por causa do óbvio preço menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a preços altos por causa do seu altíssimo overhead resultante dos seus serviços técnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou estrangeiras, fariam os seus cálculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de serviços técnicos e administração e alguns problemas técnicos mais fáceis, como os I/O para os periféricos de vários fabricantes, etc. Porém nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor dúvida, pelas suas consequências em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Pátria. Num regime mais "duro", como na China ou na Rússia, seus responsáveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem irá ressarcir o Brasil, por este crime de lesa pátria?



J. C. MELO

***A Incrível  
Política Nacional  
de Informática - 2***

MIAMI - FLORIDA  
2017

**ESTE LIVRO É DEDICADO**

**Postumamente**

**aos Generais Ernesto Geisel, Moacir Barcellos Potiguar,  
Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva,**

**Embaixador Roberto Campos**

**Dr. Roberto Marinho.**

## **INDEXES**

Não são usados indexes do modo tradicional, indicando os numeros das paginas ou capitulos.

Os capitulos estão propositadamente numerados CAPxx e os anexos são Cxx-y, e ambos poderão ser acessados por keywords.

### **INTRODUCAO**

#### **Capitulos:**

- CAP01. Perseguições incluídas no livro de 1982
- CAP02. Por que volto a este assunto após 40 anos?
- CAP03. A "tomada" da J.C. MELO/SISCO com a ajuda do Governo
- CAP04. A fábrica STRATUS
- CAP05. Tentativa de minha desmoralização
- CAP06. A proibição do livro ser publicado
- CAP07. Meu apelo público ao Presidente Geisel
- CAP08. Quem me perseguiu?
- CAP09. Perseguições adicionais
- CAP10. Cobra difundia que eu era um contrabandista
- CAP11. Transferências de concorrências ganhas para COBRA
- CAP12. Eu denunciei as ações de COBRA ao CADE
- CAP13. A pressão fiscal
- CAP14. O suicídio de uma empregada
- CAP15. A proibição de participar de um debate na TV Bandeirantes
- CAP16. O computador médio MC-9700
- CAP17. Proibição da EDS de contratar-me como seu Presidente
- CAP18. A não aceitação da SEL e da J.C. MELO que já fabricava
- CAP19. A proibição da instalação da minha fábrica em Curitiba
- CAP20. O Kafka brasileiro: As proibidas fábricas de alta tecnologia
- CAP21. O Crime de Lesa Pátria

## INTRODUCAO

1. Para simplificar, a seguir quaisquer referencias ao meu livro "A Incrive! Politca Nacional de Informatica" o qual esta no primeiro modulo deste site (book 1), sera somente "livro de 1982".

2. Os anexos deste book 2 são incluidos na(s) sua(s) pagina(s) imediatamente seguinte(s) a pagina em que forem mencionados. Por exemplo, um anexo mencionado na pagina 20 estara na pagina seguinte antes da pagina 21.

3. Desculpem-me a falta de alguns acentos (meus trabalhos e computadores são todos em ingles) e também de algumas regras linguisticas esquecidas apos o longo tempo fora do Brasil.

Ha distantes 40 anos atras fui apoiado por respeitaveis brasileiros que honram qualquer pais, não por minha pessoa mas pelas ideias que defendia, aos quais eu devo agradecer: Presidente Ernesto Geisel, Generais Moacir Barcellos Potiguara, Jayme Miranda Mariath e Golbery do Couto e Silva, Embaixador Roberto Campos e Dr. Roberto Marinho. Que Deus os tenham.

Adicionalmente eu me lembro das perseguições que sofri quando morava no Brasil, somente por causa de minhas opiniões tecnicas e politicas contra a então chamada Política Nacional de Informatica PNI.

### book 1 - 1987

O book 1 é a versão digital .pdf do meu livro "A Incrive! Política Nacional de Informatica", escrito em 1982.

Ele descreve a epoca do nascimento da Política Nacional de Informatica PNI no Brasil, alguns dos seus erros e somente as 8 iniciais das perseguições e torturas mentais que sofri.

### book 2 - 2017

Durante o Governo militar eu não poderia escrever este livro. Nunca fui politico, nunca pertenci a um partido politico, nunca estive com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo militar, porem pelo conteudo deste livro eu não podia escreve-lo na ocasião. Fui perseguido durante 10 anos

exclusivamente por minha opinião contrária a Política Nacional de Informática do Governo, e somente agora, após longo exílio no exterior, es que escrevo esta livro 2.

Para mim esta livro 2 es importante, para a memoria da minha pessoa, pois depois de pedir asilo por causa dessas perseguições passei longos anos no exterior sem contacto com o Brasil informatico e portanto ha 40 anos atras quase nada foi revelado a este respeito.

Apesar disso, mesmo essas perseguições governamentais que me feriram, são importantes por simultaneamente narrarem erros politicos e tecnicos que poderão ser evitados por outros paises, ou seja aprender pelos erros, e melhor ainda, dos outros.

Porem um objetivo deste book 2 não é somente narrar as perseguições que sofri do Governo militar do Brasil , mas tambem as possiveis políticas de informatica ou os planejamentos centrais de informatica que irão obrigatoriamente surgir em muitos paises por causa deste milenio digital no qual estamos entrando, por ele conter informações importantes sobre este inicio.

Resumindo, este book 2 é um alerta para os Governos, um alerta de furacões informaticos que irão ajudar muitos paises, pois resultara em melhores decisões por conhecerem simultaneamente os ERROS praticados e as sugestões para futuros ACERTOS.

Este book 2 foi escrito em 2017, e inicialmente narro quatro das perseguições e torturas mentais por mim sofridas nos seus capitulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06, todos com provas juridicas.

Porem existiram outras torturas mentais e perseguições alem das narradas nos capitulos seguintes.

Para uma futura analise por algum pais interessado numa política nacional de informatica, estes dois livros 1 e 2 são essenciais por mostrarem os erros da anterior PNI brasileira e indicarem alguns obvios caminhos, por isso esses dois books ja estão na "deep Internet" e nas grandes bibliotecas hoje virtuais, como a do Congresso norte-americano, a Bibliotheque Nationale francesa, as nacionais da Alemanha, da China e do Canada que esta ja com inimaginaveis 1 Petabytes de arquivos digitais e tambem as bibliotecas das grandes universidades mundiais.

Mesmo com meus 86 anos ainda hoje gasto 10 a 12 horas por dia codificando softwares complexos com a inteligencia artificial AI da qual hoje pouco existe se compararmos com o seu futuro, mas para o exterior e

não para o Brasil. E isso não é cansativo ou estressante como parece, mas sim orgástico para quem começou nessa área (controle de processos por computadores em tempo real) há mais de 65 anos, ainda em Paris, inicialmente com computadores analógicos (estudando no então famoso TRW-300 que não sei quantos milhões de dólares custava) que então eram o padrão para os controles industriais e científicos mais complexos (como o nuclear, o que foi o meu caso) e logo em seguida acompanhei de muito perto a notável transição do computador analógico para o computador digital nos processos de controles em tempo real.

Adicionalmente, ainda na minha fase dos computadores analógicos em Paris tive a oportunidade (um imenso presente) de estudar a Teoria Geral de Controle quer na sua parte matemática quer na ídeme conceitual, matéria imperativa em quaisquer sistemas de controle de processos em tempo real. E posteriormente na NASA em Cabo Canaveral, de participar de um curso especial sobre Reliability, um importante assunto complementar a Teoria Geral de Controle.

Mas ressalvo que:

1. Este livro não tem por finalidade me sugerir a participar de quaisquer atividades para o Governo brasileiro, seja uma simples consulta ou uma consultoria ou um cargo ou um contrato governamental, inclusive estou fora do Brasil. Mas isso não significa que eu não ame o meu país de origem e a sua sofrida gente mesmo os mais simples, nem se trata de vingança o que aliás não é da minha natureza. Mas restaram muitas magoas e não quero passar por elas de novo nesta idade longeva pois elas foram muito duras e destruíram um sonho, além de todos os seus muitos efeitos colaterais negativos.

2. Quando me referir a uma futura "morte da Nação Brasil" não estarei me referindo a morte somente da sua tecnologia da informática, mas sim a morte do seu status de Nação por causa dos destrutivos efeitos colaterais causados pelos 26 apocalipses da informática que o atingirão em muito pouco tempo. Quantidade essa que aumenta continuamente pois há uns 8 anos eles eram somente 15. Aliás essa perda do status de Nação atingirá aproximadamente 180 países e não somente o Brasil.

Miami - Setembro 2017  
J.C. Melo



**CAP01**  
**PERSEGUIÇÕES INCLUIDAS**  
**NO LIVRO DE 1982**

Inicialmente devo fazer uma importante ressalva:

Nestes dois books 1 e 2 eu me refiro muitas vezes a empresa COBRA e Governos, porém este livro narra fatos ocorridos há 40 anos atrás, dentro dos regimes militares de então e antes do meu exílio no exterior. E esses regimes militares tiveram Generais Presidentes que honrariam qualquer Nação, e infelizmente outros lamentáveis. E ambos nos anos que comandavam a então Política Nacional de Informática PNI através das agências governamentais. Resumindo, foi outra época com outros operadores e métodos, e não a atual.

Alguns Governos e algumas direções de COBRA daquela época são os responsáveis pelas perseguições e torturas mentais, e obviamente não seus posteriores e atuais, aos quais não faço quaisquer restrições.

São dois períodos completamente diferentes, com métodos e tempos diferentes.

Esta ressalva é importante por que a audiência destes 2 livros será propositadamente no Exterior e não no Brasil, por causa da sua matéria (política de informática, reserva de mercado) e por ser traduzido para 12 línguas, portanto devo evitar interpretações duvidas e resultantes de distâncias.

Nem todas as 104 torturas mentais e perseguições por mim sofridas foram incluídas no meu livro de 1982 e neste book 2. No livro de 1982, o book 1 neste site, infelizmente na época não foi possível incluir algumas dessas torturas mentais e perseguições por causa das sérias ameaças recebidas. Além disso algumas delas não terem registros mais adequados para poderem ser divulgadas. Inclusive muitas foram somente ameaças por telefone, na classificação de tortura mental.

Neste book 2:

a. Neste Capítulo CAP01 menciono textos das

Neste book 2:

a. Neste Capítulo CAP01 menciono textos das perseguições narradas no book 1. Adicionalmente incluo alguns comentarios extras sobre essas perseguições no book 1, com a respectiva keyword para a sua pesquisa. Portanto, são as antigas perseguições.

b. Em capítulos específicos a seguir (como CAP03, CAP04, CAP05 e outros) incluo narrações de outras serias perseguições sofridas e que não foram incluídas no book 1. Portanto, as novas são aqui narradas pela primeira vez e ademais somente depois de 40 anos.

As que foram incluídas no book 1 são as seguintes:

1 - Impossibilitou que a J.C. MELO se associasse à SEL System Engineering Labs e instalasse uma fábrica no Brasil, em 1971.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Labs", porém inclui no Capítulo CAP18 deste book 2 um texto mais completo a respeito.

2 - Não aceitou politicamente a J.C. MELO e o seu computador IND-5000, em 1974.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "poderemos fazer".

3 - Impossibilitou que a J.C. MELO fizesse um acordo com a TRW Controls

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "SIEMENS" ou no seguinte capítulo CAP19.

4 - Criou grandes problemas para a J.C. MELO tentando evitar o registro do seu Similar Nacional na CACEX, e quando a CACEX o aceitou agiu para não torná-lo operacional.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "CACEX".

5 - CAPRE/DIGIBRÁS/COBRA hostilizou e perseguiu a J.C. MELO no período 1975/1977, procurando inviabilizá-la.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Furiati".

Este item 5 se trata de uma acusação ampla sobre inúmeras perseguições nesse período 1975/1977, acusando a J.C. Melo de contrabando, de farsante, etc. Acusações oriundas não de uma pessoa específica,

mas por exemplo de todos os vendedores e empregados de COBRA, sugerindo uma ordem geral superior.

Adicionalmente, por ser uma narração bem mais completa dessa perseguição, ela esta tambem narrada no Capitulo CAP10 neste book 2.

6 - Não aprovou a J.C. MELO antes da "concorrência" para a escolha dos 3 fabricantes; aprovou COBRA que não fabricava e não aprovou a J.C. MELO que já fabricava ha 2 anos,

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "concorrenca".

7 - Impossibilitou, em 1977, que o Banco Itaú se associasse à J.C.MELO, com pressões ao Banco.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Henrique".

Adicionalmente o Banco Itau avaliava a possibilidade de se associar a J.C. MELO, isso antes dele se decidir por sua propria fabrica (Itautec), porem ele tinha um serio problema, os seus 2 maiores concorrentes ja haviam resolvido suas imperiosas necessidades de informatizarem-se, pois o Banco Bradesco comprou a Scopus (fabricante de terminais e isso não feria a PNI pois não iriam fabricar computadores) e o Banco do Brasil assumiu COBRA e os seus continuos prejuizos financeiros, e a Itautec não poderia ser criada por causa da reserva de mercado.

O Governo pressionou o Banco Itau atraves do Banco Central, proibindo-o de comigo se associar. Veja denuncia publica a respeito publicada pelo jornal O Estado de São Paulo em 3 Junho 1977, no anexo C01-a.

O Dr. Olavo Setubal, seu fundador e proprietario, eramos conhecidos exatamente por causa da PNI. E tinhamos a seu respeito uma posição identica. O importante jornal O Estado de São Paulo, em 25 Agosto de 1984 realizou uma mesa redonda publicada em varias pagina (veja o anexo C01-b) da qual participaram o Senador Roberto Campos, o Dr. Olavo Setubal, eu, o Coronel Edyson Ditz (Secretario Especial de Informatica da SEI), e outros, sob a coordenação do seu experiente jornalista Alberto Tamer.

No fim, ao sairmos do elevador eu inquiri o Dr. Olavo: "Tudo que eu critiquei, o Sr. contemporizou com ressalvas mesmo apesar de termos opiniões identicas a respeito da reserva de mercado". Ao que ele respondeu: "Tudo que voce disse é correto, mas eu

## Industrial critica a concorrência estatal

Da sucursal de  
RIO

O industrial João Carlos Melo, da empresa J. C. Melo, qualificou ontem de "desleal" a concorrência que o governo federal vem fazendo com as empresas privadas do setor de computadores. Segundo o empresário, a empresa estatal "Cobra" vem sendo indevidamente beneficiada pelo governo: "Ou o governo está sendo enganado pela atual diretoria da "Cobra" ou está enganando a todos nós".

João Carlos Melo enumerou uma série de irregularidades que estariam sendo cometidas pela empresa estatal: pressões sobre o Banco Itai para que este, através do Banco Central, não entre como sócio em sua empresa, mas na "Cobra"; pressões também sobre outras empresas, para que elas não assinem contratos com sua companhia (ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, do Paraná); e finalmente a feitura de contratos sem concorrência, mas inteiramente políticos.

### NACIONALIZAÇÃO, A META

"A principal preocupação do governo brasileiro na implantação do Parque Industrial de Minicomputadores é a presença do capital nacional. O ideal seria a não participação de empresas estrangeiras no setor". A afirmação é do presidente da Digibrás, Wando Borges, ao revelar ontem, no Rio que a "priori", o critério fixado pela portaria da Capre não será interpretado rigidamente, podendo ser ampliado para aprovar até quatro ou cinco projetos que viabilizem a implementação de nova tecnologia".

Apesar de a Digibrás preferir não comentar por que o projeto da IBM está paralisado desde janeiro, o clima na empresa estatal é de franca expectativa, para que, no prazo de 90 dias, sejam apresentados novos projetos que preencham o espaço teoricamente a ser ocupado por aquela empresa.

A expressão "em princípio", na portaria da Capre, que fixou em três o número de empresas

para iniciar o núcleo do sistema nacional de minicomputadores "não é gratuita", afirmou Wando Borges. A orientação governamental é a de "evitar tanto o monopólio quanto a proliferação de indústrias futuramente inviáveis". Em operação desde meados de 1976, a "Cobra" já está virtualmente enquadrada nas normas da "Capre", e ~~se tem~~ ~~começa a aprovação do projeto~~ ~~do Modelo~~, também em operação.

A projeção da Digibrás é de que, em 1980, o mercado interno de minicomputadores estará representando um montante de compras de US\$ 200 a US\$ 300 milhões, a ser dividido por três empresas de grande porte, ou por até cinco empresas de porte médio. Além da IBM, da Cobra e da J. C. Melo, a Digibrás e a "Capre" estão analisando o projeto "Máquinas Assistência Indústria e Comércio (MAICO)".

### "MODELO JAPONÊS"

Ao enfatizar a preferência pelos capitais nacionais no sistema de produção de minicomputadores, os técnicos da Digibrás citam o "Modelo Japonês". O Brasil, dizem, vive hoje nesse setor os mesmos problemas e possui o mesmo quadro tecnológico que o Japão há 10 anos. O parque nipônico possui seis grandes corporações e 20 empresas de porte médio e pequeno, além de uma centena de fabricantes de componentes periféricos. A IBM participa apenas em 27% do mercado japonês, acrescentam, para ilustrar a tese de que se o Estado não interferir no mercado, aquela empresa poderá assumir aspectos de um "monopólio indesejável".

### IMPORTAÇÕES

A explicação de Wando Borges para a decisão de deflagrar já o processo de produção dos minicomputadores é a de que "apesar da política de contenção dos investimentos, o País não pode atrasar ainda mais as suas metas nesse setor tecnológico". O prazo de maturação dos investimentos em minicomputadores é de cinco anos, e "o governo não pretende segurar a demanda por esse tipo de bem por um prazo tão longo que signifique um impacto excessivo de compra na balança comercial".





tenho grandes interesses a proteger e não posso enfrentar o Conselho de Segurança Nacional. E muita gente depende de mim."(sic)

Na área de informática então existiam boatos a respeito de um suposto acordo entre o Itau e a SEI para criar a Itaotec, porém ninguém conhecia o seu conteúdo. E não estou sugerindo um acordo ilícito, certamente o Dr. Setubal não o faria. Mas eu nunca conheci os termos desse provável acordo.

Tempo depois, o Dr. Olavo e eu casualmente nos encontramos e ele me disse: "Estou lhe devendo um agradecimento, não teria sido possível criar a Itaotec sem as suas críticas a PNI."(sic)

8 - Na "concorrência" para a escolha de 3 fabricantes de minis, não aprovou a J.C. MELO que já fabricava há 2 anos e aprovou 3 novos fabricantes que nem existiam.

Procure seu texto no book 1, usando a keyword "Excelencia".

Diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel através de uma carta aberta publicada em jornais de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. Diante das inúmeras preocupações dos meus amigos, eu lhes respondi: "Tudo que vou dizer é verdade, eu sou autêntico e não estou com uma metralhadora nas mãos tentando derrubar o Governo e não sou político ou comunista. Não vejo a mínima condição para ser preso."(sic) Como alias não fui.

No book 1 eu narro o meu pedido público ao Presidente Ernesto Geisel e o seu desfecho até ele ordenar a minha aprovação numa chave de galão militar depois da investigação correspondente, com um "Aprove-o!".

Mas neste capítulo não relato o que aconteceu depois dessa aprovação, que está narrado no Capítulo CAP07 deste book 2.



**CAP02**  
**POR QUE VOLTO A ESTE ASSUNTO**  
**APOS 40 ANOS?**

Alem da perda da minha fabrica de computadores o que não teria ocorrido se o Governo não co-participasse dessa "tomada" como veremos no seguinte Capitulo CAP03, durante 10 anos sofri inumeras perseguições e torturas mentais originarias do Governo,

1. Por ter tido a audacia de fabricar computadores no Brasil sem a sua "autorização",
2. Por ter tido a audacia de dizer que a sua "Política Nacional de Informatica PNI" era tecnicamente errada, o que ficou provado com a sua posterior "morte".

Na França "torture mentale" tem uma importancia maior ou no minimo igual a tortura fisica, ou seja um ato com a finalidade de perseguir ou intimidar ou pressionar uma pessoa com um objetivo determinado. E isso durou 10 anos, durante os quais sofri continuadas torturas mentais e perseguições originarias do Governo, juridicamente classificadas como "crimes continuados".

Este book 2 sumariamente expoe algumas dessas torturas mentais e como o Governo co-participou da "tomada" de minha fabrica de computadores, descrito no seguinte Capitulo CAP03.

Inicialmente desejo narrar um fato que pouca gente soube, mas foram o saudoso e provido de inteligencia incomum General Golbery do Couto e Silva e eu que demos o primeiro passo em direção a uma Política Nacional de Informatica. Um primeiro passo correto que posteriormente infelizmente foi mudado (desconstruido) pela CAPRE para atender ao seu academicismo. Isso esta narrado na pagina 24 do meu livro de 1982. E exatamente essa desconstrução foi o

início do completo desastre que foi a futura Política Nacional de Informática PNI do Brasil.

Reproduzo a seguir o início dessa página 24 do livro de 1982:

-----  
"No impasse, escrevi uma longa e minuciosa carta ao General Ministro Golbery do Couto e Silva, solicitando uma decisão política do Governo. Nessa carta, inclusive, eu frizei que a culpa não era do eng. Salek (diretor da Cacex) mas sim decorrente dos problemas intrínsecos de um Similar Nacional de computadores, que só o primeiro registro (o da J.C. MELO Computadores) tinha trazido ao nosso conhecimento.

Depois de investigar, o Ministro Golbery acolheu a minha solicitação e enviou a Papeleta de Providências número 755/75 ao então Ministro da Fazenda, Dr. Mário Henrique Simonsen. Em resumo, a minha solicitação era no sentido de que a CACEX recebesse uma ordem superior para que cumprisse com rigor a Lei porém auxiliada por algum órgão técnico que definisse tecnicamente o que seria ou não similar nacional para um caso específico principalmente por causa dos softwares, ou seja, para que a indústria nacional de computadores fosse efetivamente protegida. E a Papeleta de Providências número 755/75 isso determinava, numa decisão política do General Golbery. Não era ela uma solicitação de exame ou de informações, mas sim de uma determinação, demonstrando então o Governo a sua firme intenção de proteger a sua primeira indústria de computadores e naturalmente as seguintes.

Na realidade, a PNI nada mais necessitava para a sua proteção a não ser um registro de similar nacional, nada mais simples que isso.

Fui então chamado ao Gabinete do Ministro Simonsen, e fiz uma exposição dos problemas durante 5 horas, para os seus assessores de economia, Dr. Marcos e Dr. Durães, os quais prometeram estudar o assunto. Pediram-me um resumo escrito da exposição, o que remeti poucos dias após em aproximadamente 50 páginas datilografadas ou seja em 17 de Novembro de 1975, conforme anunciou o jornal O GLOBO em 25 de Janeiro de 1976.

-----  
A continuação deste texto está na página 24 do livro de 1982.

Apos essa narração voltemos ao "porque volto a este assunto apos 40 anos?":

1. Eu criei a primeira e ate hoje unica fabrica BRASILEIRA de computadores, a J.C. MELO Computadores ainda na sua fase do Rio de Janeiro, e ela viveu um grande sucesso e foi o unico similar nacional de computadores autorizado pelas rigorosas CACEX e ABINEE (somente apos visitas a minha fabrica por um engenheiro vistoriador da CACEX e pelo Diretor Tecnico da ABINEE) e ela me foi "tomada" pelo Sr. Henry Maksoud porem para isso ajudado pela co-participação do Governo (como vinganca). Veja o anexo C02-a, uma carta do Diretor da ABINEE sobre a minha fabrica.

2. O crime acima mencionado foi complementado pelas muitas torturas mentais e perseguições que sofri (juridicamente crimes continuados) durante quase 10 anos. Essas perseguições e torturas mentais tinham como motivo o fato de que eu continuamente demonstrava a total inviabilidade tecnica da então PNI da qual tambem eu era uma vítima, pelo seu academicismo, pelas diversidades industriais do setor, pelas imposições do Governo ignorando os seus proprios erros e pelos seus desconhecimentos dos assuntos informaticas tecnica, industrial e politica.

E o inadmissivel para o Governo foi que eu contei com o apoio expontaneo de todas as midias como comprovado por mais de 1000 recortes de jornais colecionados pela minha secretaria, sobre as minhas opiniões exclusivamente tecnicas e tambem o sucesso das minhas 2 fabricas, a pequena no Rio de Janeiro (J.C. MELO Industria de Computadores) e a segunda grande em São Paulo (J.C.Melo/Sisco) esta infelizmente em associação com o Sr. Henry Maksoud.

3. Eu criticava a chamada politica nacional de informatica exclusivamente como um tecnico experiente que sou em computadores e nas suas industrias quer de hardware quer de software, tanto na França como nos Estados Unidos. Nunca fui um politico em toda a minha vida. Dizendo-o de outra forma, o Governo não tinha quaisquer razões tecnicas ou politicas ou militares para me perseguirem a não ser as minhas opiniões exclusivamente tecnicas.

4. Diante desses crimes continuados, solicitei e obtive asilo politico dos Estados Unidos, o que esta detalhado no seguinte capitulo CAP04.

E com esse asilo politico desliguei-me totalmente do Brasil por quase 30 anos, mental e fisicamente. Quando um jornal publicava alguma pequena noticia sobre o Brasil, eu não a lia alem do seu obrigatorio titulo. Assim, nem a sociedade brasileira nem a sua area de informatica tiveram oportunidade de conhecerem exatamente o que realmente aconteceu e

**abinee**

Página 146  
Anexo 1.1.1.A

Prezado Melo,

Com grande alegria tomei conhecimento, pela sua gentili e honrosa comunicação, da expressiva votação dada pelos empresários brasileiros ao caro amigo, conduzindo-o à merecida e reconhecida posição de líder empresarial do setor de computadores, que aliás sempre você desempenhou, de fato e de direito, em função da heróica luta empreendida para implantar a SISCO-Sistema e Computadores S/A. no cenário industrial da eletrônica digital.

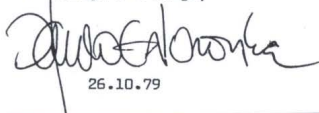
Gratifica-me a homenagem recebida, embora ciente de que a generosidade do ilustre amigo amplificou para valores excessivamente elevados a modesta contribuição que possa ter sido dada.

A bem da verdade, devo confessar que não tive maiores receios em colocar, por iniciativa própria e sob minha responsabilidade direta, o apoio da ABINEE ao trabalho pioneiro desenvolvido por J.C. Melo nos primórdios da SISCO, pois a qualquer pessoa de bom senso e espírito um pouco observador, dava para sentir a sinceridade de intenções de um homem de talento em serviço, condição suficientemente forte para gerar a credibilidade que foi necessária para tal.

Hoje a SISCO está a serviço do talento do homem.

Parabens, Melo. Você realmente merece.

Abraça-o o amigo,



26.10.79

principalmente o que comigo fizeram.

A PRIMEIRA RAZAO desta provavel "volta" 40 anos apos é que as continuas perseguições durante 10 anos que eu sofri resultaram no meu afastamento do Brasil por quase 30 anos e portanto neles nunca historiei os bastidores desses crimes agora narrados.

As varias narrações das perseguições neste book 2 são as primeiras publicas sobre algumas perseguições que sofri, embora no meu livro de 1982 eu mencione somente as suas primeiras, porem na totalidade elas foram 104 (crimes continuados). Essas 8 perseguições iniciais estão sumarizadas no capitulo CAP01 e nas paginas 44 e 45 do meu livro de 1982.

Ressalte-se que esse book 1 foi publicado e vendido em 1982, portanto aberto, noticiado nas midias, lancado no principal Congresso de informatica do Brasil (1982), portanto com acusações publicas, e não escondidas ou nos bastidores. E o Governo nem necessitou me desmentir, nem me processar ou me prender, pois tinha uma outra opção mais facil, ir ao Presidente do Congresso de Informatica e lhe dizer: "Ou a venda do livro para, ou o Congresso para. Escolha."(sic) Episodio que esta narrado no capitulo CAP06.

A SEGUNDA RAZAO desta "volta" é deixar um depoimento escrito desse grave erro que o Brasil cometeu no inicio deste milenio digital.

O que espero com estes dois livros book 1 e book 2 neste site?

1. Não espero quaisquer reações reparadoras dos 3 poderes governamentais do Brasil, quer em relação aos crimes continuados praticados contra mim quer em relação a uma nova PNI para o Brasil, o Brasil não tem "tradição" em ações desse tipo,
2. A probabilidade de uma futura geração brasileira questionar/pesquisar por que o Brasil morreu, sera absoluta neste milenio digital. Falo de um questionamento, não de uma ja hoje impossivel recuperação. Quero que as gerações futuras saibam o que aconteceu. Os erros (e não somente os acertos) foram grandes impulsores da humanidade,
3. No meu futuro livro 03 e neste inicio do milenio digital ja narro previstos 11 apocalipsis da informatica e essa quantidade aumenta rapidamente. A somatoria dos seus efeitos colaterais previstos é que em muito pouco tempo so restarão 15 a 20 paises com o status de Nacoes. Havera, portanto, uma corrida de alguns paises a algum modelo de política nacional de



informatica, e neste caso estes tres livros 01, 02 e 03 serão importantes para evitar erros como os da PNI brasileira e tambem por conter algumas sugestoes. E pretendo, dentro das minhas possibilidades e mesmo com a idade de 86 anos e se Deus deixar, desinteressadamente auxiliar paises surpresos com os graves efeitos colaterais dos 26 apocalipsis da informatica que virão, sugerindo-lhes alguns caminhos,

4. Muito menos desejo dar um toque de passado, ele não me interessa a não ser para repor a minha memoria no seu correto lugar.

O Brasil é um grande pais continental porem com tudo ainda a ser feito. Apos a nossa descoberta em 1500 os portugueses nada fizeram nos 350 seguintes anos. Quando a familia real portuguesa veio para o Brasil seu intuito foi somente fugir do imperador Napoleao, e novamente nada foi feito alem da bonita frase "Independencia ou Morte!". E recentemente tivemos varios governos populistas (Getulio, Jango, Dilma, Lula) que preocupados com ideologias e praticas eleitorais novamente continuamos distantes dos grandes problemas brasileiros e novamente continuamos com praticamente tudo a ser feito.

Com um UNICO exemplo hoje o Brasil necessitara de quase 70 anos (e isso se as necessarias verbas surgirem) para darmos saneamento basico de somente agua e esgoto aos brasileiros. E educação, saude, seguranca, desenvolvimentos empresarial, industrial e cientifico para uma imperativa geração de empregos para posteriormente ganharmos com os seus resultados?

Essa situação cria uma situação política perigosa que me faz considerar o falecido General Golbery um genio, pelo seu systole/diastole que uma hora dessas mais uma vez provavelmente se confirmara.

Diante de tudo isso como lutar novamente para criar uma nova e então correta politica nacional de informatica que serviria somente para postergar (e não para evitar, tarefa hoje ja impossivel) a morte do Brasil como Nação?

Não sei quem enfrentara uma nova PNI no Brasil, talvez o Ministerio das Ciencias ou o Ministerio da Defesa ou juntos, pois são os seus seguidores naturais. Seja quem for, se novamente uma PNI for enfrentada tomara que o caso seja de analise e não de autopsia como foi o anterior.

Se a fracassada Politica Nacional da Informatica do Governo não é um crime de lesa patria num milenio



digital, eu terei que reaprender o que é um crime de lesa pátria.

E ninguém da área de informática (mas ninguém mesmo) teve a coragem e o civismo de continuamente dizer publicamente "Tudo isso está errado!", e isso em pleno Governo militar. Como eu o fiz, isso me causou inúmeros prejuízos (familiares, profissionais, financeiros, psicológicos) que terminaram por um meu pedido de asilo aos Estados Unidos e posteriormente ir para o exterior.

Num exemplo insofismável pela sua respeitabilidade, o Senador Roberto Campos sempre soube, desde o seu início, de todas as pressões/perseguições que eu sofria, por ser meu amigo. As vezes por escrito, as vezes pessoalmente. E como sabemos infelizmente ele já faleceu, entretanto um seu importante assessor, o economista Gilberto Paim, também tinha conhecimento dessas mesmas pressões/perseguições.

Uma prova disso é que no seu admirável livro "Alem do Cotidiano", o Senador escreveu e está na sua página 257:

"Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador...". Veja essa página no anexo C02-b.

Tres anos antes do descrito nas páginas do meu livro de 1982, eu era o dono da J.C.Melo Consultoria Técnica Ltda, no Rio de Janeiro. Uma empresa pequena, porém pioneira no Brasil em controle de processos por computadores em tempo real.

Na realidade essa era a minha especialidade, desde os meus estudos na França. Eu nunca fui um especialista na área comercial da computação, dizendo-o de outra maneira um "homem IBM" como então se chamava. Eu sempre fui um homem de hardware e software em tempo real, sendo isso tecnicamente superior a um "homem IBM" comercial tradicional, por 3 razões: conhecer melhor o software, conhecer o hardware e conhecer a Teoria Geral de Controle.

Sendo então a única empresa no Brasil dessa especialidade, era uma empresa de sucesso. Somente de engenheiros formados por mim (em cursos fechados, nas empresas) foram quase 1500. Na Usiminas, por exemplo, foram 6 cursos de 30 dias, para 20 engenheiros cada. A Nippon Steel estava mandando um novíssimo laminador controlado por computador para a Usiminas, e eu preparei seus engenheiros para a chegada dos engenheiros japoneses ensinando os básicos do controle em tempo

## Anexo C02-b

Europeus se associam com japoneses e americanos para não se retardarem, admitindo que a Europa, com toda a sua proeza tecnológica, está atrasada em matéria de pesquisa de informática. E o Brasil só aprova "projetos com tecnologia própria". Necessariamente, o que a SEI chama de "tecnologia própria" é em grande parte cópias de modelos importados. Segundo o Professor J.C. Melo, um dos cidadãos mais perseguidos pela SEI, e que não tem para defendê-lo o escudo de Senador, existem sete cópias do computador pessoal da IBM, comercializadas no Brasil como tecnologia nacional. Há 13 cópias da Apple, e 11 do TRS-80. Não estou criticando. Acho essa atitude perfeitamente inteligente, perfeitamente admissível. Não devemos fazer outra coisa. Por que redescobrir a tecnologia do computador pessoal? Por que não importar essa tecnologia e depois adaptá-la e melhorá-la, e, num terceiro estágio, criar uma nova tecnologia? Qualquer outra coisa

real por computadores e a Teoria Geral de Controle. E então era bastante comum eu não aceitar novos contratos, por falta de tempo.

Na ocasião, meu maior projeto como consultor foi o do sistema de controle em tempo real do grande terminal da Petrobras TEBIG na baía da Ilha Grande, que recebia até 5 super-petroleiros de 500.000 toneladas ao mesmo tempo. Foram 18 meses de trabalhos contínuos para/com a Petrobras, o seu projeto, as especificações técnicas para a concorrência internacional, a referida concorrência e a sua análise e decisão, e o contrato "work statement" com a vencedora internacional.

Operacionalmente o sistema foi um sucesso, na realidade o maior do Brasil até então, com 2 computadores centrais e 60 remotos ligados aos tanques e centenas de válvulas, e um sofisticado (e único) software de controle do processo meio DAS Data Acquisition System e meio DDC Direct Digital Control. Um super-petroleiro de 500.000 toneladas estava chegando no Brasil e a 50 milhas da costa "falava" com o sistema dizendo-lhe os tipos de óleos e suas respectivas quantidades. Ao atracar, o sistema já havia preparado toda a descarga, o que diminuía o seu tempo no cais. Um sistema DDC, com ele atuando automaticamente nas bombas e válvulas.

Esse sistema (pela sua complexidade) foi pioneiro e depois de funcionar foi objeto de uma reportagem de uma revista árabe sobre petróleo e de um convite para eu ir conversar com o Vice-Ministro de petróleo da Arábia Saudita, o que fiz. Esse contrato não foi assinado por ele ter exigido que eu permanecesse 4 anos no país, o que eu não poderia fazer. Foi outro grande erro, eu deveria ter aceito e não voltar ao Brasil pois pouco tempo depois tive a infeliz ideia de fabricar computadores. Também a vida na Arábia Saudita não era fácil, para beber um simples copo de cerveja você teria que fazê-lo exclusivamente no hotel.

Esse DDC "parcial" é um bom exemplo da fase inicial da transição dos controles com instrumentação analógica que existiam então há uns 60 anos, para os computadores digitais em controles, pois as empresas tinham naturais receios por eles serem uma novidade. Foi por causa disso que a minha empresa teve um grande sucesso, ministrando cursos in loco para os engenheiros dessas empresas. Independentemente disso fiz muitas palestras de algumas horas para diretorias de empresas, como em Furnas, Petrobras e Sabesp SP, entre outras. Esse DDC parcial poderia ter sido total, mas por prudência a Diretoria da Petrobras decidiu por um DDC parcial, o que obviamente cumpriu.

Simultaneamente já se começava a difundir, no Brasil,

a ideia de aqui se fabricar computadores, porem ainda não existiam quaisquer iniciativas governamentais a respeito, quer leis ou normas, quer industrias.

E entao, conhecendo bem esse processo (fabricação de hardware) desde meus estudos em Paris (o controle de processos em tempo real exige muitos conhecimentos de hardwares e de softwares, algumas vezes em linguagem de maquina com stacks e interrupts e sem sistemas operacionais tipo Windows) e das suas fabricações, eu tive a ideia de faze-lo.

Diga-se de passagem, hoje tenho a certeza de que essa foi a mais desastrosa decisão de toda a minha vida, pelas pressões/perseguições sofridas que terminaram na minha desconstrução e exilio voluntario no exterior. Adicionalmente por abandonar a minha consultora que era um sucesso.

Mas como, se fabricar computadores seria otimo para o Brasil, e nessa eventualidade eu mereceria um tapete vermelho?

Para esse objetivo (fabricação de computadores) não solicitei quaisquer ajudas governamentais, nem qualquer emprestimo idem. O inverso do conhecido "padrao" de alguns empresarios brasileiros, principalmente dos beneficiados pela reserva de mercado.

Posteriormente surgiu então toda a estrutura governamental imaginada para isso, a chamada reserva de mercado, a empresa estatal COBRA e as agencias governamentais especificas.

Quando tudo isso surgiu (tres anos depois da minha mencionada ideia) eu ja fabricava o meu computador IND-5000, depois com sua memoria modernizada transformando-se em IND-5005. Portanto, eu iniciei BEM ANTES DE QUAISQUER INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS, na realidade 2 a 3 anos antes.

Evidentemente um direito adquirido antes de quaisquer regulamentações governamentais, o qual muito importaria em situações politicas normais porem obviamente não num governo militar que tudo podia, e alem disso esse meu direito constitucional muito contrariava a estatal COBRA.

Quais os dois grandes reais "motivos" (se podemos assim chama-los) que originaram as pressões/perseguições que durante anos sofri? Era eu uma fraude? Era eu um cidadão ou um politico tentando derrubar a ditadura? Era eu um oportunista? Nada disso.

1. O PRIMEIRO MOTIVO foram os meus sucessos técnico e público por causa dos meus 3 computadores fabricados:

a. Computador IND-5005, (1975/1976) equivalente ao minicomputador mundialmente famoso Digital PDP-8 (o primeiro minicomputador com vendas astronômicas) e que "rodava" todo o seu software,

b. Computador MC-8000 (1978), equivalente aos computadores mundialmente famosos Digital PDP-11 e Data General Nova-3 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

c. Computador médio MC-9700 (1979), equivalente ao computador médio mundialmente famoso Digital PDP-15 e que "rodava" todo o software do Nova-3,

para os quais os Governos militares não conseguiam apresentar seus equivalentes fabricados e muito menos competitivos. Dizendo-o de outra maneira, sem eu querer criar a oportunidade de uma comparação altamente desfavorável (e perigosa) para o "Tripe da Reserva de Mercado" e principalmente para o todo poderoso Governo militar.

2. O SEGUNDO MOTIVO foi que eu concluí (e toda a mídia impressa me compreendeu e me apoiou) que a enorme e inedita e desejável oportunidade de o Brasil fabricar computadores com a reserva de mercado quer técnica quer politicamente, era inviável por ela ser capitaneada por muitos desinformados sobre as fabricações de hardware e de software. Observando as suas regulamentações governamentais e as suas providências, mentalmente eu não conseguia evitar vê-los como "Aprendizes de Feiticeiros". "Eu não conseguia evitar", o que eu deveria fazer, ficar calado? Inúmeros amigos isso sugeriram, temerosos com os poderes dos Governos militares. Um deles chegou a me dizer: "Melo, passarinho que pia leva chumbo."

Mas felizmente (ou infelizmente, pois isso depende do ponto de observação) Deus me fez assim, e evidentemente eu não posso mudar os Seus desígnios.

Eu tenho boa experiência no setor da computação (quase 65 anos contínuos) e adicionalmente de excelente origem estrangeira e com a especialização em controle de processos em tempo real, portanto hardware + software de níveis maiores do que o comercial e suas fabricações, e por causa dessa experiência técnica me foi muito fácil identificar os imensos erros dos Governos militares ao tentarem implantar (manu militar e ao arpejo das Leis "humanas" e também das "tecnológicas") a fabricação



de computadores no Brasil, através da chamada reserva de mercado. Adicionalmente, eu já fabricava computadores no Brasil, 2 a 3 anos antes de quaisquer ações governamentais nesse sentido, quer industriais, quer regulamentares, etc.

Portanto, um direito adquirido mas que feria toda a regulamentação/estrutura que o Governo militar posteriormente criou, a sua incrível Reserva de Mercado. E pior ainda para ele, eu tendo sucesso publico bastante difundido pelas midias versus os contínuos fracassos dos Governos militares nessa area.

Adicionalmente, todas as midias impressas tambem identificaram esses imensos erros dos Governos militares, e como consequencia eu tinha o apoio de todas elas, conforme se poderá aquilatar neste book 2.

Havia tambem um absurdo e forte desejo dos controladores da reserva de mercado na informatica de excluir sistematicamente (para os fabricantes nacionais) quaisquer produtos ou servicos proveniente dos Estados Unidos, mas para mim isso era totalmente irrelevante se os Estados Unidos eram um Imperio ou nao, provavelmente sim desde o famoso bombardeio de Pequim por sua pequena canhoneira no Rio Yangtze como bem conhece a maioria dos diplomatas de todo o mundo. Sim ou nao, na minha opinião de tecnico isso não tinha a minima importancia para o caso especifico da reserva de mercado na informatica, comprar componentes dos Estados Unidos ou proibir brasileiros de se associarem com industrias norte-americanas de informatica.

Pragmaticamente, o que tinham importancias eram as dezenas de erros fundamentais (tecnicos e politicos) da referida reserva de mercado, como por somente esses 2 exemplos abaixo (dentre uns 20 a 30):

a. Escolha do computador Ferranti, militar, por COBRA, para uso na area comercial, sem um minimo software para a sua comercialização no mercado natural dos computadores,

b. A "obrigatoriedade" de não ter qualquer contrato com um computador/fabricante norte-americano, do que resultou o grave erro da escolha de empresas fornecedoras de tecnologia da Europa (Ferranti e Logabax e Nixdorf) e do Japão (Fujitsu), então todas elas, sem exceção, com as suas conhecidas pessimas situações financeiras e as suas decorrentes tecnologias de baixo nivel.

Ressalte-se que os tres computadores por mim fabricados usavam componentes norte-americanos, e



nunca, em nenhum momento, eu sofri quaisquer restrições dos seus fabricantes, mesmo apesar de concorrer com os então ícones mundiais da computação e que eram todos norte-americanos (modelos Digital PDP-8, Digital PDP-11 e Data General Nova-3, e Digital PDP-15).

Ambos esses fatos acima (a e b) foram grandes razões do imenso sucesso dos meus computadores, pois eu não tinha concorrentes viáveis aceitáveis pelo mercado. E como é sabido, o mercado (que é soberano, com imperialismo ou não) os aceitou e rejeitou os oriundos especificamente da reserva de mercado. E isso não tendo nada a ver, nem remotamente, com um imperialismo dos Estados Unidos, mas sim exclusivamente com tecnologia, com empreendedorismo, com uma total liberdade para criar e empreender.

Outro problema agravante foi que a minha empresa investiu 3 milhões (esqueço a moeda da época) e COBRA investiu 300 milhões, e não apresentava resultados sequer equivalentes aos meus. E essa relação 1 para 100 deveria ser por COBRA justificada perante as esferas superiores que dirigiam as ações governamentais no setor, o que evidentemente era impossível.

Diante de minhas críticas (sempre publicadas pelas mídias impressas) e sem poderem responder-las, os Governos militares adotaram, durante vários anos, a estratégia de me desconstruir através de pressões/peregrinações de vários tipos, sempre subterrâneas, desconstruções essas que terminaram por conseguir a minha partida para o exterior.

Ademais, eles não se defendiam dos meus argumentos e denúncias usando os meios naturais numa democracia (a imprensa ou a Justiça) mas sim através das suas ilegais pressões exclusivamente nos bastidores, a conhecida marca registrada de ditaduras. Esse assunto está narrado nos capítulos deste livro 2.

Um fato interessante é que, com o passar do tempo importantes militares começaram a me apoiar (como veremos adiante) e a discordar da "administração" da informática pelo Governo. Mas para o Governo eu fui o exemplo que não deveria existir.

**CAP03**  
**A "TOMADA" DA J.C. MELO/SISCO**  
**COM A AJUDA DO GOVERNO**

Este capitulo narra

1. Como o Governo documentadamente e manu militare co-participou com o Sr. Henry Maksoud quando ele "tomou" a minha empresa J.C. Melo/Sisco, então uma fabrica BRASILEIRA de computadores medios. Se ela hoje ainda existisse, seria a unica pois não surgiu, nesses 40 anos, uma outra do mesmo nivel.

2. Neste capitulo incluo as suas 3 cronologias Antes, Durante e Apos essa "tomada".

A "tomada" do Sr. Maksoud da minha empresa (mesmo sendo um ASSUNTO PRIVADO) não teria acontecido se o Governo não tivesse sido (documentadamente) seu co-participante. Nem se eu cobrasse meus direitos na Justica teria exito no Governo militar naquele momento e foi exatamete por isso que eles preferiram usar um processo manu militare mais "direto".

Mas como poudo ocorrer essa co-participação do Governo, se o sr. Maksoud não era uma pessoa bem vista por ele?

Se o Governo me "devolvesse" a J.C.MELO/Sisco (como legalmente eram obrigados a faze-lo) eu poderia fecha-la e como ironicamente ela era a UNICA comprovação existente da viabilidade da política nacional de informatica do Governo, isso tambem lhe seria bastante prejudicial, provavelmente mortal. E na otica deles, o PNI não poderia morrer.

E então o Governo tomou uma decisão digamos "de Estado", parte para impedir o fechamento da J.C. MELO/Sisco ja então "tomada" pelo Sr. Maksoud e parte para "me punir" por minhas continuas e muito

apoiadas criticas tecnicas.

Alias, eu nem necessitaria ir a Justica, seria suficiente anunciar que as "licencas" governamentais de fabricação dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram legalmente minhas e não da associação com o sr. Maksoud e isso seria a morte da J.C. MELO/SISCO, com grande repercussão negativa junto aos compradores de seus computadores pois eles teriam feito altos investimentos nos softwares por eles construídos que depois poderiam ser perdidos. Mas nem isso eu pude fazer, pois o Governo "ignorou" uma minha petição oficial de 300 paginas via Cartorio.

Na realidade, foi esse o motivo para eu ter requerido a volta dos meus direitos ao Governo, através dessa petição de 300 paginas. Essa petição gerou o processo numero 00210 de 1980, com a finalidade de mostrar ao sr. Maksoud e ao proprio Governo que eu tinha esse poder, portanto eu não era tão indefensavel como eles supunham.

Essa petição de 300 paginas foi documentadamente entregue ao Governo (via Cartorio) com todas (todas) as suas paginas individualmente numeradas/carimbadas/autenticadas com o numero do protocolo/processo do Governo e assinaturas como "recebida" pelo Governo. Mas eu o recebi de volta uns 12 meses apos, pelos Correios, completo com todas as suas 300 paginas (originais) com o implicito recado: "Isso é o que fazemos com a sua petição".

Veja o anexo C03-a com o Governo informando que o processo numero 00210 de 1980 "sumiu", e no anexo C03-b imagens de algumas das suas 300 paginas originais, todas numeradas, rubricadas e classificadas e com o numero do processo e o numero da pagina e uma rubrica em cada pagina. Claro que sumiu, pois todas as suas 300 paginas estão comigo, de volta pelos Correios. E disso resultou existir uma prova juridica desse crime.

Não foi uma atitude inteligente do Governo, pois mesmo "sumido" ele havia sido entregue/registrado por um cartorio, e eu tenho de volta todas as suas 300 paginas autenticadas/numeradas pelo Governo, com numero do protocolo, do processo e nas suas 300 paginas. Mas na epoca uma ação manu militare não implicava em suspeição.

Antes da "devolução" do processo original pelos Correios, escrevi varias cartas diretamente ao Governo, solicitando urgencia no despacho do processo, solicitando uma solução. Mas essas cartas foram ignoradas. Veja o anexo C03-c uma carta via Cartorio ao Governo solicitando decisão no processo

## Anexo C03-a

Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49 Resposta

Inbox

x

sic <sic@mct.gov.br>

Dec 6 (13 days ago)

to me

Prezado Senhor João Carlos Melo,

Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001704/2013-49, postado no Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao processo SEI nº 00210, de 1980, informamos a Vossa Senhoria que, decorridos mais de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas intensas buscas no acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, existentes do Arquivo Geral deste Ministério, não foi possível localizar o processo solicitado, nem cópia de sua autorização ou publicação dessa autorização no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

São Paulo, 28 Abril 1980

Recibido 197  
Anexo J.C.MELO

A Diretoria da  
SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMATICA  
Setor de Autarquias Norte  
Lote A Quadra 2, 1º andar  
Edifício DNRE  
Brasília - DF

1. OFICIO  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
POSSUI ARQUIVADA SOB Nº 15002  
SUSP. Nº

Presados senhores -

Júlio Carlos Melo, Brasileiro, maior, ca-

saído industrial,

(Endereço retirado por motivos  
de segurança) 11 Setembro 1980

vem expor a V. Sas. o que se segue:

# HISTÓRICO

O GRUPO J.C.MELO INDUSTRIA DE COMPUTADORES LTDA, de propriedade do signatário, e a HIDROSERVICE ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA, de propriedade do Sr. Henry Maksoud, através do "Termo de Compromisso" (doravante chamado Termo) assinado em 2 Setembro 1977 (Anexo nº 1), resolveram associar-se para continuar a fabricação de computadores e afins até então realizada pelo GRUPO J.C.MELO.

Além do Termo acima, ambas as firmas acima assinaram um "Protocolo de Intenções" (doravante chamado Protocolo) em 31 Agosto 1977 (Anexo nº 2), enviado à CAPRE sabendo o projeto-conjunta J.C.MELO-HIDROSERVICE, por ocasião da concorrência, em Setembro 1977, para a escolha dos 3 fabricantes de minicomputadores. É importante mencionar que o Protocolo acima explicitamente confir-

ma e completa o "Termo de Intenções e Compromissos".

1. "TERMO DE INTENÇÕES E COMPROMISSOS"  
Nos termos da legislação em vigor,  
entreguei, hoje, via desta carta  
a seu destinatário.

Brasília-DF, 07/05/80

Ed. Melo









## Anexo C03-c

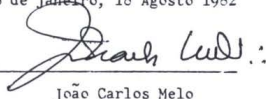
JOÃO CARLOS MELO, na qualidade de Denunciante nos autos do Processo nº 0021080 em curso nesse CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que tem como Denunciado a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, vem requerer uma certidão com as seguintes informações:

1. Se os Quesitos formulados pelo Denunciante através de carta registrada remetida a esse CONSELHO, em 3 de Dezembro de 1980, de numeros 01 até 14 e referentes ao Projeto de Fabricação de computador chamado modelo MB-8000, foram respondidos pelo Denunciado.
2. Em caso positivo, quais as respectivas respostas do Denunciado e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.
3. Em caso negativo, quais as providências tomadas por esse CONSELHO para a apuração das denúncias formuladas pelo Denunciante e especificadas nos referidos Quesitos, e qual a conclusão do referido Processo nº 0021080.

Nestes Termos

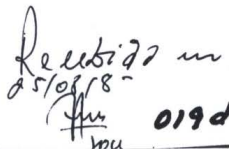
P. e E. Deferimento.

Rio de Janeiro, 18 Agosto 1982

  
João Carlos Melo

Endereço provisório: Rua Riachuelo 97 - Rio de Janeiro - RJ

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO DE REG. DE TÍTULOS  
DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS - ED. Ant.  
V. da Silva Lojas 9/10 - SCS Brasília - DF  
Registrado sob nº 17802 Livro 811-3  
Protocolado sob nº 5167 Livro 2  
Brasília, 23/08/82

  
5/08/82  
mu 019d

21080. Sem resposta.

Diante disso, resolvi pedir uma audiência ao General Octavio Medeiros no Palacio do Planalto, a qual ele me concedeu e me recebeu, junto com um seu auxiliar Coronel do Exército. Como ele era o meu principal perseguidor, nessa audiência nada falei sobre os erros da PNI nem das perseguições que recebia, limitando-me somente a reclamar o fato do Governo não só não decidir a respeito do processo mas também ao fato de que ela nunca sequer me dava explicações. Era nitidamente um bloqueio, pois me negavam inclusive explicações.

Alem de solicitar a decisão final do processo, fiz ver ao General Medeiros que o fechamento da J.C. Melo/Sisco seria altamente prejudicial a própria PNI (sem falar ao Brasil), pois era ela a única fabricante brasileira de computadores que justificaria a PNI, e ele concordou comigo.

E então ele decidiu que iria obrigar o Sr. Maksoud a sentar na mesa de negociações comigo para tentar uma solução.(sic) Não para que eu "voltasse" a J.C. Melo/Sisco pois eu não mais aceitaria mas para discutirmos o valor dos meus então 40% das ações. Disse que o Governo não iria entrar no mérito da questão, como o valor a ser a mim pago pelo Sr. Maksoud, etc., mas somente exigir uma solução.(sic)

Faço uma importante ressalva, essa decisão do General Medeiros é uma prova de que eu poderia fechar a J.C. Melo/SISCO, portanto eu era o dono das "licenças" de fabricação na SEI, exatamente o que estava no processo. Caso contrário, o General Medeiros nem me receberia como é óbvio, pois não teria por que fazê-lo.

Eu lhe respondi: Sr. General, eu conheço a personalidade do Sr. Maksoud e ele não iria aceitar.(sic) Ao que ele respondeu: "Dr. Melo, nós sabemos como fazer o Sr. Maksoud sentar na mesa."(sic)

E determinou ao Coronel, cujo nome infelizmente eu não soube, que desse a ordem ao Sr. Octavio Gennari Neto então Secretário Especial de Informática da SEI, para que ele falasse com o Sr. Maksoud. Mas a ordem nunca foi cumprida e durante meses o Sr. Octavio Gennari Neto me dizia que "não tinha tido tempo para ir a São Paulo"(sic) embora a sua família morasse em São Paulo aonde ele ia todas semanas.

E a ordem não foi cumprida, e depois eu soube que o Sr. Otavio Gennari Neto havia sido sócio do Sr. Jose Roberto Faria Lima então Vice-Presidente da J.C. Melo/Sisco e amigo pessoal do Sr. Maksoud, numa

empresa de consultoria em São Paulo.

Depois disso é que o processo 00210 foi totalmente "devolvido" pelos Correios, ou seja a resposta tão solicitada por mim.

E posteriormente eu soube que a J.C. Melo/Sisco "não conseguindo mais fabricar computadores"

pediu e obteve do Sr. Octavio Gennari Neto uma licença para importar computadores para os seus clientes, como veremos adiante. Vide o anexo C03-d.

O que deveria acontecer com a minha volta apos esses mais ou menos 40 anos?

Bem, um tapete vermelho e uma medalha no peito, uma reparação moral alem de uma reparação pela perda dos meus US\$ 25 milhoes. Isso poderia acontecer na Franca, no Reino Unido, nos Estados Unidos, na Alemanha, mas no Brasil isso não aconteceria. Esqueçamos.

Poder-se-a dizer que eu deveria ter contratado um advogado. Na realidade isso tentei, procurando o famoso criminalista Dr. Carvalho Pinto em São Paulo. E entreguei-lhe uns 200 documentos, ele me pedindo um pequeno prazo para uma analise pelos seus auxiliares.

Na reunião posterior ele me disse:

"Que me daria a minha empresa de volta, não os 40% mas sim os meus 100%, se eu respondesse "sim" a duas perguntas, uma vez que o denunciado seria o Sr. Maksoud, com muito poder financeiro e ate com um proprio departamento juridico na sua empresa Hidroservice:

1. Se eu dispunha de alguns milhões de dolares para sustentar a minha denuncia ate o Supremo Tribunal Federal, pois o Sr. Maksoud com muita facilidade recorreria as instancias superiores,(sic)

2. Se eu poderia esperar de 15 a 20 anos por uma decisão do STF".(sic)

E em ambas lhe respondi um "nao", ao que ele respondeu:

"Então me vejo obrigado a lhe sugerir desistir da ação, absorvendo os seus inegaveis efeitos negativos inclusive os psicologicos."(sic)

A somatoria do poder "financeiro/juridico" do Sr.

## INDÚSTRIA

# Melo denuncia: Sisco importa Data General

Continuação de  
1ª página

Em sua representação, J.C. Melo pede a intervenção do ministro, "maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada", para que esta sirva de conciliadora entre as partes. Caso contrário terá que "tomar providências para o fechamento da empresa, que virá prejudicar e comprometer o modelo governamental para o setor e seus usuários."

Melo também criticou a atitude do secretário Octávio Gennari, a quem esta representação deveria ser originariamente encaminhada, por pré-julgamento da solicitação que faria à SEI. Segundo explicou, após ter feito uma declaração à imprensa dizendo que iria tomar essa atitude, surpreendeu-se com as declarações de Gennari publicadas no jornal *O Globo* no dia seguinte, onde o secretário afirmou que não iria intervir no caso da Sisco por se tratar de assunto administrativo.

Melo acredita que tal declaração favoreceu Makasoul publicamente, sem Gennari saber se o caso seria administrativo, criminal, de desqualificação da empresa ou de Segurança Nacional. "Ou seja, foi um típico caso de pré-julgamento". Nesta entrevista Melo relata esses acontecimentos e

outros detalhes sobre a sua saída da Sisco.

J.C. Melo Informática Ltda, é o nome da empresa constituída por João Carlos Melo, após sua saída da Sisco, que já está oferecendo no mercado dois produtos: o terminal de vídeo M-200 e a impressora M-300.

O terminal de vídeo tem o preço de venda de 151,7623 pontos de ORTN mais 18% de IPI (cerca de 80 mil cruzeiros em março); prazo de entrega de três meses e garantia de três anos. A tecnologia é LSI, com microcomputador (Rom de 16 Kb e uma outra de 2 Kb com a programação de operações e funções); 128 caracteres com 32 ou 64 linhas, operação em código ASCII ou Baudot. Tem interface de entrada/saída serial para computador ou comunicações e saída sinal de vídeo, que permite colocar duas telas num só teclado.

A impressora M-300 tem preço de venda de Cr\$111.720,00 em abril, prazo de entrega de 5 meses e garantia de 2 anos. Velocidade de 100 caracteres por segundo, largura máxima de 8 polegadas, colunas selecionáveis por chave ou software, matriz 7x7 ou 14x7. Alimentação traseira ou frontal por cima ou através de furos.

Maksoud com o poder manu militare do Governo causou a amoral e ilegal "tomada" da minha empresa.

O Brasil embora o negue continua sendo um pais de castas e isso todos nos sabemos.

Vejamos, agora, as cronologias da "tomada" da J.C. Melo, antes, durante e apos.

#### 1. Cronologia da "tomada" - Antes

a. Inicialmente, eu não procurei o Sr. Maksoud para fazer uma associação, aconteceu exatamente o inverso. Veremos em outro capitulo.

b. Nas tratativas sobre a associação com a J.C.Melo Industria de Computadores, o sr. Maksoud fez questão absoluta de ter 60% das ações com a desculpa de que os precisaria para ter "poder total" junto aos Governos.

c. Nessas tratativas ele concordou que eu seria eternamente o Vice-Presidente da empresa. Mas não cumpriu esse compromisso, com a desculpa de que a Hidroservice teria um contrato com o Governo na area da tecnologia da informatica e então seria conveniente esperar o termino desse contrato para cumprir com essa promessa. Uma proposta razoavel, mas que nunca foi cumprida mesmo apos a finalização do referido contrato.

d. Nessa promessa da Vice-Presidencia existia a obrigatoridade de registrar-me como um empregado da empresa e com esse cargo. Tambem não a cumpriu. E colocou o seu amigo Jose Roberto Faria Lima como Vice-Presidente, e eu como Diretor Geral.

e. O nome da empresa era o mesmo do Rio de Janeiro, "J.C.Melo Industria de Computadores Ltda", mas o sr. Maksoud decidiu muda-lo para "Sisco" a minha revelia, descaraterizando-a como "J.C. Melo", um nome ja bastante conhecido nessa area ha muitos anos.

f. Uns 2 meses antes dessa "tomada" da empresa, ele teve a iniciativa de contratar e trazer um norte-americano (Mr. Drees) nomeando-o Diretor Geral, embora todos os Diretores (e quase todos eram seus empregados) lhes tivessem declarado não existir essa necessidade, pois a Sisco estava muito bem tecnicamente e com um otimo backlog, alem de saberem que ele seria inutil no nosso tipo de empresa. E o sr. Drees ganhava aproximadamente 12 vezes o salario dos diretores brasileiros se considerando somente o seu salario, fora os fringe benefits que os brasileiros não tinham. Adicionalmente o Sr. Drees pediu e obteve: 5 passagens ida-volta Brasil-Estados



Unidos 2 vezes por ano para sua família (5 pessoas), residência num bairro de elite, um bom carro, escola americana para os seus 3 filhos, colocar toda sua família no melhor clube de São Paulo. Na cabeça do Sr. Maksoud (so nela) com a minha planejada eliminação haveria um substituto tecnicamente igual, mas a experiência do Sr. Drees nada tinha a ver com a direção de uma empresa de tecnologia da informática como a J.C. Melo/Sisco. Isso quer dizer que se o plano do sr. Maksoud desse certo, a minha Diretoria não teria sido substituída corretamente, com um técnico igual, melhor ou muito melhor do que eu. A experiência do Sr. Drees era somente de direção de chão de fábrica de eletrônica e ele era competente nisso, mas nada entendia de hardware ou software para dizer o mínimo. Foi um óbvio erro do desinformado Sr. Maksoud preocupado em me substituir a tempo antes da "tomada", muito semelhante a outros erros similares tomando decisões unilaterais inclusive sem ouvir o seu sócio e não um seu empregado. E isso era frequente, diário.

h. Quando eu fui eleito pelo jornal A Gazeta Mercantil como o líder nacional da área, a minha revelia pois nessas eleições não existiam "candidatos" mas somente votações espontâneas dos empresários, me externou a sua insatisfação dizendo que a minha preocupação deveria ser somente a Sisco e não os "palanques" (sic). E que eu não mais atendesse jornalistas quando procurado. Veja o anexo C03-e.

h. Recebi, então, um convite de um ex-diretor da Hidroservice, Dr. Cararesi, transferido pelo Sr. Maksoud para ser Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco, para jantar. Alias, ressalto que eu nunca assinei (ou vi) um único cheque da J.C. Melo/Sisco, tarefa essa exclusiva do Sr. Maksoud com o seu Diretor Financeiro da J.C. Melo/Sisco e eles faziam o que queriam nas finanças da empresa e eu não era informado. E nesse jantar o Dr. Cararesi me historiou várias iniciativas e solicitações do Sr. Maksoud claramente demonstrando que ele estaria preparando a "tomada" da minha empresa.

i. Na esfera da Hidroservice, existia um antigo e forte boato sobre o início da empresa. Segundo ele, ela foi criada por 2 sócios, o Sr. Maksoud e outro engenheiro especialista em hidráulica porém inexperiente como empresário, e eles criaram a sociedade com a mesma divisão 60% x 40% a mim imposta. Alguns anos depois esse engenheiro faleceu, deixando a humilde esposa com filhos pequenos e sem possibilidades de se sustentarem. O sr. Maksoud a chamou, dizendo-se sensibilizado com a sua situação e deu-lhe um cargo vitalício na Hidroservice, com um pequeno salário porém suficiente para eles se sustentarem, para as

# **Fórum** GAZETA MERCANTIL

## RELAÇÃO DOS LÍDERES

\* líder nacional  
\*\* líder setorial  
\*\*\* líder regional

01 — Abdul M. Waquil 80\*\*  
02 — Abílio dos Santos 81\*\*  
03 — Abílio dos Santos Diniz 78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\*/81\*\* — \*\*  
04 — Abrahão Kazinski 77\*\*/79\*\*/80\*\*  
05 — Adhemar Alves Bebianio 77\*\*  
06 — Adhemar de Barros Filho 77\*\*  
07 — Adolpho Lindenberg 77\*\*  
08 — Adolfo Neves Martins da Costa 77\*\*/79\*\*/79\*\*/80\*\*  
09 — Alberto Alves Filho 78\*\*/79\*\*  
10 — Alberto Luiz Gonçalves Soares 80\*\*  
11 — Aldo Lorenzetti 79\*\*  
12 — Aldo Sani 81\*\*  
13 — Alex Periscinoto 78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
14 — Alexandre Braune 80\*\*  
15 — Alfredo Júlio Resende 81\*\*  
16 — Aloisio Andrade de Faria 77\*\*  
17 — Altair Zaniolo 78\*\*  
18 — Alvaro Britto Bezerra de Mello 78\*\*/79\*\*/80\*\*  
19 — Alvaro Luis B. Catão 81\*\*  
20 — Amador Aguiar 77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
21 — Américo Oswaldo Campiglia 77\*\*  
22 — André La Sagne de Botton 79\*\*  
23 — Angelo Calmon de Sá 79\*\*/80\*\* — \*\*/81\*\*  
24 — Antero Botelho Leite Castro 81\*\*  
25 — Antônio Carlos de Almeida Braga 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
26 — Antônio Didier Barbosa Vianna 81\*\*  
27 — Antônio Ermirio de Moraes 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
28 — Antônio Gallotti — 77\*\*/78\*\*  
29 — Antônio Joaquim P.C. Palhares 77\*\*  
30 — Armando Carneiro 81\*\*  
31 — Armando Moraes Sarmiento 77\*\*  
32 — Arthur João Donato 80\*\*/81\*\*  
33 — Arthur Sendas 78\*\*/80\*\*/81\*\*  
34 — Atílio Fontana 77\*\*/78\*\* — \*\*/79\*\* — \*\*/81\*\*  
35 — Augusto Trajano A. Antunes 77\*\* — \*\*/78\*\*/79\*\*  
36 — Aureliano Albuquerque 77\*\*/81\*\*  
37 — Bernardo Geisel 77\*\*  
38 — Bruno Nardini 77\*\*  
39 — Caio Aurélio Domingues 79\*\*/80\*\*  
40 — Camilo Cola 81\*\*  
41 — Caribé da Rocha 81\*\*  
42 — Carlos Alberto Fannuchi de Oliveira 78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
43 — Carlos Anichini 79\*\*  
44 — Carlos Antônio Rocca 77\*\*  
45 — Carlos Augusto Rodrigues Carvalho 79\*\*  
46 — Carlos Chiti 77\*\*  
47 — Carlos Frederico Lopes Motta 77\*\*

48 — Carlos Mariani Bittencourt 80\*\*/81\*\*  
49 — Carlos Paiva Lopes 81\*\*  
50 — Carlos Renaux 78\*\*  
51 — Carlos Villares 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
52 — Celso Albano 81\*\*  
53 — Celso Rocha Miranda 77\*\*/80\*\*/81\*\*  
54 — Cláudio Bardella 77\*\* — \*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
55 — Cláudio Regina 78\*\*  
56 — Cláudio Strassburger 80\*\*/81\*\*  
57 — Cletio Campello Meirelles 81\*\*  
58 — Clóvis Elói Battistella 80\*\*  
59 — Clóvis Gonçalves Souza 81\*\*  
60 — David Saul Moskowitz 77\*\*  
61 — Delson Siffert 81\*\*  
62 — Denisar Almeida Arneiro 77\*\*/78\*\*  
63 — Derek H. Lowell-Parker 78\*\*/79\*\* — \*\*/80\*\*  
64 — Dilson Funaro 78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
65 — Edes Landin 77\*\*  
66 — Edgar Arp 78\*\*/79\*\*/81\*\*  
67 — Edison Fregni 81\*\*  
68 — Edmund Van Parys 80\*\*  
69 — Edson Queiroz 79\*\*/80\*\*  
70 — Edson Rodrigues Ferreira 78\*\*/79\*\*  
71 — Eduardo Carlos P. Magalhães 79\*\*/81\*\*  
72 — Eduardo Celestino Rodrigues 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
73 — Eduardo Diniz Junqueira 81\*\*  
74 — Einar Kok 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
75 — Eliezer Batista da Silva 80\*\*  
76 — Emílio Battistella 77\*\*  
77 — Erik Oswaldo Kastrup Carvalho 77\*\*/78\*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
78 — Erna Belian Wernsdorf Rappa 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
79 — Ernane Galvêas 78\*\*/79\*\*  
80 — Eugênio Staub 77\*\*/78\*\*/80\*\*/81\*\*  
81 — Fabrisio Fasano 78\*\*  
82 — Fernando A. Souza Camargo 81\*\*  
83 — Fernando Garcia Cid 80\*\*  
84 — Fernando Pentado Cardoso 80\*\*  
85 — Fernando Roquete Reis 77\*\*/78\*\*  
86 — Fernando S. Gama Frota 79\*\*  
87 — Firmino Rocha de Freitas 80\*\*/81\*\*  
88 — Flávio Musa Freitas Guimarães 77\*\*  
89 — Francisco Lima Souza Dias 79\*\*  
90 — Francisco Stedille 77\*\*/80\*\*  
91 — Fritz Weismann 79\*\*  
92 — Gabriel Donato Andrade 79\*\*  
93 — Gastão Eduardo Bueno Vidigal 78\*\*/79\*\*/80\*\*

94 — Geraldo Alonso 77\*\*  
95 — Geraldo Guennes Tavares Lima 77\*\*  
96 — Geraldo M. Bordon 77\*\*/79\*\*/81\*\*  
97 — Gérson Dias 80\*\*  
98 — Gilberto Geraldo Garbi 79\*\*  
99 — Giordano Romi 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
100 — Giorgio Padovano 77\*\*  
101 — Glycon de Paiva 77\*\*  
102 — Helder Parente 77\*\*  
103 — Hélio Beltrão 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
104 — Hélio Moreira Salles 78\*\*  
105 — Hélio Pentagna Guimarães 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*  
106 — Helvício Gilson 81\*\*  
107 — Henrique N. Coube 81\*\*  
108 — Henrique De Botton 77\*\*/78\*\*  
109 — Henrique Guatimosin 79\*\*  
110 — Henrique Sérgio Gregori 77\*\*/78\*\*/79\*\*  
111 — Henry Maksoud 78\*\*/80\*\*  
112 — Henry Victor Eichler 77\*\*  
113 — Herbert Victor Levy 77\*\*/78\*\*/81\*\*  
114 — Hercílio Luis Colação 81\*\*  
115 — Hermes F. Macedo 77\*\*  
116 — Hermínio Ometto 77\*\*/78\*\*  
117 — Horácio Cherkassky 77\*\*  
118 — Horácio S. Coimbra 77\*\*/80\*\*  
119 — Horst J. Happel 80\*\*  
120 — Hugo Crespi 77\*\*  
121 — Israel Klabin 78\*\*/80\*\*  
122 — Ivan Barreto Carvalho 77\*\*  
123 — Ivan Müller Botelho 79\*\*  
124 — Ivan Zarif 77\*\*  
125 — J. Murilo Valle Mendes 77\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
126 — Jaime Canet Jr. 80\*\*  
127 — Jaime Faria 78\*\*  
128 — Jaks Rabinovich 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
129 — Jamil Nicolau Aun 77\*\*/78\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*  
130 — João Alves Verissimo 78\*\*  
131 — João Carlos Mello 79\*\*  
132 — João Carlos Paes Mendonça 78\*\*/79\*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\*  
133 — João Hansen Neto 79\*\*  
134 — João Havelange 77\*\*  
135 — João Machado Fortes 79\*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\*/81\*\*  
136 — João Pereira dos Santos 79\*\*/80\*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
137 — João S. Marinho Nunes 81\*\*  
138 — John Russel Warren 80\*\*  
139 — Jorge Franke Geyer 77\*\*  
140 — Jorge Gerda Johannpeter 77\*\*/78\*\* — \*\* — \*\*/79\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/80\*\* — \*\* — \*\* — \*\*/81\*\* — \*\* — \*\* — \*\*  
141 — Jorge Wolney Atalla 77\*\*  
142 — José Antônio Alencastro Silva 77\*\*/79\*\*/80\*\*/81\*\*

escolas das crianças, etc, em troca dos 40% que ela possuía, o que ela fora convencida a aceitar. Não sei se era um boato ou uma verdade, porém mais adiante coincidentemente veremos o que o sr. Maksoud me ofereceu.

j. Diante de tudo que estava acontecendo, telefonei ao economista Dr. Lemme um dos principais assessores do sr. Maksoud, e marcamos um jantar. O Dr. Lemme era um antigo amigo do meu tio também economista Dr. Gilberto Paim, e nesse jantar externei-lhe tudo que sabia, pedindo-lhe uma opinião. Que pela sua longa amizade com o meu tio seria uma opinião da qual eu não deveria duvidar. Apesar de todas as evidências, o Dr. Lemme tentou me convencer de que esses procedimentos não eram típicos do sr. Maksoud. Mas as evidências eram fortes e eu não concordei com ele.

k. Seis dos 7 Diretores da J.C.Melo/Sisco eram empregados da Hidroservice, mas eles não foram legalmente transferidos para a J.C.Melo/Sisco, a Hidroservice pagava os seus salários e multiplicava-os por 4,5 isso faturando contra a J.C. Melo/Sisco como "serviços prestados", endividando-a inclusive obviamente diminuindo o valor dos meus 40%. A mesma "técnica" acontecia com outras compras da empresa, com os anúncios decididos exclusivamente pelo Sr. Maksoud na sua própria revista Visão e nas várias obras executadas sempre pela empresa construtora do seu irmão.

Preocupado com tudo isso e indeciso diante de uma decisão que seria fundamental, eu sai de férias (aliás, a primeira da minha vida) e propositadamente me isolei do eixo Rio Janeiro x São Paulo para pensar com mais tranquilidade sobre o que deveria fazer.

## 2. Cronologia da "tomada" - Durante

Duas semanas depois eu voltei das férias, já preparado para um encontro com o Sr. Maksoud, e fui direto ao meu gabinete. Ao nele chegar, minha secretária assustou-se e disse: O Sr. não sabe?

"O Sr. Maksoud tirou o senhor da Diretoria e deixou um recado de que quando o senhor chegasse fosse falar com ele". O que fiz.

Então ele me disse "Nada tenho contra você. Mas você está tomando muitas decisões e não deixando os Diretores agirem. Tanto não tenho nada contra que você seja o chefe do Departamento de Computação da Hidroservice" (sic). E chamou sua secretária ordenando-lhe conseguir uma sala para mim.

Uma acusação totalmente fictícia, pois as decisões

mais importantes eu so as tomava numa reunião da Diretoria, das quais ele nunca participava pois tomava decisões completamente a minha (a nossa) revelia.

Mas eu o interrompi dizendo-lhe: "Sr. Maksoud, eu ainda não aceitei, preciso de um tempo para pensar" (sic).

E sai, voltando dias depois e dizendo-lhe um "nao".

Veja no anexo C03-f a carta que enviei ao Sr. Maksoud em 28 Fevereiro de 1980, a qual ele não respondeu.

### 3. Cronologia da "Tomada" - Apos

Poucos anos depois, como eu tinha convicção de que isso aconteceria com a minha saída, a Sisco do Sr. Maksoud simplesmente morreu. Não por meus profundos e maravilhosos conhecimentos da tecnologia da informatica portanto unico, mas sim porque o Sr. Maksoud demonstrava, nas suas decisões, um grande desconhecimento do assunto, como por exemplo trazer Mr. Drees para substituir-me, um diretor de chão de fabrica de eletrônica. Na cabeça dele, isso seria o suficiente para fabricar computadores. O proprio Mr. Drees estranhava o que estava acontecendo, a ponto de, preocupado com a sua vinda para o Brasil, um dia me perguntar qual era a minha posição. Ele era corretissimo comigo, mas não entendia a minha "posição" e isso o preocupava ou seja o perigo por não saber exatamente o que estava acontecendo diante do grande risco de ter vindo para o Brasil com toda a sua familia.

a. Nessa epoca um jornalista me procurou (eles frequentemente me procuravam por causa dos sucessivos sucessos da J.C.Melo e J.C. Melo/Sisco) e então me fez uma pergunta subita "Agora, o que o Sr. pensa do Sr. Maksoud?" e eu, naqueles momentos de muitos estresses respondi tambem subitamente "E um gangster dos tempos modernos". O que reconheço ter sido errado, o que obviamente explica porem não justifica.

b. E então ele ordenou ao seu servico juridico entrar com tres processos contra mim, por calunia, injuria e difamação, portanto fechando as portas para quaisquer discussões entre nos.

c. E durante um ano com eu ja fora da empresa, fez 5 aumentos de capital na Sisco, todos eles investimentos ficticios com a unica finalidade de diminuir o valor dos meus 40% no capital votante da empresa pois eu não poderia acompanhar esses "aumentos" de capital. No fim desse um ano, fiquei sabendo que numa Vara judicial eu possuia 0,5% do



Anexo C03-f

São Paulo, 29 de Fevereiro de 1980

*Will.*  
Página 148  
Arquivo 1.2.A02

Ao

Dr. Henry Maksoud

São Paulo - SP

Dr. Maksoud-

Pensei bastante nestes últimos dias e, infelizmente, não encontro uma solução aceitável para o seu ato de violência tirando-me da SISCO.

Durante esses 2 anos, fui-lhe honesto e leal, e pela SISCO e seus objetivos e cheguei ao ponto de aceitar seus continuados atos de violência e pressão, o que não é o meu feito.

Seu último ato, entretanto afastou-me da empresa à qual tudo dei, tomando essa decisão durante as minhas férias, humilhando-me, entrando todas as minhas funções a um estrangeiro desconhecido, foi demais, e também impede que eu aceite a sua oferta de um emprego junto à Hidroservice ou outra empresa o que é um assunto menor.

Ofereço-lhe, portanto minhas ações da SISCO, pela razoável quantia de cr\$ 25 milhões, um só pagamento. Digo razoável porquanto a SISCO tem um backlog de cr\$ 750 milhões somente para 1980. E mesmo que isso não existisse, bastaria o valor das autorizações da CAPRE, estimados por baixo em cr\$ 500 milhões preço de mercado. Por isso, e pela óbvia pressão que tenho em resolver o assunto, é que faço-lhe uma oferta aceitável e que não admite discussões. Dito - o que não aceito contra-ofertas.

Naturalmente, além dos cr\$ 25 milhões acima eu quero também a quitação da promissória que assinei.

Esta oferta tem a validade de uma semana somente, pois sou um homem público e tenho que dar uma explicação pública, que obviamente é urgente. E só posso dá-la após a sua resposta como o Sr. compreenderá. A urgência da sua resposta é resultante do seu próprio ato, pois começo a ser inquirido e tenho que dar respostas.

Também sugiro-lhe não mais realizar pressões nem atos de violência contra mim, afim de que eu não seja obrigado a dar respostas. Não quero batalhas nem guerras. O simples fato de que, que após tudo o que sofri ainda estou fazendo-lhe uma oferta razoável para a solução do nosso problema, é bem uma prova de que estou agindo no sentido de uma solução pacífica.

Como é obvio ( e isto não é uma pressão ou uma ameaça) após ' aquela período e na impossibilidade do acordo, serei obrigado, a contragosto, a defender o meus interesses.

Atenciosamente,

  
J.C. Melo



novo capital, depositados e a minha disposição. Ele conseguiu uma maneira jurídica de "comprar prioritariamente" esses 0,5% e judicialmente depositou o seu proposita baixo valor num banco, uns 500,00 da moeda de entao. Eu, que fundei a empresa e dela tinha 100%, perdi tudo. A "tomada" foi assim.

d. Ela não conseguiu mais fabricar o MB-8000, sendo obrigado a comprar/importar os similares NOVA-3 a partir da minha saída. Como eu narrei anteriormente.

e. O Sr. Maksoud conseguiu vender o nome "Sisco" para a grande empresa norte-americana de software CISCO, que viria operar no Brasil, por US\$ 300.000.00. O advogado da CISCO me consultou, mas eu lhe informei que o nome SISCO havia sido escolhido e registrado pelo Sr. Maksoud e não por mim, e que eu não havia sido informado sobre como esse registro teria sido feito.

f. Para sobreviver, a Sisco passou a ser uma simples vendedora de produtos da area, como as impressoras Epson, etc.

g. Cerrou as suas portas deixando de pagar as indenizações trabalhistas aos seus empregados, do que resultaram centenas de processos trabalhistas contra o Sr. Maksoud.

h. Parou com a periodica e imprescindivel assistencia tecnica aos muitos compradores dos seus computadores, deixando-os na difícel posição de "se virar" com os computadores sem as suas peças sobressalentes e os seus imperiosos updates e upgrades quer em software quer em hardware.

E a fechou, esse foi o triste destino da que foi a maior industria BRASILEIRA de computadores medios em todos os tempos. Ate hoje nenhuma industria a substituiu.

Veja no anexo C03-g carta enviada ao Governo em 18 Agosto 1982, na qual eu perguntava porque ele estava ajudando o Sr. Maksoud a encontrar um comprador para a J.C. Melo/Sisco e extranhava a sua interferencia uma vez que eu era o proprietario das permissões para fabricação de seus computadores. Essa solicitação ficou sem resposta. Porem eles não tiveram êxito exatamente por causa desses problemas das propriedades desses direitos (sobre os quais o Sr. Maksoud não deve te-los mencionados) pois eventuais compradores evidentemente consultaram seus advogados, como foi do meu conhecimento pois eu fui consultado por dois deles.

O grande erro do Sr. Maksoud ao "tomar" a minha

## Anexo C03-g

JOÃO CARLOS MELO, brasileiro, maior, industrial, com endereço provisório à Rua do Riachuelo 97, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, vem expor a Vossa Excelência o que se segue:

1. Chegou ao seu conhecimento que o indivíduo Henry Maksoud estaria, com a ajuda e o apoio desse CONSELHO, procurando comprador para a empresa SISCO SISTEMAS E COMPUTADORES SA, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

2. Que extranha a interferência desse CONSELHO, pois considera, conforme documentos em seu poder, a referida empresa de sua propriedade, e além disso toda a comunidade de informática sabe, por ter sido amplamente noticiado pela imprensa escrita, que a sua propriedade será contestada em Juízo no momento oportuno.

3. Que se essa propriedade lhe foi tomada provisoriamente com a ajuda desse CONSELHO, o que aliás constitui crime previsto em Lei, isso não invalida os documentos em seu poder nem anula os seus direitos de, como ocorrerá, pleitear em Juízo uma decisão saneadora e a punição dos responsáveis.

4. Que adverte a esse CONSELHO de que a concordância e/ou aval político e/ou ajuda do Governo Federal através desse órgão de assessoramento do Exmo Sr. Presidente da República, constituirão ilícitos penais e contra eles ingressará em Juízo, se e quando ocorrerem.

5. Finaliza extranhando que esse CONSELHO promova a referida venda de uma empresa que toda a comunidade de informática sabe estar, no mínimo, com sua propriedade questionada, induzindo eventuais compradores a um erro de avaliação e consequentemente promovendo uma operação ilícita.

Certo da compreensão de Vossa Excelência,

Respeitosamente,

João Carlos Melo

Rio de Janeiro, 18 Abril 1982

empresa foi que ele não tinha (e ignorava isso) quaisquer experiências sobre como deveria ser dirigida uma "indústria de software e hardware", além disso era um presidente extremamente antipático e tomando decisões psicologicamente inaceitáveis transformando empregados em futuros desistentes. Por isso, quando ele a "tomou" eu declarei que isso significaria o fechamento da empresa alguns anos após, como de fato ocorreu e de maneira vergonhosa, sem conseguir fabricar computadores, sem pagar os direitos trabalhistas dos empregados, vendendo periféricos para "se sustentar", com empregados decepcionados com esse impensável futuro da histórica J.C. Melo.

Uma das principais coisas para uma indústria desse tipo (repito, desse tipo) é o imprescindível GRANDE entusiasmo dos seus empregados, e todos os empregados da J.C. Melo/Sisco eram seus grandes entusiastas. Era uma missão conjunta, essa ideia "maluca" de fazer uma real fábrica BRASILEIRA de computadores. Um jornal japonês chegou a publicar uma reportagem sobre essa "impossibilidade", de página inteira.

Antes da "tomada" da empresa, eu recebi um telefonema da filial de Brasília informando que o Governo havia finalmente aprovado a fabricação do computador médio MC-9700. Primeiro e único médio brasileiro, e o próximo, uns 4 anos após, certamente seria um grande 360 no seu nível inicial. Obrigatoriamente chamei um diretor e lhe disse: "Mande comprar champagne e reúna todo o pessoal no pátio da fábrica às 17 horas".(sic) E nessa reunião vimos o enorme entusiasmo de todos. Isso observei até nas montadoras do chão de fábrica. Todos demonstravam orgulho e entusiasmo por estarem ajudando e principalmente participando daquele momento histórico. **NESSA COISA IMPENSAVEL PARA UM PAIS COMO O TERCEIRO MUNDISTA BRASIL.** Leia no capítulo CAP16 deste book 2, essa aprovação não foi um benefício para a J.C. MELO/SISCO como parece, pois tinha outro objetivo.

Numa indústria de hardware e software, você obrigatoriamente precisa entusiasmar todos os seus participantes, foi o que fez Steve Jobs na Dell, Bill Gates na Microsoft e os garotos Larry Page e Sergey Brin no Google. Hoje, qualquer empresa da Bay Area (Vale do Silício) sabe dessa necessidade absoluta. Em todas as startups que surgem você encontra esse tipo de empresários-técnicos, gente que chora quando algo não dá certo e não por eventuais prejuízos financeiros.

Para entender e dirigir uma dessas empresas você precisa ter um enorme amor pelas duas tecnologias envolvidas e as suas interações, e entender

profundamente como deveria ser a direção da empresa. Não se trata de uma empresa a qual você somente aplica suas "boas" técnicas gerenciais e experiências de direção e o resto naturalmente acontecera. Ou que paga os salários dos empregados e nada mais precisa fazer no sentido deles serem co-participantes. Se você dirigir uma indústria de hardware e software sem esse entusiasmo, ela não durará muito.

E quando o Sr. Maksoud "tomou" a minha empresa, assumiu um Presidente absolutamente nada conhecedor das principais características desses empresas e da imperiosa necessidade de ligar os seus motores "orgulho" e "entusiasmo". Além da sua personalidade irascível, radical, desestimulante.

Era natural esperar o seu fracasso após algum tempo.

Fechar a J.C. Melo/Sisco após algum tempo, foi isso que os comandantes governamentais da PNI finalmente conseguiram ao me devolverem (manu militar e pelos Correios) a minha petição ao Governo, com todas as suas 300 páginas (originais) autenticadas e cada uma rubricada/carimbada, e com o implícito recado "É isso que fazemos com a sua petição". Uma decisão manu militar, acima das Leis.

Me "tomaram" US\$ 25 milhões, porém ironicamente eles fecharam a única fábrica BRASILEIRA de computadores que, por seus resultados e pelo exemplo, poderia ter salvo a PNI do Governo, mesmo apesar da J.C. MELO/Sisco não ter sido por ele criada, muito pelo contrário.

Veja o anexo C03-h, uma entrevista em várias páginas ao Data News sobre todos esses acontecimentos.

Fora da enorme perda das Forças Armadas, pois a J.C. MELO/Sisco possuía toda a estrutura necessária (uma indústria de hardware e software) para projetar e fabricar quaisquer das suas necessidades, dentro das Teoria Geral de Controle e programações em tempo real. Sem isso ter custado um centavo as Forças Armadas, o que hoje não existe obrigando-as a, no futuro, enfrentarem uma imperiosa nova PNI da estaca zero. Sim, uma nova PNI, pois para elas não se trata de somente criar forças-tarefas para as suas necessidades, visceralmente elas precisam de indústrias de hardware e software. Sem elas, mesmo as suas forças-tarefas nada conseguiram.

Veja no anexo C03-i uma entrevista por mim dada ao periódico Data News sob o título "Carta aos empregados da Sisco", resumindo esses acontecimentos.

Para Melo, o maior problema da Sisco é a divergência de comando: muitas ordens vinham de diretores da Hidroservice, desautorizando sua palavra. Além disso, nenhum plano financeiro até hoje foi aprovado para a Sisco.

## Melo quer Cr\$25 milhões pelos 40 % da Sisco

— Por que e em que circunstâncias você saiu da Sisco?

— Eu viajei em férias e nos dias 18 (isso eu só soube na minha volta) e 21 de janeiro, Maksoud soltou as circulares de números 24 e 25 onde estavam a criação de um novo cargo de diretor-geral de produção, cujas atribuições, eram em linha geral as minhas como diretor de tecnologia. Quer dizer criaram um novo cargo com nome diferente, mas com as mesmas atribuições. Eu só vim a saber disso quando voltei de férias no dia 1 de fevereiro. Todas as funções como desenvolvimento técnico e tecnológico, e elaboração de programas de fabricação, controle de qualidade, programas de treinamento de pessoal, especialização de pessoal, testes, integração, etc. Na circular do dia 25, assinada pelo filho dele, nomeava o Sr. Charles Michael Drees Jr. como diretor-geral da empresa. Ele é americano da Univac e da Varian, estava há cerca de uma semana na empresa, e transformou-se no maior executivo da Sisco, fazendo reuniões e tomando decisões. Isto foi o que encontrei no dia 11 de fevereiro, quando fui falar com Maksoud; à tarde e pedi-lhe explicações pelas duas circulares

e pelo novo diretor. Ele respondeu que era assim mesmo e que eu não voltasse mais para a Sisco. Disse inclusive que lá me arrumar uma sala naquele dia mesmo na Hidroservice e que eu não voltasse mais para a Sisco. Eu perguntei porque está violando e ele respondeu que não tinha nenhuma restrição do ponto de vista moral, técnico, lealdade e honestidade. Apenas que eu tomava muitas decisões e não deixava o pessoal trabalhar. Disse que o americano era muito experiente e que está agora fazendo muitas reuniões, e deixando o pessoal trabalhar. Eu perguntei então qual seria o meu cargo na Hidroservice e ele respondeu que iria criar uma espécie de diretoria de Informática do Grupo para mim. E quais seriam as atribuições deste cargo? — perguntei. Não sei, não sei em que você pode contribuir, respondeu. Bom, falei, então o senhor está criando um cargo para mim. Eu não preciso de cargo, Dr. Maksoud; portanto, eu não venho para a Hidroservice nem aceito seu cargo. Mas de qualquer maneira eu preciso de um certo tempo para pensar e lhe dar uma resposta. No dia 29 de fevereiro, (nesse interim eu ia à empresa meia hora por dia e não

participava de coisa nenhuma) eu mandei duas cartas à Sisco: uma à diretoria dizendo que eu havia sido afastado da direção da empresa, cargo empregatício que exercia desde 1977, conforme acordo assinado entre as duas partes. E o outro, relativo a meus 40% da Sisco. Diante do ato de violência eu fiz uma oferta ao Maksoud de 25 milhões de cruzeiros pela minha participação acionária. Nesta altura dos acontecimentos eu não queria mais acordo para ficar na Sisco, me convidando ou não. Eu achei razoável a quantia porque eu tenho backlogging, que são as vendas, de 750 milhões em 80, dos quais quase 300 milhões já faturados. E dei o prazo de uma semana, que findou hoje — dia 7 de março, sexta-feira. Ele não se manifestou, como eu previa. Maksoud é muito orgulhoso e agora estou tomando as providências necessárias para proteger meus interesses.

— Como foi o contrato firmado com a Hidroservice quando da criação da Sisco?

— Bom não é bem um contrato. Trata-se de um acordo, com 20 a 30 cláusulas, das quais muitas não foram cumpridas. Uma delas é que eu seria o vice-presidente da empresa em qualquer circunstâncias. No início eu fui de direito mas não de fato, porque existiam outras linhas de força além da minha. Havia várias pessoas da Hidroservice que causavam uma série de problemas paralelos às linhas de poder legal. Nenhuma empresa pode funcionar desta maneira. Em abril ou maio ele propôs que eu ficasse com uma coordenação dos outros três diretores. Essa coordenação nunca funcionou na realidade. Com relação à tecnologia — até então de minha propriedade — fazia parte deste acordo. Ela agora pertence à Sisco, e não ao Maksoud. Agora ele me despediu da firma, o que não podia



ter feito, já que no acordo também constava a contratação como diretor-técnico da empresa, uma relação simples e empregatícia. E na verdade até hoje não recebi nenhum dos direitos a que tem um trabalhador como fundo de garantia, 13º salário, férias, etc. Eu poderia arguir judicialmente a não validade do acordo por falta de cumprimento de determinados itens, como a minha saída da vice-presidência. Podem ser tomadas várias providências: ação trabalhista, civil, inclusive ação criminal por violências e prisões.

**Como foi a reação dos seus colegas de trabalho?**

— Foi a melhor possível. Existe uma unanimidade ao meu favor na Sisco. As pessoas estão telefonando e dizendo não haver vozes discordantes. Todos concordam com a violência inexplicável feita contra mim. Mande uma carta de despedida ao pessoal, datada de 29 de fevereiro onde explico os motivos e me despeço pessoalmente de cada um. Na mesma semana eles fizeram uma circular interna e reservada assinada por cinco diretores: Dr. Aldo, Dr. Roberto Maksoud, Dr. Faria Lima, Dr. Damasceno e Dr. Maeda. E essa carta dizia que a minha correspondência não era verdadeira porque eu estava saindo da empresa por livre e espontânea vontade. Portanto tentaram interna e externamente mudar uma decisão violenta tomada por Dr. Maksoud. Estou mandando

na próxima semana uma circular que reexplicará os fatos (publicada na íntegra, na outra página).

— Nós entramos em contato com a diretoria da Sisco e eles nos informaram que o Sr. teria se retirado da firma por livre espontânea vontade e nada mais poderiam acrescentar. O que o senhor acha disso?

— Isso é impossível. Primeiro que sai de férias e tinha um diretor estrangeiro e desconhecido no meu lugar, por portaria da direção, fazendo todas as coisas que eram minha atribuição. Depois, ninguém pode acreditar que eu, fundador da Sisco, desde o início, tendo lutado esse tempo todo, chegando lá às sete da manhã e saindo 10 horas da noite diariamente, dando meu sangue para a empresa, largue tudo e vá embora.

— O senhor acredita numa disposição prévia contra a sua pessoa na Sisco?

— Eu acho que sim. Estou me convencendo que não foi uma decisão circunstancial. Foi pensada e já devia vir sendo providenciada há muito tempo. Eu sempre protestei lá dentro. Porque acho que deve haver o respeito a um organograma. As linhas de poder devem ser aquelas do organograma ou então mudem-se as linhas de poder. Na Hidroservice nós tínhamos gerentes e engenheiros mais importantes que diretores, envolvidos diretamente com a diretoria da Hidroservice. Era muito comum eu dar uma ordem e não ser cumprida ou haver duas ou três ordens em paralelo. O que existe na Sisco é que já foram feitos uns cinco ou seis planos financeiros, que envolveram toda a companhia em todas as suas necessidades para os próximos 12 meses. E nenhum desses planos foram aprovados. Ora, nenhuma firma com o porte da Sisco pode operar sem um plano. Havia queixas, por exemplo da necessidade de uma filial em Brasília,

operava por espasmos de direção superior. Ordens contraditórias que causavam inclusive instabilidade no pessoal da empresa.

— Mas o senhor não acha estranho, que tendo desenvolvido os equipamentos, e fundado a

Sisco, agora não seja mais necessário na empresa?

— Olha eu só posso pensar que o como Dr. Maksoud não teve nenhum sócio na vida dele, eu fui uma aberração. Acho inclusive que não é nem uma questão de dinheiro. É questão de poder. Ele me deu muitas ordens absurdas, e uma delas que eu não desse entrevistas. Eu sempre rejeitei não por meu temperamento, mas tudo pela Sisco. Portanto acho que isso pode ter sido um golpe preparado inclusive com a contratação prévia do Dr. Michael Drees. Esta é a primeira hipótese. A segunda hipótese — admitindo-se a boa fé do Dr. Maksoud — é que ele tomou uma atitude na qual acredita. Como ele não vai na Sisco — só vi Dr. Maksoud na Sisco umas 4 ou 6 vezes durante este tempo — talvez tenham sido levadas a ele interesses de gerentes e diretores querendo tomar posições lá dentro. A terceira hipótese é que não pode ser descartada a estranha interferência do Michael Drees. Como é que um homem totalmente desconhecido, chega aqui e assume a direção geral da empresa? Mas não com uma submissão aos outros diretores e ao próprio Maksoud. Assumiu dando ordens violentas, como se estivesse muito bem apoiado por alguém.

— O que você pretende fazer agora?

— Bom eu já abri o meu escritório. Estou criando a I.C. Melo Informatica Ltda, que se dedicará à fabricação de equipamentos. A linha ainda está sendo analisada. Não sei nem ainda se farei isto sozinho. Em princípio ficarei com dois periféricos para depois entrar na faixa de CPU. O meu projeto sendo nacional, não terá problemas e já conto com investimentos e interesses de grupos.



**Q**uais as providências que agora pretende adotar?

**Melo** — Eu resolvi, aconselhado por alguns amigos, fazer uma representação ao general Venturini, ministro chefe do Gabinete Militar, consequentemente maior autoridade no Conselho de Segurança Nacional, à qual a SEI está subordinada. Nesta tentativa pretendo provar que a intervenção da SEI é uma condição sine qua non para evitar o fechamento da Sisco. O acordo original feito com a Hidroservice não foi cumprido em vários itens, consequentemente eu poderia pedir a liquidação da Sisco baseado no não cumprimento do acordo, o que colocaria a SEI numa condição bastante peculiar. Se a Sisco fosse dissolvida voltaria a funcionar a JC Melo Computadores Ltda, que é a dona da tecnologia e também da maioria dos termos de compromisso firmados com a SEI. Ora, isso prova que as coisas não são tão simples como aparentam. Não se trata de um caso administrativo, uma vez que uma das partes tem o poder de fechar a Sisco se assim o desejar. Para evitar isso, cujas consequências seriam as piores possíveis em todos os aspectos, não só para a comunidade de processamento de dados como o próprio modelo da antiga Capre, agora SEI, como também para as áreas de Segurança Nacional, a quem a Sisco interessa (isso tem sido manifestado de várias maneiras), eu peço a interferência do general Venturini não no sentido de que a SEI interfira diretamente no problema, uma vez que ela não pode intervir do ponto de vista legal, mas que seja um elemento conciliador nas discussões que, queira ou não a Hidroservice, vão ter que ser feitas. Essa é a

principal finalidade da representação. Se em porventura não conseguir essa intervenção terei que tomar providências drásticas, a contragosto, e fechar a Sisco.

A representação pede uma reconsideração por parte de Maksoud e sua consequente volta à Sisco?

**Melo** — Não, eu não admito essa hipótese. Primeiro porque é um fato notório que no mínimo há um ano eu estava desgostoso com uma série de coisas que estavam acontecendo na Sisco. Mas sempre pensando que havia possibilidade de uma reviravolta e que o Dr. Maksoud se convencesse de que as coisas não poderiam continuar assim. Por hipótese, se o Dr. Maksoud pedisse a minha volta à Sisco, o que não acredito, mesmo assim não voltaria, pois tenho certeza que ele não aceitará a primeira das condições para minha volta. Ou seja, uma independência da diretoria da Sisco. Acho muito difícil a minha volta à Sisco.

Comenta-se que estaria sendo preparado um plano dentro da Sisco para desvalorizar os valores das ações que você possui. Isso é real?

**Melo** — Estariam preparando um aumento de capital da Sisco, uma vez que foram criadas grandes dívidas da Sisco com a Hidroservice, isso em consultoria, e grandes dívidas da Sisco com o grupo Visão em publicidade. Ambas as despesas não foram autorizadas por mim, pois foram tomadas pelo próprio Dr. Maksoud. Para dar um exemplo, um engenheiro da Hidroservice custava à Sisco 500 mil cruzeiros por mês e nós poderíamos contratá-lo por cem mil cruzeiros por mês, uma vez que ele já trabalhava há dois anos e meio na Sisco e a Hidroservice faturava 500 mil cruzeiros por mês em cima. Então poderá ser discutido

na Justiça esse aumento de capital para pagar a dívida com o Grupo Hidroservice e Visão em primeiro lugar. Em segundo lugar, isso não muda em nenhum centavo o que eu acho que valem as minhas ações. Se eu acho que minhas ações valem 25 milhões e se ele baixar minha participação em 5% na Sisco, eu continuo a dizer que elas têm o mesmo valor.

Como vê a situação de secretário especial de Informáticas de que ele não interviria na questão Sisco?

**Melo** — Eu já fiz ver ao Dr. Genari que a colocação dele deve ter sido baseada em desinformação, pois se a Sisco fechar — e eu quero lembrar que há 90% de possibilidade disso acontecer —, os únicos prejudicados serão os usuários da Sisco e aqueles que já assinaram contrato com a empresa, e que atinge a 50 usuários de sistemas, de acordo com a última relação que tenho, pouco antes da minha saída. A SEI não poderia dizer em hipótese nenhuma que não tem nada com o assunto. Se nós considerarmos que das cinco empresas, só duas estão nos maiores níveis de nacionalização, ou seja, a Sisco e a Cobr, o fechamento de uma empresa que atingiu os índices de nacionalização da Sisco será um problema muito grave que atingirá não a mim ou a Hidroservice, mas principalmente ao modelo governamental e os usuários. Repercussões junto a clientes de outras empresas não serão muito positivas. Haverá uma perda na credibilidade da indústria nacional do setor. Tudo isso, e outras coisas equivalentes indicam que a SEI deverá intervir, não do ponto de vista legal, ou do lado A ou B, tomar decisão C ou D. O importante é que o problema existe, é real, e

então tem que ser enfrentado. Eu estou disposto a participar dessa mesa para discussão dos problemas. A outra parte não está disposta a discutir. Se essa situação persistir eu não vejo outra alternativa que não seja o fechamento da Sisco.

Após a sua saída, comenta-se que a Sisco estaria importando equipamentos prontos da Data General. Isso é mal.

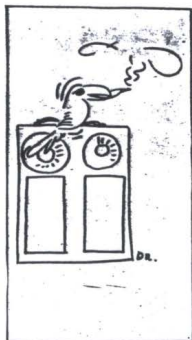
Melo — Existiam as duas opções. O Dr. Maksoud, mal informado, como sempre a respeito da Sisco, não sabia que eu mantinha e mantenho ainda o controle técnico da empresa. Dito de outra maneira, eu sei que com a experiência no gerenciamento de um grupo técnico fazia os equipamentos funcionarem. Es aconteceu o que eu prevê. Os elementos jubelando, por falta de algumas condições, não conseguiram que os equipamentos funcionassem e o Dr. Maksoud viu-se na contingência de chamar o signatário para resolver os problemas, com o pressuposto de um acordo que ele não queria nem quer. Não o fez, pois encontrou uma solução mais fácil. Enquanto eu redigia uma representação à SEI, essa que eu cheguei à conclusão que não deveria enviar por causa de prejudicamento do Dr. Gennari em paralelo. O Dr. José Roberto Faria Lima foi a Brasília falar com o Dr. Gennari e dele conseguiu a permissão para importar computadores prontos, uma decisão ilegal e amoral. Aparentemente o Dr. Maksoud resolveu o seu problema, mas no futuro quando do recebimento dos computadores prontos, também isso não acontecerá, pois os problemas persistirão. Os problemas não são equipamentos e sim estruturas técnicas da empresa, que é também o que contribuirá cada vez mais para o descrédito da

empresa se decisões bastantes urgentes não forem tomadas. Entre essas decisões, e já há mais de 8 meses eu tentava convencer o Dr. Maksoud disso, eu queria a admissão de aproximadamente dez engenheiros especialistas na linha de equipamentos que a Sisco fabricava. A razão disso é que a formação de um técnico específico de computador, admitindo que esse técnico seja bom, não demora mais do que 3 a 4 anos. Isso é uma síndrome. Apesar da Sisco ter elementos muitos bons que foram admitidos até agora, a formação deles ocorreu num prazo bem superior para resolver o problema da estrutura técnica da empresa. Há oito meses atrás foi que levei o problema para o Dr. Maksoud e disse que aproximadamente em 15 de dezembro começariam a ter problemas de natureza técnica. Durante esse tempo todo, outros diretores da Sisco, e não só eu, tentávamos convencer o Dr. Maksoud a trazer esses elementos. Viriam aqui, ficariam um ou dois anos nessa fase transitória na criação da estrutura técnica e depois voltariam a seus países.

Existiam problemas de reclamação de usuário quanto ao suporte?

Melo — É o mesmo problema. Enquadra-se na falta de estrutura técnica. Esses elementos que pretendia contratar seriam para integração, depuração, produção e para a área de suporte de manutenção. Eram dez os elementos a serem contratados. Seriam especialistas na linha Nova da Data General, possivelmente ex-funcionários dessa empresa e da linha PDP-8 da Digital. Eles contribuiriam também para a formação dos excelentes técnicos que a Sisco

Segue



tem. Era um problema só de aprendizado. Uma síndrome. É uma síndrome que permanece. Então a cada equipamento que a Sisco instala o problema se agrava.

Está também havendo falta de recursos financeiros?

Melo — Isso existia na minha época. Chegava a haver falta de recursos para liberar insumos que ficavam na alfândega 30 dias por não se ter cem a duzentos mil cruzeiros para a liberação. Até a minha saída isso ocorreu com muita frequência. Havia prioridades em outras áreas como Hidroservice e o hotel que estava sendo construído naquela época. Ouvi falar que após a minha saída esse problema não iria permanecer.

Você sabia que seria substituído pelo novo diretor norte-americano?

Melo — Eu sabia que viria um técnico norte-americano para ocupar funções técnicas na empresa e não com o cargo de diretor. Ele foi escolhido pelo Dr. Maksoud. Admitindo que o sr. Michael Dreojas seja um excelente técnico, ainda assim é estranho uma pessoa completamente desconhecida vir e assumir poucos dias após sua chegada a direção da empresa. Nenhum empresário faria isso.

Você acredita que isso caracterizou um golpe que já vinha sendo preparado com antecedência?

Melo — Existe um dado interessante. Toda a diretoria da Sisco quando soube que viria esse americano foi contra. O próprio Dr. Mário Cararessi e o Dr. Faria Lima disseram ao Dr. Maksoud que esse técnico era absolutamente desnecessário. Mesmo assim o Dr. Maksoud o trouxe. Eu disse a ele que precisávamos de 10 engenheiros e não um diretor de produção. Mesmo porque temos um diretor de produção com 20 e poucos anos de experiência na produção de equipamentos eletrônicos profissionais no Brasil, que é o Dr. Damaceno. O Dr. Maksoud deveria confiar mais, vamos dizer, nos seus indios, em vez de trazer um americano e lhe dar da noite para o dia, para surpresa de todos, a direção geral da empresa. Empresarialmente isso não se faz.

Após sua saída você sofreu algum tipo de pressão?

Melo — Estou sofrendo pressões ridículas, com ameaças telefônicas de que eu posso ser assaltado, o que não leva muito em consideração, pois não acredito que isso aconteça. Acho que é uma maneira mais de me enervar do que uma intenção de fazê-lo mesmo. Mas de qualquer maneira já comuniquei isso ao governo estadual e federal. De qualquer modo, depois dessas comunicações as pressões cessaram. Apenas outros tipos de pressão estão sendo feitas, como recado de terceiros.

Caso não haja uma solução amigável você pretende entrar com uma ação judicial?

Melo — São duas coisas distintas. Primeiro, o que eu vou fazer com a Sisco; e segundo, como um acordo não foi cumprido e naturalmente envolve um prejuízo, cabe uma ação contra a parte que quebrou o acordo. Até ação trabalhista é possível; pois um dos itens do acordo não cumprido é que eu teria um cargo trabalhista, remunerado na empresa e isso não ocorreu. Acredito que se não houver um acordo isso resultará em cinco ou seis ações diferentes.



Melo: botaram um americano no meu lugar.

## Carta aos empregados da Sisco

São Paulo, 10 março 1980

Meus amigos da SISCO

No dia 29 de fevereiro eu fit uma Carta-Circular despedindo-me de vocês e informei que o fazia porquanto o Dr. Maksoud, numa decisão unilateral, tirou-me da Diretoria da Sisco.

Posteriormente soube por vocês que eles distribuíram (não a todos, mas a alguns escolhidos) outra Carta-Circular, tentando criar dúvidas, pois afirmavam que eu saí porque quis. Tenho xerox dessa Carta-Circular, se houver dúvidas. Como se alguém fosse ingênuo ao ponto de acreditar que eu, o fundador da empresa, o seu dono, o principal interessado no seu sucesso, fosse abandoná-la por livre e espontânea e voluntária vontade...

Fiel ao princípio que estabeleci quando saí da Sisco, de responder violência com violência e as pressões com pressões, sou obrigado a re-meter-lhes esta carta-circular, narrando o verdadeiramente acontecido para conhecimento de todos vocês.

Como é sabido em meados de janeiro eu entrei em férias e viajei. Como é sabido, poucos dias após, em 18 de janeiro, através de duas Circulares o Dr. Maksoud colocou o norte-americano Mike Drees, um total desconhecido, no meu lugar (já vim a saber disso na minha volta), e embora criada uma nova Diretoria Geral para ele, essa Diretoria Geral englobava todas as funções da minha Diretoria Geral (desenvolvimento, engenharia de produto, produção, treinamento, etc). Se houver dúvidas, tenho xerox dessas duas Circulares, assinadas por Roberto Maksoud.

Voltei no dia 11 de fevereiro, e de surpresa encontrei, como é do conhecimento geral, o fato consumado das duas Circulares e o norte-americano Mike Drees como o principal executivo da empresa, reuniões sendo presididas por ele, tomando decisões, etc. Vocês todos são testemunhas disso.

Diante disso (um outro no meu lugar, em todos os sentidos) fui falar com o Dr. Maksoud, no mesmo dia 11 de fevereiro à tarde.

não voltasse mais para a Sisco (sic). Quería até arranjar-me uma sala na Hidroservice naquela mesma tarde, o que não concordei.

Explicou-me a Dr. Maksoud, então, que não tinha dado um golpe (sic), que nada tinha contra mim nos aspectos de honestidade e lealdade e capacidade técnica (sic) mas que eu não deixava vocês trabalharem (sic) e por isso ele tomou a decisão. Como vocês próprios sabem, uma desculpa inverídica para um golpe injustificável dado na minha ausência.

E ofereceu-me uma espécie de cargo a ser criado para mim, de Diretor de Informática do Grupo Hidroservice (sic), que queria que eu trabalhasse com ele (sic), e que deixasse a Sisco (sic) e que não mais participasse de reuniões na Sisco (sic).

Não acreditando no que estava ouvindo (tudo parecia um sonho absurdo) pedi-lhe tempo para pensar e, no dia 29 de fevereiro, portanto 18 dias após, escrevi-lhe uma carta com os seguintes tópicos: — Não podia compreender o ato de extrema violência dele; — Fui-lhe honesto e fiel, e não merecia isso;

— Oferecia minhas ações da Sisco (40%) pela razoável quantia de Cr\$ 25 milhões, extremamente razoável porque o backlog da Sisco para 1980 é de Cr\$ 750 milhões; — Não cometesse mais atos de violência ou pressões contra mim, pois eu responderia à altura; — Que a oferta tinha a validade de uma semana somente.

Como eu previa, ele não interessou-se em resolver o problema, e desapareceu a semana com pressões menores. Considerei-me, agora, livre para defender meus interesses da maneira que achar conveniente. Isso era o que desejava explicar-lhes, assim de que todos compreendam a tola mentira que abandonei a Sisco.

Nesta oportunidade, desejo agradecer todos os telefonemas de apoio moral que recebi de vocês, e é para mim uma grande satisfação saber que toda a Sisco, em peso, está do meu lado, com exceção de meia dúzia de empregados do Dr. Maksoud. A saída da Sisco, emocionalmente, para mim, foi muito difícil, e o fato de vocês estarem em peso ao meu lado, vocês que construíram essa empresa-padrão comigo, é uma

ELB

ou, falando como foi  
feito da SISCO, de  
quando o Dr. Maksoud  
foi chamado para a  
SISCO, em 1979, e  
quando ele saiu, em 1980.

A realidade da propriedade da J.C. Melo/Sisco:

Cabe aqui um esclarecimento importante sobre essa petição de 300 paginas. O Sr. Maksoud era o proprietário (por ter 60%) da J.C. MELO/Sisco, porem eu era o dono dos direitos de fabricação de muitos produtos, e foi exatamente essa declaração que eu requeri a governamental SEI, de quem eram esses direitos dos quais ela sempre fugiu terminando por me enviar pelos Correios o processo original no qual isso eu requeria. E tambem no minimo "todos os produtos fabricados" seria uma questão a ser decidida na Justica. O Sr. Maksoud não "assumiu" a J.C. MELO Computadores, como publicamente muitos pensaram. Fora feito um acordo comercial e não uma absorção da J.C. MELO Computadores. Sem falar que adicionalmente mesmo esse acordo comercial não foi por ele cumprido, tornando-se juridicamente inexistente, como ja relatei neste capitulo. O advogado Dr. Carvalho Pinto, que como ja relatei fora consultado, deixou tudo isso bem claro para mim.

Existiam adicionalmente outros aspectos tecnicos/juridicos que seriam discutidos na Justica sobre as fabricações dos computadores MB-8000 e MC-9700. E em nenhuma hipotese o Governo poderia ignorar tudo isso como o fez, criminalmente co-participando da "tomada" da J.C. MELO/Sisco.

Como se tudo isso não fosse suficiente, a permissão do uso do software Cobol MultiUsuarios (Blis-Cobol) era minha e não da J.C. MELO/Sisco, e esse software pela sua potencialidade como é obvio era o grande marqueteiro/vendedor dos computadores MB-8000 e MC-9700, permissão essa que em razão da sua imperativa confiabilidade so foi possivel de individuo (Dave, o Presidente da Blis-Cobol) para individuo (eu) e não para a J.C. MELO/Sisco, o que alias era comum em softwares que poderiam ser copiados ou mascarados. Eu fiquei 30 dias na California conversando com Mr. Dave (e nossos advogados norte-americanos entre eles), e o contrato so saiu depois que decidimos que teria de ser dele para mim e não para a J.C. MELO/Sisco. O contrato so saiu depois de um aperto de mão e de uma promessa minha. Contando como aconteceu, eu lhe disse: "Dave, voce acha que eu tenho conhecimentos tecnicos suficientes para copiar/mascarar o Blis-Cobol e voce não poder evitar?"(sic) Ele respondeu: Sim. E eu lhe disse, "então so precisamos de uma promessa minha e se for possivel de um aperto de mao, deixando nossos advogados fazerem um contrato simples somente para a operação"(sic) o que ele concordou. Voltando a "tomada" da J.C. MELO/Sisco, eu infelizmente pratiquei muitos erros pois simplesmente deveria ter telefonado ao Mr. Dave informando-o não ter mais



responsabilidades sobre o uso do Bliss-Cobol, e a J.C. MELO/Sisco e o Governo imediatamente seria contactado por seu advogado. Sim, eu estava muito estressado pela "tomada" e a inesperada co-participação do Governo, e isso prejudicava a minha mente ela sempre pragmática, realista e lógica, e não me lembrei disso.

O famoso advogado Dr. Carvalho Pinto sabia o que estava dizendo, "que me devolveria 100% da J.C. MELO."(sic)



## **CAP04**

### **A FABRICA STRATUS**

Este capitulo relata como o Governo tentou inviabilizar a minha posterior fabrica nominada STRATUS, um fabricante de telexes electronicos, seguindo a amoral e ilegal "tomada" da J.C. Melo/SISCO. Esta perseguição também possui uma prova juridica.

Abaixo incluo um texto que foi incluido sob este mesmo titulo no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Esse texto também relata como foi o meu pedido de asilo político aos Estados Unidos e as suas consequencias.

Esse texto também narra como o Governo amoral e ilegalmente agiu para me tirar da sociedade da industria STRATUS e do meu cargo de Diretor Tecnico.

Temeroso do poder absoluto do Governo militar, ja vastamente demonstrado para mim em varios anos e depois de muita reflexao, resolvi pedir asilo político aos Estados Unidos. Esse pedido de asilo fora feito e obtido muito antes de eu finalmente ir para o exterior, porem apesar de concedido ele não teve prosseguimento na ocasio, como veremos a seguir.

Dirigi-me, entao, em 31 Março 1981 num domingo, ao predio do seu Consulado no centro do Rio de Janeiro. Bati na sua porta de vidro, e fui atendido por 2 fuzileiros navais. Solicitei o asilo político, e eles me fizeram entrar e sentar.

Em seguida, ligaram para alguem e me disseram que ele demoraria alguns minutos. Fiquei tranquilo, pois legalmente eu ja estava em territorio norte-americano. Na realidade, solicitei ao Consul responsavel pela chefia da segurança dos Consulados e da Embaixada no Brasil que viesse examinar o pedido de asilo.

Haroldo de Barros Collares Chaves Rio, 24/10/77

Meu querido amigo Dello:

Foi com grande alegria que recebi sua carta de 17. último.

Tenho acompanhado de perto o grande sucesso da Sisco, empresa resultante de suas lutas e vitórias e, principalmente, de seu idealismo de brasileiro e empresário.

Portanto, nada mais justo do que o reconhecimento público ora feito pela Gazeta Mercantil, outorgando-lhe o merecido título de líder empresarial na área de Computação. Esse galardão enche de orgulho a todos os seus amigos, bem como ao Sindicato do qual você pertence.

Aceite, assim, o meu forte abraço e a minha certeza de seu permanente sucesso.

Abraço do amigo Carl

Haroldo Chaves

para uns 30 Presidentes de indústrias eletroeletrônicas do Rio de Janeiro, para discussão de eventuais problemas do setor, na sua sede (um almoço fechado). Muitas vezes eu fui a esses almoços, quando era possível.

No almoço, primeiro o Haroldo discursou sobre as pressões/perseguições que eu sofria (todos já as conheciam), o asilo concedido, etc., e no fim disse (sob aplausos): "Melo, você não irá para os Estados Unidos, não vamos deixar você fazer isso. O Carlos Zayas (Presidente da Lys Electronic, o maior fabricante nacional de retransmissores de TV, a técnica usada antes do advento dos satélites de comunicações e ela tinha milhares dos seus retransmissores espalhados pelo Brasil em todas as redes de TV), o Cabral (também um ex-Diretor aposentado da IBM), e eu, vamos financiar uma fábrica do setor e você será o seu Diretor Técnico e lhe daremos 25% das ações."(sic)

Eu respondi: "Muito obrigado, Haroldo. Mas você bem conhece as pressões/perseguições que tenho sofrido, e certamente essa futura indústria irá sofrer-las por nela eu estar."(sic)

Ele respondeu: "Não tenha medo, se isso acontecer toda a Diretoria do Sindicato irá a Brasília falar diretamente com o Presidente."(sic)

Então desisti do asilo (naquele momento, pois depois da Stratus eu realizei o asilo) e foi criada a indústria Stratus Informática, sendo o seu primeiro produto um telex eletrônico (modelo 300) destinado a substituir os caros e obsoletos telexs mecânicos então fabricados no Brasil.

E a Stratus passou a usar toda a estrutura técnica da fábrica da Lys, que era grande.

Eu fiz o seu projeto e oito meses depois ele foi apresentado (já fabricado) à imprensa numa entrevista coletiva no Sindicato, e também o Jornal do Brasil o testou com êxito na sua grande rede de telexs.

Esta foi a principal perseguição que a SEI executou contra a indústria Stratus Informática.

Sua comprovação (inclusive jurídica) é muito fácil, sendo suficiente comparar (nos arquivos do Governo):

1. a data da solicitação ao Governo aprovação do telex da Stratus, EXCLUSIVAMENTE do seu modelo 300,
2. a data da sua aprovação pelo Governo em aproximadamente uns 18 meses depois, que normalmente necessitaria apenas de poucas semanas

para a sua análise e aprovação ou não.

Por que e para que demorou tanto, ou seja, o "congelamento" da sua aprovação durante aproximadamente 18 meses?

Além disso, temos uma segunda comprovação jurídica dessa perseguição: Foram apresentados pela Stratus ao Governo, no início do projeto, os detalhes técnicos para aprovação de um UNICO modelo do telex, o modelo 300; porém durante esse período de "congelamento" a Stratus desenvolveu mais nove modelos (o mesmo modelo porém com alguns circuitos eletrônicos e softwares diferentes para outras finalidades), até o de número 309 se não me falha a memória. Mas a Stratus não apresentou esses 9 modelos adicionais a SEI para aprovação, pois se o primeiro modelo 300 estava "congelado" manu militare, esses acréscimos não teriam sentido.

O "por que" e "para que":

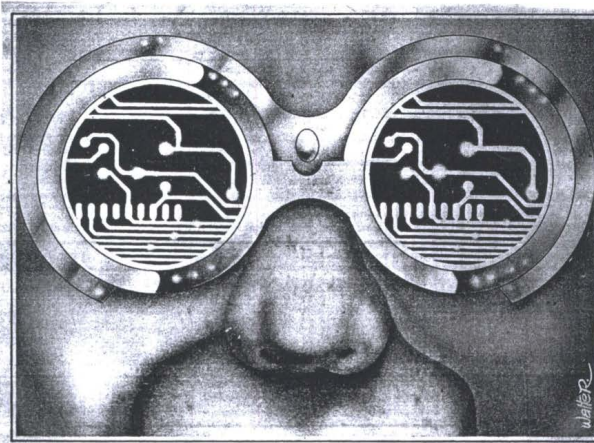
Durante esse longo período de "congelamento" meus três sócios mencionados neste Capítulo todos eles sofreram pressões do Governo no sentido de que o referido projeto somente seria aprovado se eu estivesse fora da empresa. Uma operação odiosa (e doentia) para me tirar da Stratus e depois de tudo que me perseguiram no passado, uma continuidade que talvez um psicanalista explique. Para fazer isso essa raiva já era insana, caso de tratamento médico.

E fizemos três reuniões da Diretoria, no início das quais eu sempre colocava o meu cargo a disposição para não prejudicar a Stratus, mas isso nunca foi aceito.

O que foi decidido, desde a primeira reunião de Diretoria, era que o telex continuaria a ser fabricado, com ou sem autorização do Governo.

Nesse meio tempo, muito em resposta exatamente a esse "congelamento", ou seja, não satisfeitos com me perseguirem por uns 10 anos e inclusive terem co-participado na "tomada" da minha empresa J.C. Melo/Sisco e insanamente ainda me perseguiam, eu decidi escrever o livro "A Incrível Política Nacional de Informática" (o book 1), com críticas técnicas e políticas ao modelo da reserva de mercado. E de vez em quando, as mídias noticiavam que eu o estava escrevendo. Veja o anexo C04-b, da primeira página do Data News de 19 Maio 1982.

Um dia, me telefonou o amigo Dr. Salomão Weimberg, diretor do Ministério das Comunicações. E me solicitou uma cópia (antecipada) do livro. Como era do



pesquisa em sem  
Com um orçame  
milhões de dóla  
10 a 15 milhões p  
1983, universida  
nizações de pes  
trabalhando em  
integrados "cont  
petição japonesa".

## O que mud na reserva mercado

Rio de Janeiro  
mentar os efeitos  
tecnológica na ár  
cado reservada  
nacional desde  
empresário Edst  
diretor da Scopu  
em exercício da  
introduziu um d  
mais polêmicos  
Seminário de Polít  
de Informática,  
pelo Clube de En  
ocupação da faixa  
micro, preocupa  
nacionais. Página

**Exclusivo:**  
**trechos do livro de J.C. Melo**

tenho somente datilografado e ainda sem revisão."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois eu soube que o MC fizera 400 cópias xerox desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministério, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteúdo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsão") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as três anteriores, eu liberava o meu cargo porém os sócios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer soluções", a essa altura eu só desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros métodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena gráfica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 técnicos de sua confiança. Foi a Gráfica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agência responsável, quer pelas cópias xerox distribuídas pelo MC mas também porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira página



"Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado." (sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar

conhecimento geral o MC lutava contra os direitos e os metodos do Governo, porem não conseguia vitoria por a agencia responsavel ser o segundo poder militar dessa epoca. Eu disse ao Weimberg: "Não posso, o tenho somente datilografado e ainda sem revisao."(sic), ao que ele respondeu: "Envie assim mesmo, não tem problema."(sic).

E o enviei. Pouco dias depois depois eu soube que o MC fizera 400 copias xeroxs desse livro e o distribuiu dentro e fora do Ministerio, e para alguns congressistas, etc. E obviamente, então o Governo tomou conhecimento do seu conteudo.

Nesse momento, o motivo original do congelamento" (o da "ordem" da minha "expulsao") fora acrescido com o desejo/ordem de que o livro não deveria ser publicado.

E então ocorreu a 4a. reunião da Diretoria. Igual as tres anteriores, eu liberava o meu cargo porem os socios não aceitavam. Eu "não aguentava mais, eu não via quaisquer solucoes", a essa altura eu so desejava que o sociedade soubesse o que fizeram e o que ainda estavam fazendo comigo depois de tudo que fizeram.

Por eu não ter aceito não publicar, o Governo então passou a usar outros metodos. Primeiro, falou com algumas editoras proibindo a sua publicação. Por isso o livro foi propositadamente publicado por uma pequena grafica (e não uma editora), a qual, com medo, o imprimiu de noite e usando somente 2 tecnicos de sua confiança. Foi a Grafica Mec, Rua Professor Manoel de Abreu 850, Rio Janeiro.

Quando o Governo percebeu que o livro iria mesmo ser impresso mesmo com o proposital "congelamento" do projeto na agencia responsavel, quer pelas copias xeroxs distribuidas pelo MC mas tambem porque eu isso disse ao importante Data News em 19 Maio de 1982 ou sejam 5 meses antes do seu lançamento, no qual havia um chamada na sua primeira pagina "Exclusivo: trechos do livro de J.C. Melo" e varias paginas internas com esses trechos, ela jogou a sua ultima amoral cartada no sentido de "comover" os meus socios a impedirem a publicação do livro.

Um pouco estressado, decidi passar um fim de semana numa casa do socio Carlos Zayas, que ele tinha numa das ilhas de Angra dos Reis, com minha esposa e minha filha Luciana ainda bem pequena. No domingo, vejo uma lancha se aproximando e apitando, e identifiquei que era o meu socio Cabral que estava vindo. Ao me ver ele disse: "O telex foi aprovado."(sic) e me mostrou o Diario Oficial com a sua aprovação uns 18 meses depois. A manobra passou a ser diferente e

era bastante clara, obrigar aos meus socios a me impedirem de publicar o livro.

Porem isso fazendo o Governo se auto denunciou: Para aprovar, ela usou um dos folhetos de propaganda da Stratus obtido não sei como, o qual continha todos os 9 NOVOS modelos, e os aprovou todos.

Dizendo-o de outra maneira, não existiam no Governo quaisquer detalhes dos 9 modelos diferentes depois desenvolvidos, para eles poderem serem aprovados, como seus planos fisicos/financeiros, a relação dos seus componentes e custos, etc! Um desses modelos era uma impressora serial, outro era uma impressora especial para redes, etc.

Aprovou 9 modelos sem quaisquer das suas desejadas especificações e um plano financeira/industrial, como normalmente era OBRIGATORIO. Esse fato fala per si. E isso poderia ser comprovado nos arquivos do Governo.

1. como foi o pedido inicial (um UNICO modelo),

2. como foi a aprovação final (todos os 10 modelos!) porem 9 sem quaisquer projeto fisico/financeiro, ou suas especificações, para que mercado, índices de nacionalização, listas de componentes usados, etc., ou seja absolutamente NADA do que o Governo normalmente exigia para uma aprovação.

A agencia do Governo aprovou um projeto nela inexistente, e infelizmente (para ela) comprovando juridicamente o que acima afirmo. Esse plano fisico financeiro DEVERIA estar no seu arquivo e no Diario Oficial correspondente. Ou seja, se auto denunciou.

O novo "recado" do Governo era claro, criminoso e como sempre amoral: "Ok, aprovamos, mas agora voces não deixam o Melo publicar o livro". Tambem essa atitude tambem prova que os quase 18 meses foram propositais.

Vejam o anexo C04-c onde, respondendo a um meu pedido, o Ministerio das Ciencias declara que acharam 2 volumes desse projeto, porem "não foi possivel achar o projeto inicial."(sic) Ou seja, acharam a "aprovação" mas não acharam o projeto fisico-financeiro inicial.

Então houve nova reunião da Diretoria e recebi um apelo dos tres socios para não publicar o livro. Porem não o aceitei pois afinal foram muitos anos de tortura mental e perseguições, minha continua desconstrução, maledicencias e estresses e eu ja estava cansado, so queria desnudar esse pessoal doente mental, então

## Anexo C04-c

-93 Resposta - backup... <https://mail.google.com/mail/u/0/#search/e-Sic+telex/142c90fd74f33a17>

e-Sic telex



Move to Inbox

More

### Pedido de Informações nº 01390.001705/2013-93 Resposta

Inbox x

sic <[sic@mct.gov.br](mailto:sic@mct.gov.br)>  
to me

1

Prezado Senhor João Carlos Melo,  
Em atendimento ao Pedido de Informações nº 01390.001705/ Sistema de Informações ao Cidadão, referente ao projeto de fabricação c modelo 300 apresentado a SEI em 1981, informamos a Vossa Senhoria de 30 (trinta) anos de sua instauração, apesar de terem sido realizadas acervo de documentos da extinta Secretaria Especial de Informática-SEI, Geral deste Ministério, foram localizados 2 (dois) volumes do referido proje possível localizar o processo inicial, nem cópia de sua autorização ( autorização no Diário Oficial da União.

Para sua avaliação, encaminhamos cópia do índice do projeto e carta de seu encaminhamento a SEI, datada de 30 de abril de 1981.

Caso seja se seu interesse receber cópia integral dos 2 (dois) solicitamos manifestar esse interesse com mensagem para o e-mail si caso, será providenciada a digitalização dos documentos e encaminhado

decidi irrevogavelmente sair da empresa dizendo-lhes: "Fulano (o meu segundo engenheiro na empresa) esta bem treinado, e se ele tiver uma dificuldade extra basta me telefonar."(sic). E acrescentei: "Quanto aos meus 25%, voces me paguem o que voces acharem que vale e nas condições de pagamento possiveis para vocês."(sic).

E desliguei-me imediatamente.

E cabe uma pergunta:

Por que não mandaram me prender depois dessa carta em pleno Governo militar, acusando-o de uma grave crime e com copia para um General candidato a presidente da Republica? Por que não podiam. Hoje lamento não ter mandado essa carta a todas as midias, as quais iriam investigar e desnudar esse procedimento de uma agencia governamental subordinada do candidato a Presidencia. Mas eu nada mais queria, so queria era sair do Brasil e esquecer tudo, como algum tempo depois aconteceu.

Mas insanamente eles continuaram me perseguido mesmo depois desses acontecimentos, veja os capitulos seguintes.

Perda decorrente desta infamia: Direta, tive grandes prejuizos de varias formas, profissional, financeiro, psicologica e familiar.

## **CAP05**

### **TENTATIVA DE MINHA DESMORALIZACAO**

Este capitulo relata uma tentativa de me desmoralizar junto as midias impressas que muito (e continuadamente) me apoiavam, executada DIRETAMENTE pelo General Danilo Venturini e de DENTRO DO PALACIO DO PLANALTO. Ou seja, com a sua impressao digital.

A Aeronautica entao tinha um plano para fabricar um pequeno missil ar-ar intitulado Piranha.

Ressalvo que posteriormente eu soube (ja no exterior, portanto sem muita conviccao do que agora escreverei) que ja existe um missil brasileiro porem de origem norte-americana, porem o missil do qual aqui eu me refiro teria tecnologia totalmente brasileira na sua parte da deteccao e navegacao automaticas. Alias, talvez hoje o Piranha ja seja feito com tecnologia brasileira, pois os engenheiros do ITA possivelmente tem essa tecnologia (de controle em tmpo real) que eu tambem tenho. Eu respeito muito o ITA e alias muito antes dessa epoca, veja a pagina 17 do livro de 1982 pois eu e o seu famoso Professor Wallauscheck eramos muito amigos e eu o visitava com frequencia para trocarmos ideias que sempre envolviam computadores.

Sobre isso, esta e uma boa oportunidade para deixar claro que tanto neste modulo como no meu livro de 1982, eu nao estou participando de um campeonato de tecnólogos. Minha finalidade e somente narrar as perseguicoes que eu sofri do Governo causadas pelas suas ignorancias acerca do setor.

Este caso e um bom exemplo dos crimes continuados que sofri durante uns 10 anos.

Voltando ao Piranha, a minha participacao seria somente no seu projeto no que se referia a sua



computação em tempo real rigorosamente obedecendo a matemática Teoria Geral de Controle (uma matéria até hoje absurdamente não ensinada no Brasil) e a sua programação no chip militar norte-americano modelo 6400, pois a futura fabricação desse míssil obviamente não seria da minha responsabilidade mas sim do polo industrial da aeronáutica em São José dos Campos. Seria somente isso, pois para começar eu não conheço aerodinâmica, a qual deve ser uma das matérias mais ensinadas no ITA. Dizendo-o de outra maneira, eu "não ganharia" com a sua fabricação, alias nem com a minha participação no seu projeto.

Esse chip 6400 era um computador tipo RISC Reduced Instruction Set Computing, um chip militar porém também disponível para quaisquer outras aplicações em tempo real com altíssimas velocidades, o qual eu já havia programado em outro projeto também crítico, e era essa característica que me faria programa-lo para a rapidíssima função de transferência do míssil Piranha. Computação em tempo real sob a Teoria Geral de Controle era a minha especialidade então já há uns 25 anos, alias hoje há 65 anos contínuos.

Abaixo incluo um texto do documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas à Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O objetivo dessa vilania era simples, eu era a mais importante voz contra a reserva de mercado do Governo e todas as mídias impressas me apoiavam, para desespero do Governo militar.

Esquecendo a sua data, relato abaixo outra vil perseguição que sofri. Como veremos abaixo, o Correio Brasiliense publicou esta tentativa.

No Rio, recebi um telefonema do Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência (General Danilo Venturini), para uma visita a Brasília para conversarmos. Muito cortes, "venha tomar um cafezinho conosco."(sic)

Aceitei, marcamos para determinado dia às 14 horas, no meu gabinete no Palácio do Planalto.

Apesar dele ser um dos meus dois principais alvos, resolvi aceitar o convite pela oportunidade de expressar minhas opiniões e talvez, tecnicamente mostrar-lhe (a um leigo na matéria) o quanto talvez esferas inferiores o estavam enganando (suas agências responsáveis, os maus empresários, os desinformados das esquerdas, etc., o "Tripe da Reserva de Mercado").

Já em Brasília, resolvi almoçar com um primo, advogado famoso e profundo conhecedor da "mise en

scène" dos Governos militares em Brasília. No almoço inteiro ele tentou me convencer a não ir a essa reunião. Porém eu havia dado a minha palavra. Disse-me: "Não va, ele tem uma carinha de anjo porém é o mais perigoso do sistema."(sic)

A reunião durou 3 horas e foi muito respeitosa e cordial, por ambas as partes.

Não falei em pressões/perseguições (o objetivo era outro), porém a cada tema técnico/político discutido eu manifestava a minha opinião e sempre recebia de volta qualquer coisa como: "Mas com muita dedicação, energia e patriotismo, com o tempo isso será resolvido".

No meio da reunião, entrou na sala o General Octavio Medeiros, me cumprimentou e perguntou como estávamos. E o General Venturini disse "Estamos trocando ideias e vamos chegar a resultados aceitáveis, o Dr. Melo está colaborando muito."(sic). Ele disse "Ótimo", se despediu e saiu.

Terminada a reunião e sem qualquer consenso, o General Venturini disse: "Tenho um pedido a fazer-lhe. Este assunto, nas mídias, só traz prejuízos para todas as partes e principalmente para o Brasil. Peço-lhe não mais emitir opiniões públicas sobre as suas discordâncias técnicas. Nesses casos, ou mande uma carta diretamente para mim (sem passar por assessores) ou me telefone."(sic). A sugestão era razoável, e eu a prometi.

No fim das 3 horas, já eu ia me despedindo e o General Venturini (tentando me comprar, mas no momento eu assim não interpretei) disse: "Dr. Melo, o que o Governo pode fazer pelo Sr?"(sic). Respondi: "Sr. Ministro, não vim a Brasília para isso."(sic). E ele respondeu: "Sim, claro, mas gostaríamos que trabalhassemos juntos, o Brasil necessita muito do Sr."(sic)

Adicionalmente relato um fato técnico relacionado, para melhor explicar o que se segue. Em aproximadamente 1976 eu fiz um sistema programável, chamado MIC-1000, porém especial para um projeto que exigia altíssima velocidade, muito maior do que as velocidades finais dos mais rápidos chips (para PCs) atuais, no qual fui obrigado a usar o chip (creio de nome 6400) da Intel, a sua versão militar, com arquitetura RISC (Reduced Instruction Set Computing) para altíssimas velocidades.

Esse mesmo chip RISC coincidentemente era usado num míssil norte-americano, o antecessor do atual Patriot cujo nome não mais me lembro. Veja no anexo

C05-a uma notícia do Jornal do Comercio sobre uma minha palestra em Washington em Julho 1977 sob o titulo JC/Executivos, feita no Pentagono para oficiais norte-americanos sobre esse meu sistema MIC-1000. E a recepção foi tão expressiva que eu ate pensei em fabricar o MIC-1000 nos Estados Unidos. O MIC-1000 fora exposto no Congresso de informatica de 1987 em São Paulo, alias ele foi mais complexo e maior tecnicamente do que o software a ser usado num missil como o pequeno Piranha.

No livro de 1982, na sua pagina 11 eu menciono esse MIC-1000, cujo texto reproduzo abaixo:

-----  
"O décimo evento ocorreu em 1977, também na J.C. MELO, que foi o desenvolvimento e a fabricação do microcomputador MIC-1000, exclusivamente para controle de processos industriais, ainda fabricado até hoje. O que poucos sabem é que conceitualmente esse foi o equipamento de eletronica digital mais sofisticado já projetado no Brasil até 1977, permitindo o processamento distribuído e matricial, numa verdadeira malha de confiabilidade de acordo com os princípios da NASA (de Malcolm Mac Gregor). O mesmo princípio é usado nos computadores e sistemas digitais do avião 747, o que o transformou no avião com a melhor confiabilidade já construído pelo homem. No Brasil o MIC-1000 foi usado marginalmente, sem as suas potencialidades matriciais de processamentos múltiplos, comunicações idem, etc."  
-----

Voltando, na ocasião o Instituto Tecnológico da Aeronautica ITA estava projetando um missil ar-ar, para a Aeronautica, o qual posteriormente iria ser fabricado por uma industria aeronautica de São Jose dos Campos como ja narrei.

E entusiasticamente eu vi a possibilidade de projetar o sistema de detecção e navegação do missil do ITA, então chamado de projeto Piranha, visando o 6400 que eu ja conhecia até certa profundidade por causa do MIC-1000. Com ele o projeto seria factível, e o ITA ainda não sabia como projetá-lo, pois ainda estava analisando as alternativas.

E eu disse: Sr. Ministro, tem o projeto Piranha, e eu posso projetar toda a sua computação de bordo (seu software) desde que receba os sinais da sua detecção infravermelha (da temperatura do escape das turbinas dos inimigos). Eu teria muito entusiasmo em fazê-lo.

Ele respondeu: "Me mande uma carta direta, a remeterei para o Ministro da Aeronautica opinar e se

## Anexo C05-a

### JC/Executivos

● PALESTRA — Técnicos militares norte-americanos assistiram hoje, em Washington, a uma palestra da presidente do Grupo J. C. Melo, o empresário brasileiro João Carlos Melo, sobre os novos equipamentos eletrônicos que a indústria brasileira fabricará a partir de setembro, nos Estados Unidos e que deverão ser utilizados em aviões, navios, tanques e mísseis. Os protótipos desses novos equipamentos, o microcomputador e a estação remota MICO-1/00, alcançaram resultados considerados excelentes naquele país, causando impacto semelhante ao aparecimento do computador doméstico. A princípio, a empresa pensou em fabricá-los aqui no Brasil, exportando em regime de draw-back, para todo o mundo. Mas, devido à atual política no setor da informática nacional, o Grupo J. C. Melo decidiu antecipar sua fabricação nos EUA.

tecnicamente factível, autorizarei esse projeto para o Sr."(sic)

Fiquei muito entusiasmado, e essa carta foi enviada. Não tenho uma sua cópia, mas ela era mais ou menos assim (essa carta foi publicada pelo Correio Brasiliense numa data da qual não me lembro, porém poderá ser facilmente encontrada numa busca eletrônica no referido jornal entre 1977 e 1978):

"de acordo com nossos entendimentos, proponho-me a participar do projeto Piranha da Aeronáutica, no referente a sua computação de bordo, etc e etc."

Note-se que esse projeto não seria um contrato vultoso, como seria o da sua fabricação. Seria um contrato pequeno, somente de desenvolvimento. Consequentemente não havia, de minha parte, qualquer intenção de "ganhar dinheiro" com o referido contrato, mas sim de alto e estimulante serviço exclusivamente técnico e pioneiro no Brasil.

Na semana seguinte, no Rio de Janeiro, eu recebo um telefonema de um funcionário da SEI: "Como diretor de uma associação de informáticos do Governo (ou nome similar), convido-o a dar uma palestra para uns 30 dos nossos associados, sobre os problemas da Política Nacional de Informática, na nossa sede em Brasília, palestra essa confidencial e sem a presença das mídias."(sic) E aceitei o convite e fiz o que ele desejava, sem supor que era uma armadilha.

Na segunda-feira seguinte, no Rio, de manhã, eu recebo um telefonema do saudoso Senador Roberto Campos.

Minha amizade com o saudoso Senador Roberto Campos era muito antiga, desde o longínquo 1957 quando ele presidia o BNDE e um Decreto da Presidência criou um grupo de trabalho para implementar o uso de computadores pelas agências do Governo. Não existia, ainda, nenhum computador no Brasil. Trabalhava eu em New York mas vim ao Brasil a seu convite, para exclusivamente assistir a primeira reunião desse grupo, ressalte-se que o fazia como um técnico experiente (essa a razão do convite) e não como um político. Esse fato está narrado no livro de 1982, na sua página 30.

O Senador disse: "Um repórter do Correio Brasiliense me telefonou. Você o leu hoje?"(sic) Respondi "Não, não leio jornais de Brasília."

"O General Venturini o está acusando de ser uma fraude, pois você lhe enviou uma carta pedindo um contrato, e em troca você não mais falaria contra a

reserva de mercado."(sic)

Resumindo essa vilania, muito agravada por ser de autoria de uma alta autoridade e de dentro do proprio Palacio do Planalto e absolutamente sem se importar com suas provaveis conseqüencias:

1. O General Venturini tentou me convencer a não mais comentar publicamente sobre a reserva de mercado,

2. No fim, diante das nossas divergencias me pediu (como um favor) que em vez dos pronunciamentos publicos eu lhe enviasse uma carta se diante de qualquer desaprovação ou qualquer fato relevante, com o que concordei,

3. Ele tomou a iniciativa de me perguntar como o Governo poderia me ajudar, Tecnicamente entusiasmado, falamos sobre o desenvimmento da computação de bordo do projeto Piranha, e do meu interesse nele, e ele me pediu uma carta.

4. Criou um teste (para conferir se eu realmente não mais iria falar contra a reserva de mercado), com um funcionario da SEI me convidando para uma palestra fechada, "sem a presença das midias."(sic)

5. De boa fe e sem esperar uma armadilha, fui a essa palestra e sobre os erros da reserva de mercado, e eu respondi com as minhas convicções tecnicas, ou seja fui franco.

6. Ele me calunia no jornal Correio Brasiliense, dizendo que eu o visitei para, se obtendo um contrato eu prometia "calar a boca", publicando a minha carta para participar do desenvolvimento do missil Piranha.

Foi mais uma tentativa de desmoralizar publicamente a maior voz contra a reserva de mercado.

Outro aspecto grave dessa vil armadilha, foi que, se a terceira pessoa em poder no Brasil isso fazia, isso implicitamente seria uma autorização para que órgãos que lhes eram subordinados (ja acostumados a me pressionarem e perseguirem) continuassem com essas suas amorais praticas sem receios de possiveis punições por seus superiores.

Isso tambem me abalou por outros tres motivos:

1. Atingiu o Senador Roberto Campos,

2. O Correio Brasiliense não consultou a "outra parte" antes da publicação, porem provavelmente por que estavamos num regime militar "duro",

3. Eu so iria ajudar o Brasil, assumindo um projeto



complexo (tanto que a Aeronautica ate essa ocasião  
nao o havia finalizado) e muito provavelmente  
perdendo tempo e dinheiro.

Perda decorrente dessa infamia: Indireta, tentativa de  
desmoralização perante as midias impressas.

## **CAP06**

### **PROIBICAO DO LIVRO SER PUBLICADO**

Este capitulo relata como o Governo tentou proibir que o livro de 1982 "A Incrível Política Nacional de Informatica" fosse publicado e vendido.

Aqui incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

O momento da sua publicação fora propositadamente o período do Congresso Anual da Sucesu, a poderosa sociedade de usuarios de computadores, que se realizou em 1982 no Rio de Janeiro, no Rio Centro no fim da Barra da Tijuca.

O Presidente Figueiredo a ele veio, uns 2 dias depois da sua abertura, junto com toda a cupula da agencia responsavel pela PNI.

E no primeiro dia do Congresso sentei numa mesa e autografava os livros vendidos. A edição tinha sido de 3.000 exemplares e no fim do segundo dia eu ja tinha autografado 2.400 exemplares. O que representava aproximadamente 2 livros autografados por minuto, uma prova do seu sucesso perante os meus colegas de profissão os quais evidentemente compreendiam tudo de errado que estava acontecendo na PNI.

E o Presidente Figueiredo viria no dia seguinte. Logo depois que ele chegou, o Presidente do Congresso (cujo nome esqueci, mas que será facil levanta-lo pois foi o da 1982), veio falar comigo: "Melo, o Governo veio falar comigo, exigindo que eu proibisse voce de vender o livro."(sic) Eu respondi: "Nao, não vou faze-lo."(sic) Ele então argumentou que o SNI lhe dissera: "Ou o livro pára, ou o Congresso parará. Escolha."(sic) Observem a enorme jactancia desse pessoal. E continuei autografando o livro. Pouco tempo depois, ele voltou com 2 auxiliares, e me disse:

**"Segundo o artigo x do regulamento do Congresso, nenhum produto pode ser nele vendido."(sic) Ato continuo, os 2 auxiliares me ajudaram a desarmar a mesa e parar de vender o livro. Ele cumpriu com a determinação do Governo, porem usando um subterfugio.**

**Perda decorrente desta pressao: Indireta, evitando que a sociedade conhecesse o que estavam fazendo comigo e principalmente o que era - sem sofismas - a fracassada Politica Nacional de Informatica.**

**CAP07**  
**MEU APELO PUBLICO AO**  
**PRESIDENTE GEISEL**

Este capitulo relata como, diante de tantas perseguições eu tive a ousadia (durante um Governo militar) de apelar ao Presidente Geisel atraves de uma carta aberta publicada nos jornais, e os seus resultados.

Abaixo incluo um texto que foi incluído no documento complementar entregue no meu depoimento verbal de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo em 2013.

Já não aguentando mais as consequencias de tantas pressões/perseguições (com suas consequencias empresarial, financeira, psicologica, familiar, etc) resolvi agir de uma forma radical ou seja fazer um pedido direto ao Presidente Geisel. Recorde-se que os meus perseguidores eram o segundo poder de um Governo militar e eu pedi publicamente uma decisao nada menos do que a um Presidente militar. Uma grande loucura, como me avisaram varios amigos.

O eng. Antonio Portella Neto, já então Diretor da minha fabrica, tudo fez para que eu desistisse dessa ideia, com argumentos tais como "Eles vão lhe prender"(sic), e outros similares. Eu lhe respondi: "Portella, eu não sou esquerdista nem estou tentando derrubar o Governo. Eles não poderão me prender mesmo que o queiram, por eu ter somente uma opinião tecnica e alem disso bem real."(sic)

E no dia 5 de Junho de 1977. uma minha carta aberta ao Presidente foi publicada no jornal Correio Brasiliense de Brasília e em outros jornais do Rio e de São Paulo. Veja essa carta no book 1, procurando pela keyword "Excelencia".

Observem este paragrafo da referida carta:

-----  
"Justifico-me a esse modo quase insolito de  
dirigir-me a Vossa Excelencia, levado que fui ante a  
impossibilidade de pessoalmente levar ao  
conhecimento das autoridades do vosso primeiro  
escalão estes meus reclamos, quer antes do advento  
dos atuais poderes da CAPRE, quer depois".(sic)  
-----

No dia seguinte (2a. feira) as 9 horas da manha a  
minha secretaria Edna me disse: "Chegaram um  
General e dois Coronels, todos fardados. Estão na sala  
de reunioes. E de cara feia."(sic)

E o eng. Portella já queria chamar um advogado.

Ao eu entrar na sala, o General se identificou: "Sou o  
General Mariath, General-Diretor de Processamento de  
Dados do Exercito, junto com dois de meus  
assessores, Coronels "a" e "b".

"Ontem, o sr. publicou uma temeraria carta dirigida ao  
Sr. Presidente da Republica, e isso não se faz. O  
Presidente me chamou ordenando que o visitasse. Se o  
Sr. é autentico, sera protegido, caso contrario sera  
preso."(sic)

Observe que o Presidente sintomaticamente não  
ordenou a ninguem dos envolvidos (CAPRE, etc) fazer  
esee investigação, mas sim escolheu uma pessoa da  
sua maior confiança, o General Mariath. Como eu  
soube depois, os dois eram amigos intimos, e o  
Presidente lhe telefonou pedindo que me visitasse, e  
nada, absolutamente nada, solicitou ou informou ao  
resto do Governo que estava sendo por mim  
denunciado.

E então o General Mariath investigou a minha pequena  
fabrica, junto com os dois Coroneis. E eu  
continuadamente notava, pelas suas feições,  
aprovações ao que estavam vendo. Na realidade, eles  
não viram uma grande fabrica como talvez  
esperassem, mas sim uma pequena porem  
efetivamente fabricando computadores em todas as  
suas etapas (computadores, e não os atuais simples  
PCs), desde o projeto e os desenhos dos circuitos  
impressos ate o seu teste final.

Apos a visita e ja na porta de saida, nas despedidas, eu  
falei: "Sr. General, ao entrar o Sr. me disse uma frase  
sobre uma minha possivel prisão. O que posso  
esperar?"(sic) Ele respondeu: "O Sr. sera protegido,  
fique tranquilo."(sic)

A minha principal reclamação (alem do ambiente de  
terror que as agencias responsaveis pela PNI criaram)

era que os meus perseguidores não tinham aprovado o meu projeto de fabricação do computador IND-5005, um fato consumado e já em fabricação há mais de 2 anos como já disse, para proteger a inadimplente COBRA e consequentemente a desinformação da reserva de mercado com computador importado e a troca do seu logotipo Ferranti por um idem da COBRA.

Depois eu soube que o Presidente chamou o Ministro que estava executando a reserva de mercado da CAPRE e lhe deu a ordem de aprovar o meu projeto. Diante da "prova" que o Sr. Presidente havia recebido diretamente do General Mariath, esse Ministro nada poderia contra-argumentar, porém quando tentou fazê-lo com um "Mas..." (sic) o Presidente o interrompeu secamente e disse-lhe "Aprove-o." (sic)

E a decisão do Presidente Geisel em favor da minha fábrica e contra esses executores e controladores foi, como se diz nas Forças Armadas, uma chave de galão do Presidente a meu favor.

Apos eu publicar essa carta aberta ao Presidente Geisel, ele pediu ao General Mariath (General-Diretor do Departamento de Processamento de Dados do Exército) que a investigasse pessoalmente, ou seja não fez esse pedido aos controladores da CAPRE como normalmente deveria acontecer. Alias, isso já diz muita coisa sobre a PNI de então sob o comando da CAPRE academica.

A respeito dessa aprovação veja as paginas 42 e 43 do livro de 1982, as quais aqui complemento:

1. Em seguida varias empresas me procuraram querendo se associar a J.C.Melo Industria de Computadores: Dismac, Banco Brascan, Sr. Henry Maksoud, Banco Itau e Vale do Rio Doce. E os jornais isso noticiaram, portanto o Governo tomou conhecimento do interesse do Itau na sua informatização pois então já era impossível criar a sua desejada fabrica Itautec por causa da PNI. Sobre o Banco Itau, veja pagina 44 do livro de 1982. O Governo o pressionou, proibindo-o de se associar comigo.

2. Provavelmente errando, eu não fiquei convencido do real interesse do Banco Itau, pois as tratativas me davam a nítida impressão de que eu estaria discutindo um "empréstimo bancario" e não uma sociedade. Com a Vale do Rio Doce, a J.C. Melo seria um pequeno ponto na sua posição de gigantesca exportadora de minerios. Dismac não me lembro porque nem iniciamos as tratativas, e Brascan era o mesmo caso do Itau, uma associação aparentemente "bancaria". E então o Sr. Maksoud. Primeiro, ele veio ao Rio na minha fabrica e se apresentou como um socio, dizendo



"Eu estou aqui para carregar a J.C. Melo nos ombros, junto com voce" e "protege-lo das perseguições do Governo." (sic) E também "Eu não serei um banco, mas sim um socio."(sic) E como em um mes eu fui tres vezes a São Paulo para as tratativas com ele e seus assessores, ele acrescentou: "Não quero que voce use essa Ponte Aerea Rio Sao Paulo, são aviões velhos e perigosos, meu jato vira busca-lo"(sic), o que realmente aconteceu nessas tres vezes. Em resumo, ele me comprou pois eu era somente um bom tecnico.

3. E então essas possiveis sociedades saíram nos jornais e eu fui visitado pelo engenheiro Wando Borges, presidente da Digibras, que eu não conhecia. E ele, falando "em nome de Brasília" disse: "O Governo não ve com bons olhos a sua associação com o Sr. Maksoud, e se o Sr. tem problemas financeiros para construir uma fabrica maior eu autorizarei o BNDE a conceder-lhe um emprestimo de dez ou vinte milhoes, aos seus juros propositadamente baixos."(sic).

Desejo fazer um adendo: Ate hoje com 86 anos, eu nunca fui processado por qualquer deshonestidade, nem acusado na Policia, Justica ou publicamente. Obviamente eu poderia ter executado varias deshonestidades bastantes conhecidas com esses 20 milhões a juros baixos. Na realidade, eu nunca dei muita importancia ao dinheiro, minha cabeça sempre foi ligada as tecnologias da informatica, essa que hoje ainda me faz trabalhar 10-12 horas por dia mesmo nesta longeva idade.

Os Governos não viam no Sr. Maksoud um aliado confiavel. Independentemente dos muitos casos que eu poderia contar como os da construção do aeroporto do Galeão, a sua revista Visão semanalmente criticava todos os projetos que o Governo anunciava, o que era do conhecimento geral, e por isso o Sr. Maksoud era considerado um inimigo apesar de ser um empresario, porem adicionalmente por ser desrespeitoso, intransigente e de relacionamento muito dificil. Um exemplo, antes da sua morte seus 2 unicos filhos passaram os 22 anos anteriores sem com ele falarem. Na revista Visão era uma critica pesada atras de outra, semanalmente, uma especie de mantra critica semanal. Um dos filhos, chegou a escrever nas paredes da redação da revista Visão: "Meu pai é um gangster"(sic).

E eu respondi ao engenheiro Wando: "Obrigado, mas não estou precisando do emprestimo."(sic) Ele respondeu: "Entao, faça a sociedade com um desses outros interessados, mas não com o Sr. Maksoud. Nessa hipotese (sociedade com os outros) mandarei o servico juridico da Digibras assessora-lo no contrato, para defende-lo."(sic) O que também não aceitei, o

agradei porem nunca mais nos vimos.

Mas eu suspeito (tenho quase certeza disso) que o emprestimo do BNDE foi uma decisão do Presidente Geisel apos o relatorio verbal do General Mariath sobre a sua visita a uma "incrível porem verdadeira fabrica BRASILEIRA de computadores com somente 450 m<sup>2</sup>". Depois da visita o General Mariath se tornou não um simples conhecido, mas um continuo e poderoso defensor da J.C. Melo Computadores sempre por iniciativa propria e não por eventuais pedidos de ajuda. Na visita, eu percebi que ele ficava perplexo com o que via, embora permanecesse calado como tambem os 2 Coronéis que o acompanhavam. Mas de vez enquanto eles se olhavam e eram visíveis as suas perplexidades o que me indicava que eles não esperavam ver o que estavam vendo e talvez ja tinham ate pensado que o inexoravel final seria a minha prisão. Como eu informo no meu livro de 1982, eu gastei do meu bolso somente 1 na moeda de então enquanto COBRA gastou exatamente 300, como era possivel que eu ja fabricasse computadores e COBRA importava-os mudando os seus logotipos de Ferranti para COBRA? Como era possivel fabrica-los em somente 450 m<sup>2</sup> e com somente um engenheiro auxiliar mais dois técnicos e duas montadoras, porem COBRA ter uma imensa fabrica porem sem conseguir fabricar o Ferranti?

4. Sobre essa minha resposta negativa (alias, quem, no Brasil, rejeita um emprestimo desses e a juros baixos?) nessa epoca o engenheiro Wando era o presidente da holding Digibras, hierarquicamente subordinada aos controladores da politica nacional de informatica em Brasilia, que muito me perseguiram. E na parte de baixo era o superior imediato de COBRA, responsavel por continuas desinformações sobre a J.C. Melo. Naturalmente, não seria logico eu acreditar que a sua proposta seria real e não mais alguma nova perseguição. Eu cometi 12 grandes erros na minha vida e esse foi um deles, pois poucas semanas apos e eu ja tendo infelizmente formalizado a sociedade com o Sr. Maksoud, li nos jornais que o engenheiro Wando como presidente da Digibras fizera uma palestra para os empresarios na Federação das Industrias do Rio de Janeiro, e nela elogiou a J.C. Melo Computadores por ela estar fazendo o correto (sic) e sintomaticamente nem mencionou a sua subordinada COBRA. Mas infelizmente a sociedade com o Sr. Maksoud ja estava assinada.

Adicionalmente, hoje (2017) 40 anos depois descobri que o engenheiro Wando e eu tinhamos (sem eu saber) um antigo amigo comum e totalmente confiavel por ambos, e este amigo agora me informou que o engenheiro Wando fora de noite ao seu apartamento

pedir-lhe para me convencer a aceitar o empréstimo do BNDE ou no mínimo associar-me somente com um dos outros interessados, porém não com o sr. Maksoud. E esse amigo (de Brasília) não me procurou na ocasião e somente nos encontramos recentemente, uns 40 anos depois. Em resumo, a proposta do engenheiro Wando era verdadeira na sua intenção de ajudar/proteger a J.C. Melo Computadores e eu cometi um grande erro ao não acreditar nas suas boas intenções.

## **CAP08**

### **QUEM ME PERSEGUIU?**

Neste capítulo, faço uma ressalva sobre a identificação dos meus opositores. Na ocasião eu tomei uma decisão, de denunciar os erros do Governo na PNI e de algumas perseguições sofridas porém não denunciar pessoas, isso porque as origens das perseguições e tentativas de desmoralização eram em agências do Governo. Porém as minhas denúncias públicas eram contínuas e todas (100%) as cartas com essas reclamações que eu enviei não tiveram as imperativas investigações oficiais ou respostas de quaisquer tipos.

Algumas perseguições dessas agências foram narradas no livro de 1982 portanto públicas, além de amplamente publicadas pelas mídias. Foram críticas públicas e dirigidas às agências governamentais e sem respostas de quaisquer tipos, o que as confirmavam.

Além disso, obviamente as perseguições não tinham as suas impressões digitais no referente aos indivíduos responsáveis, com exceção da narrada no capítulo CAP05. Mas essas impressões estavam nas agências e seus dirigentes, como é óbvio elas e eles tinham a obrigação de reagirem de algum modo, ou nas mídias, ou na Justiça, ou com uma minha prisão pois estávamos num regime militar que tudo podia, ou me chamarem para esclarecimentos, o que NUNCA ocorreu. Independentemente disso, podem ter sido ordens superiores.

Mas obviamente um dirigente dessas agências não pode ser responsabilizado diretamente por alguma perseguição, embora elas tenham sido por eles conhecidas por serem públicas, noticiadas e algumas por cartas. E como se vê nestes 2 livros, muitas têm provas jurídicas.

O melhor será dizer que o "Governo me perseguiu", pois isso é a verdade.

No Capítulo CAP01 eu narro as oito primeiras perseguições sofridas e também no livro de 1982 nas suas páginas 44 e 45.

Nos Capítulos CAP03 ate CAP06 deste book 2 eu narro mais 4 perseguições, todas com provas judiciais.

No capítulos CAP07 a is seguintes são relatados mais onze das 104 perseguições sofridas e catalogadas por minha secretária Edna. Mais perseguições não são citadas para não tornar este book 2 muito extenso.

Somente para registro e independentemente das inumeras noticias então publicadas pelos jornais, o Governo e suas agencias responsaveis sempre receberam de mim criticas publicas, abertas e portanto "oficiais", legais, conhecidas (portanto não foram criticas secretas ou nos bastidores) sobre os erros da sua PNI e as perseguições sofridas.

As criticas ABERTAS foram:

1. Em 1982, com a publicação e venda do meu livro 1.
2. Em 29 Junho 1977, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Ciencias e Tecnologia da Camara dos Deputados, parte sobre as perseguições que eu sofria e parte sobre as inviabilidades da Política Nacional de Informatica do Governo. Veja o anexo C16-c uma noticia do jornal Tribuna da Imprensa sobre essa exposição.
3. Em 21 Marco de 1984, fiz uma exposição de 5 horas na Comissão de Economia do Senado Federal sobre as inviabilidades tecnicas e industriais da Política Nacional de Informatica do CSN/SNI/SEI.
4. Em 5 Junho de 1977, fiz uma respeitavel carta aberta ao Presidente Geisel, publicada em Brasilia, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Veja o Capítulo CAP07.
5. Em 25 Janeiro 1976, enviei uma denuncia formal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Economica sobre as ações de DIGIBRAS/COBRA contra a minha empresa. Veja o anexo C16-d do jornal O Globo de 25 Janeiro de 1978.
6. Continuadamente as midias impressas noticiavam as minhas criticas politicas e tecnicas a Política Nacinal de Informatica, e apoiando as minhas criticas, como vemos no capítulo CAP12 uma materia do jornal O Globo de 25 Janeiro 1976, de pagina inteira sobre esse tema,
7. Depois da minha volta ao Brasil, em dia do qual não me lembro (em 2013) fiz um longo depoimento gravado



# Indústria de computador explicada no Congresso

TRIBUNA  
IMPRENSA

A forte tendência monopolística e estatizante não atingirá os altos objetivos do governo de nacionalizar a indústria de computadores por questões de segurança nacional — afirmou ontem o empresário João Carlos Melo, Presidente do Grupo J. C. Melo, primeiro fabricante de minicomputadores no Brasil, perante a Comissão de Ciências e Tecnologia da Câmara dos Deputados, adiantando que “é contra a concorrência, quando predatória das multinacionais e contra a estatização, mas a favor da empresa privada nacional”, concordando com os objetivos que se deseja alcançar, mas não com os meios que vêm sendo empregados.

Ao indicar os pontos que considera conflitantes nas ações governamentais, disse que o fazia na certeza de acrescentar subsídios aos que o Governo já dispõe, não concordando com o ponto de vista estatizado por alguns setores de que suas afirmações poderiam gerar um risco de natureza política, porque “não está contestando e nem fazendo críticas gratuitas, mas exercendo um dever para com o próprio País, honrando à sua condição de brasileiro, consciente das obrigações inerentes à sua nacionalidade”.

## INVIALIBILIDADE

Desconhecemos a existência de uma única fábrica estatal de computadores — disse João Carlos Melo — que tenha-se viabilizado quer sob o ponto de vista econômico quer sob o técnico, em qualquer parte do mundo. Muito ao contrário até a União Soviética é um grande cliente das indústrias privadas norte-americanas, com compras da ordem de um bilhão de dólares anuais. Não existem registros, ao contrário, de compras norte-americanas de computadores soviéticos.

Existe, inclusive, uma experiência clássica, política, que bem exemplifica essa inviabilidade: a CII francesa. Como sabemos, o Presidente De Gaulle, numa decisão política e tendo em vista uma desejável nacionalização da área de informática, bem como problemas de segurança nacional (note-se que são os mesmos objetivos brasileiros), pretendeu a criação de uma indústria francesa de informática. O forte apoio econômico, complementado por um forte apoio político que inclusive extravasou para alterações públicas com o Presidente Kennedy, resultou numa companhia até agora deficitária e que detém somente 5% do mercado francês e seus 5%, assim mesmo, quase que totalmente representados por compras militares.

## DOIS ANOS À FRENTE

O primeiro problema é o referente à necessidade de um novo projeto nacional quando a tecnologia é importada. A J. C. Melo está, no mínimo, dois anos à frente de qualquer outra empresa (como a esta-

tal) que decida fabricar minicomputadores no Brasil. O que já evoluímos na engenharia industrial e na engenharia de produtos locais, representa um patrimônio técnico inestimável, que nos garante aquela precedência.

Acredito que somente duas empresas, a IBM e a J. C. Melo, possuem esse acervo técnico, pois são as únicas que enfrentaram (e essa palavra é muito apropriada) uma real e efetiva fabricação local. Sei, por exemplo, que para a fabricação de seus computadores no Brasil, a IBM teve que enfrentar aproximadamente 300 problemas referentes aos insumos básicos e componentes nacionais. Nós enfrentamos uns 100.

Outro grande problema é que os técnicos do Governo Federal, um círculo extremamente fechado, tem gerado decisões e resoluções as vezes distanciadas da realidade. Os dois problemas anteriores, ou seja, a inviabilidade de uma indústria estatal de computadores e a impossibilidade de qualquer empresa captar uma grande parcela de demanda num prazo relativamente curto, são exemplos desse hermetismo.

Como outro exemplo, há pouco o Governo definiu, através de uma Resolução, o que é minicomputador. Trata-se, meus Senhores, de uma definição de minicomputador que existe no mundo, pois tem-se evitado uma definição absoluta por ela ser impossível. No exterior, existem centenas de métodos e equações (e eu também contribui para a confusão gerando uma equação, que tomou o nome de Método de J. C. Melo nos Estados Unidos) tentando formular, sem êxito a não ser muito relativos, o que alguns técnicos conseguiram com uma Resolução. Por causa de certos problemas como a eficácia de um software, idem de um hardware, relação preço/performance de software, idem de hardware, etc., é totalmente impossível uma definição absoluta. Posso dar outros exemplos.

## MONOPOLIO

Todos nós conhecemos as repetidas declarações governamentais de que não deseja um monopólio para a empresa estatal. Devo declarar que ouvi isso de altas patentes, ao nível de primeiro escalão. No entanto, nenhuma Resolução demonstrou esse objetivo, em qualquer tempo.

Temos, portanto, um monopólio aborrecido política e juridicamente pelo Governo Federal. Estou convicto, pelo que tenho observado, que muitos técnicos governamentais principalmente na empresa estatal, convenciam-se de que um tipo de monopólio é absolutamente necessário para a viabilidade econômica do empreendimento governamental.



# 

## 

que país em desenvolvimento, só desenvolver-se e sobreviver. Depois, veio ensinar eles, mantendo sempre contato com técnicos e empresários em todo o mundo. No Brasil, desde 1971, criou uma escola de hardware e software em real-time, na qual já treinou mais de 1.500 alunos alienados e centenas de empresas, entre as quais a Camig, Purmas, Light, Ialiminas, OVID, Tascodra, Unilab, Cospar, CSN, CIA, Alcominas, Eletrobrás, Ericson, Transcon, Foxboro, Hewlett-Packard etc.

— Ao partir, entretanto, para um projeto industrial, criando a On-Line Computers e Sistemas, defrontou-se com três problemas, analisados em carta datada de 17 de novembro de 1975, dirigida ao Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen:

a) O descrédito do mercado sobre a possibilidade de uma empresa nacional fabricar computadores;

b) A resistência de um eventual consumidor estatal, que pelo mesmo, então, preferia importar;

c) A impossibilidade de uma efetiva proteção ao Similar Nacional, através dos mecanismos da Cacex e Abinec.

Diz ele, perplexo, na carta ao Ministro Simonsen:

"Companhias que me acatavam como projetista e consultor, ou como professor de seus engenheiros, não me aceitaram como fabricante" o que é um paradoxo. Com sinceridade, hoje eu sei que o maior culpado disso foi o Governo Federal, pois desde 1971 que ele diz, erradamente, que a fabricação de computadores exige uma engenharia complexa, quase inatingível por países em desenvolvimento".

Continua mais abaixo:

"A Cacex deseja importar um sistema, bastante simples na realidade, pois é somente para aquisição de dados. De início, negou-se sequer a receber meu engenheiro, não quis nenhuma proposta etc. Quando, finalmente, foi oficialmente numa tentativa de pressão para obrigá-la a uma análise (e não a uma compra), sobre a existência do registro de Similar, recebeu carta que embora perigosa do ponto de vista legal, tem a principal finalidade de excluir a On-Line".

Ediz mais adiante:

"O terceiro problema é o criado pelas multinacionais fabricantes, quer na Abinec, quer na Cacex, agravado por problemas operacionais na Cacex, que fez com que a On-Line considerasse o chamado cadastramento de Similar Nacional, como imperioso".

Com uma pequena peça na mão — um circuito integrado — João Carlos Melo vai demonstrando que a montagem de um computador não é difícil, nem muito cara, nem exige gigantescas instalações.

— Quase todo o computador se resume a este circuito. Cada vez mais, o computador vai sendo colocado aqui dentro e logo não teremos mais nada a fazer além de esculpir uma régua a essa pechinha.

Com efeito, o circuito integrado revolucionou a tecnologia do computador. É a peça que requer a tecnologia mais sofisticada e os investimentos mais elevados. Sua produção só é viável economicamente quando se obtém elevadas economias de escala, razão pela qual apenas nos Estados Unidos e a União Soviética produzem desses circuitos avançados. Um terceiro país, o Japão, começou a fabricá-lo no final do ano passado.

— Nos Estados Unidos — garante o industrial — existem uns 20 fabricantes e essa peça pode também ser encontrada facilmente no varejo onde custa uns 35 dólares. Por isso não há problema para obtê-las mas, por outro lado, não teríamos escala para fabricá-la.

— Este, aliás, é o único componente importado do nosso computador, correspondendo, em termos de valor, a 32% do custo de fabricação. Todo o resto do nosso material é nacional. Mas também importamos os periféricos (teletipos, leitores de fitas perfuradas etc) porque, igualmente, o reduzido mercado ainda não justifica a instalação de fábricas de periféricos no Brasil.

É o emprego desses circuitos integrados que torna os computadores da On-Line bastante mais baratos que o projetado pela Cobra: "um terço a um quarto mais barato", diz João Carlos Melo. E lhe garantiu presença pioneira no mercado a preços baixos que, segundo ele, deram origem às pressões do grupo Digibrás.

### As pressões

João Carlos Melo acusa a Digibrás, entre outras ações, pela perda de um voto, controle para montagem de um sistema de controle de trânsito em Curitiba juntamente com um financiamento do Bader para a instalação de sua fábrica em Itaipava a ser concedido pelo Estado do Paraná.

Conta ele que, ao acertar a montagem do sistema, obteve também do Governo paranaense vantagens finan-

ceiras e imobiliárias para instalar uma fábrica no Distrito Industrial de Curitiba. Vantagens essas que são as normalmente oferecidas por todos os Governos estaduais para projetos de desenvolvimento industrial. Entretanto, quando já estava quase tudo acertado, o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná — Baderp, a quem caberia o financiamento das obras, recebeu um comunicado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE, maior acionista da Digibrás, informando que qualquer decisão a respeito da instalação de uma fábrica de computadores no Estado só poderia ser tomada após oitiva da Digibrás. Essa carta provocou o recuo do Governo paranaense diante de todos os acordos que vinha acertando com a On-Line.

João Carlos Melo diz que não vai parar. Seu primeiro computador, o On-Line 5 005 "está sendo vendido normalmente".

— O novo modelo 8 000 será comercializado dentro de poucas semanas mais ou menos aos mesmos preços do 5 005. É nosso plano, também, dentro de poucos meses vender 5 005 e 8 000 em lote, para serem montados pelos compradores. Em linhas gerais, nossa filosofia resume-se em dois pontos: desmistificar os computadores e alta produção com baixa margem de lucro.

— Queremos colocar nossos computadores em empresas mesmo pequenas, escolas secundárias etc. Como está acontecendo nos Estados Unidos. Com os kits, que poderão ser montados por um bom técnico em eletrônica, o computador será desmistificado, por uma simplificação do problema já custou 90 milhões de cruzadas ao Governo.

### Conclusão

— Existem dois tipos de estatização: a legal e a anoral. A legal, todos conhecemos. São as áreas de monopólio ou aquelas que o Governo define claramente como de interesse do Estado. A anoral é aquela em que a área não está oficialmente estatizada mas procede-se como se fosse, direta e, principalmente, indiretamente. É a que ocorre com a Digibrás, perseguida a miúdo, firma e outras que pretendiam instalar-se no Brasil, criando uma indústria estatal, controlada todas as compras através da Cacex, promovendo a criação de novas indústrias estatais.

de 5 horas a Comissão Nacional da Verdade CNV em São Paulo, fornecendo-lhes os documentos associados.

Por que, diante dessas críticas publicas na época da PNI o Governo ou suas agencias não me processaram na Justiça ou não me responderam nas mídias, preferindo ações amorais e criminosas nos bastidores?

Necessito desmentir a informação proposital de que eu seria contra os militares, portanto contra a antiga política nacional de informática. Não vou citar a ascendência militar da família de minha mãe, vou me restringir a época da política nacional de informática. Os militares me perseguiram, como muitos pensam? Alias, este livro é dedicado a 4 Generais.

Nao, NAO FORAM OS MILITARES.

Que alias eram contrários a academica e irreal política nacional de informática do Governo e de suas agencias, tanto que o General Jayme Mariath (Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exército) e o General Moacyr Potiguara (Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas) me apoiaram com declarações documentadas e inclusive publicamente nas mídias impressas. Desprotegido e sofrendo continuadas perseguições, esses importantes apoios muito me emocionaram pois vieram nos momentos e aos níveis adequados.

E no inicio da PNI eu fui publicamente apoiado pelo General Golbery, como narrado anteriormente nestes books 1 e 2, que determinou ao Ministro Simonsen proteger a primeira industria brasileira de computadores. Veja o Capitulo CAP02 deste book 2 ou procure com a keyword "Marcos". O seu apoio foi natural, por ele ser provido de inteligencia incomum como sabemos. Um dos grandes erros da Revolução de 1964 foi ele não ter sido Presidente da Republica e escolherem o General Figueiredo.

Militar 1:

Quando o Governo não aprovou a fabricação (uma das suas 22 maiores perseguições) do meu segundo computador MB-8000, com alto índice de nacionalização, o General Mariath (General-Diretor do Centro de Processamento de Dados do Exército) imediatamente me enviou um pedido oficial de compra do MB-8000, numa publica e direta discordancia do Exército da política nacional de informática do proprio Governo.

Lembrem-se que foi ele que apoiou o meu primeiro

computador IND-5005 junto ao Presidente Geisel como já narrei. Alias, o General Mariath sempre me apoiou de varias formas, pois discordava da política nacional de informatica das agencias do Governo. Veja o anexo C16-a.

#### Militar 2:

Tambem ao visitar o Ministro General Potyguara, Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA, fui recebido por 6 oficiais gerais no seu gabinete, das 3 Forcas Armadas. Numa mala, levei o meu computador IND-5005 desmontado, com todos seus insumos nacionais, com suas faturas de compras, inclusive o circuito impresso de 6 camadas fabricado pela Microeletronica SP. Ao sair, todos eles me levaram ao elevador privativo do Ministro, e quem conhece os militares sabem o que isso significa. Ao entrar no elevador, tambem entrou uma jornalista do Jornal do Brasil, e eu lhe disse: Não posso dar uma entrevista, ela é do senhor Ministro, e ela respondeu: Mas foi exatamente ele que me pediu para entrevista-lo. No dia seguinte, a visita estava publicada no JB, uma discordancia publica da política nacional de informatica das agencias do Governo e oriunda do Ministro do Estado Maior das Forcas Armadas EMFA. Veja o anexo C16-b e a pagina 42 do livro de 1982.

#### Militar 3:

Desde o inicio da política nacional de informatica das agencias do Governo eu fui contra a equivocada decisão da Marinha que pressionava para que o computador militar da Ferranti inglesa fosse o escolhido para fabricação pela estatal Cobra, como de fato aconteceu. Fui contra por ser uma decisão equivocada, o Ferranti era um computador militar (instalados nas fragatas inglesas compradas pela Marinha, com um software para o controle dos tiros), e não tinha os imprescindíveis softwares comerciais desejados pela grande maioria dos potenciais compradores de computadores. O tempo passou, o que eu previa aconteceu, o ótimo Ferranti (sim, ele era bom) foi um fracasso comercial. E o assunto morreu. Tempos depois, no meio das perseguições das agencias do Governo me telefonaram do Ministerio da Marinha (de surpresa) solicitando que eu fizesse uma palestra sobre os erros da política nacional de informatica, para alguns almirantes e uns 50 oficiais, na ilha Fiscal. E assim fiz. Ao terminar, fomos todos a um almoco-homenagem a minha pessoa, com direito a um toque de corneta que me emocionou por vir exatamente da Marinha. Esse convite realmente me emocionou, por demonstrar que a Marinha tambem não mais estava a favor da PNI e contra as perseguições que eu continuamente sofria. Uma publica

Anexo C16-a

*Caro amigo...*

Aceite nossos sinceros cumprimentos pelo mui merecido galhardão e que seja este o início de uma série de outros tantos, que certamente não de vir.

Alegra-nos saber que temos certa participação para tão acertada escolha.

Votos de felicidades, extensivos aos familiares.

*João Carneiro Moura Moura*

BSB, Out 79

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
DEPARTAMENTO GERAL DE SERVIÇOS  
DIRETORIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS  
GABINETE DO GENERAL DIRETOR

Prezado Sr JOÃO CARLOS MELO

Na impossibilidade de atender ao seu gentil convite, por circunstâncias várias, cumprimento-o através deste, pela merecida homenagem, desejando-lhe mais sucessos e felicidades.

Na oportunidade, informo meu novo endereço, onde estarei às ordens e esperando continuar merecendo a atenção de V.S<sup>a</sup>.

Atenciosamente

2º GPT ENG CONST  
Est PONTA NEGRA Km5  
69000 - MANAUS - AM

*João Carneiro Moura Moura*  
(TEL - (092) 234-3325)

## Chefe do EMFA recebe J. C. Melo

Brasil — Com a finalidade de pleitear a participação de sua firma na concorrência para produção de minicomputadores, no Brasil, encontrou-se nesta Capital o presidente do Grupo J. C. Melo — Indústria de Computadores Ltda., que, na última quarta-feira, foi recebido em audiência pelo Ministro-Chefe do EMFA, General Moacyr Fogaça.

Por considerar que em termos de poder econômico, sua empresa "encontra-se em desvantagem para concorrer com as outras firmas interessadas no mercado de minicomputadores" — aberto agora às multinacionais, dadas que contém com participação acionária nacional — o Sr. João Carlos Melo pretendeu mostrar ao Ministro Fogaça e seus assessores — um deles com assento na Capre — o que sua empresa vem fazendo, notadamente no que se refere ao índice de nacionalização do material. O Ministro-Chefe do EMFA, depois de uma conversa de 40 minutos com o empresário, prometeu estudar o assunto.

Apesar de seu projeto de produção de minicomputadores encontrar-se na Capre — Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico — desde o mês de março, "com parecer favorável", J. C. Melo considera que sua empresa dificilmente poderá ganhar uma concorrência aberta, pois "com a recente aprovação pela Capre de uma resolução permitindo a participação das multinacionais, associadas a empresas privadas nacionais, os pequenos grupos não terão muitas condições de preencher as duas vagas restantes no mercado, de acordo com o que foi fixado pelo Governo".

Indagado sobre os motivos que o levaram a enviar uma carta-abieta ao Presidente Geisel, assim como a parlamentares, empresários, funcionários públicos, jornalistas e militares, entre outros, o Sr. Melo explicou que se encontra numa batalha pela defesa do que acha justo: "Aprovo as tomadas de medidas que o Governo está tomando para defender a indústria nacional. Distinto em parte e da forma como isto vem sendo feito".



discordancia da PNI das agencias do Governo, e vinda da Marinha! Seria necessario voces estarem no meu lugar para sentirem a imensa emocao que esse convite me causou, por ser da Marinha que havia sido tao equivocada no inicio.

Esses 3 exemplos mostram a realidade de entao, bem conhecida nos bastidores, a de que o Exercicio, a Marinha e o Estado Maior das Forcas Armadas EMFA não estavam satisfeitos com os resultados seguidamente negativos dos executores e controladores da PNI.

As perseguicoes tambem não foram na gestao do Coronel Edison Dytz como Secretario Especial de Informatica. Alem de não me perseguir, deu sinais claros (a mim e ao setor de informatica do Brasil) de que não concordava com as perseguicoes a minha pessoa, por exemplo ao me convidar como presidente da mesa num Congresso da sua SEI em São Paulo (exatamente num auditorio do hotel Maksoud Plaza, do Sr. Maksoud, exatamente o que me "tomou" a fasnrics J.C. Melo/SISCO com a ajuda do Governo) sobre controle de processos por computadores em tempo real, a minha especializacao.

Na agencia SEI,, na gestao do Sr. Octavio Gennari Neto foi que ela jogou a Lei pela janela (pelos Correios) isso possibilitando que o Sr. Maksoud "tomasse" a minha empresa. Incrivel, a SEI jogou pela janela uma peticao oficial que, juridicamente, provava que os direitos de fabricacao dos computadores IND-5005 e MB-8000 eram meus e não da J.C. Melo/Sisco, e porisso eu os requeria de volta.

O Sr. Octavio Gennari Neto tambem fora socio da empresa MICROTEC, que faliu e deixou muitos clientes sem receber os produtos pagos, do que resultaram muitas denuncias via Internet.

A "tomada" da minha empresa pelo Sr. Maksoud não ocorreu na presidencia do General Geisel, mas na do Presidente Figueiredo.

Ressalte-se que, obviamente eu não sou contra a existencia de uma agencia de informacoes da Presidencia, desde que ela seja exclusivamente um orgao de informacoes da Presidencia. Importante, como é obvio. Poderia apenas criticar alguns procedimentos exclusivamente tecnicos pois infelizmente a Teoria Geral de Controle, que deveria ser a sua materia mais estudada, não é ensinada na sua escola. Mas esse é apenas um detalhe tecnico pois hoje não tenho motivos para criticar a sua sucessora ABIN Agencia Brasileira de Informacoes, pois ela apesar de sucessora não é mais eleitoral, industrial,



política e uma pequena copia da Stasi da Alemanha Oriental como infelizmente o foi ha 40 anos atras.

Adicionalmente esse é um assunto vencido. E tambem politico e eu sempre os evitei, alem da minha mente ser bastante cartesiana portanto muito menos agora desejo discutir ou comentar esse assunto.

## **CAP09**

### **PERSEGUIÇOES ADICIONAIS**

Adicionalmente as 4 perseguições narradas nos capítulos CAP03, CAP04, CAP05 e CAP06 deste book 2, nos seguintes capítulos CAP07 a CAP29 são relatadas mais algumas das 104 perseguições sofridas e catalogadas.

Na realidade esses perseguições foram mais de 104 pois as executadas fora da empresa minha secretaria não registrava. No meu livro de 1982 eu narrei somente as 8 primeiras perseguições, veja um resumo dessas primeiras nas páginas 44 e 45 do mesmo livro e no Capítulo CAP01 deste book 2.

A minha secretaria também não registrou dezenas de telefonemas típicos das "investigações" do Governo, facilmente identificáveis por causa do seu ruído de fundo típico de um seu velho sistema. Na realidade, eu aproveitava esses telefonemas para "mandar de volta" algumas contra-informações. E quando minha secretaria atendia um desses telefonemas ela me passava o telefone dizendo: "Tem o barulhido de fundo."(sic)

Eles tinham por mim um ódio inexplicável e eu nunca inspirei ódio nas pessoas com quem tive tratativas de quaisquer formas.

Esse ÓDIO ESTA VISÍVEL, por exemplo, no Capítulo CAP04, quando pressionaram meus 3 sócios para me tirarem da empresa Stratus. Não era um assunto político ou técnico, mas comprovadamente um ódio.

Também esse ÓDIO ESTA VISÍVEL no próximo Capítulo CAP23, quando uma empregada drogada se suicidou no Viaduto do Cha e naturalmente a Polícia abriu um inquérito (do qual fui absolvido) e eles foram por iniciativa própria a Polícia de São Paulo pressioná-la por um indiciamento.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP14, quando o Governo disse a dois vice-Presidentes da EDS (a maior empresa de processamento de dados do mundo) que haviam me feito um convite (que aceitei) para ser seu Presidente no Brasil, que a EDS "teria problemas se eu fosse o seu Presidente."(sic), como os dois vice-presidentes me relataram.

Tambem esse ODIO ESTA VISIVEL no proximo capítulo CAP19, quando eu estava tratando da instalação da minha fabrica na Cidade Industrial de Curitiba e o Governo do Estado recebe um telex, por iniciativa propria do Governo Federal sem que eu nem o Governo do Parana tivessemos solicitado qualquer iniciativa do mesmo, proibindo-a.

Somente esses 4 casos demonstram um ODIO DOENTIO, muito alem do desejo de me derrubarem por causa das minhas opiniões sobre a PNI ou para me adequarem ao seu próprio gosto.

O ODIO vem do ambiente familiar, que é a base do nosso desenvolvimento psiquico. Os psicanalistas dizem que é preciso voltar ao início da vida, ao ambiente familiar do indivíduo, para explicar os diferentes tipos do ODIO.

Nao sei por que fui tao odiado, eu nunca quiz eliminar os mentores da PNI, tirar-lhe os vistosos postos ou executar semelhantes ações. Mesmo por que eu não tinha a Justica ou uma divisão de Exército para faze-lo. Eu era so um tecnico com uma correta opiniao tecnica, coisa muito limpa e facil de ser entendida.

## **CAP10 COBRA DIFUNDIA QUE EU ERA UM CONTRABANDISTA**

COBRA difundia que eu era um contrabandista, e não um fabricante. E isso era um fato publico. No livro de 1982 essa perseguição esta sumarizada, nele procure com a keyword "Furiati".

Eu realmente fabricava, porem COBRA nada disso fazia pois exclusivamente importava o computador Ferranti ingles e trocava o seu logotipo, como toda a classe de informatica sabia. As vezes, isso fazia até abrindo o caixote original proveniente do Reino Unido nas proprias instalações do cliente e trocava o seu logotipo por um de COBRA. E nem sequer se preocupava com as opiniões negativas que esse amoral procedimento gerava, um evidente procedimento manu militare.

Por "fabricar" entenda-se: projetar o seu circuito eletrónico, desenhar os circuitos impressos de suas 6 camadas, fabricar essas circuitos impressos na fabrica da Microeletronica em São Paulo, montar seus componentes nos circuitos impressos, integrar todos os seus componentes, monta-los no seu gabinete, climatiza-los e testa-los em estufa, incluir seus softwares minimos (assembler, microassembler, basic, fortran) e fazer seus testes finais. E, nos 2 ultimos modelos MB-8000 e MC-9700 tambem incluir um poderoso software cobol multiusuario em rede, o famoso Blis-Cobol.

Importante lembrar que o meu primeiro modelo IND-5005 foi o unico a ser aceito pela Carteira de Comercio Exterior CACEX e pela ABINEE Associação Brasileira da Industria Eletro-Eletronica como "similar de computador", apos vistorias dos seus engenheiros a minha fabrica no Rio de Janeiro, como ja narrei anteriormente.

Vejamos agora 5 eventos que desmentiram essa continuada calunia de COBRA, essa continuada falta

de explicações para o seu conhecido fracasso, quer aos seus superiores quer ao mercado:

### 1. O PRIMEIRO EVENTO

Foi que a CACEX Camara de Comercio Exterior do Banco do Brasil, que controlava todas as importações brasileiras, como ja narrei anteriormente me concedeu o registro de similar nacional, por decisão do eng. Namir Salek então Diretor da CACEX e isso somente depois da visita de seus engenheiros a minha pequena fabrica, na realidade o primeiro similar nacional de computadores, enquanto COBRA, apesar das pressões políticas sobre o eng. Salek nunca o conseguia. COBRA politicamente não aceitava essa decisão da CACEX, e o eng. Salek uma vez me disse: "Enquanto eu for diretor da CACEX, COBRA não tera um similar nacional."(sic). Evidentemente por que COBRA importava e simplesmente trocava o seu logotipo. E COBRA nunca conseguia o seu similar nacional embora fizesse continuas pressões governamentais sobre o eng. Salek.

E existia um problema adicional grave: Como a CACEX poderia registrar um similar nacional de COBRA, se ela visivelmente importava e trocava o seu logotipo por "COBRA" ate na casa de um cliente quando a importação demorava por algum motivo, e toda a informatica nacional isso sabia? O Governo nem se importava com isso, manu militare.

O similar nacional de qualquer coisa diz: "Voce não podera importar, pois existe um similar nacional."

### 2. O SEGUNDO EVENTO

Foi que a poderosa ABINEE Associação Brasileira das Industrias Eletro Eletronicas, me apoiava integralmente nesse episodio do similar nacional, depois de verificar in loco as instalações industriais conforme ja narrei anteriormente.

### 3. O TERCEIRO EVENTO

Foi quando a editora chefe do Data News (publicação semanal sobre informatica, a mais importante do setor nessa ocasio) de nome Gilda Furiati, me telefonou e disse: "Melo, voce tem que acabar com essa fofoca, se puder. Ela esta muito grande, difundida por todos os empregados de COBRA, parece uma ordem geral superior. Me deixe visitar a sua fabrica, levarei um fotografo, e publicarei a realidade seja ela qual for. Voce topa?"(sic) Concordei e isso de fato aconteceu no dia seguinte. Na edição seguinte do Data News a materia mais importante era essa visita a minha fabrica, na capa e em outras paginas cheias de fotos

ilustrando as varias etapas da fabricação. A referida reporter me informou, depois, que COBRA dissera ao diretor do Data News (um norte-americano) que se ele flizesse isso de novo nunca mais lhe daria publicidades.(sic)

#### 4. O QUARTO EVENTO

Foi que a pequena J.C. Melo no Rio de Janeiro e a grande J.C. Melo/Sisco em São Paulo, muitas vezes foram visitadas por grupos do Exército e da Marinha, totalizando talvez mais de 200 oficiais.

E so em 1977 mais de 100 oficiais de altas patentes a visitaram no Rio de Janeiro, vide pagina 53 do livro de 1982.

Vide tambem a pagina 40 do livro de 1982, com este texto:

-----  
"Mais de cem autoridades visitaram, por convite individual, a fábrica da J.C.Melo, sempre manifestando surpresa e satisfação, da Marinha, do Exército, de entidades de classe, etc."  
-----

#### 5. O QUINTO EVENTO

Foi que periodicos e associações de classe visitaram as minhas fabricas, a do Rio pelo jornal O GLOBO e a de Sao Paulo pela SUCESU associação dos usuarios de computadores, e ambas visitas foram noticiadas como vimos em anexos anteriores..



**CAP11**  
**TRANSFERENCIAS DE CONCORRENCIAS**  
**GANHAS PARA COBRA**

E surgiu outro fato amoral, eu vencia uma concorrência pública porém posteriormente a repartição (a agência do Governo) interessada recebia a visita do "pessoal de cima" e COBRA terminava por ganhar o contrato (uma decisão manu militare, ao arripio das Leis) que havia sido vencido por mim.

Essa amoral pratica foi por mim denunciada e publicada pelo Diario Popular de 24 Junho 1977, veja o anexo C20-a, com o seguinte texto:

-----  
"Isso vem acontecendo atreves de pressões de natureza politica para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas publicas sem a necessaria concorrência e, ao contrario, com adoções de criterios de compras nos quais não se incluem avanços tecnologicos e preço baixo como itens importantes."(sic)

Essa pratica tambem foi denunciada ao jornal Estado de São Paulo de 3 Junho 1977, como vemos no anexo C01-a no Capitulo CAP01, de onde extraio este texto:

-----  
" ... pressões tambem sobre outras empresas (compradoras) para que elas não assinassem contratos com sua companhia (a J.C. Melo) e ele lembra os dois casos recentes ocorridos com a Embratel e a Copel, e finalmente a feita de contratos sem concorrência publicas mas inteiramente politicos."(sic)  
-----

## Cobra é acusada de monopólio

BRASILIA — "A recém-instalada empresa estatal COBRA — Computadores Brasileiros S'A — já começou a exercer o monopólio do mercado de pequenos computadores, em detrimento das pequenas e médias empresas privadas nacionais do setor. Isso vem acontecendo através de pressões de natureza política para eliminar iniciativas particulares e a assinatura de contratos de fornecimento a empresas públicas, sem a realização da necessária concorrência e, ao contrário, com adoções de critérios de comoras nos quais não se incluem avanço tecnológicos e preço baixo como itens importantes."

A denúncia é do empresário João Carlos Nello, presidente, segundo afirma, da "única companhia inteiramente brasileira no setor de minicomputadores" que ontem prestou depoimento na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. Além do monopólio e da eliminação da concorrência, ele condenou e criticou a atuação da COBRA "por anunciar que fabrica computadores nacionais quando, na verdade, apenas faz a montagem de equipamentos importados, e ainda, a opção da empresa estatal por montar minicomputadores com sistema de linguagem obsoleto e de difícil comercialização."

**CAP12**  
**EU DENUNCIEI AS ACOES**  
**DE COBRA AO CADE**

A situação chegou a um ponto tão insuportável que resolvi dar uma longa entrevista de página inteira ao jornal O Globo no domingo 25 Janeiro 1976 no Caderno de Economia, dizendo da minha intenção de denunciar o Governo Federal ao CADE Conselho Administrativo de Defesa Econômica por causa dessa e das outras práticas contra a minha pessoa. Veja o anexo C21-a. O importante jornal O Globo me apoiou, pois uma entrevista de página inteira num domingo de um jornal com a respeitabilidade do O Globo fala por si. O seu cabecalho tinha a dimensão da página inteira e dizia: "Empresa de computador denuncia Digibras ao CADE."(sic)

A denuncia era juridicamente aceitavel, porem o CADE não a aceitou por ela ser contra o Governo Federal (outra decisão manu militare, ao arrepio das Leis).

Ao vermos as dimensão e exposição dessa denuncia logo vem a pergunta: Como foi possível o Governo nada responder, a não ser que não pudesse? Que não quisesse expor publicamente o Governo? Manu militare ele tudo podia.

Somente esta falta de resposta ou protesto a mim ou as midias impressas corrobora todas as minhas denuncias narradas nestes 2 livros,

1. sempre manu militare,
2. sempre nenhuma resposta inclusive a propria midia,
3. sempre escondendo o problema,
4. sempre "respondendo" com pressões e perseguições nos bastidores todas sem a sua impressão digital.

A maior parte dos meus amigos era da opinião que eles sabiam que a PNI estava errada mas nao podiam

# Empresa de computador

O Grupo J.C. Melo Ltda., único fabricante nacional de computadores eletrônicos, decidiu apresentar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica — CADE uma denúncia de tipo absolutamente inédito: o acusado é o próprio Governo Federal que, através de suas empresas Digibrás e Cobra estaria realizando pressões econômicas e políticas contra o Grupo.

Reconhecendo, entretanto, as características especiais que envolverão esse caso, o presidente do Grupo, João Carlos Melo, enviou na última sexta-feira, 23, uma carta ao presidente do CADE, Gratuliano Brito, consultando-o sobre a competência do órgão para aceitar a denúncia.

A íntegra da carta é a seguinte:

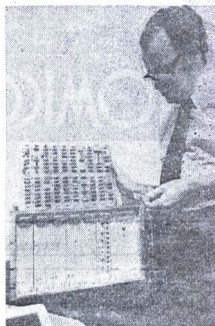
"Esta organização tem sido

vítima de continuadas pressões políticas e econômicas do conjunto Digibrás/Cobra/Capre, pressões essas que, a nosso ver, justificam plenamente uma denúncia formal a esse Conselho, para sua apreciação.

"Por essa razão, em defesa de muitos princípios e de nossa firma, decidimos apresentar a referida denúncia formal.

"Entretanto, por ser governamental o conjunto acima e tratando-se de caso sem precedentes, temos dúvidas sobre se esse Conselho, que é governamental, legalmente poderá aceitar uma denúncia contra o próprio Governo Federal.

"Consequentemente, sem entrar no mérito da questão, consultamos oficialmente a V. Sa. sobre a legalidade do procedimento acima".



João Carlos Melo ao lado do computador fabricado por sua empresa.

## J. C. Melo diz que não aceita a saída de sua empresa do mercado

Há 20 anos trabalhando com computadores há um ano e meio fabricando-os no Brasil, João Carlos Melo se diz hoje um homem "desiludido".

Tem sofrido toda sorte de pressões. A minha empresa tornou invável o projeto da Digibrás. Entretanto, enquanto é possível à Digibrás afastar do mercado nacional os concorrentes estrangeiros, como já fez com cinco grupos que pensaram em se instalar no Brasil, não é possível fazer a mesma coisa comigo. Primeiro, porque a empresa é nacional. Segundo, porque conforme declarações do próprio Presidente Geisel, o setor eletrônico é uma área destinada à iniciativa privada.

Ele explica o que está acontecendo, primeiro traçando um quadro da indústria de computadores. Existem dois sub-setores bem distintos: o destinado à gestão de empresas e o voltado para o controle de processos industriais. O primeiro setor é comumente conhecido como de processamento de dados. As empresas que nele operam são bastante conhecidas do grande público (IBM, Burroughs etc) e atendem aos serviços de cadastramento, listagens, relações etc necessários às atividades de empresas e particulares.

Em resumo, é nesse setor que se processam as provas de exames vestibulares, os cartões de Loteria Esportiva, as folhas de pagamento das empresas, etc.

O outro sub-setor, mais conhecido pelo seu nome inglês de real-time, é em-

presarialmente totalmente distinto do setor de processamento e responde pelo controle das operações de grandes e complexos equipamentos industriais. O computador aí é programado para manter um sistema de máquina funcionando conforme determinados parâmetros, substituindo com absoluta precisão a ação do homem. O computador aciona os mecanismos, controla a temperatura, velocidade, pressão, acusa os defeitos.

Outra importante divisão existente na computação eletrônica é a que distingue o hardware do software. Explica João Carlos Melo que o hardware refere-se ao computador "propriamente dito e aparelhagem auxiliar. O software trata da elaboração dos sistemas a serem executados. Assim, o hardware pode ser fabricado, copiado, importado, negociado como qualquer mercadoria industrial. Já o software é função exclusiva de trabalho intelectual, exigindo formação de mão-de-obra totalmente especializada e normalmente cara.

### O computador brasileiro

A história do computador brasileiro começa há uns cinco anos. Segundo o empresário, está bastante ligada a programas de modernização da Marinha de Guerra Brasileira quando foram feitos os primeiros contatos com o Grupo Ferranti, britânico, que resultaram na constituição da Cobra-Computadores Brasileiros, uma joint-venture com a Digibrás — Digital Brasileira S.A.

A Digibrás-Cobra, com apoio tecnológico da Ferranti, propôs-se, então, a construir o primeiro computador brasileiro. Após cinco anos de pesquisas e Cr\$ 50 milhões de gastos, ainda não chegou a um resultado, afirma João Carlos Melo.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu por vários motivos. Primeiro, porque indústria estatal do computadores é um contra-senso, que não existe em nenhuma parte do mundo livre, mesmo em países onde a economia é estatizada. Existem muitas razões para isso, a principal é a rotatividade da tecnologia, que muda a cada trimestre, o uma indústria estatal é muito formal para acompanhar mudanças dessa ordem. Segundo, porque a indústria digital é uma área tão competitiva que uma indústria estatal, tradicionalmente de custos elevados, não poderá sobreviver economicamente sem uma proteção política.

— O projeto Digibrás-Cobra serviu, entretanto, para afastar investidores estrangeiros do setor, especialmente os interessados em real-time. Nesse ramo, todas as empresas instaladas no país importam o hardware e viram-se, segundo João Carlos Melo, desestimuladas pela Digibrás a montar aqui os seus computadores.

Foi, então, que ele entrou em cena como industrial. Antes trabalhara em hardware no Brasil e no exterior. Depois deu lá fora pois, no Brasil, como em qu-

expor a candidatura presidencial do General Octavio Medeiros a qual dependia prioritariamente do sucesso da PNI.

Outros, de que depois do enorme oba-oba que fizeram com a criação do PNI não poderiam expor publicamente os seus erros de formulação e direção da mesma.

Perda decorrente dessa perseguição: Não pude defender-me e legalmente acusa-los perante o órgão exatamente adequado para esse tipo de denúncias.

## **CAP13**

### **A PRESSAO FISCAL**

Um dia, minha secretaria Edna me informou:  
"Chegaram um Coronel do Exército (fardado) e mais 5  
fiscais. Estão na sala de reuniões."(sic)

Fui ao encontro deles, e ouvi do Coronel um  
inacreditável "Viemos fazer uma ampla varredura fiscal  
na sua empresa. O Sr. paga imposto de renda?"(sic)

Diante dessa inacreditável pergunta eu logo percebi a  
finalidade da visita, e respondi: "O Sr. deve ter todos  
os acessos necessários, não necessitando me  
perguntar isso."(sic)

Os fiscais fizeram outras perguntas similares, e foram  
embora dizendo que "Voltariam na próxima semana  
para examinar todos os impostos da empresa."(sic)  
O que aliás não aconteceu

Como é óbvio, o objetivo era uma tortura mental com  
um Coronel fardado comandando um grupo de fiscais.  
O que mais me impressionou foi a audácia do Coronel.

Porem eu, poucos dias antes, havia pedido uma  
audiência ao General Moacyr Potiguar (Ministro Chefe  
do Estado Maior das Forças Armadas), em Brasília, o  
que está narrado no Capítulo CAP08 subtítulo Militar 2.

E eu aproveitei para, no fim, dizer. "Ha poucos dias eu  
fui visitado por um Coronel do Exército, acompanhado  
de alguns fiscais, fazendo uma pura intimidação. Não  
sei como esse pessoal tem tanto poder."(sic).

E o Ministro Potiguar respondeu, rindo: "Nos também  
não, Dr. Melo".(sic) E todos riram.

Referiam-se ao poder ilimitado das agências  
controladoras da PNI.

Certamente esses fiscais decidiram não voltar por  
causa dessa visita ao General Potiguar que foi



publicada no dia seguinte, o Coronel que me visitou talvez supondo que eu estivesse preparando uma atuação do próprio EMFA para desmascara-lo.

Perda decorrente desta perseguição: Psicológica, porém ela não foi pequena pois indicava uma elevação do nível de pressões/perseguições que eu continuamente sofria, ou seja, eles partiram para uma pressão mais direta e com outros participantes externos (os fiscais) sem o mínimo constrangimento ou medo das possíveis repercussões públicas dessa visita.

## **CAP14**

### **O SUICIDIO DE UMA EMPREGADA**

Aqui veremos, mais uma vez, a que ponto o Governo chegava quando desejava destruir uma pessoa. Eu não sei o que ele fez com outros brasileiros (coisas equivalentes ou piores, segundo relatos), mas muito tenho na memória (infelizmente) sobre o que ele fez comigo.

Ao lembrar-me pois a isso sou obrigado para redigir este book 2, sofro um continuo estresse, como alias previ que aconteceria. Esta narração tem sido muito penosa, porem obrigatoria.

Por tudo que ja tinha acontecido, eu ja havia desistido do assunto reserva de mercado, e de continuar no ramo. O caso Stratus (capitulo CAP04), finalmente me fez compreender que isso não mais adiantaria; dizendo-o de outra maneira, eu ja estava tão destruido que a unica possivel solução seria mudar de ramo, se não pudesse/desejasse ir para o exterior.

Finalmente conclui que o Governo ganhara, e desisti de fabricar quaisquer coisas no Brasil.

Nesse momento, abri um escritorio em São Paulo (na Av. Prestes Mala, 241), e resolvi voltar para a consultoria, mas não tive um grande sucesso como na primeira vez. Provavelmente por causa da continua desconstrução executada pelo SNI ou adicionalmente por que não era mais a epoca em que as grandes empresas estavam iniciando nesse campo do controle de processos em tempo real com computadores e então inexperientes. O maximo que eu conseguia era pagar os empregados e manter a empresa, e mais algum pouco para a minha manutenção e a de minha familia.

Eu tinha 4 empregadas, tres jovens e uma senhora de quase 60 anos, de nome Barbara, esta como tradutora. Como parte do meu trabalho de consultoria era redigir

artigos técnicos em inglês para a publicação semanal impressa Weekletter on South America Computer Business, e como apesar de falar e escrever fluentemente o inglês porém sem ter uma formação acadêmica para essa atividade (passar no rigoroso exame TOFL, por exemplo) eu necessitava de uma pessoa experiente com esse alto nível para as necessárias correções finais dos textos. Essa senhora trabalhou comigo uns 3 anos.

Um dia, eu tive necessidade de mais um empregado e um anúncio foi colocado, do que resultou no emprego de uma jovem chamada Adelaide. Essa jovem viera de Porto Alegre e fora expulsa de casa pelo pai, por causa de um envolvimento amoroso com um jovem, segundo ela contou as colegas. E então viera para São Paulo, para iniciar uma nova vida segundo disse para mim e para os outros empregados.

Essa jovem de vez enquanto ia ao banheiro e vomitava, o que fez todos suporem que a desavença com o pai talvez estivesse relacionada a uma gravidez. Era uma suposição, porém creio que ela era uma verdade porém nunca comprovada, a menciono apesar como sugestão de como talvez estivesse a sua (dela) situação mental.

Além disso, essa jovem demonstrava, para todos, a impressão de que também estava envolvida com drogas. Mas no início era somente outra suposição. Porém um dia, ela se trancou no banheiro e se drogou (duas caixas vazias de Diazepam de sua propriedade foram entregues ao DEIC, da Polícia de São Paulo). A referida senhora Barbara tradutora foi ao banheiro, e me chamou.

Constatado o envolvimento com drogas, a despedi. Ela me implorou para continuar, porém não concordei pelas possíveis consequências, e ordenei a uma empregada que fosse com ela na sua pensão e depois para a rodoviária, "despachando-a" num ônibus para Porto Alegre. Evidentemente, dei-lhe dinheiro para isso. E isso foi feito.

Nunca mais soubemos dela, o que aliás não teria sentido pois todos estávamos convencidos de que ela teria ido para Porto Alegre como confirmado pela empregada que a levou.

Dois a três semanas depois, de surpresa um policial apareceu no meu escritório e me levou a Polícia (DEIC), aonde dei um depoimento de aproximadamente 2 horas para o Delegado Maksuo (não sei se a grafia correta é essa, ele era nissel), encarregado do caso.

A jovem não teria ido para Porto Alegre (deve ter

saltado alguns quilômetros adiante) e se jogou do vão central do Viaduto do Chá, num meio-dia, sendo internada porém não sobrevivendo.

Meu depoimento foi a narração de tudo, os nomes das 4 empregadas para posteriores convocações, etc. Em resumo, eu nada, absolutamente nada, tinha a ver com o referido suicídio.

Convencido, o Delegado não me prendeu. Isso é importante, pois somente "depois" da intromissão do Governo ele me "indiciou", como veremos adiante.

Ao sairmos de sua sala e ainda no corredor do DEIC, nos encontramos com o diretor do mesmo, que lhe perguntou: "E como estamos?". Ao que ele respondeu: "O Dr. Melo esta cooperando, e parece que tudo esta esclarecido".(sic).

Por isso eu nem senti necessidade de contratar um advogado.

Ressalte-se que a senhora tradutora, ela e seu marido eram amigos íntimos do diretor do DEIC e da sua esposa, e ela tomou a iniciativa (sem eu saber) de ir procura-lo e dizer que eu era uma pessoa idônea e respeitável, e contou como tudo tinha acontecido. O mesmo relato acima.

Agora a narração da intromissão do SNI:

Nessa semana, se realizava em São Paulo o Congresso anual de informatica, e o assunto informatica obviamente estava nas manchetes das mídias impressas.

Alguns dias depois voltei espontaneamente ao DEIC para saber como estavam as coisas, pois um inquerito havia sido aberto. Foi quando um dos detetives do Delegado Maksuo me perguntou: "O Sr. tem algum problema em Brasília?"(sic) dizendo que viera um agente de Brasília investigar o caso e que ele informou que também teria obrigação de investigar esse caso.(sic)

Do que conclui que o Governo (o qual provavelmente grampeara o meu telefone comercial, como havia feito varias vezes no passado) teria tido conhecimento do inquerito. Diga-se de passagem, eu nunca mencionei Brasília (o caso da PNI, minhas criticas, etc) para ninguém do DEIC, mesmo por que não tinha por que faze-lo. Como um simples detetive saberia disso, a não ser com essa visita de Brasília?

E então eu soube que iria ser indiciado por "indução ao suicídio" (?) e que o Delegado já estava terminando

esse inquerito para envia-lo a Justiça.

Ora, como eu iria ser indiciado se a senhora Barbara (uma testemunha ocular de todos os eventos) contou ao proprio diretor do DEIC o que realmente teria acontecido, e o delegado me liberou (não mandou me prender) e depois do primeiro depoimento nunca mais me chamou?

E sobre a "indução ao suicidio", quer dizer que eu fui capaz de induzir uma pessoa ao suicidio, de uns 25 anos ou mais, quando ela ainda estava na empresa? E uns 10 dias depois ela sentir-se tao "induzida" que resolveu, num meio-dia de grande movimento, jogar-se do Viaduto do Cha?

Nada disso, era apenas um indiciamento mandado, pois como o Delegado Matsuo não podia me indiciar por jogar uma jovem do alto do Viaduto do Cha ao meio dia por existirem centenas ou milhares de testemunhas, ele criou uma incrível "indução ao suicidio" somente para cumprir com a ordem do SNI.

Mas presumo que esse Delegado tenha decidido vingar-se da ordem de Brasília, fazendo um "obrigatorio" indiciamento porem sabendo que, na Justiça, esse indiciamento não teria a menor possibilidade de prosseguir, como de fato aconteceu pois nem precisei de contratar um advogado.

Uma dessas tres empregadas, de nome Marli, me disse que depois uma vez no DEIC, porem a forçaram a tentar mudar o seu depoimento, dizendo-lhe "se ele for condenado, voce será condenada como cúmplice"(sic) e "não tenha medo, diga a verdade e nos a protegeremos". Outra empregada, de nome Miriam, sofreu as mesmas pressões para mudar o seu depoimento, como ela me informou.

Porque a Sra. Barbara, respeitavel professora publica aposentada, não foi chamada a depor, afinal se tratava de uma respeitavel testemunha de tudo que tinha acontecido?

Assustado por ter sido indiciado (fato unico na minha vida), então contratei um advogado. Esse advogado foi a Justiça para iniciar o seu trabalho, e voltou com a informação de que o promotor, ao ler a denuncia, ficou escandalizado com a mesma, e pediu ao Juiz o arquivamento do processo, e relatou no proprio processo a razão de ter ficado escandalizado, ou seja, teria achado o inquerito e o indiciamento um absurdo e até criticou (no proprio processo) o Delegado. E o Juiz mandou arquivar-lo. Meu advogado não fez nada para isso, pois quando começou já encontrara a solicitação de arquivamento pelo Promotor e simplesmente fez o

que era o mais adequado, esperou o Juiz decidir para, depois, se necessario fosse contra argumentar.

O documento final desse arquivamento (da Justiça) referente a essa decisão do Promotor e a idem do Juiz, esta na anexo C23-a. Trata-se de um certidão desse arquivamento pelo Juiz de 25 Maio 1987, ou sejam, uns 5 a 6 meses depois da farsa do DEIC obedecendo ao SNI.

O Governo queria aproveitar o episodio para, "por coincidência" em pleno Congresso anual de informatica, desmoralizar-me. Mas não o conseguiu, nenhum jornal importante (como o Estado de São Paulo, a Folha de São Paulo, etc.) publicou qualquer coisa a respeito provavelmente prevendo mais uma perseguição do Governo, somente publicando essa noticia esses pequenos jornais chamados de imprensa marrom.



Anexo C23-a




PODER JUDICIÁRIO  
SÃO PAULO

FABIO BASAGLIA

Diretor(a) da Divisão de Processamento  
de Inquéritos (DIPO 3.), desta Comarca  
da Capital do Estado de São Paulo, na  
forma da lei, etc.

MENTO DE INQUÉRITOS E  
DA JUDICIA  
O DE PROCESSAMENTO DE  
ATOS JUDICIAIS  
DO SALGADO TRECCALLI  
TORA DE DIVISÃO

C E R T I F I C A .

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada, que revendo  
os livros e fichários da Divisão a seu cargo, deles verificou  
constar a distribuição de um inquérito policial em 14/11/86, re-  
gistrado sob nº 27.021/86, figurando como indiciado JOÃO CARLOS  
DE MELO, natural de Porto Alegre-RS, nascido aos 03/06/31, branco  
brasileiro, portador da RG nº 15.069.907, filha de Carlos Rodri-  
gues de Melo e de Maria de Lourdes Argollo Melo, figurando como  
vítima Adelaide Brum de Oliveira, deles verificou constar que,  
referidos autos instaurados para apuração de delito de Crime -  
contra os costumes, foram ARQUIVADOS, por despacho do MM. Juiz,  
datado de 25/05/87. NADA MAIS. O referido é verdade do que dou-  
fé. São Paulo, 23 de Julho de 1987. Eu,  Milton de Al-  
meida Filho, escrevente, datilografei e assino. ---.---.---.---

FABIO BASAGLIA

DIRETOR DE DIVISÃO SUBSTITUTO

## **CAP15**

### **A PROIBICAO DE EU PARTICIPAR DE UM DEBATE NA TV BANDEIRANTES**

Em mais um exemplo das pressões/perseguições que eu diuturnamente sofri ano apos ano, a TV Bandeirantes resolveu fazer um debate entre 4 personagens, os Senadores Roberto Campos e Severo Gomes, o Embaixador Batista Nogueira (o pai), e eu, no seu famoso programa Critica & Autocritica.

A principal executiva (creio que era a sua proprietaria) da TV me telefonou, fazendo o convite. Mas algum tempo depois novamente telefonou, me desconvidando, dizendo que o estava fazendo contra a sua vontade, etc.

Extranhando, liguei para o Senador Roberto Campos e ele ligou para essa executiva, e dela ouviu que o Governo lhe dissera "Se o Melo participar, a TV Bandeirantes nunca mais terá licenças de importações para os seus equipamentos." (sic). E por isso, fora obrigada a me desconvidar. Então o Senador Roberto Campos disse-lhe que se eu não fosse ele também não iria. Diante do impasse, eles combinaram que eu iria mas não participaria do debate porem ficaria em bom destaque na primeira fila e varias vezes as camaras me focalizariam. Ou seja, quem conhecia as perseguições estaria entendendo o que estaria acontecendo.

E assim foi feito. Na realidade, pela quantidade de telefonemas que depois recebi de muitos colegas da area de informatica, todos entenderam o que havia acontecido. Durante a semana a TV fizera muitas "chamadas" do programa e com o meu nome, de repente eu não participo porem no debate eu apareço varias vezes na primeira fila e a minha cadeira no palco estava vazia.

Ou seja as camaras "diziam" que eu não estaria doente, que eu não estaria atrasado, e que eu fora encontrado, etc., pois visivelmente eu estava fisicamente na TV, mas não estava nas cadeiras com os outros tres como fora amplamente anunciado.

Bem mais inteligentes, a TV Bandeirantes e o Senador Roberto Campos facilmente "ganharam" do Governo.

E na area da informatica, o Governo deu um tiro no pé, pois a repercussão foi bem pior do que se eu tivesse participado. Todos concluíram que "os argumentos do Melo seriam irresponsáveis e o Governo os proibiram".

Creio que a TV Bandeirantes deverá ter essa gravação a qual comprovara mais uma das perseguições que eu sofri.

## **CAP16**

### **O COMPUTADOR MEDIO MC-9700**

Apos o sucesso do meu computador MB-8000, o passo natural seguinte da J.C. Melo/Sisco foi fabricar o computador medio MC-9700, inclusive este capitulo narra exatamente isso.

MC era uma homenagem ao Ministerio das Comunicações, como o anterior MB-8000 fora a Marinha Brasileira. O Ministerio das Comunicações que não concordava com a irreal Reserva de Mercado porem não podia lutar contra a poderosa agencia que controlava a PNI.

Voltando ao meu computador medio MC-9700:

Não existem registros de que um computador de porte medio tenha sido, aquela epoca, fabricado em qualquer pais do chamado Terceiro Mundo. No entanto, a minha empresa o fez. Ate jornais internacionais (do Reino Unido e do Japao) comentaram esse assunto.

A cronologia desse computador medio demonstra muito claramente como o conjunto CAPRE agia.

**EVENTO 1:** Novembro 1978, a minha promessa:

No anexo C25-a vemos uma entrevista na Revista da Sucesu de Novembro de 1978, eu prometendo o medio "para o ano que vem."(sic)

**EVENTO 2:** Maio 1979, a pressão da CAPRE:

Porem mesmo antes da sua aprovação para fabricação, a perseguição continuou. No anexo C25-b vemos uma noticia no jornal Estado de São Paulo de 23 Maio 1979 sobre pressões (da CAPRE) para que esse computador medio MC-9700 não fosse fabricado pois seria a obvia desmoralização final dela e de COBRA que nem ainda tinha um mini fabricado e muito menos um como o meu MB-8000. Essa noticia tambem acrescenta que essa minha denuncia foi tambem feita a um grupo de

## Melo promete médio para o ano que vem

Responsável por um dos estandes mais concorridos do 119 CNPD, o industrial João Carlos Melo, vice-presidente da Sisco - Sistemas e Computadores Ltda., garantiu que até meados do ano que vem a sua empresa estará lançando um computador de porte médio com tecnologia própria e um índice de nacionalização superior a 80%.

Para Melo — que também previu para 1981 o lançamento de um computador grande da Sisco — “não existe problema maior de se fabricar um computador de porte médio com tecnologia nacional”. Segundo ele, “quem faz um mini, faz um médio, e quem faz um médio pode fazer um grande”.

Partidário de que se aplique na área dos computadores médios os mesmos critérios que nortearam a reserva da área de minicomputadores para a iniciativa nacional, Melo disse: “Não vejo porque a associação com empresas estrangeiras se companhias nacionais que já demonstraram a sua capacidade técnica pleitearem fazer o mesmo sem contrato de assistência técnica”.

Fábrica. Operando atualmente em instalações provisórias, a Sisco está construindo a sua fábrica definitiva em São Paulo, num terreno de 10 mil metros quadrados, devendo entrar até março em regime normal de produção e comercialização. Seu quadro de 100 funcionários deverá ser duplicado até o final deste ano.

Além da matriz e da filial no Rio de Janeiro, a Sisco vai abrir em 1979 filiais em Brasília, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Recife, onde serão executadas as atividades de vendas, suporte e manutenção.

Também está sendo estruturado um centro de treinamento para atender funcionários da empresa e usuários. Com as atividades centralizadas em São Paulo, o centro promoverá cursos em outros Estados através do envio de técnicos.

De acordo com Nelson Sany Wortsman, gerente de comercialização de sistemas comerciais, a manutenção é uma das maiores prioridades da empresa, incluindo um *plantão bip* e contratos de até 24 h/dia de atendimento.

Elite. A Sisco — prosseguiu Sany — conseguiu reunir “uma elite em termos de desenvolvimento no Brasil”. São profissionais egressos dos centros de pesquisas das Universidades e que encontram na empresa as condições propícias para a aplicação dos seus conhecimentos. Como exemplo, citou o terminal inteligente e colorido TIC-9000, desenvolvido por integrantes do pioneiro projeto *Feirão Feio*, da USP. O entusiasmo pelo trabalho desenvolvido e as possibilidades de realização profissional foi, inclusive, expresso por diversos funcionários entrevistados no estande da Sisco e, de acordo com Sany, é este clima de trabalho que está atraindo muita gente para os quadros funcionais da empresa, como no caso de um funcionário que trocou a segurança de seus quase 10 anos de IBM pela Sisco. Nesse particular, Sany considera as empresas multinacionais como “a grande universidade” de muitos profissionais brasileiros, sobretudo na área de Marketing, sendo muito boa, em sua opinião, a contribuição dessas empresas para a nascente indústria brasileira de computação ao colocarem no mercado profissionais dotados de um excelente *know-how*.

Software. A parte de *software* constitui-se numa das maiores estruturas dentro da empresa, empregando 40 programadores e analistas senior exclusiva-

## **Sisco afirma que a Capre fez pressões**

*COMUNICAÇÃO*  
O vice-presidente da Sisco — Sistemas e Computadores, J. C. Melo, fez ontem uma palestra de seis horas para oficiais do II Exército que visitaram a indústria. A palestra foi sobre o modelo médio MC-9700, cuja comercialização foi iniciada.

Melo revelou que tem recebido pressões da secretaria executiva da Capre, desde janeiro deste ano. Essas pressões culminaram com recente declaração da Capre, em que desmente nota divulgada por seu presidente, dando detalhes do projeto aprovado.

Ele atribuiu as pressões para que a Sisco não fabricasse o MC-9700 também ao fato de que a empresa estatal Cobra não terá um modelo médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel de São Paulo, e, em outubro, o lançará no congresso da Suceasi, já com 59% nacionalizado.



26 oficiais do II Exército que fez uma visita coletiva a minha fábrica já em São Paulo. Nela falei durante 6 horas sobre este assunto e claramente afirmei que a CAPRE fazia pressões nesse sentido e quais elas eram.

Este texto da referida notícia bem explica a principal razão dessa não-fabricação:

-----  
"Ele (eu) atribui as pressões para que a J.C. Melo/Sisco não fabricasse o MC-9700 ao fato de que a empresa estatal COBRA não terá um modelo de computador médio a curto prazo, enquanto a empresa que dirige instalará o primeiro sistema em setembro próximo, num hotel em São Paulo, e em outubro o lançará no Congresso da Sucesu, já com 59% nacionalizado."(sic)  
-----

O outro lado (CAPRE, COBRA, etc), como sempre fez em todas as minhas centenas de denúncias públicas, ficou totalmente calado pois não poderia respondê-las. Ou seja, a pressão pela sua não-fabricação não seria pela existência de qualquer problema no plano físico-financeiro do MC-9700, ou qualquer problema técnico ou industrial, ou idem fiscal, etc., mas para que a sua fabricação não "desmoralizasse" a estatal COBRA que não tinha sequer um equivalente ao meu antigo MB-8000 já então vastamente fabricado e instalado e muito menos equivalente ao MC-9700.

Nos Congressos de Informática, o meu stand era o segundo com o tamanho de 800 m2 logo abaixo do stand da IBM com 1000 m2, porém o sucesso era tão grande que muitas vezes era impossível entrar nesse meu stand. E muito menos COBRA tinha um equivalente ao meu bem maior e mais potente MC-9700, um computador médio. Aliás, COBRA não tinha sequer, nem no horizonte, um projeto para um médio.

EVENTO 3: Janeiro 1979, a aprovação do médio MC-9700

Em 19 Janeiro de 1979, a CAPRE aprovou o projeto do meu computador médio MC-9700, veja no anexo C25-c uma notícia do jornal Folha de São Paulo de 20 de Janeiro de 1979.

Na realidade, embora o pareça essa não foi uma "bondade" da CAPRE nem um reconhecimento do erro para o seu perseguido, pois essa aprovação fora proposital para que eles simplesmente tivessem uma "desculpa técnica" e não aprovassem o grande "perigo", o médio da IBM, portanto decidindo que "já existindo um brasileiro não podemos aprovar um estrangeiro."

## Médios: Capre aprova projeto

BRÁSILIA (EBCursal) — A comissão de coordenação das atividades de processamento eletrônico (Capre) aprovou ontem em reunião de plenário, o primeiro projeto do setor de computadores de porte médio, beneficiando o grupo J. C. Melio — Henry Maksud, que se inscreveu com o "projeto sisco", de capital e tecnologia 100% nacional, envolvendo investimentos da ordem de Cr\$123,5 milhões. O projeto, muito elogiado pela equipe técnica da Capre, prevê a produção de 200 computadores de porte médio até 1981.

Ao final da reunião plenária de ontem, fontes governamentais mostraram-se extremamente irritadas com a ação do "lobby" das companhias multinacionais do setor de informática que, segundo eles, tentaram desmoralizar a Capre, anunciando ontem, através de um jornal da capital da República, a aprovação do "projeto sisco", portanto, antes da reunião que julgaria o projeto.

### MANOBRAS

Segundo essas fontes, o "lobby" multinacional teria "jogado" em termos de probabilidade, uma vez conhecendo a tendência dos membros do conselho plenário. Para isso, entretanto, este "lobby" multinacional teria contado com a colaboração de um ou alguns dos membros do conselho da Capre, que teriam acesso à pauta da reunião. Destacaram em seguida as fontes que "este tipo de estratégia não pode, em nenhuma hipótese, prejudicar os objetivos maiores fixados pelo Governo em função do desenvolvimento da indústria brasileira de informática, e muito menos provocar ou atrasar decisões estabelecidas em função do interesse nacional, definido nas resoluções 5 e 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

Os projetos inscritos em carteira na Capre pela empresa norte-americana IBM deverão ser apreciados nas próximas reuniões da Capre. O esquema de exploração do setor de computadores no Brasil destacou a fonte, deverá ficar totalmente definido ainda no governo Geisel.

O projeto sisco, aprovado ontem pela Capre, estabelece o seguinte esquema de investimento e produção: 1979, Cr\$ 52,5 milhões, para uma produção de 30 unidades; 1980, Cr\$ 51 milhões, e 70 unidades; e 1981, Cr\$ 30 milhões, para uma produção de 100 unidades/ano.

Dizendo-o de outra maneira, a aprovação do meu projeto era o passaporte para eles não aprovarem o da IBM. Mais importante, eles não acreditavam que o MC-9700 seria fabricado, o que também não teria importância pois nessa ocasião da provável minha "não-fabricação" o meio da IBM já teria sido rejeitado como eles queriam. Eu seria o mal menor e ademais "certamente" o MC-9700 não seria fabricado, pois era "muito complexo".

EVENTO 4: Agosto 1979, o meio MC-9700 já fabricado

Veja no anexo C25-d uma notícia na Revista da Sucesu de Agosto 1979, portanto somente 8 meses após da sua aprovação, na qual vemos eu mostrando o MC-9700 já fabricado, na minha fábrica, e as suas extraordinárias especificações, como a sua microprogramação, o seu multiprocessamento e o seu data recovery, características estas bastante incomuns em computadores desse porte em 1979, como é do conhecimento de qualquer bom técnico da área.

Conclusão:

Essa cronologia mostra inequivocadamente como agiam a CAPRE e COBRA, sem quaisquer respeito pela opinião pública, pelas mídias, por mim, pelos seus superiores como por exemplo o Presidente Geisel e pela comunidade de informática. E muitos militares importantes isso percebiam, como os Generais Mariath e Potiguara, os dois oficiais gerais que mais acompanhavam a Política Nacional de Informática PNI.

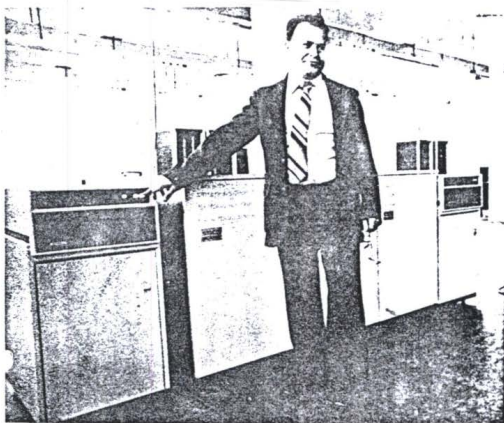
Como sempre os donos da CAPRE tinham a absoluta certeza da impunidade, porém foi um tiro no pé pois com as ações similares dos seus sucessores as agências controladoras da PNI terminaram por mata-la.

As duas resultantes ironias são:

1. Não nasceu um similar do grande 360 no Brasil,
2. Como o upgrade natural do MC-9700 seria um computador ao nível de um IBM 360 básico, isso teria uma grande repercussão mundial, pois nem alguns países desenvolvidos o tinham. E na ocasião da "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco eu já tinha um "360" na cabeça, ou seja fiz o microprogramado com o código de instruções do 360 modelo básico da IBM, o que seria válido se a microprogramação não demorasse mais do que o tempo da mesma execução no IBM 360 ou até demorando uns 10% mais.

E eu não teria os evidentes problemas dos softwares IBM que deveriam ser usados (básicos e outros) pois

## Anexo C25-d



Na fábrica da Sisco, *de Melo* mostra o MC-9700

MÉDIOS

## Características universais

As características universais de arquitetura, que lhe permitem "emular qualquer computador" são, segundo a Sisco, um dos principais destaques da sua nova série de médio-computadores MC-9700, aprovada pela Capre no início do ano e com lançamentos previsto para o próximo ano.

Com tecnologia totalmente nacional e índice de nacionalização de componentes da ordem de 59%, o projeto da Série MC-9700 envolve investimentos de Cr\$ 123,5 milhões, com a produção prevista de 200 unidades até 1981.

Suas principais características técnicas são as seguintes: multiprocessamento; multiprogramação (inclusive múltiplos sistemas operacionais); memória secundária com ERCC; *multiply/divide* em *hardware*; *floating point* em *hardware* (binário ou decimal); memória secundária até 4 MB (2 MBbytes por CPU); painel virtual; memória principal com paridade; canal de interprocessamento de alta velocidade; diagnóstico *self-test*; *Programmable Control Store* (PCS); alta velocidade eletrônica; e alta velocidade operacional.

A alta velocidade eletrônica, na sé-

rie MC-9700, é assegurada, conforme explica a Sisco, pela microprogramação ao nível teórico mais baixo possível (o timing das instruções é microprogramado), pela utilização de memórias RAM rápidas e do canal de interprocessadores de alta velocidade.

O multiprocessamento, o homogeneamento do multiprocessamento (quer em *hardware* ou *software*) e um poderoso código de instruções (Nova, inicialmente Eclipse, a curto prazo, e IBM 1370, a médio prazo) são, segundo a empresa, os responsáveis pela alta velocidade operacional do sistema.

Também são possíveis as configurações duais — características *standard* do modelo MC-9700/2xx — que permitem o uso de técnicas avançadas de *data recovery*, sistemas redundantes, e outras.

Quanto à memória secundária dos sistemas, que no momento usa chips de 16k porém já com sua régua de circuito impresso programada para aceitar os chips de 64k que estarão disponíveis até fins deste ano, será aumentada para até 64 MB.

existiam varias firmas nos Estados Unidos e na Europa que os desenvolveram, naturalmente "superiores" aos dos similares da IBM para poderem ser vendidos aos clientes do 360.

O mais ironico disso é que a grande repercussão mundial seria creditada a PNI do Governo, embora eles não tivessem tido qualquer participação nesse avanco. Veja o capitulo CAP21 sobre o futuro 360 brasileiro.

E ninguem pagou ou ira pagar por isso. Quanto ao Brasil ele tem tradição de ficar deitado num berço esplendido, com ou sem milenio digital.

**CAP17**  
**PROIBICAO DA EDS DE CONTRATAR-ME**  
**COMO SEU PRESIDENTE**

Infelizmente dessa denuncia eu não dei nenhuma entrevista a qualquer jornal, pois estaria envolvida a EDS e eu poderia prejudica-la. Porem mesmo assim eu a descrevo.

A Electronic Data System EDS era, na ocasio, a maior empresa de processamento de dados do mundo, sendo seu principal cliente o proprio Governo norte-americano, o Army, a Air Force e a Navy, e uma centena de outras importantes agencias governamentais e grandes empresas.

Num determinado momento, a General Motors (um dos seus maiores clientes) adquire o seu controle nos Estados Unidos, e então vieram ao Brasil dois dos seus Vice-Presidentes (da EDS) para as iniciativas de aqui instala-la.

E então me visitaram, me fazendo o convite para ser o seu Presidente no Brasil. Já conhecendo a sua dimensão nos Estados Unidos, eu o aceitei, porem disse-lhes: "Esta area é muito critica no Brasil, muito politica, sendo conveniente que os Srs. visitem determinada agencia do Governo controladora da PNI, em Brasília. Embora a pretensão da EDS fosse somente um grande centro de processamento de dados e a reserva de mercado era somente para fabricação de hardware, essa visita é recomendavel."(sic)

Poucos dias apos eles votaram, e disseram que haviam estado na na agencia controladora em Brasília, a Secretaria Especial de Informatica,, e eles lhes disseram: "Não existem problemas para a instalação da EDS no Brasil, porem sugerimos que o Dr. Melo não seja o seu Presidente pois nesse caso os Srs. terão problemas com o Governo."(sic). Não com eles, mas "com o Governo".



E então eles me explicaram porque a EDS era obrigada a retirar o convite, o que evidentemente aceitei.

Porem essa atitude da SEI os assustou e eles voltaram aos Estados Unidos e não sei se voltaram ao Brasil.

**CAP18**  
**A NAO ACEITACAO DA SEL e da**  
**J.C. MELO QUE JA FABRICAVA**

A não aceitação da fabrica de computadores SEL System Engineering Laboratories e da J.C. Melo associadas, e a escolha fechada (manu militare) de outras sem quaisquer experiencias no ramo foi uma das muitas e absurdas perseguições que sofri.

Essa perseguição esta narrada na pagina 32 do meu livro de 1982.

Primeiro, qual era a minha relação com a SEL System Engineering Labs, de Fort Lauderdale, Florida. Na minha profissão (controle de processos por computadores em tempo real) é imperativo ser conhecedor da Teoria Geral de Controle, quer a matematica quer a conceitual. São continuas aulas durante 2 a 3 anos. E um dos seus assuntos mais fundamentais é saber calcular a Reliability (Confiabilidade) de um sistema, como um computador para alguns serviços mais criticos. Na ocasião e hoje, não se compra esses equipamentos sem uma clausura no contrato garantindo uma determinada confiabilidade minima ( $R(t)=x$ ). E essa clausula era incluida em todas as propostas e contratos da SEL, como alias de todos os outros fabricantes. Ninguem comprava sem ela.

E eu fui contratado para ser o Manager desses calculos na SEL uma fornecedora tradicional da NASA, onde trabalhei 8 meses em Fort Lauderdale. E a SEL tambem me colocou num curso especial de 30 dias na NASA (exclusivamente sobre calculo de confiabilidade) em Cabo Canaveral ministrado por Mr. Malcolm Mac Gregor, considerado o "papa" de confiabilidade de tudo na NASA.

A SEL era especializada nesses computadores de alta confiabilidade, fornecedora tradicional da NASA, das Forcas Armadas e de grandes empresas.

O seu presidente Mr. Gus Randolph tomou uma decisão muito importante sobre o seu computador SEL82, dando-lhe as linguagens/sistemas tradicionais para uma empresa. E o SEL82 foi um sucesso de vendas. Alias, foi um dos primeiros computadores de 32 bits, ideais para controle de processos em tempo real. Na ocasião eram baratos, da ordem de US\$ 100,000.00.

E Mr. Randolph e eu nos tornamos amigos, de vez enquanto velejamos juntos, etc. Mesmo assim, eu voltei para o Brasil, por problemas particulares.

Mas eu voltei aos Estados Unidos algum tempo depois, propondo-lhe a instalação de uma fábrica da SEL em associação com a J.C. Melo Computadores e ele aceitou, e nessa ocasião fiquei 2 meses na SEL (Março e Abril de 1971) por esse motivo.

O Board of Directors da SEL já havia decidido a instalação da fábrica no Brasil, dependendo de uma verificação local das reais intenções do Governo Brasileiro.

Havíamos estabelecido que a fábrica poderia estar instalada em Fevereiro de 1972, ou seja, todos os setores da SEL (financeiro, técnico, etc.) já haviam concordado com essa data.

Passamos então a obvia segunda parte do plano, ou sejam os contactos com o Governo Brasileiro. E Mr. Gus escolheu um dos seus Diretores, Mr. Armando Cuesta, para comigo vir ao Brasil e, durante algumas semanas, acompanhar-me nas entrevistas com o Governo Brasileiro.

Logo ao chegarmos (Abril de 1971) dirigimo-nos ao Comandante Mario Guarany, da Diretoria de Eletronica da Marinha, na ocasião o interlocutor valido. E dele ouvimos que o Governo não poderia aceitar a SEL, pois embora não oficial a Ferranti inglesa já havia sido escolhida, o Governo não poderia aceitar a J.C.Melo, pois embora não oficial a EE Equipamentos Eletronicos já havia sido escolhida para ser a sócia nacional da Ferranti e do próprio Governo. E que não aprovariam uma 2a industria, pois o mercado so suportaria uma.

Essa era a decisão do Governo. A primeira era um erro técnico, a segunda era uma proteção a firma EE Equipamentos Eletronicos diga-se de passagem idonea, mas a terceira, essa sim era grave pois era o GOSPLAN em ação.

Argumentei que o modelo FM1600B da Ferranti era exclusivamente militar, que era adequado para as fragatas que estavam sendo construídas no Reino

Unido mas que o plano de usar o referido modelo nas áreas comercial e industrial era inviável pois ninguém iria pagar mais por um computador militarizado e sem os softwares requeridos pelo mercado. Ele não acreditou, como alias toda a Marinha, a propria EE, o BNDE, etc.

Aquilo pareceu ao Mr. Cuesta e a mim uma decisão tão errada que resolvemos falar com o engenheiro Damasceno então diretor e um dos donos da EE, o qual eu já conhecia. E nos dois passamos uma tarde inteira tentando convence-lo que o plano era inviável, pois o FM1600B não seria vendido fora da Marinha e ninguém iria fazer uma fábrica para fornecer somente uma dúzia de computadores. Não tivemos exito. No mês seguinte a EE e a Ferranti entregaram ao Governo uma proposta intitulada Plano Integrado para Projetos de Computador Nacional e Para Suporte de Sistemas Digitais Navais. Somente 6 meses após, praticamente no fim do ano, é que acreditaram que eu tinha razão pois a proposta não foi aprovada, e dois representantes do GTE foram ao exterior procurar outro socio estrangeiro.

Mr. Cuesta e eu voltamos aos Estados Unidos e entregamos ao Board of Directors da SEL um amplo relatório das entrevistas, com a recomendação da fábrica não ser instalada no Brasil. O que mais assustou a Mr. Randolph foi a dependência da futura fábrica ao Governo, pois ele não aceitava a ideia de que necessitaria de uma "permissao" do Governo Brasileiro para, associado a J.C. Melo uma empresa brasileira que teria 33% das ações e instalar uma sofisticada fábrica de computadores do Brasil. O modelo que seria fabricado era o 82, que era usado pela NASA e Forças Armadas dos Estados Unidos, mas também pela indústria e comércio.

Foi o primeiro golpe que eu sofri do GOSPLAN da informatica, o que me abalou pois, afinal, eu poderia ter realizado meu sonho de 1953, e principalmente eu intuí que se aquilo tinha acontecido iria acontecer daí para diante com novas iniciativas minhas pois eu não iria abandonar o meu principal objetivo.

Ou seja, eu intuí que estava em rota de colisão com o Governo militar, e os anos posteriores comprovaram que eu havia intuído certo, pois eu nunca aceitaria aquela decisão de que não aprovariam "outras" fabricas.

Um país sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, rejeitando uma associação de empresa brasileira e estrangeira para instalarem-se no país.

**CAP19**  
**A PROIBICAO DA INSTALACAO**  
**DA MINHA FABRICA EM CURITIBA**

Narremos agora sobre a proibição (através de um telex oficial) de que a J.C. Melo se instalasse na Cidade Industrial de Curitiba, associada com a grande TRW Controls norte-americana.

A TRW era a maior fabricante de satélites dos Estados Unidos e considerada uma das expoentes no setor de controle de processos em tempo real (com seus próprios computadores), e tinha 300.000 empregados. Uma das suas 80 empresas (a TRW Controla) era uma empresa de elite em controles de trens e metros em tempo real, como exemplos a grande ferrovia Southern Pacific, o metro de Washington, o metro de São Francisco, etc., uma potência tecnológica. Além de uma empresa líder em quaisquer controles DAS ou DDC.

Eu já conhecia a TRW Controls, por ocasião do caso do Bart (Bart é "Basic Area Rapid Transit"), o metro de São Francisco que atravessa o mar mais ou menos embaixo da ponte Golden Gate e segue na Bay Area. Há uns 40 anos o Bart enfrentou uns seis processos na Justiça de São Francisco (Municipalidade <--> Betchel, Municipalidade <--> TRW, Betchel <--> TRW), e todos eles envolvendo um software de milhões de dólares. A Betchel respondeu a Municipalidade: "Você me mandou cartas modificando o projeto inicial". A TRW dizia: "Eu só cumpri um work statement com suas especificações." E a Municipalidade dizia: "Se conhecessemos metros, não precisaríamos contratar a Betchel." E tudo aparecia na imprensa. Era um controle automático para um metro, então o mais avançado do mundo, um sistema DDC que nenhum metro possuía na ocasião. A municipalidade de São Francisco contratou a Betchel, uma das maiores empresas de engenharia consultiva do mundo, para fazer o seu projeto. Relativo ao sistema de controle, um software tipo DDC Direct Digital Control, a TRW Controls venceu a concorrência, uma companhia com 300.000

empregados e de grande reputação tecnológica e que já tinha feito os softwares de controle dos metros de Chicago e de Washington. E por causa do fracasso operacional inicial do Bart, todos necessitavam justificar-se aos seus superiores. A Municipalidade aos seus eleitores, a Betchel e a TRW aos seus acionistas. Dizendo-o de outra maneira, todos se justificavam indo para a Justiça. Mas tudo era sobre uma coisa chamada software.

O metro fora caríssimo, e ademais para uma área de altíssimo padrão de vida (a Bay Area, o também chamado Silicon Valley) Por causa disso, o seu despacho automático (das composições) deveria ser a cada 1 minuto em algumas horas de pico. Mas na operação inicial, foi de vários minutos, o que inviabilizaria todas as suas projeções financeiras. E esse 1 minuto era um item que constava de todos os contratos originais.

Diante do caso já público, a Municipalidade resolveu contratar 3 técnicos todos estrangeiros pois seria complicado contratar técnicos norte-americanos (em controle DDC, em tempo real) sem prévias relações profissionais diretas ou indiretas com a Betchel ou com a TRW. E foram contratados eu, um inglês e um alemão. Não para entrarmos no mérito da questão e acharmos o responsável, mas para relatar o que estava acontecendo e suas possíveis causas. Trabalhamos um mês nos escritórios do Bart, juntos com os técnicos das 3 partes, e entregamos o relatório final e nos desligamos do caso. Embora não fosse nossa obrigação definir responsabilidades, informalmente trocávamos impressões entre todas as partes, e todos concordávamos que era um imenso erro esse sistema (esse software) ter ido à justiça, pois não existia a mínima hipótese da justiça (e com sua "perícia" em software) definir as responsabilidades. Já fora do problema, tempos depois li num jornal que um acordo fora feito, não sabendo qual.

Foi nessa ocasião que conheci a TRW Controls e alguns dos seus diretores, o que facilitou um acordo de associação. Alias, já naquela época eu pensava num sócio norte-americano da área.

E tempos depois indo à sua sede em Houston, chegamos a esse acordo de associação e eu seria o Presidente da empresa, e a TRW Controls e a J.C. Melo seriam associadas. Embora ela fabricasse seus próprios computadores não o faria no Brasil até por uma questão de economia de escala, e a J.C. Melo usaria todas as suas instalações industriais para somente fabricar computadores. A sua vinda para o Brasil representaria uma "fantástica" instalação industrial, A PRIMEIRA NO BRASIL DESSE NÍVEL, e



com muitos metodos industriais da area de informatica inexistentes no Brasil. Nem a fabrica IBM no Brasil tinha esse nivel industrial.

Esta é mais uma prova juridica das pressões/perseguições que continuamente eu sofri.

Um seu Vice-Presidente, Mr. Gene Jarvis, veio ao Brasil para a implantação dessa fabrica, e fomos a Curitiba, pois a sua Cidade Industrial ja havia sido escolhida pela TRW Controls. Curitiba logo foi escolhida por que não representava a "ebulição" industrial e dos empregados de São Paulo.

Em Curitiba fomos recebidos por seu então Presidente (Dr. Cassio Taniguchi, depois prefeito de Curitiba), para as tratativas da instalação da nova fabrica da J.C. Melo associada com a TRW Controls norte-americana. Inclusive o local ja havia sido escolhido, ou seja o terreno exatamente defronte do terreno da fabrica da Siemens.

Foi quando o Dr. Cassio, muito constrangido pois ele ja havia conhecido, pelo projeto, as ineditas instalações tecnicas que iriam para a sua Cidade Industrial, nos mostrou um telex (oficial) determinando que qualquer instalação de fabrica de computadores no Brasil estaria sujeita a uma previa autorização do Governo. A TRW não iria fabricar computadores no Brasil, somente sistemas (como o unico sistema DDC de controle de metros no mundo que ela fabricou para o Bart de São Francisco).

Resumindo, a TRW somente fabricaria seus sistemas de controle com seus computadores importados, eu seria seu Presidente e tambem em troca usaria a sua muito aparelhada fabrica para fabricar meus computadores. Portanto, não existiria nenhuma fabrica estrangeira fabricando computadores no Brasil.

Um sofisma, somente para bloqueiar a referida instalação. E a TRW Controls desistiu dessa fabrica no Brasil.

Esse telex, considerando a potencia tecnologica da TRW e as instalações industriais que seriam feitas em Curitiba certamente foi outro crime de Lesa Patria.

## **CAP20**

### **O KAFKA BRASILEIRO: AS PROIBIDAS FABRICAS DE ALTA TECNOLOGIA**

Neste milenio digital todos sabemos que a tecnologia da informatica provavelmente sera a joia da coroa de qualquer pais, um bem super valorizado e principalmente fundamental sob varias aspectos, como vimos em quase todos os capitulos deste book 2.

Por isso, não é logico e normal um pais rejeitar essa joia da coroa se uma industria estrangeira do setor quizer associar-se com uma idem nacional visando a instalação de uma fabrica conjunta no Brasil. Nesse caso, muito necessitaremos "ir la" e trabalhosamente "convença-la" do quanto isso seria importante, repito convença-la por necessitarmos visceralmente dessas associações. Isso é o que fara qualquer pais que não esteja deitado eternamente num berco esplendido.

#### **Responsabilidade social:**

Evidentemente é natural um pais se proteger e proteger as suas industrias, criando instrumentos estabelendo limites de diversas formas nesses tipos de associações, por exemplo como devera ser essa transferencia de tecnologia, como devera ser o seu controle acionario e muitas outras proteções conhecidas em muitos importantes paises. Isso tem um nome, responsabilidade social.

A responsabilidade social é um quadro ético e sugere que um Governo tenha a obrigação de agir em beneficio da sociedade em geral. A responsabilidade social é um dever que todos os Governos devem ter para manter um equilíbrio entre os seus varios sistemas. Porem o termo "responsável", como no "governo responsavel", requer qualificações de varios tipos, em economia, politica, tecnica, moral e outros etc.

Ao proibir essas associações em termos ABSOLUTOS, a primeira conclusão que se chega é que no concernente a tecnologia da informatica neste milenio digital o Governo militar brasileiro atraves das suas agencias controladoras da PNI demonstrou não ter responsabilidade social em no minimo tres campos, economia, tecnologia de informatica e Forcas Armadas.

Alem disso não é natural ou inteligente ou normal "proibir" essas associações. Neste caso o assunto passou a ser um assunto muito conhecido pelo escritor tcheco Franz Kafka. Outra conclusao, esta logica, é que o Governo e o controladores da PNI não leram as essenciais obras de Kafka, "Metamorphosis", "Trial" e "Castle". Se as tivessem lido, teriam compreendido o que é o universo kafkaniano e certamente tentariam evita-lo na sua nati-morta Política Nacional de Informatica PNI.

A Política Nacional de Informatica foi um completo absurdo, um pais sem tecnologia de ponta em um setor fundamental, melhor dizendo para sua sobrevivencia, rejeitando associações de fontes de tecnologia/economia entre empresas estrangeiras e brasileiras, num campo tão fundamental para o pais, com isso declarando oficialmente que não necessita dessa tecnologia de ponta. Evidentemente, parece kafkaniano.

Nos 2 capitulos anteriores CAP18 e CAP19 narrei duas dessas kafkanianas "PROIBICOES" de associações para instalações de fabricas atraves de asociações da J.C. Melo Computadores com duas excepcionais empresas de alta tecnologia, a SEL Systems Engineering Labs e a TRW CONTROLS, a primeira fabricantes de computadores de 32 bits para controles de processos e tradicional fornecedora da NASA e a segunda fabricantes de conhecidos sistemas de controle de processos e com 300.000 empregados.

Mas o absurdo foi adiante e ainda maior, com a sua "legislação" tambem proibindo a J.C. Melo Computadores de implantar fabricas conjuntas com outras duas empresas:

1. DATA GENERAL, dos Estados Unidos, a 2a. maior fabrica de minicomputadores no mundo fabricante do mundialmente famoso Nova-3, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja o anexo C29-a de uma noticia no jornal O Fluminense de 13 Julho 1977,
2. BME BUROSMASCINEN, da Alemanha, tambem fabricante de computadores, aonde eu discuti esse assunto com a sua diretoria, sobre isso veja C29-b de

## Data General e Melo iniciam entendimentos sobre associação

A possível associação entre a Data General e o Grupo J.C. Melo, para a produção de minicomputadores no Brasil, começa a ser discutida hoje, nos Estados Unidos, entre a alta direção da empresa norte-americana e o presidente do grupo brasileiro, o empresário **João Carlos Melo**.

Ele se encontra na América do Norte desde o início da semana para uma série de palestras, tanto no setor privado como em organizações militares, sobre os novos equipamentos que a sua empresa passará a produzir comercialmente nos Estados Unidos já em setembro. Trata-se do microcomputador e da estação remota MIC-1000, projetados a partir do Sistema de Supervisão do avião Boeing-747 e que vêm despertando grande interesse naquele país por serem considerados revolucionários.

A princípio, o presidente do Grupo J. C. Melo pretendia fabricar esses novos equipamentos aqui no Brasil e, sob regime de "draw-back", exportá-los para todo o mundo, gerando, segundo ele, "divisas de dezenas de milhões de dólares, numa estimativa pessimista". Porém, por considerar que a área de computação no país é virtualmente política, decidiu antecipar a fabricação industrial da estação remota nos Estados Unidos para dentro de 45 dias.

No momento, nove protótipos do microcomputador e da

estação remota estão sendo testados naquele país por grandes empresas, como a fábrica de aviões Boeing e a companhia Southern Pacific, além de organizações militares. O empresário explica que pela primeira vez no mundo conseguiu-se colocar, industrialmente, numa placa de circuito impresso extremamente reduzida, toda uma Remota em LSI, com computador, memórias, dois interfaces de comunicações assíncronas, 16 entradas analógicas, 24 entradas on-off com isolamento ótico e 12 saídas on-off de 400 mA cada uma em estado sólido, com sofisticado código de detecção de erro programado em hardware.

— O resultado alcançado foi tão importante que começa a ser comparado, naquele país, ao impacto do computador doméstico, afirmou João Carlos Melo, que sexta-feira estará falando para técnicos militares norte-americanos, em Washington, sobre as vantagens da utilização dos novos equipamentos em aviões, tanques, mísseis e navios. Dos Estados Unidos, o empresário brasileiro seguirá direto para Berlim, onde entrará em contato com a diretoria da BME-Bürosmaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática Alemã, quando também discutirá as possibilidades de associação para a produção de minicomputadores no Brasil.

## Minicomputador: uma associação?

O vice-presidente da Data General, Jim Campbell, manteve contato ontem, no Rio, com o empresário João Carlos Melo, presidente do Grupo J. C. Melo, convidando-o para ir aos Estados Unidos discutir uma possível sociedade entre as duas empresas, visando à produção de minicomputadores no Brasil, dentro da resolução lançada pela Capre — Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico.

A Data General é a segunda maior fabricante mundial de minicomputadores e o Grupo J. C. Melo o

primeiro fabricante dos mini no Brasil. A Data General está entre as duas dezenas de firmas que, desde 1970, vêm demonstrando interesse de se instalarem no País.

O empresário João Carlos Melo também foi convidado para ir a Berlim, onde discutirá uma outra possibilidade de associação com a alta direção da BME — Büromaschinen Export, a maior fabricante de computadores da República Democrática da Alemanha. Este convite foi feito por Frank Seiffert, diretor geral da empresa alemã.

por Roberto Costa

## **CAP21**

### **O CRIME DE LESA PATRIA**

Primeiro, é ironico mencionar que o Governo militar ajudando ao Sr. Maksoud "tomar" a minha empresa o que depois a matou como muito previsto, impossibilitou um fato que seria de grande importancia para o Brasil, pois o computador naturalmente seguinte ao MC-9700 seria (em mais 3 ou 4 anos) obviamente um computador maior ao nivel minimo do campeão mundial de vendas, o modelo IBM 360 ou o seguinte 370.

Ha 40 anos ou mais atras, somente os Estados Unidos fabricavam um computador ao nivel do famoso 360 ou seu sucessor 370, nem o Reino Unido, a Franca ou a Alemanha. Imaginem o imenso beneficio que isso poderia ter causado ao Brasil aquela epoca e principalmente nos seguintes 40 anos.

Lembro-me que o meu velho amigo engenheiro Robeli Libero, Presidente da IBM Brasil (posteriormente membro do Board mundial da IBM nos Estados Unidos) num almoco me disse: "O meu receio não é o MC-9700, mas o que ele diz pois o seu natural passo seguinte so podera ser um 360."(sic) O iconico 360 era o principal produto da gigante IBM, no mundo inteiro. Alem disso o Robeli sabia que eu poderia fazer um IBM basico com microprogramação e que ele poderia ter muitos softwares compatíveis originarios de outras empresas na Europa e nos Estados Unidos (inclusive ate um sistema operacional para o IBM 360), portanto que tecnicamente nada impediria que eu fizesse esse natural avanço em alguns poucos anos.

Fantasticamente seria so hardware para a J.C. Melo/Sisco dar ao Brasil um 360 brasileiro sem necessitar desenvolver o grande software necessario para o 360, bastante disponivel no primeiro mundo. Quanto ao hardware, a J.C. Melo/Sisco ja tinha excelentes experiencias com os computadores



anteriores, o MB-8000 e o MC-9700, que eram microprogramados.

E eu lhe respondi: "A IBM não deve se preocupar com um meu 360 e ademais como sabes esse pessoal é tão desinformado que isso vai durar muito pouco, e como também sabes eu não preciso deles. Ademais eu não posso ganhar do seu Almaden, talvez so em preco."(sic) Almaden era (na epoca e hoje) o maior laboratorio de informatica do mundo (foi la que nasceu o PC) com 1.200 engenheiros so nas pesquisas, mas a IBM hoje tem 3.000 pesquisadores em outras partes do mundo.

Então era voz corrente que o principal objetivo da PNI era fechar a IBM e a Burroughs no Brasil. Os esquerdistas desinformados defensores da PNI na Camara de Deputados não faziam segredo desse objetivo nos seus comentarios.

Eu não tenho a menor duvida de que a maior "desgraça" causada pelo Governo militar de então com as suas incríveis Política Nacional de Informatica PNI e Reserva de Mercado dos computadores e afins, foi ironicamente que a "tomada" da minha fabrica J.C. Melo/Sisco pelo Sr. Maksoud criminalmente ajudado pelo mesmo Governo, como muito previ terminou por fecha-la. Veja o capitulo CAP03 sobre essa criminosa "tomada".

Eu conhecia as entranhas da J.C. Melo/Sisco como ninguem, eu a fundei durante 10 anos, a criei, a dirigi, e conhecia muito bem as perigosas personalidade do Sr. Maksoud e a sua completa ignorancia sobre como uma industria de hardware/software deveria ser dirigida. E era bem visivel que o seu fechamento seria somente uma questao de tempo.

A morte da J.C. Melo/Sisco, por mim bastante esperada, prevista e anunciada, gerou os muitos efeitos colaterais negativos descritos neste livro, porem o maior deles foi impedir que entre 3 a 4 anos ela fabricasse um computador similar e compativel com o grande iconico 360 da IBM, seu maior carro chefe no mundo inteiro, deixando claro que não estou me referindo a provaveis ignorancias tecnicas de todos os meus empregados e gestores.

Ao fabricar o modelo MC-9700, um computador medio (Veja o capitulo 16), o proximo passo natural seria fabricar um similar ao grande 360 da IBM, na sua versão minima modelo 30.

A sua fabricação seria um passo natural, por dois motivos:

1. Software

Não haveria necessidade de desenvolver qualquer software, pois existiam centenas de empresas em todo o mundo especializadas em desenvolver esses softwares para o 360, geralmente "melhores" do que os da IBM para poderem ser vendidos aos seus clientes. Até do sistema operacional do 360 já existiam dois softwares disponíveis.

## 2. Hardware

O meu computador MB-8000 era microprogramado, desde o seu início. Antes de fabricá-lo, eu passei duas semanas na Califórnia para adquirir essa tecnologia. E por isso, como era do conhecimento de toda a classe de informática do Brasil, ele executava qualquer programa escrito para o minicomputador Nova-3 da Data General, o segundo maior vendido do mundo, alias essa era a principal vantagem do MB-8000 para explicar a razão da sua grande venda. Como, por exemplo, o famoso Blis-Cobol, um Cobol multi-usuário executado tanto no MB-8000 quanto no Nova-3. E também no MC-9700.

Como o Governo brasileiro, através da sua agência "controladora" da informática nacional não sabia o que era microprogramação, um dos seus mantras contra a J.C. Melo/Sisco era que ela copiava o Nova-3. Bem, eu sou responsável por minhas ignorâncias e não as dos outros. Mas o Governo militar isso fazendo, demonstrava a toda a área de informática do Brasil que ele não sabia o que era microprogramação e por extensão o que estava "controlando". Mais um tiro no pé.

E os MB-8000 e meio MC-9700 eram microprogramados. E, por coincidência, o IBM 360 também, uma microprogramação nominada por ela de "microcode".

Para compreender como não seria uma tarefa gigantesca e "impossível" fabricar um 360 e portanto muito provável terminá-la em poucos anos depois de fabricar os MB-8000 e MC-9700 microprogramados como eu fiz, necessitarei explicar melhor este assunto.

Normalmente, tanto os computadores antigos quanto os novos não usam microprogramação. Todos eles têm um circuito eletrônico específico para performar uma função específica, por exemplo se a função é um AND esse AND tem o seu hardware específico, se é DELETE idem, se é COPIAR idem, e assim por diante. Hoje, um computador "normal" tem 1000 ou mais dessas funções específicas, que são conhecidas como o conjunto de instruções de um computador. E escrevendo (codificando) um programa ou algoritmo que você deseje combinando essas instruções, você cria a função de transferência desejada. Como se esse

código fosse a língua na qual você está escrevendo.

A microprogramação é completamente diferente, no computador microprogramado existe uma memória especial (ROM, read only memory) que você não vê ou tem acesso, e nela o fabricante programa/coloca uma espécie de micro-instrução, uma para a instrução AND, outra para DELETE, outra para COPIAR, etc, e o efeito resultante é o mesmo dessas mesmas instruções em hardware.

Na realidade, projetar um computador microprogramado obedecendo ao código de instruções de outro computador, é mais complexo e demorado do que um "normal" em hardware, pois você projetista será obrigado a criar (na ROM) as instruções do outro computador ou seja não terá a liberdade de criar as instruções que você quiser. E se você criar instruções de máquina diferentes, não usará quaisquer softwares disponíveis e terá que desenvolvê-los, o que em tempo lhe custará não sei quantas milhares de vezes mais. Neste caso você criaria um hardware de um computador em um ano ou dois, e depois mais 30 anos para o seu software. Aliás, foi isso que tentou fazer a incrível Política Nacional de Informática há 40 anos, com os computadores G10 e G11 feitos pela Universidade de São Paulo.

Bem, como eu já disse adquirir essa tecnologia da microprogramação na Califórnia e com ela fabriquei o MB-8000 e o MC-9700, ambas usando o código de instruções do famoso Nova-3.

Voltando ao futuro 360 da J.C. Melo/Sisco, seria necessário projetar/fabricar o seu hardware microprogramado, um projeto de aproximadamente um a dois anos, e mais dois a três para criar a sua microprogramação na ROM, seus debugs, testes finais, I/Os, etc. Em resumo a J.C. Melo/Sisco em três a quatro anos já estaria lançando o seu 360 na sua versão mínima.

E o brasileiro 360 já existia totalmente na minha mente.

Seria o primeiro país do terceiro mundo a fazê-lo e passando a frente de alguns do primeiro.

Com a "tomada" da minha J.C. Melo/Sisco por um empresário com a absoluta ajuda do Governo militar de então o que como previsto causou o seu fechamento poucos anos depois, me "tomaram" US\$ 25 milhões e terminei sendo obrigado a ir para o exterior, mas é impensável estimar os efeitos negativos por o Brasil não ter fabricado um 360 brasileiro ou o seu sucessor IBM 370 ou outros durante esses 40 anos.

E ele seria exportável, por causa do óbvio preço menor do que o 360 da IBM. Talvez cinco vezes menos. O 360 da IBM era o seu carro chefe no mundo inteiro, nem sei quantas dezenas ou centenas de milhares foram alugados, e os preços da J.C. Melo/Sisco seriam bem menores por causa do imenso overhead que a IBM es obrigada a colocar.

O sucesso financeiro desse 360 da J.C. Melo/Sisco seria muito grande, pois em todo o mundo a IBM não vendia computadores e sim os alugava, normalmente a preços altos por causa do seu altíssimo overhead resultante dos seus serviços técnicos e desenvolvimentos de grande qualidade. E logicamente todas as empresas nacionais ou estrangeiras, fariam os seus cálculos e veriam que comprar um 360 da J.C. Melo/Sisco seria o equivalente a alugar um 360 da IBM por X anos.

Evidentemente, isso obrigaria a J.C. Melo/Sisco a aumentar a sua estrutura de serviços técnicos e administração e alguns problemas técnicos mais fáceis, como os I/O para os periféricos de vários fabricantes, etc. Porém nada muito complexo ou excessivamente demorado.

Sem a menor dúvida, pelas suas consequências em todos esses 40 anos e principalmente no futuro, foi um crime de Lesa Patria. Num regime mais "duro", como na China ou na Rússia, seus responsáveis possivelmente seriam presos ou executados.

Quem irá ressarcir o Brasil, por este crime de lesa patria?